

Dedicamos o presente número d'“A Ordem” ao primeiro centenário do nascimento de Dom Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, bispo de Olinda, transcorrido a 27 de novembro último. A família franciscana e os Centros Dom Vital, além de outras associações e entidades, promoveram uma série de comemorações e homenagens que se sucederam durante o mês de novembro de 1944. Por essa ocasião foram pronunciadas diversas conferências, algumas das quais reunimos aqui. Frei Jacinto de Palazzolo, O.F.M. Cap. fala-nos sobre Dom Vital Capuchinho. O Presidente Perpétuo do Centro e Diretor desta Revista mostra-nos a significação do grande bispo no seu tempo e aponta algumas das diretrizes da ação vitalista no Brasil de hoje. Segue-se uma conferência de Luis Sucupira, feita em Fortaleza. Vêem finalmente os trabalhos de indole histórica do Cônego M. Tobias e de Américo Jacobina Lacombe, completados pela bibliografia da questão vitalista, por Helio Vianna.

Uma carta de Dom Vital

Damos abaixo uma carta de Dom Vital ao Conselheiro João Alfredo, datada de 10 de janeiro de 1873, na qual o Bispo de Olinda conta o início da questão religiosa.

CONFIDENCIAL

Exm^o Senr. Conselheiro,

Sinto em extremo ir perturbar a V. Excia. no meio das serias occupações que o absorvem.

Apresso-me em levar ao conhecimento de V. Excia. a grave questão que actualmente agita-se no meio deste meu querido rebanho. Estou em lucta com a maçonaria. Creia porem V. Excia. que da minha parte houve menos imprudencia que rigoroso dever de consciencia.

A maçonaria, talvez por acinte, publica nos jornaes os nomes de seus iniciados, declarando-os ao mesmo tempo membros das Irmandades religiosas: *ha respeitaveis maçons, diz ella, que nas lojas empunhão o malhete de veneravel e nas Irmandades a vara de Juiz.* Para que tamanha ostentação, senão para desmoralisar a Igreja e seus delegados que a condemnão?

Sabe V. Excia. que na qualid^o de Bispo da Igreja Catholica não posso de modo algum permittir semelhante mistura nas corporações e Irmandades religiosas; porquanto o elemento maçónico é condemnado por aquella Igreja da qual sou representante, posto que immeritamente, maxime quando a maçonaria faz disso tanto alarde e tira argumentos contra o Prelado Diocesano.

Em virtude das Bullas de seis Pontifices Romanos a maço-

naria está fulminada com pena de excomunhão maior em que incorrem *ipso facto* todos os seus filiados; e como taes não podem estes fazer parte de qualquer irmandade ou confraria.

Em consequencia, instante e caridosamente tenho exhortado os membros das Irmandades que por infelicio são mações a que abjurem ou então se retirem. Os membros recusão, as Irmandades não querem eliminá-los de seu gremio como deverão, e eu vou lançando interdicto sobre as Irmandades.

Os maçons vão appellar para os altos poderes do Estado, porque as Bullas não receberão o *Beneplacito regio*. Porem V. Excia. bem sabe que o *beneplacito* não é admittido e até é muito condemnado pela Igreja. Tanto mais que na questão vertente o Summo Pontifice declara formalmente dita excommunhão atingir a maçonaria em todo e qualquer paiz, inda mesmo n'aquelles onde esta é tolerada pelo Imperantes (Pio IX em sua allocação de 1856).

De modo algum me convem ceder nesta questão, porque seria transigir com a minha consciencia, seria trahir os direitos da minha missão, seria finalmente desmoralisar-me completamente. Estou por conseguinte disposto a todos os sacrificios com tanto que fique salvo o direito da Igreja.

Tenho inteira certeza de que V. Excia. como verdadeiro catholico e como Ministro de uma nação, cuja religião é a Catholica, Apostolica, Romana, apoiará o procedimento de um Bispo Catholico, principalmente em questão de tão subido alcance para a religião e *tambem para o Estado*, creia-me V. Excia.

Repito a V. Excia. e asseguro-lhe que fui arrastado pelo dever ao qual eu não poderia faltar sem graves remorsos de consciencia e sem grande descredito do meu character episcopal.

Fico orando para que o Altissimo outorgue a V. Excia. luz e força, e declaro-me, como sempre,

De V. Exa.

Recife, 10 de Janeiro
de 1873

amº fiel e crº mui grato
† Fr. Vital, Bispo de Olinda

Dom Vital, o Capuchinho^(*)

P. FR. JACINTO DE PALAZZOLO, O.F.M. CAP.

Narra-se na vida do Seráfico Patriarca São Francisco de Assis que, indo êle um dia através do vale de Spoleto, ao chegar perto de Bevagna, encontrou ali reunida uma grande multidão de aves de diferentes espécies. A elas se dirigiu, saudando-as como era seu costume e as convidou a ouvirem a palavra de Deus. As avezinhas escutaram atentamente o sermão e, no fim, fizeram grande festa ao singular pregador, mostrando maravilhosamente sua aprovação. São Francisco, muito satisfeito, despediu-as abençoando-as e elas, dividindo-se em quatro grupos, rumaram em direção aos pontos cardiais que o seráfico santo lhes apontou.

Alguém viu neste lindo e poético episódio, já tantas vezes ilustrado pela poesia e pela pintura, uma imagem e um símbolo do que seria o assombroso desenvolvimento da Ordem por ele fundada e sua rápida propagação sobre a terra.

A história consagrou São Francisco como um dos maiores reformadores. Sua ação se fez sentir profundamente na sociedade do seu tempo, fazendo reviver em todas as camadas sociais o espírito dos Evangelhos num século dominado pela violência e pelo ódio. Acudindo às necessidades de sua época, divinamente inspirado, fundou três ordens religiosas: — a dos Frades Menores (1.^a Ordem) — das Senhoras Pobres (Clarissas, 2.^a Ordem) — e a dos Irmãos da Penitência (3.^a Ordem).

A primeira — a dos Frades Menores — é formada de três grandes famílias religiosas, três ramos, que correspondem à triplice forma de vida franciscana sucessiva e legitimamente introduzida, aprovada e vivida na Ordem minorítica pelos filhos

(*) Conferência no Centro Dom Vital a 7 de novembro.

do Seráfico Pai, delineadas em termos lapidares e solenemente sancionada pelo sapientíssimo pontífice Leão XIII. As três famílias franciscanas que compõem a primeira Ordem seráfica, são perfeitamente e em tudo iguais entre si, tendo a mesma origem, a mesma natureza, idênticos direitos e privilégios. Seus membros, conforme declarações pontifícias, são igualmente Frades Menores, *pari plenoque iure* e verdadeiros filhos do seu santo fundador. Em virtude de especial concessão do Santo Padre Leão X, com a Bula *Ite et vos*, de 29 de maio de 1517, a primeira dessas três famílias, que forma a Ordem dos Frades Menores, é a que, com caracteres e sobrenome próprio, se ficou chamando Ordem dos Frades Menores, a segunda é a dos Frades Menores Conventuais, e a terceira a dos Frades Menores Capuchinhos.

Um pouco de história franciscana

O primeiro século de existência da Primeira Ordem Franciscana foi, sem dúvida, um século de ouro, de progresso e de expansão. Ainda vivo o Santo fundador, contava a Ordem 12 províncias que no governo de Frei Elias, seu companheiro e sucessor, subiram a 72.

A Terra Santa teve as primícias do apostolado franciscano. O próprio São Francisco visitou-a com alguns companheiros e desde então a guarda dos Lugares Santos coube à Ordem que, em defesa dos mesmos, sacrificou 2000 frades que ali encontraram o martírio e 6000 que morreram vítimas da caridade, ceifados pelas epidemias.

O ideal missionário constituiu sempre o traço mais característico dos filhos de São Francisco. As missões entre os infiéis, se multiplicaram prodigiosamente atingindo o máximo esplendor no século XIII e XIV até o século XVII (Civezza P. Marcellino da — *Storia Universale delle Missioni Francescane* — Prato).

Entre os missionários do primeiro século merecem ser lembrados os cinco mártires de Marrocos; os sete franciscanos martirizados em Ceuta, 1227, e ainda o Bemaventurado Estevão de Narbona e seus companheiros; o Bemaventurado Gentilis mar-

tirizado na Pérsia; o Bemaventurado Tomás de Tolentino, na Índia. Os Romanos Pontífices Gregório IX, Alexandre IV e seus sucessores enviaram os franciscanos até às mais longinquas regiões, reconhecendo-lhes o zelo de *incomparáveis evangelizadores*. O primeiro arcebispo de Pequim, Frei João de Montecorvino, foi um franciscano.

Ainda no primeiro século teve a Ordem teólogos de grande talento como Alexandre Hales, chamado “patriarcha theologorum scholasticorum” e “doctor irrefragabilis”; João de Rochelle, Odão Recaldo, que foi sagrado arcebispo, o insigne naturalista Rogério Bacon; Adão de Marisco, Duns Escoto e o seráfico doutor São Boaventura.

Nessa época tiveram os franciscanos a mais acentuada influência em todas as classes sociais.

As primeiras reformas e dissensões

O cisma do Ocidente que repercutiu no seio da Ordem e as pestilências que dizimaram os frades empenhados em servir os pestosos, foram as grandes provações com que a Providência quis experimentar e consolidar, no segundo século de sua existência, a ordem franciscana.

Surgiram então dissensões entre os religiosos: uns pleiteavam privilégios, afastando-se do espírito e da letra da Regra ditada pelo Fundador. Daí as primeiras grandes reformas da Observância Regular que, tendo início no século XIV, atingiu entretanto pleno desenvolvimento no século XV — por obra de São Bernardino e São João Capistrano. A reforma da Regular observância vingou prodigiosamente e no ano de 1455 contava em seu seio 20.000 adeptos; em 1517 cerca de 30.000. A estes ficaram pertencendo quase todos os santuários da Ordem e até o Sacro Convento.

Leão X, no ano de 1517, convocou um capítulo geral da Ordem em Roma para harmonizar os pontos de vista sustentados em seu seio. Não conseguindo esse desiderato, dividiu-a em dois ramos, ficando de um lado os que desejavam fossem mantidos os privilégios adquiridos e do outro lado os que pro-

punham a observância da mesma sem glosa. Estes últimos ficaram com o nome de Frades Menores de São Francisco da Regular Observância. Os outros tiveram confirmados todos os privilégios inclusive o de possuir bens imóveis e rendas, cujo chefe ficou se chamando Mestre Geral dos Frades Menores Conventuais. A estes ficaram pertencendo poucos conventos enquanto os Observantes, mais numerosos, em breve tempo se dividiram em "observantes de famílias" e "observantes de comunidade" gerando lamentável confusão.

Não há negar que os Observantes no meio das lutas com que a Igreja foi provada então, portaram-se heróicamente, combatendo com abnegação sem par na defesa da fé e o número dos que caíram no combate atingiu a 900. Suportaram galhardamente crudelíssimas perseguições principalmente na Inglaterra, Holanda, Dinamarca e Alemanha contra os protestantes e na França por parte dos Huguenotes.

Nessa época separou-se da grande família o importante ramo dos Capuchinhos.

Os Capuchinhos

Poucos séculos conheceu a humanidade mais interessantes que o século XVI.

Ao despontar oferecia magnífico espetáculo. As antigas nações acordavam do temporâneo letargo. As novas cheias de entusiasmo, abeiravam-se do Oceano. Nova vida palpitava em todos os setores. Idéias e cousas, lutas e pensamentos se ampliavam e se desdobravam num imenso movimento de universal congressamento.

A Europa traspunha suas próprias fronteiras penetrando pela Asia a dentro, devassando a Africa adusta e misteriosa, varando as florestas do Novo Mundo. A descoberta da América acordou no seio da humanidade energia, plasmou empreendimentos, abriu caminhos, formou, numa palavra, o globo. As viagens, as colônias e as missões estabeleceram novas correntes de comércio, de progresso e de mútuo conhecimento entre as diferentes raças e diversos povos. Notava-se um intenso florescer de letras, de artes e de indústrias. Francisco I, Carlos V,

Henrique VIII, Manoel de Portugal, Tiago de Escocia, todos em paz com a Santa Sé, prometiam magníficas realizações.

Leão X criou uma legião de literados e de artistas entre os quais Miguelangelo e Rafael. Este — na hiperbole de Cesi-nale — atirou o Panteão às nuvens e aquele baixou o céu até ao Vaticano. Depois vieram genios como Ticiano, Leonardo, Shakespeare, Camões, Calderon, Cervantes, Copernico, Galileo, Kepler e outros. O século XVI teve esplendida e bela manhã, mas encerrou seu ciclo num intenso nevoeiro, tristemente...

O mal porém vinha de longe e a tragédia rebentou no século XVI. A idade média se apresenta como um bloco em bruto, isto é um mixto de ouro e de barro. Inicia-se essa época cumprindo triste missão: derrubar a força com força. O Império Romano era um cadaver, era preciso encontrar braços vigorosos para enterrá-lo. Isto fizeram os bárbaros, que por sua vez se apoderaram da sociedade. Era urgente arrancá-la das suas mãos e a Igreja incumbiu-se dessa árdua tarefa. Leão I, que enfrenta Atila, é um símbolo do que ela fez: à força bruta opôs a força moral, mil vezes mais poderosa e conseguiu batizar a sociedade: em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo.

Raiava assim esplendida primavera, mas, bem depressa, sobre a messe em flor, abateu-se destruidor furacão e caiu arrasador o granizo. Lutero, o monge rebelde, levantou a bandeira da revolta contra a Igreja de Deus que se viu envolvida num vasto incendio que lavrou com rapidez infernal e provocou o mais tremendo cataclismo religioso até então conhecido.

A Igreja não dissimulou a gravidade do mal e, mais uma vez, verificou que a salvação, não se encontraria nas alianças mais ou menos eterogêneas, e nas guerras. Uma revolução moral devia ser curada moralmente. A Igreja se consagrou com amor e paciência ao cumprimento desse altíssimo dever.

Reuniu o Concílio de Trento, no qual foram proclamados integridade de princípios e moralidade de fatos, para cuja aplicação surgiram Institutos providenciais. Deus acudiu às prementes necessidades. Aparecem então: Caetano de Tiene, Paulo Giustiniani, Ignacio de Loyola, Antonio Maria Zacarias, Carlos Borromeu, Felipe Neri, Jeronimo Emiliani, Pedro de Alcan-

tara, João da Cruz e uma legião de homens providenciais, que, criando novos sodalícios, avivaram a fé nos corações desanimados com o sopro vivificador do Evangelho.

Foi então que Mateus de Bascio — o austero filho das montanhas umbras — no dizer de Pastor, divinamente inspirado, desejoso de seguir uma vida mais perfeita, norteada pela rigorosa observância da Regra de São Francisco, iniciou, dentro da Ordem, uma nova reforma, instituindo os Capuchinhos.

Retrato do Capuchinho

Entre árduas e renhidas lutas formou-se essa Ordem que se tornou um dos primeiros e principais fatores da reforma Católica. No correr dos séculos tem dado à Igreja não poucos santos, e, logo no início de sua vida, deu muitos dos mais afamados pregadores do tempo, alguns chefes do movimento humanista cristão, e homens que tiveram não pequena parte na diplomacia da Europa.

Para o Capuchinho — afirma Manzoni — nada era demasiado humilde nem demasiado elevado. Servir aos enfermos e ser servido pelo poderosos; entrar com a mesma humildade e segurança no palácio do rico e no tugurio do pobre, ser por vezes, na mesma casa objeto de brincadeiras e personagem sem o qual nada se decida; pedir esmolas a todos e em toda a parte, e distribuí-las aos que a pedirem no convento: a tudo estava acostumado o Capuchinho.

Humildade e dignidade, simplicidade e grandeza casam-se no Capuchinho em virtude dessa lei de equilíbrio que harmoniza os extremos na vida cristã. Quem leu a história o terá encontrado tanto na choupana do pobre, como na corte dos reis, pregando aos humildes e lecionando nas aulas pontifícias; o terá surpreendido em pacificar brigas familiares e tratar dos negócios de Estado; acompanhar guerras e celebrar tratados, combater o erro e levar a fé às regiões distantes.

O nome de *Capuchinho* não foi por eles escolhido. Deus se encarregou de lho dar pela boca das crianças, desta maneira: narra-se que aparecendo pela primeira vez os frades da nova

reforma franciscana na cidade de Camerino, as crianças, cheias de curiosidade, cercaram-nos e em vista daquela estaménha e capuz de forma comprida que os cobria, começaram a gritar fazendo-lhes festa: Os Capuchinhos! os Capuchinhos! Os bons frades viram nisto uma voz do céu e receberam com prazer o nome que as crianças de Camerino lhe deram, passando assim a se chamarem Frades Menores Capuchinhos. (Memorie Storiche — P. Samuele Cultrera — pag. 11).

Com a simplicidade encantadora de sua vida apostólica ganharam imediatamente a simpatia universal dos povos; nas grandes epidemias que frequentemente assolavam a humanidade, eles se distinguiram em todos os países pela sua heróica abnegação que custou o sacrifício de milhares deles.

A prodigiosa propagação e a numerosa série de santos que ilustraram a nova família franciscana em todos os tempos até aos nossos dias, constituem prova evidente de que lhe não faltou a benção de Deus. No ano de 1536 os capuchinhos eram apenas quinhentos. Em 1571 a Ordem já possuía mais de trezentos conventos com um número superior a três mil frades. No século XVIII os Capuchinhos atingiram o seu máximo desenvolvimento e o seu período aureo, contando cerca de 32.821 religiosos e 63 províncias, além das missões do Brasil, Congo, Estados Barbares, Grecia, Siria e Egito. Presentemente a Ordem tem 55 províncias e pouco mais de 12.000 membros. A supressão das comunidades religiosas em muitos países, as guerras e outras circunstâncias da época, fizeram baixar o número sem que isso importe em decadência moral (Analecta Ordinis M.C. Vol. LIII, Fasc. V, pag. 110).

Vocação religiosa de D. Vital

A essa Ordem filiou-se o jovem Antonio Gonçalves de Oliveira. O norte e o sul do País estavam cheios da fama dos Missionários Capuchinhos. Salutar e profunda, vinha sendo no litoral e nos sertões do norte a ação dos Missionários Capuchinhos (Hildebrando Leal — Dom Vital, Bispo de Olinda — em Grandes Católicos, pag. 638) — Devido às especiais condições

político-religiosas da época eram os capuchinhos os únicos que palmilhavam de norte ao sul o país, regando-o com seus suores apostólicos. Um filho do norte de indiscutível competência em assuntos históricos, em páginas de sabor lírico, recorda “a crônica seráfica capuchinha extensa e linda no Rio Grande do Norte”. “Nenhuma paragem — escreve — ficou entregue ao Demônio sem que o frade não oferecesse combate em seu próprio domínio”. E cita o exemplo de Anta Esfolada que assombrava os moradores. “O frade ergue a Santa Cruz, prega, molha o solo de água benta, exorciza e rebatiza o lugar com o nome de Nova Cruz que o tempo respeitou”. No ano do cólera — afirma o mesmo historiador — “os missionários Capuchinhos conquistaram as coroas mais altas do sacrifício e do martírio. Multiplicaram-se por toda a Província assolada pelo flagelo horrendo. Desmaiavam de fome, insensíveis as fadigas, às caminhadas a pé, calcando areias e pedras, falando à luz das fogueiras rubras em latadas ao povo que se penitenciava chorando”.

Seus nomes ficaram imortais.

“O Capuchinho persuasivo e paciente, frade mendigo, de sandalia e bordão, sem muda de roupa e sem armas, vencia e desarmava os poderosos. Ainda é vivo na lembrança do povo o Capuchinho das santas missões, que construía igrejas e cemitérios, riscava estradas e plantava cruzeiros: o Capuchinho que ensinava o catecismo, o simples e lógico, o indispensável catecismo, divulgando orações singelas e cantos corais de ampla e estupenda eficácia psicológica, tendo intuição completa dos mistérios intelectuais do canto coletivo, como liame de solidariedade moral. O Capuchinho da palavra ardente e rude, arrebatadora e feroz, queimante como a braza e alta como nota de clarim. As sandalias, a barba longa, o hábito rústico, a coragem diária, o hábito das missões sem conforto e sem fim deram ao Capuchinho, em trezentos anos de campanha, a glória dessa tradição automática, espontânea e natural na memória e no coração do povo”.

Era esse o Capuchinho que Antonio Golçalves, o futuro Dom Frei Vital conheceu e admirou desde a sua infância no seio da sua família piedosa e cristã. Esse o Capuchinho que

ele desde então, muito amou e desejou ardentemente imitar.

E o conseguiu, vencendo obstáculos e provações sem conta. Do seminário do São Sulpício passou para o noviciado dos capuchinhos da província de Paris, patenteando desde cedo uma vocação firme e sincera, e o propósito de ser um bom Capuchinho. E o foi e dos mais perfeitos até a morte. Do Brasil levou para a França uma natureza dócil, aberta a todas as influências boas, uma adolescência pura, reflexo de uma alma generosa e um grande e belo sonho a cantar-lhe no coração — ser Capuchinho.

Gloriosas tradições dos Capuchinhos Franceses

A província dos capuchinhos de Paris, a cuja porta foi bater o jovem clérigo brasileiro, era das mais consideradas pelo prestígio da virtude e da ciência em todo o orbe seráfico. Desde o dia em que a Ordem se estabeleceu na França teve sempre no seu governo “religiosos que não havia iguais em toda a cristandade da época” (Cuthbert, O.M.Cap. — I Cappuccini e la Controriforma, pag. 278). Basta recordar alguns nomes como Angelo de Joyense, Bento de Canfield, José de Clerc, Ivo de Paris, Zacarias de Lisieux, Anastásio de Molé, Ivo de Evreux, Claudio de Abbeville e sobre todos o grande Onorato de Paris. Era uma verdadeira legião de homens enérgicos, dirigida por chefes de largas e amplas vistas e almas adamantinas. Na propagação da fé e conversão das almas e na luta contra a heresia foram incomparáveis. A história dessas pelejas é toda ela entretecida de episódios sensacionais, interessantíssimos e, por vezes, pitorescos. (Cuthbert, Obr. Cit. pag. 279)

Continuavam ainda vivas as tradições desses homens de Deus quando, em 15 de agosto de 1863, no convento do noviciado de Versalhes, o jovem Antonio Gonçalves de Oliveira vestiu o hábito capuchinho, trocando o nome de batismo pelo de Frei Vital Maria de Pernambuco.

Ao amigo Padre Bentes, paraense, que lhe pedia notícias sobre a nova vida que acabava de abraçar, escreveu Frei Vital entre outras coisas: “Ah! meu caro amigo, a minha linguagem

é insuficiente para lhe manifestar os transportes de alegria, de júbilo em que vivo. Oh! não tenho tempo para dizer-lhe alguma coisa das venturas, que minha alma goza aqui nesta santa casa do Senhor; só lhe digo que não me lembro mais do mundo, estou onde minha alma há tanto tempo desejava viver. Ah! estou no paraíso" (Olivola, Fr. Felix — Um Grande Brasileiro, pag. 32).

Nessas expressivas palavras Frei Vital manifesta ao amigo a sinceridade de sua vocação: tinha ido bater à porta do convento dos Frades Menores unicamente em busca de perfeição, obedecendo ao chamado divino. Quando a Providência o chamará a cumprir a alta missão de pastor, sentando-o no solio episcopal da diocese de Olinda, arrancado-o quase de surpresa da sua cela de pobre frade capuchinho, na sua primeira pastoral "Saudando aos diocesanos depois da sagração" não poderá occultar as saudades por deixar o abençoado retiro e confessará: "Contente com o lugar que por sorte nos tinha cabido e ocupávamos na casa de Deus, começávamos apenas a saborear os frutos da nossa venturosa obscuridade, quando a mão do Onipotente dela nos veio arrancar para colocar-nos, sem embargo da nossa indignidade, entre os príncipes do seu povo... Ah! vós, ô veneráveis irmãos de hábito, que tendes a dita de ficar descansando na *formosa mansão da paz, nos tabernáculos da confiança*, lembrai-vos que um dos vossos companheiros, sem dúvida menos afortunado, foi chamado ao grande combate..." Termina esse importante parágrafo da sua Primeira Carta Pastoral pedindo aos seus irmãos de hábito que se não esqueçam dele na montanha da oração enquanto ele à testa da falange do Senhor estiver empenhado no bom combate.

Dom Frei Vital, o Capuchinho perfeito

Sua correspondência à vocação religiosa é demonstrada pela vida cheia de virtudes, desprendimento e dedicação aos deveres.

Dom Frei Vital encarnou o perfeito Capuchinho: pobre, humilde, simples, cheio de fé, fiel observante da Regra seráfica. Nunca pensou em ser outra coisa senão Capuchinho. E se a

mitra episcopal veio exornar-lhe a formosa cabeça, não a desejou, e foi para ele grande surpresa e muito relutou antes de se curvar ao peso das responsabilidades do *munus* pastoral. Almejava ser apenas missionário capuchinho do sertão igual aos que ele conhecera em sua querida terra.

Quando ingressou na família capuchinha de Paris não ignorava a fama e a tradição de austeridade desses filhos de São Francisco, e conhecia por certo o episódio de Roccaberti que, vindo da nobreza, com as melhores intenções de servir a Deus na Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, ao retirar-se para os Observantes, confessou: “para ser capuchinho é preciso ser anjo ou homem de pedra” (Cuthbert, ob. cit. pag. 236). Aliás outro religioso da mesma província, igualmente vindo da nobreza para as fileiras dos Frades Menores, e que na Ordem adquiriu fama de anjo, a um admirador que lhe perguntava há quantos anos se achava na Ordem, respondeu: “Na religião não se contam os anos, mas sim as virtudes que se adquirem”.

Na vida de Dom Frei Vital não devemos contar os anos passados na Ordem dos Capuchinhos, que na verdade não foram muitos, apenas 15 anos, mas as virtudes que nesse curto tempo adquiriu de verdadeiro capuchinho e fiel discípulo do Seráfico Pai São Francisco.

A mais bela prerrogativa da Ordem seráfica é justamente a satisfação de servir à Igreja orientando a atividade sempre e em tudo com o espírito de indefetível obediência à Santa Sé. A história franciscana em todos os países e em todos os tempos tem escrito admiráveis páginas de indiscutível heroísmo em defesa da Santa Igreja.

Ao Capuchinho brasileiro, Frei Dom Vital Maria de Oliveira, estava reservada a missão de defender os direitos da Igreja, numa hora decisiva, a custa da própria vida e dele seria o privilégio de lançar no sulco profundo do seu sacrifício, a semente da liberdade da Igreja escravizada pelo poder temporal.

Solidariedade dos Irmãos de Hábito

Na galeria veneranda de Capuchinhos santos, que ilustraram com o poder do exemplo e da palavra os anais gloriosos

da história eclesiástica, Dom Frei Vital ficará sempre como um dos melhores e dos mais heróicos. Os contemporâneos, seus irmãos de hábito, assim o consideraram.

O Revmo. P. Frei Inocencio de Apiro, Procurador Geral das Missões capuchinhas, escrevendo de Roma ao Comissário Geral do Rio de Janeiro, comunicou-lhe que Dom Frei Vital na visita que fizera ao Santo Padre tinha obtido **PLENÍSSIMA APROVAÇÃO DO SEU MODO DE AGIR** e acrescentava: “fique certo que Dom Frei Vital nos quer bem, porem, não transige com que quer que seja; tem um carater bastante absoluto, mas admite razões, e não regeita quem lhas apresenta, porem combatê-las no caso que lhe pareçam injustas e tudo isto não é reprovavel” (Primerio, Frei Fidelis — Capuchinhos em Terra de S. Cruz, pag. 327 e seg.).

Frei Serafim de Gorizia, o desbravador das selvas do Mucuri e do Rio Doce, o catequista feliz dos pojichás e o fundador da cidade mineira de Itambacuri, cujo heroismo illustrei modestamente num livro, já no prelo, sob o título “Nas Selvas dos Vales do Mucuri e do Rio Doce”, vindo à côrte para tratar dos interesses dos seus queridos indios não receiou os perigos aos quais se expunha, e, sem hesitar um só instante, visitou na prisão da fortaleza de São João ao confessor da fé Dom Frei Vital, beijando-lhe humildemente os pés (Primeiro, obr. cit.).

Frei Fidelis Maria de Fognano que passa “pregando, confessando, casando, deixando atraz de si um claro lume insensível aos ventos soltos do pecado e da descrença, derrama a palavra em São José, Paparí, Vale Verde de Capió e São José, ficou fiel à tradição. Quando Dom Vital — recorda Luiz da Camara Cascudo — era atacado por todas as matilhas, a Câmara Municipal de São José de Mapibú, em vereação de 10 de junho de 1874, oficiou ao grande Prelado comunicando-lhe haver sido aprovado “um voto de adesão a respeito da attitude enérgica e apostólica que tem assumido na questão religiosa”.

Os capuchinhos espalhados em todo o Brasil estiveram ao lado de Dom Frei Vital na hora da luta. Não podiam porem se manifestar ruidosamente, sem comprometer sua missão e tornar mais difficil a questão por si tão delicada. Alem disso as intri-

gas políticas e a confusão espalhada pela famosa carta "*gesta tua non laudantur*" "os teus feitos não são louváveis", obtida pelo Barão de Pênedo do Cardal Antonelli, e depois desmentida, paralizaram a ação do clero, que, como medida de prudência, ficou aguardando a palavra oficial de Roma. Todavia não faltaram manifestações eloquentes de piedade e ao mesmo tempo de conforto aos ilustres prisioneiros: No mês de junho de 1874 houve no Morro do Castelo um triduo de preces — mui concorrido — pelos dois Bispos encarcerados. Frei Caetano, em 21 de março de 1874 acompanhou, com algumas pessoas, a Dom Frei Vital do Arsenal de Marinha à fortaleza de São João. (Primerio, lug. cit.)

Frei Caetano de Messina, missionário gigante, que pacificou revoltas e lidava constantemente com enormes multidões, sempre doces à sua palavra apostólica; Frei Caetano, cujo prestígio era grande na Côrte, junto de Dom Pedro; Frei Caetano que era o melhor amigo de Dom Frei Vital, seu conselheiro, nada conseguiu em favor dos Bispos porque o Monarca, pessoalmente, manteve-se obstinado exigindo o castigo e a punição dos heróicos Pastores. Quando porem a voz do Santo Padre se fez ouvir, entre as dúvidas propositalmente espalhadas, e o clarão da verdade rasgou as trevas, Frei Caetano de Messina falou alto nas "clamorosíssimas missões de Taubaté", pregando a 10, 15, e até 20 mil ouvintes, explicando a Encíclica que, dando razão a Dom Frei Vital, condenava perentoriamente a maçonaria. Da cidade de Taubaté, escreve longamente em 22 de julho de 1876, ao heróico bispo de Olinda, explicando como nem êle, nem os seus subordinados, deixaram um só momento de admirá-lo e estar ao seu lado contra a impiedade e dava-lhe conta porque em Pernambuco e no Rio de Janeiro não tinha sido tão enérgico e inflexível: "Ah! porque eu desde o começo da clamorosa questão maçônica previ que Roma havia de pronunciar sua tardia pontifical palavra. E com efeito em 29 de abril Roma oficialmente falou ao Governo Brasileiro, e fez um solene apelo ao mui sensato episcopado da nação brasileira. Eu por isso, velho de 70 anos, amicissimo do povo brasileiro, e profundo conhecedor da docilidade e religiosidade deste povo, sem delongas,

levantei minha voz com todo o desembaraço e energia contra os maçons e a maçonaria. Ah! eu sempre temi (e ainda receio) o cisma, por isso como Prefeito Apostólico dos Missionários Capuchinhos italianos, *desde o começo da questão me puz alerta e de observação para não complicar a questão. E hoje que Pedro falou com toda a solenidade em Pio IX venha o que vier, aconteça o que acontecer, ah! hei de dar com os meus missionários capuchinhos até a mesma vida para sustentar a sapientíssima encíclica de 29 de abril de 1875.* (D. Macedo Costa — *Questão Religiosa no Brasil*, pag. 362).

A franqueza de Frei Caetano no pulpito e a linguagem apostólica desta carta, no seu estilo peculiar e tão seu, custou-lhe censuras da parte da imprensa setária e até denúncias ao Governo. Acusaram-no de “fanatizar o povo, embrutecer as massas, desprestigiar a lavoura, matar a imigração, atacar de frente as instituições fundamentais do País e pregar, nada mais nada menos, do que a substituição da Constituição Política do Império pelo syllabus, o código do obscurantismo” Frei Caetano o grande Frei Caetano que pacificou revolta sem precisar de soldados e de baionetas, mas unicamente armado do Crucificado e da palavra evangélica do amor e da fraternidade em Jesus Cristo, passava agora por um reles rebelde. O Governo Imperial solicitou informações secretas à Presidência da província de São Paulo. Estas vieram tecendo os mais altos elogios ao apostólico missionário e a calúnia se desfez ridiculamente à luz meridiana do bom senso e da verdade (Terrinca, Frei Bento de — *Um Anjo do Brasil*, pag. 49). Dois anos depois Frei Caetano faleceu na cidade de Montevideo, onde se encontrava em visita canônica aos Capuchinhos daquele país. O Governo Brasileiro não foi ingrato, e a sua custa, fez trasladar o corpo para a igreja do Morro do Castelo que ele reconstruira. Hoje os seus restos mortais repousam na cripta do atual convento de São Sebastião.

Dom Frei Vital sabia que era querido e admiradíssimo pelos seus irmãos de hábito e por isso considerou-se em sua casa a casa dos capuchinhos no Brasil e no estrangeiro. Quando o grande Patrono do Exército brasileiro, o Duque de Caxias abriu a prisão e restituiu a liberdade aos dois heróicos Bispos, Dom

Frei Vital, após as visitas indispensáveis, recolheu-se com seu companheiro de martírio ao Convento do Morro do Castelo, transformado de repente em centro de romarias do povo e associações, do clero e seminário, que num movimento impressionante de solidariedade, de estima e carinhosa admiração, porfiavam em homenagear os heróicos defensores da fé (Olivola, obr. cit. pag. 201).

No dia 25 de março de 1876, de volta de Roma, ordenou alguns sacerdotes capuchinhos na igreja do convento de Versalhes, onde Dom Frei Vital passou o ano do noviciado e agora tantas recordações despertava em seu coração. Ao almoço, no refeitório lindamente adornado, como se costuma em honra aos neo-sacerdotes, avultavam duas inscrições alusivas a Dom Frei Vital e à sua coragem apostólica: *“Eu trabalho para o Evangelho até ser atado”*. *“Sede fortes na batalha contra a antiga serpente”*.

Dom Frei Vital sentia-se feliz na paz do convento: “O virtuoso filho do Patriarca de Assis sempre que se achava nos conventos da sua Ordem — escreve Antonio dos Reis — (obr. cit. pag. 25) deixava de ser Bispo de Olinda para ficar sendo simplesmente Frei Vital, um pobre capuchinho como seus irmãos de hábito.

O Bispo de Olinda continuava a ser o capuchinho Dom Frei Vital Maria de Pernambuco, pobre, humilde, austero, penitente. “Tal era a consolação que sentia o heróico bispo que muitas vezes disse a um sacerdote seu amigo: que boa e santa vida! quem me dera morrer por aqui entre meus irmãos!” (A. dos Reis, obr. cit.).

E Deus lhe concedeu essa mercê que êle merecera pelo fervor da observância das santas Regras da Ordem e pela generosa correspondência à vocação. Sua vida austera e penitente, que embora escondida, transparecia aos olhos indiscretos dos que mais de uma vez surpreenderam ao santo Prelado “sozinho, descalço, apesar do intenso frio que fazia, a praticar a devoção da Via Crucis, no claustro do convento”. (Ibidem)

Daí provinha sem dúvida a fortaleza cristã do homem de Deus, do pastor que não trepida em dar a vida pelas ovelhas, do

Bispo que, serenamente, sem arrebatamentos irrefletidos, ciente e consciente das consequências e responsabilidades, a semelhança do Precursor, atira aos poderosos da terra o — NON POS-SUMUS!

Antonio dos Reis que na defesa de Dom Vital transformou as colunas do "O APÓSTOLO" em verdadeira cidadela e na mais alta tribuna, ao contemplar a heróica figura do Bispo de Olinda escrevia no enfurecer da luta: "Que brasileiro antes dele, ergueu-se na altura da sua dignidade e fez frente ao erro, à hipocrisia, e à impiedade USQUE AD MORTEM? Antes de Dom Frei Vital, digamos aqui, para honra desse Varão Apostólico, para honra do clero que lhe foi fiel e de todos os católicos que se associaram à causa da Igreja perseguida — antes desse confessor da fé — NINGUEM!

As três marcas do Frade Menor Capuchinho

Entre as notas que distinguem o verdadeiro frade menor avultam sobremaneira três: 1.^a Incondicional devotamento à Santa Sé, sempre inteiramente de acordo com o sentir do seráfico fundador, que mereceu ser cognominado: "*vir catholicus et totus apostolicus*" — 2.^a Amor sem reserva à Mãe de Deus. — 3.^a O desprezo absoluto para todas as comodidades da vida, isto é, o amor a santa pobreza. Três coisas que o Seráfico Patriarca recomendou em seu Testamento.

Em Dom Frei Vital resplandeceram admiravelmente estas notas características do perfeito Frade Menor:

I — Defendeu com destemor os direitos da Santa Igreja e se bateu, com denodo, pela liberdade espiritual, primando sempre pela incondicional obediência e fidelidade ao Vigário de Jesus Cristo, mesmo nas horas de dúvidas e de confusão.

II — O lema das suas armas *Iter para tutum* é uma afirmação solene do seu amor a Maria Santíssima, com essas palavras extraídas do "Ave Maris Stela", colocava o seu episcopado sob a especial proteção de Maria, invocando-a como guia seguro no caminho da verdade. E quando Dom Frei Vital des-

ceu à arena do combate que não lhe era lícito recusar, fê-lo em defesa de Maria Santíssima, cujas excelsas prerrogativas tinham sido blasfema e ousadamente atacadas.

III — Finalmente seu amor a pobreza franciscana transparece na simplicidade de sua vida, no desprendimento das coisas terrenas e no desprezo absoluto de todas as comodidades, como discípulo fiel daquele que desposou a pobreza e deixou-a como rica herança aos seus filhos.

Despedida

No serviço do Senhor não contam os anos, mas os trabalhos e as virtudes.

A Dom Frei Vital se ajustam as palavras da Sabedoria: “Consummatus in brevi explevit tempora multa” (C. 4 v.i.). Tendo vivido pouco, encheu a carreira de uma larga vida.

A missão que a Providência lhe tinha confiado fôra cumprida. A semente lançada no sulco aberto pelo sacrifício em seu coração, daria por certo copioso fruto que outras mãos haviam de colher. “Os sofrimentos desses ungidos do Senhor — escreveu uma robusta e corajosa pena — haviam desabrochado em flores místicas... Marcou época imorredoura no renascimento do culto e da crença em nossa terra” (Calógeras, Frei Vital, em “Res Nostra”).

Com essa radiosa visão nos olhos, abençoando o sacrifício, perdoando e oferecendo sua vida pela igreja de Olinda, Dom Frei Vital se despedia deste mundo.

Regressando da Cidade Eterna, no dia 13 de março chegou a Paris e se recolheu doente ao convento dos Capuchinhos. Sabendo que ia morrer, preveniu aos seus irmãos de hábito com estas palavras: “entro na minha sepultura da qual não sairei senão cadaver”.

No dia de Páscoa, 21 de abril, celebrou com efeito sua última missa durante a qual como do costume, a piedade e a santidade resplandeciam no veneravel semblante do enfermo. Aca-bada a missa, quando voltava para o quarto, disse: Estou muito cansado, não sirvo mais para nada, e já foi felicidade ter podido ainda celebrar hoje”.

Os Padres da Missão, os Lazaristas, com as melhores intenções queriam levá-lo para sua casa, oferecendo ao ilustre enfermo melhor conforto e comodidades que ele, agradecido, recusou. Pediu só o favor de retomar o hábito Capuchinho, exclamando: *amo-o tanto!* Sentia-se muito feliz por encontrar-se em tão extrema pobreza no seu quarto franciscano. A um padre antigo missionário no Brasil que lhe falava das belezas da pátria distante, lembrava a felicidade do convento, a alegria de se encontrar entre os seus irmãos, na vida voluntariamente aceita.

A frei Vicente que queria oferecer sua vida por ele, respondeu: *“não, reze para que se cumpra a vontade de Deus; ele sabe melhor do que nós o que é necessário”*.

Aproveitou aqueles últimos dias de sua vida para, transformando sem o saber seu leito de dor em catedra, dar sábias lições aos que rodeavam. *“Crede em um pobre bispo enfermo: aqui tudo é vaidade; é melhor estar com Deus que com os homens, mas é preciso merecer esta graça. Eu vim aqui para morrer, vereis que digo a verdade”* (Olivola, obr. cit. pag. 248).

A Irmã Morte...

Aproximava-se o desenlace.

A Irmã Morte o esperava a dois passos, mas não o atemorizava. Ele não se enganava sobre seu estado. Dom Grandin, bispo de Santo Alberto no Canadá, após a visita que fez ao enfermo, declarou a Frei Apolinário: Dom Frei Vital é um Santo!”

No dia 1 de julho recebeu a visita do Exmo. Cardial Howard, da Inglaterra, que, achando-o fraco, teve escrúpulos de cansá-lo e retirando-se considerou iminente a morte do grande Bispo brasileiro.

A 3 de julho Dom Frei Vital chamou Frei Apolinário, confessou-se e pediu os últimos sacramentos. Frei Apolinário e o enfermeiro queriam esperar, ele porem insistiu: *vou morrer, bem o sei, dê-me a Extrema-unção*. Enquanto Frei Vicente arrumava o quarto, o Bispo entregou ao Provincial, Frei Crisostomo, a quantia de 800 francos, declarando como perfeito filho

de São Francisco que nada tinha e nada queria deixar na terra. Aquilo era todo o dinheiro e toda a riqueza que possuía. Perguntou-lhe p. Provincial se queria fazer testamento respondendo ele franciscanamente: **SOU CAPUCHINHO, QUERO MORRER NA POBREZA DE QUE FIZ VOTO**".

As 7 horas da noite os religiosos com velas acesas acompanharam o santo Viático que Dom Frei Vital recebeu com seráfica piedade das mãos do Padre Provincial. Este dirigiu-lhe palavras tocantes que traduziam a solenidade da hora e lembrando as lutas sustentadas pela glória de Deus e da Santa Igreja, pediu-lhe que perdoasse aos inimigos. O moribundo num último esforço endireitando-se no seu leito com voz bem clara, exclamou: "Oh! sim! perdão tudo que me fizeram, perdão a todos sem exceção; já o disse nas minhas cartas pastorais, quero repeti-lo neste momento: Ofereço minha vida a Deus pela minha igreja de Olinda".

Cercado pelos irmãos de hábito, pelos amigos e compatriotas Padre Esberard, Dr. Ferreira e o Snr. Jobin, com o sorriso nos lábios, consolado pela visão do céu que por certo se lhe abria, repetindo devotas jaculatórias, adormeceu no Senhor o bom soldado de Cristo, o intrépido Bispo de Olinda, o bom Capuchinho, indo receber o galardeão a que fizera jus pela sua heróica vida.

Era uma quinta feira, 4 de julho de 1878, e o relógio do convento tristemente marcava 23 horas...

Dom Frei Vital encerrava sua vida terrena com a idade de 33 anos, 9 meses e 8 dias, no XV ano de sua profissão religiosa na Ordem dos Capuchinhos e no VII de glorioso episcopado.

Conclusão: Um voto

Senhores, destas alturas, onde Dom Frei Vital nos levou para assistirmos ao remate de sua jornada que é, ao mesmo tempo, epopéia e apoieose, acabamos de ouvir o brado do herói de Cristo pela justiça e pela liberdade espiritual da Santa Igreja.

Dom Frei Vital se nos apresenta agora como sempre foi: homem excelso, figura gigante, bispo das épocas aureas, Capu-

chinho santo. Em Dom Vital, já consagrado no bronze da História, há candura dos alpes nevados, fulgores de estrelas, e asas de anjos.

Entre as misérias e os pantanais da vida moderna, consolam-nos e alenta-nos este contato e esta visão que une a graça e a liberdade; o fogo do céu e o ardor da terra; o sopro divino e o arrebuo do herói; a suprema dádiva do alto e a força suprema do homem, que se fundem e se traduzem em purificação e amplexo, em batalha e extases; e nos quedamos, comovidos e admirados, na contemplação de Dom Vital no Coração de Deus e Deus no coração de Dom Vital!

Ousamos por fim formular um voto:

Que a Santa Igreja, mestra infalível da Verdade, inscreva, quanto antes, o nome de Dom Frei Vital Gonçalves de Oliveira, heróico Bispo de Olinda, no aureo livro dos Santos e lhe decrete, oficialmente, as honras e a glória dos altares:

Será Dom Vital o primeiro Santo Brasileiro?

BIBLIOGRAFIA

- CIVEZZA, P. Marcellino de — Storia delle Missioni Francescane
 CESINALE, P. Rocco da — Storia delle Missioni Cappuccine
 ANALECTA ORDINIS M.C. — Coleção
 LEAL, Hildebrando — Dom Vital, Bispo de Olinda, em "Grandes Católicos"
 CASCUDO, Luiz da Camara — Os Capuchinhos no Rio Grande do Norte em A REPUBLICA, 18-2-1939 — Revista "D. Vital" Abril, 1939 — Recife
 CUTHBERT, O.F.M.Cap. — I Cappuccini e la Controriforma
 OLIVOLA, P.Fr. Felis de — Um Grande Brasileiro
 PRIMERIO, Frei Fidelis de — Capuchinhos em Terra de Santa Cruz
 DOS REIS, Antonio — O Bispo de Olinda perante a história.
 DOM MACEDO COSTA — A questão religiosa do Brasil
 PALAZZOLO, P. Fr. Jacinto — Nas Selvas dos Vales do Mucuri e Rio Doce
 TERRINGA, Frei Bento de — Um Anjo do Brasil
 CALOGERAS, Pandiá — Frei Vital em "Res Nostra"
 MANZONI, Alexandre, — I Promessi Sposi
 CHIARAMONTE, P. Frei Samuel — Memorie Storiche
 BECKER, Dom João — Em Conferências Franciscanas — Inst. Cat. de Ciências e Letras — Porto Alegre.

De D. Vital a S. Vital ?

ALCEU AMOROSO LIMA

O iníquo julgamento

No dia 21 de Fevereiro de 1874 a capital do Império do Brasil despertou mais cedo que de costume. A madrugada de verão era radiosa e bela. Era pesada e grave, porém, a opressão nos corações. Nunca assistira o Rio a um espetáculo semelhante àquele que nessa manhã iria desenrolar-se. Pela primeira vez, em sua história, um sacerdote revestido da plenitude episcopal de suas funções, ia ser julgado como réu comum perante a Corte Suprema da magistratura nacional. Havia mais de um ano que o país inteiro se agitava em torno de uma questão, que começara como sempre insignificante e local, mas que, inesperadamente, assumira um aspecto nacional e dividia o público em facções irreduzivelmente lançadas uma contra a outra, pelo clamor dos jornais, dos folhetos e dos púlpitos.

Na véspera dêsse dia um jornal politicamente ligado ao Ministério Rio Branco, então em exercício sob a direção do maior orador da Câmara e do Grão Mestre da Maçonaria nacional, estampava um artigo patético, provavelmente da autoria de Juca Paranhos, seu diretor, filho do Presidente do Conselho, futuro Barão do Rio Branco, em que procurava mostrar a gravidade da situação e a sua importância de carater não apenas religioso mas político.

— “Não é uma causa comum a que vai amanhã ser julgada. É uma causa excepcional, única, uma causa eminentemente política e isso no sentido maior, mais alto, mais profundo da expressão. Dom Vital não é apenas o cidadão que vai responder por uma falta grave, não é apenas o bispo que vai ser julgado

por um inqualificavel excesso de jurisdição espiritual; o jovem prelado personifica um princípio, uma escola, um sistema integral. E' antes de tudo a Constituição que está em causa, são as leis orgânicas e de qualquer modo a soberania temporal que vai ser julgada. Nesse julgamento, o primeiro interessado é o próprio futuro do país. Se D. Vital for absolvido, não terá apenas a justiça deixado impune um cidadão altamente colocado. Terá condenado implicitamente todas as leis que regulam, no Brasil, as relações entre a Igreja e o Estado. O Episcopado seria, de então em diante, o único juiz de si mesmo, o único apreciador dos seus atos. Apoiado sobre a santidade de sua missão, não reconhecendo no Império qualquer superior, livre de executar os decretos da Cúria Romana isentos do *placet*, teria um poder sem limites" (*A Nação* — 20.II.1874).

Tinha razão o órgão governamental e talvez a pena do seu próprio chefe. A causa que iria julgar-se realmente transcendia das normas habituais. Eram realmente dois princípios que se defrontavam. Como bem dizia essa folha officiosa, tentando alarmar os juizes: "o jovem prelado personifica um princípio". O princípio que D. Vital personificava era o da *Liberdade*. O princípio que a sua condenação ia personificar era o do *Totalitarismo*, termo ainda então desconhecido, mas espírito já de há muito manifestado sob a denominação de *Regalismo*.

Eis porque, nessa manhã de estio carioca, uma multidão se apinhava dentro e fora do tribunal onde ia comparecer o jovem prelado e onde iria decidir-se, em princípio, não uma questão de prestígio mas uma questão de direito, não apenas a liberdade de um Bispo mas a liberdade da própria palavra de Deus, de que D. Vital ia ser o mártir em terras do Brasil.

Dom Vital e Machado de Assis

Esse jovem, predestinado a tão altos destinos, filho de gente modesta do sertão, formado para a vida sacerdotal longe da pátria, e cujo nome era até pouco antes totalmente desconhecido — conseguiu pela sua attitude empolgar a opinião pública. Entre os desconhecidos que se acotovelavam à porta do

tribunal, para verem chegar em sua caleça o jovem Bispo, acompanhado do Bispo do Rio e de um Bispo norte-americano, de Kansas-City que, de passagem por aqui, timbrou em sentar-se no banco dos reus ao lado do seu intrépido colega brasileiro — entre êsses desconhecidos e basbaques de sempre estava um homem de 35 anos, um lustro mais velho que D. Vital, de fisionomia apagada e escura, perdido na multidão mas já então considerado, ao lado de José de Alencar, como uma das duas maiores figuras das letras brasileiras. Era Machado de Assis um dos anônimos que se apinhavam, nessa manhã de 1874, para verem passar o prelado de Olinda, precisando, aliás, por-se nas pontas dos pés para que os mais ousados e altos não lhe tirassem a vista, que era escassa. Que não teria êle escutado contra Dom Vital da boca do seu íntimo amigo Saldanha Marinho! Que mundo de apôdos e incompreensões não lhe teria chegado aos ouvidos por parte do seu grupo literário do “Diário do Rio”, do “Globo” ou da “Semana Ilustrada”, todo êle integrado na corrente dos adversários dos Bispos! Toda a nova geração literária estava contra êles. Toda, minto. Havia também, mesmo entre os que, por suas idéias e atitudes, poderiam ter tomado uma posição hostil, alguns que pressentiram a causa que na realidade encarnava D. Vital. Longe de ser a causa da opressão, da rotina, dos privilégios, como apregoavam os inimigos do Bispo, — era a causa da Verdade e da Justiça. Assim parece que o adivinhou o mais famoso dos revolucionários intelectuais dêsse tempo, que justamente por essa época se refugiava, numa vila do interior sergipano, para tentar subverter, em vão, todo o passado cristão de nossa história: Tobias Barreto. Tobias Barreto não tomou parte na campanha contra D. Vital. Mas tal campanha aliciou, em regra, toda a nova geração intelectual, do Norte ao Sul, em nome do chamado “pensamento livre”, que sabemos ser, por definição, o menos livre dos pensamentos.

Machado de Assis pertencia ao grupo de Quintino Bocaiuva e de Saldanha Marinho, na capital do Império, o grupo que mais furiosamente ia atacar Dom Vital, durante o processo. Além disso, que mundo de contrastes entre o jovem roman-

cista, que em 1874 publicava "A Mão e a Luva" ainda cheio de ilusões românticas, mas que dois anos mais tarde ia começar a fase mais autêntica da sua obra, toda ela repassada de amargor e negação, — e o jovem monge que havia dois anos vinha enfrentando todo o peso de uma luta como jamais houvera em toda a nossa história e poucas vezes na história da Cristandade. Machado era o tímido, o recalcado, o cético, que em tudo via a equivalência dos valores e viera diluindo há muito os princípios cristãos que recebera, na infância e na adolescência, numa obra crescentemente penetrada do mais amargo pessimismo. D. Vital era o crente, o forte, o heróico, que desde menino fôra fiel à vocação irresistível que a graça lhe comunicara para a regeneração da Cristandade brasileira. Pertencentes ambos à mesma geração, pois o romancista nascera em 39 e o prelado em 44, mas nascidos e formados longe um do outro, e em condições diametralmente opostas. Um, na lição das vidas formadas pelo ascetismo mais autero, nas velhas salas escuras, desertas e glaciais do convento dos capuchinhos em Versailles, onde as provações sucediam às provações, para que a Providência pudesse aquilatar da resistência moral dêsse moço talhado para tão altos destinos. O outro, na licença de uma adolescência e de uma mocidade totalmente entregues aos caprichos das paixões juvenis, e voltadas para um ideal literário totalmente penetrado pela rejeição de todos os valores que D. Vital representava. Machado de Assis era o espírito do século, irônico e demolidor, brincando com a vida e descrendo da verdade, vendo nos homens e nos acontecimentos simples acasos felizes ou infelizes de uma Natureza cega que tanto punia os bons como exaltava os maus e terminava pontualmente no Túmulo, onde o pano descia sôbre a comédia. Dom Vital, no extremo oposto, era o homem da Cruz, que entregara a sua mocidade e a sua vida a Jesus Cristo e sentindo embora, nos transe de sua angústia humana, as misérias de sua fraqueza humana, nunca fugiu à luta e ao dever, sempre colocou o seu destino nas mãos de Deus e sempre viu, no tumulto evanescente das coisas precárias da história, luzir o farol da Igreja Católica como sendo o fanal de todo caminho verdadeiro da

vida eterna e a eterna alegria dos justos. Se houve uma alma que Machado de Assis poderia não ter compreendido, se houve uma atitude que o jovem poeta de 1874, já nos galarins da glória, poderia ter condenado, era a atitude de Dom Vital. E no entanto, tal é o prestígio imenso da Verdade, a marca que em Machado de Assis ficou da visão fugaz do jovem bispo naquela clara manhã de Fevereiro, nunca mais se apagou do seu espírito. E vinte anos mais tarde, depois de ter vivido a mais intensa vida literária do seu país, depois de ter escrito os romances mais demolidores do seu gênio estético, depois de ter descrito da natureza humana em todos os tons, e zombado de Deus e dos homens em todas as páginas de sua obra, — em 1894, quando a propósito do falecimento do Bispo do Rio de Janeiro, Dom João Esberard, evoca a visão fugaz que em 1874 tivera de D. Vital, fá-lo nestes termos que até hoje soam como o mais conciso, mas também o mais expressivo retrato que porventura se tenha até hoje traçado do jovem bispo de Olinda.

“Nenhum lutador mais impetuoso, mais tenaz e mais capaz que D. Vital, Bispo de Olinda, e a impressão que este me deixou foi extraordinária. Vi-o uma só vez, à porta do tribunal, no dia em que ele e o Bispo do Pará tiveram de responder no processo de desobediência. A figura do frade, com aquela barba cerrada e negra, os olhos vastos e plácidos, cara cheia, moça e bela, desceu da sege... com um grande ar de desdem e superioridade, alguma coisa que o fazia contar como nada tudo o que se ia passar perante os homens” (in “A Semana”, 24-I-1897, 3.^o vol. pg. 409).

Para um homem como Machado de Assis, que tinha horror a toda a adjetivação derramada, dizer de alguém que lhe deixara, num simples golpe de vista, “uma impressão extraordinária”, era que realmente, êsse alguém excedia de muito a estatura comum dos homens e marcava para sempre os seus contemporâneos, tanto por seus traços físicos como por sua bravura moral. O “grande ar de desdem e superioridade” era a consciência limpa e serena de quem não vacilara um minuto na prática do dever, por mais incríveis que fossem as dificuldades acumuladas contra si, já que momentos houve em que

D. Vital teve contra si, não só o pêso do Estado, mas ainda o da própria Igreja, mal informada sôbre os atos do seu grande filho e que na pessoa do inter-núncio de então ia fazer sentir ao mártir, por alguns momentos, o mesmo sentimento de completo abandono que seu Mestre sofreu no Jardim das Oliveiras. O fato de Dom Vital não “contar como nada tudo que se ia passar perante os homens” refletida nos seus olhos claros e desdenhosos, era a feliz expressão da vida sobrenatural, sobrenaturalmente vivida, que fez com que o rumor das censuras, das advertências, das intrigas, das murmurações ecoassem de muito longe aos seus ouvidos, como devem ecoar sempre aos ouvidos de todos os que sofrem provações por amor da Verdade e da Justiça.

As virtudes do Bispo

Essa imperturbabilidade, que o Papa Pio XII gloriosamente reinante disse, há tempos, ser a virtude mais necessária aos homens de nossos dias, era a mais destacada talvez das virtudes de D. Vital. Nada conseguia alterar a serenidade dessa consciência. Pensemos um pouco no que é um rapaz que ainda não tem 30 anos, o mais moço dos Bispos do Império, que mal começa o seu ministério episcopal, lançado sem a mais leve provocação de sua parte numa luta em que tem contra si as fôrças sociais mais potentes de então, no Palácio Imperial, no Conselho de Ministros, no Parlamento, no Conselho de Estado, nas Lojas Secretas, na Corte Suprema, na Imprensa e até pela ruas. Pensemos que, se teve o apôio ardente e total do grande Bispo do Pará, e de alguns companheiros de Episcopado, ia encontrar reticências na atitude de outros e até hostilidade do próprio Secretário de Estado da Cúria Romana. Pensemos em tudo isso e reconheçamos que a tranquilidade moral do jovem prelado, que tanto impressionou o jovem romancista carioca, era realmente uma virtude sobrenatural.

E junto dela, a tenacidade. Houve muito quem lhe aconselhasse a “não ir tão longe”. Os conselhos que os políticos experimentados, como o seu amigo Conselheiro João Alfredo, lhe

diavam, ou como os que recebia da própria Nunciatura, era que se contentasse com um protesto moral e não levasse avante uma luta em que o Governo não poderia recuar. As acusações de imprudência choviam de toda parte. Tudo o que seria motivo humano de ceder foi murmurado aos seus ouvidos e certamente repetido dentro de si mesmo, nas longas horas de agonia e solidão no Palácio da Soledade, quando teve de assumir sosinho a responsabilidade de tão árdua campanha. E no entanto, a tudo opunha o jovem capuchinho a segurança de que tinha Deus consigo, de que sua atitude não era precipitada nem ambiciosa, mas a dura decisão de ir até o fim na defesa dos direitos da liberdade da Igreja. E assim é que não vacilou. Não hesitou. Não retrocedeu. Seguiu impávido seu caminho, procurando explicar sua atitude, em pastorais, avisos, cartas, em que se derramava, prolixamente, em considerações que mostravam o seu procedimento, não como fruto da paixão ou do fanatismo, mas de razões maduramente meditadas. Nunca perdeu a calma e nunca interrompeu a marcha. Sua vida foi sempre um modelo dessas virtudes — da imperturbabilidade e da tenacidade — que se completavam naturalmente pela bravura moral. Pois era mister ser realmente bravo, para enfrentar a maior coligação de forças hostis que jamais se precipitaram sobre um moço de sua idade, sobre um pastor que respondia por tantas almas.

A figura de D. Vital Maria de Oliveira, cujo centenário ora estamos comemorando, pode assim ser encarada sob vários aspectos: como exemplar de virtudes, como escritor fluente e profundo argumentador, como Bispo modelar, como iniciador do renascimento religioso de sua pátria e inspirador de Jackson de Figueiredo, como jóia do diadema da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, tão cheia dos mais altos serviços prestados à catequese da nossa pátria e talvez amanhã como um intercessor a mais em nossos altares pela lição de suas heróicas virtudes. Aquí desejo apenas mostrar a *atualidade de D. Vital*, sua importância para nossos dias, focalizando os três pontos capitais dessa existência, que representam as três grandes lições imperecíveis que elle nos dá hoje, como as deu no

momento em que tomou as suas atitudes históricas em face do Estado, em face da Maçonaria e em face das Ordens Religiosas.

Em face do Estado

A 2 de Fevereiro de 1873 tinha D. Vital, já em plena luta contra as irmandades maçônicas do Recife, dirigido ao seu clero uma Carta Pastoral, em que refutava o argumento daqueles que entendiam esquivar-se ao cumprimento das Bulas Pontificias relativas à condenação da Maçonaria, sob pretexto de que essas Bulas não haviam recebido o *exequatur* do governo imperial. Dom Vital mostrava, nessa Carta Pastoral, que a Igreja jamais aceitara em princípio a teoria regalista da aprovação prévia, pelo Estado, das suas deliberações. E na própria tradição da monarquia portuguesa, D. João II, em 1487, havia abolido o direito do *placet*, em homenagem à liberdade da Igreja. Foi o absolutismo de Portugal, no século XVIII, que em 1765 restabeleceu essa exigência do direito público em contradição com os ensinamentos dos teólogos, dos canonistas, da Cúria Romana e de uma tradição portuguesa de nada menos de três séculos. Esse ato de Pombal representava a rutura com o direito cristão tradicional e uma volta ao Estado pagão, ilimitado em seus direitos e arrogando-se uma supremacia legal sobre a própria Igreja. No Brasil o ato pombalino fôra ratificado pelo "Recurso à Corôa" de 1854, em que o sistema regalista vinha encontrar a sua expressão legal brasileira, de tão perniciosas consequências para a independência da Igreja e suas pacíficas relações com o Estado. A Carta Pastoral do jovem Bispo de Olinda causou sensação em todo o Império. O próprio Ministro do Império, o Conselheiro João Alfredo, dirigiu-se em longa carta particular ao prelado tão recentemente investido de suas funções, concitando-o a ceder, a não levar avante a sua luta contra a Maçonaria do Recife, deixando entrever os perigos que, em caso contrário, correriam o próprio Bispo e a causa da Igreja no Brasil. Dom Vital respondeu ao Ministro numa carta digna e firme, como jamais um Bispo brasileiro escrevera a um Ministro de Estado, e que continha, en-

tre outros trechos dignos todos de transcrição, êsses períodos realmente superiores e irrespondíveis:

“Se a Maçonaria se tivesse contentado de trabalhar em suas lojas, secretamente, como o diz V. Excia., nenhuma dificuldade teria surgido. Mas, para provocar o Bispo, criou um jornal, que me prodigalizou insultos, negando os dogmas de nossa santa religião, como o prova a minha carta pastoral de 1 de Fevereiro. Depois os maçons levantaram a máscara e publicaram os nomes de seus adeptos, que espiavam a conduta da Igreja nas irmandades em que eram numerosos. Não fui inquietar os maçons em suas lojas; conservei-me nos limites do direito canônico de que sou o guarda. Nada tenho, a bem dizer, com os maçons e sim com as Irmandades. Não pretendo destruir a Maçonaria; os próprios monarcas não o conseguiram; só Deus poderia fazê-lo. Desejo apenas que as Irmandades realizem o fim para que foram criadas. Na realidade, devia a Maçonaria ser mais lógica consigo mesma. Desde que não quer reconhecer a Igreja (como o proclama em alto e bom som), seja ao menos sensata em seus ataques; que seus membros saiam da Igreja e deixem que dela cuidem os seus filhos obedientes... A carta de V. Ex. se bem a entendi, aconselha-me a modificar a linha de procedimento que até hoje segui. Em caso contrário, poderiam ser contrárias a mim as decisões do governo. Custa-me a crer que a mesma mão que há tão poucos meses assinou a minha designação, se decida agora a assinar decisões de guerra contra mim. Se tal eventualidade houvesse de ocorrer, solicitaria de V. Excia. como amigo, que me preparasse sem demora um decreto de exílio ou de prisão, pois o apôio dado à Maçonaria pelo Governo Imperial não me fará recuar um só passo e conduziria infalivelmente a lamentáveis conflitos. Está nisso uma questão de vida ou de morte para a Igreja do Brasil. Tenho o dever de lutar até os maiores sacrifícios. Hei de sempre proceder, sem dúvida, com muita calma e prudência; ceder, porem, ou mesmo evitar a minha marcha para frente, isso é impossível” (carta de D. Vital ao Cons. João Alfredo — Março de 1873, in “Monseigneur Vital” do P. Louis de Gonzague O.M.C., pg. 96 e segs.).

Nessa carta admirável está retratada toda a figura moral de D. Vital ao mesmo tempo prudente e arrojado, destemeroso e convincente, argumentado com um bom senso inatacável e resistindo com uma firmeza inabalável. E' toda a figura do varão apostólico, na mais plena acepção do termo e no mais eloquente exemplo que a história da cristandade americana nos forneceu até hoje.

Não era apenas um incidente pessoal que ali se desenrolava. Não era apenas a atitude de um Bispo em face de um Ministro, que se torna patente de uma carta como essa, símbolo de toda a luta implacável que se desenrolou por todo o Império durante êsses anos de crise. Era o próprio e perene problema das relações do Estado com a Igreja, tão atual hoje como então e tão vivo então como sempre, que se apresentava em sua plenitude.

E' certo que a união da Igreja com o Estado é a solução mais completa para essas relações dos dois poderes perfeitos, que normalmente devem distribuir entre si o governo dos povos e das consciências. Toda solução de um problema temporal, como êsse, porém, supõe a realização de condições adequadas. A união da Igreja com o Estado só será, na prática, o que pretende ser em teoria se tanto o Estado como o Povo tiverem alcançado um estado de univocidade católica, que permitam realmente a informação perfeita do Estado pela Igreja, sem quebra da justa autonomia daquele em tudo o que diz respeito aos assuntos da soberania civil.

Há muito, porém, que as condições do mundo mudaram. A rutura da unidade medieval, tanto espiritual como política, há quatro séculos, provocou no mundo contemporâneo, uma completa modificação nas circunstâncias sociais exigidas para o modo de funcionamento das relações entre o Poder Civil e o Poder Espiritual. No Brasil Imperial já se faziam sentir essas novas condições. Se ainda não era no Povo, como hoje em dia se dá, que a semente da pluralidade espiritual se introduzira, era no Govêrno. O Estado Imprial era católico, apenas em nome. Era, de fato, maçônico. O resultado foi essa anomalia contra a qual se chocou a bravura heróica e a fidelidade cristã

de Dom Vital — a *união fictícia* da Igreja Católica com um Império maçonizado. O resultado só podia ser o que foi. Ou a submissão do Bispo, com a deshonra da Igreja; ou o sacrifício do Prelado, com a regeneração da Igreja. Foi graças, à Divina Providência e à coragem moral do grande bispo de Olinda e do seu colega do Pará, o que aconteceu. E qual a lição que dessa atitude devemos tirar? Aquilo, a meu ver, que há doze anos escreviamos, em vésperas da realização da constituinte que iria reunir-se em 1934. Eis o que em 1932 tivemos ocasião de dizer em uma série de conferências pronunciadas em Belo-Horizonte e hoje repetimos, com uma segurança redobrada e firmada na experiência desses últimos anos de vida nacional e internacional, em que vivemos muito mais, na realidade, que uma dúzia de anos, pois durante êles a história progrediu de um século, pelo vulto dos acontecimentos ocorridos e dos sofrimentos suportados:

— “Vivemos hoje, apesar da grande massa católica da nossa população, como se vivessemos em uma nação trabalhada pelo separatismo espiritual, pois quem manda é apenas 5 ou 10% da população e essa minoria está de fato dividida pelas mais disparatadas ideologias contemporâneas tendo há muito perdido o senso da unidade espiritual. E êsse é um dado imediato e fundamental da realidade, com que devemos contar em nossa terra, como sucede em todo êsse corpo que outrora se chamou — a Crstandade. O espetáculo doloroso em que vivemos é o da dispersão dessa Crstandade... Nesse mundo quebrado, dilacerado, barbarizado, em que a instituição mais unida e perfeita, a única sobrenatural, como é o Corpo Místico do Cristo, a Igreja Católica, está hoje espalhada entre todas as nações, mas quase sempre lutando contra os Estados, como no Ocidente ou contra as próprias nações, como no Oriente, — nesse mundo já não pode ser a mesma a posição da Igreja e a imposição de sua autoridade, apesar de mantidas todas as posições doutrinárias... Não vamos, por exemplo, pleitear na Constituinte (que iria reunir-se dois anos mais tarde e onde, como se sabe, devido à sábia orientação do inesquecível Cardial Leme, se manteve a Igreja dentro de uma posição que a Santa Sé e o

Episcopado em peso aprovaram, mas que os “zelotas” de sempre não deixaram de criticar. Nota de 1944) já não pode ser a mesma união da Igreja e do Estado, mesmo entendida no sentido da distinção harmoniosa dos poderes, segundo a verdadeira doutrina cristã. Mas vamos pleitear, como há muito vimos fazendo, a união da Igreja e da Nação. Essa é a fórmula que, de momento, corresponde às necessidades da evangelização do Mundo moderno. Deante do Estado agnóstico, preconcebido, trabalhado por todos os venenos do naturalismo político, não vamos abrir uma luta inócua e romântica, nem por outro lado aceitar a tese laicista que é, aliás, um mal infinitamente maior para o Estado que para a Igreja. O que temos é de encarar, sem pessimismo nem ilusões, a realidade e pela união da Igreja e da Nação, agir direta e indiretamente sôbre o Estado e sua legislação. O significado da importância fundamental que S. S. Pio XI (e hoje podemos acrescentar também S. S. Pio XII, gloriosamente reinante) atribui à *Ação Católica* está em que a Igreja deante da apostasia moderna dos Estados, dirige-se *directamente aos Povos* para lhes levar a Boa Nova”. (*Política*, 1932, 2.^a ed. pgs. 132/136).

Essas palavras, escritas há doze anos atrás, antes da segunda Guerra Mundial, antes da subida de Hitler ao poder, antes da conquista da Abissínia, antes da Revolução Espanhola, antes de tudo o que veio representar o fastígio do Totalitarismo nêsse último decênio, representam hoje, à luz de todos os acontecimentos, a expressão do que me parece ser, mais do que nunca, a verdadeira posição da Igreja em face do Mundo Moderno. Foi o que o grande Cardial Leme viu, com a sua extraordinária visão dos acontecimentos e o levou à organização da Liga Eleitoral Católica, representação viva da independência da Igreja, em face do Estado e dos partidos e expressão política mais perfeita da Ação Católica.

Pois bem, o grande precursor de tudo isso quem foi? Quem preparou a cristandade brasileira para compreender o papel da Igreja *desenfeudada do Estado*, livre em seus movimentos, autônoma em suas deliberações e podendo guiar a consciência cívica dos seus fiéis, conservando-lhes ao mesmo tempo essa

liberdade de escolha partidária dentro da autoridade dos princípios unívocos e eternos, que é a grande sabedoria da Igreja, porque a Igreja é a Verdade e a Verdade não pode falhar? Quem foi o precursor de tudo isso senão o nosso grande Dom Vital? Quem, senão ele, ensinou os católicos brasileiros a se governarem por si mesmos, a serem dignos da sua qualidade de filhos da Santa Igreja de Cristo, sem esperarem pela mão “paternal” do Estado nem pelos privilégios e pelas vantagens materiais que dos cofres públicos lhes poderiam provir?

Dom Vital foi o grande emancipador do catolicismo brasileiro. Foi o grande precursor da Ação Católica Brasileira. Foi a fonte remota dessa Liga Eleitoral Católica, modelo da participação suprapartidária da Igreja e dos católicos, como tais, na vida política do seu país. Foi o mestre supremo de todas as gerações subsequentes, em sua lição incomparável de fidelidade e de sacrifício ao verdadeiro espírito sobrenatural, a que devemos subordinar todos os nossos interesses de ordem natural. Foi o inspirador desses três homens de Deus, o Padre Julio Maria, o Cardial D. Sebastião Leme e Jackson de Figueiredo, que nas horas mais difíceis por que ia passar a Igreja no Brasil, depois dele, a Providência colocou em posição eminente de orientadores da opinião católica nacional, um como Arcebispo do Rio e Cardial da Santa Igreja, outro como pregador apostólico e o terceiro como soldado leigo de Cristo.

O inesquecível Julio Maria, na hora difícil da transição política do Império para a República, soube traduzir praticamente, na sua linguagem flamejante e audaciosa, os ensinamentos que recebera de Dom Vital e hoje representam ainda o que há de mais atual no programa social da Igreja em face do mundo em estado de transmutação social. Não posso furtar-me ao prazer, diria mais, ao dever, de citar um texto da famosa Memória de Julio Maria, escrita em 1900, para o “Livro do Centenário” e que traduz admiravelmente o que foi a orientação dada, pelo grande convertido patricio, aos católicos vacilantes daqueles momentos de crise e bebida diretamente na fonte puríssima de Dom Vital. Na hora em que a massa dos tímidos ou

dos retrógrados, pretendia ligar indissoluvelmente, por um saudossimo inoperante, o altar e o trono, como se Deus se prendesse à precariedade de qualquer situação política ou a qualquer regime temporal; na hora em que os pessimistas vaticinavam para a Igreja no Brasil o futuro mais sombrio, devido à maré crescente das reivindicações populares; na hora em que se denunciavam como inovadores os que ousassem prescindir de amparos e privilégios oficiais para que a Igreja de Deus vivesse e prosperasse; na hora em que, na palavra Democracia, só se queria ver a rima de Heresia e o Syllabus era invocado, não como uma definição positiva e construtiva da Liberdade em face da Verdade, *como de fato é*, mas como uma condenação da Liberdade pela Verdade; nessa hora de crise social, tão parecida com a nossa, a voz missionária de Julio Maria se levantou, como éco da própria voz de Dom Vital e proclamou em períodos candentes e inesquecíveis, algumas verdades que até hoje devem ser a melhor das nossas normas de conduta, em face do problema delicado da posição da Igreja em face da Sociedade moderna. O que nas palavras que vou citar sustentava Julio Maria, era aquela mesma tese da *independência da Igreja*, pela qual se batera e se sacrificara heroicamente Dom Vital e que foi para todos nós, porventura, o mais útil e duradouro de seus ensinamentos. O que Julio Maria sustentava, como hoje devemos sustentar, era aquela mesma tese de Dom Vital de que o campo de Ação da Igreja é o Povo de Deus e para ele é que ela existe e não para o prestígio efêmero dos imperialismos políticos.

“O clero no Brasil, escrevia Julio Maria em 1900, não pode nem deve presentemente encastelar-se nos santuários, contemplando de longe o povo e pensando que fará obra de Deus só com as nossas devoções, as nossas festas, e os nossos panegíricos. Demonstrei que, bem longe disso, o que por assim dizer, deve ser a sua missão é isto que no mundo inteiro, neste momento solene e trágico da sociedade moderna, se impõe como programa ao catolicismo: consorciar os espíritos, pacificar as almas, harmonizar as vontades neste imenso conflito das paixões pessoais contrariadas com os princípios de uma nova or-

dem de coisas; substituir às questões políticas, erroneamente predominantes nos governos, nos parlamentos e nos jornais, a *questão social*, que é a questão por excelência, porque ela afeta os interesses fundamentais do homem e da sociedade; não mais pleitear privilégios que já não tem razão de ser (sic), dar aos partidaristas intolerantes dos novos regimes a persuassão de que já não é prudente nem lícito resistir, no que é justo e legítimo à força nova que agita o mundo; mostrar aos pequenos, aos pobres, aos proletários que êles foram os primeiros chamados pelo Divino Mestre, cuja Igreja foi logo, desde o início, a igreja do povo, na qual os grandes, os poderosos, os ricos também podem entrar, mas se têm entranhas de misericórdia para a pobreza; sujeitar o despotismo do capital às leis da equidade; exigir dele, não só a caridade, mas a justiça a que tem direito o trabalho; dignificar o trabalhador; cristianizar a oficina; levar no ensino cristão os supremos postulados da consciência humana às fábricas, onde a máquina absorve o homem, não lhe deixando tempo senão de ganhar dinheiro, queimar carvão ou aperfeiçoar a raça dos animais; proclamar bem alto a eminente dignidade do operário na cidade de Deus, que Jesus Cristo fundou na terra, não com as castas, as aristocracias, as burguesias ou as dinastias, mas com o povo e para o povo (sic); convidar francamente, sem hipocrisia política, nem covardia religiosa, a democracia ao banquete social do Evangelho; separá-la dos sectarismos que a desfiguram; desprendê-la dos preconceitos que uma parte mesmo dos católicos e do clero a tem feito alimentar contra a Igreja; mostrar-lhe as suas origens cristãs... (sic) Transfigurar a democracia no crisol da Fé; assim transfigurada, incorporar todas as classes na grande massa, à qual compete hoje o predomínio que já não pode pertencer a dinastias aristocráticas ou burguesias (tudo isso era escrito, pelo grande Redentorista patricio, em 1900!); fazer da palavra de Deus não só a estrela que conduz as almas ao céu, mas também a bússola que guia as sociedades... enfim, *unir a Igreja e o Povo*" (Julio Maria. A Religião, in "Livro do Centenário", 1900, pgs. 125/6). Que incomparável programa de ação católica e de ação social, mais atual ainda, em 1944, do que em 1900!

O programa não era apenas de Julio Maria. Era implicitamente de Dom Vital. Nem era apenas de D. Vital. Era daquele cujo burel havia êle envergado em plena juventude, por uma vocação irresistível e violenta, — o Seráfico Pai S. Francisco. E como S. Francisco foi apenas “un altro Cristo” e *por assim ser* é que renovou a face do seu século e renova continuamente, pelo exemplo dos seus inúmeros filhos, a face de todos os séculos, — o programa de Julio Maria e do franciscano Dom Vital era o programa do próprio Cristo-Jesus e portanto de sua Igreja, em todos os tempos. Daí a importância de Dom Vital para a história da cristianização do Brasil e das Américas. Daí a sua influência na orientação que um Julio Maria imprimiu à consciência católica brasileira esclarecida na hora da crise da transição Império-República. Daí a flagrante atualidade de sua campanha. E daí também a influência que iria ter, a despeito da diversidade de temperamentos, sobre esse outro homem de Deus que a Providência colocou em condições de poder orientar, de novo, a Igreja e a Cristandade brasileiras na hora da nova crise política, na transição da primeira República para o Estado Novo, quando uma vez mais se fizeram sentir as vacilações e as perplexidades, dos que queriam novamente enfeudar a Igreja a partidos e regimes políticos. Já vimos que a orientação do Cardial Leme, apoiada por todo o Episcopado Nacional, à catolicidade brasileira, pela fundação da Ação Católica e pela atuação da Liga Eleitoral Católica, em 1934, era a mesma que a atitude firme de Dom Vital em 1874 e que as palavras de Julio Maria, a partir de 1890 e mesmo antes, durante a sua campanha no fim do Império pela “recatolicização do Brasil”. Era uma orientação baseada na *independência da Igreja* e não na sua subserviência ao Poder Público ou a quaisquer privilégios e vantagens por êste outorgados à custa da sua liberdade. Quando Jackson de Figueiredo, em 1922, o tomava para patrono de seu movimento *vitalista*, ainda e sempre era esse sentido da *independência da Igreja* em face do Estado e de sua *união com o Povo*, intelectual ou proletário, que animava o jovem convertido dentro do seu temperamento e das condições político-sociais do tempo.

Dom Vital foi portanto, — junto a Dom Antônio de Macedo Costa, o grande bispo do Pará, cuja atitude foi em tudo idêntica à do Bispo de Olinda e mereceu compartilhar com êle do sofrimento e do martírio, como hoje compartilha das glórias, até agora humanas, do triunfo, — Dom Vital foi portanto o *mártir da liberdade da Igreja no Brasil*.

Em face da Maçonaria

Como foi o purificador da consciência católica no Brasil, tanto por sua atitude em face da Maçonaria, como por sua definição da importância capital das Ordens Religiosas para a conservação e a elevação do sentimento religioso na Cristandade. Vou apenas rapidamente me referir a êsses dois aspectos de sua vida e de sua obra, para não alongar demais o âmbito dêste discurso, já tão demorado.

Se a atitude de Dom Vital e de Dom Antônio de Macedo Costa provocou, por todo o Império, a tempestade que sabemos, é que ela atingiu o ponto realmente nuclear que explicava muita coisa da política imperial — a Maçonaria. Toda a política brasileira estava infiltrada de espírito maçônico, isto é, de um liberalismo anti-clerical, que pretendia fazer da Democracia não um regime de liberdade verdadeira, inspirado nos direitos naturais do homem e de inspiração evangélica, mas um regime de pseudo-liberdade, inspirado no ódio à Igreja e na louca ilusão de *substituir o Cristianismo pela Democracia*. A Maçonaria vinha assumir, no Brasil, como particularmente em França, um caráter de Igreja-nova, de Igreja do Progresso, da Ciência e da Liberdade, que se julgava sucessora da Igreja da Fé, da Esperança e da Caridade, trazida à terra por Jesus Cristo, Filho de Deus. Foi contra essa instituição todo poderosa e que se infiltrara, consciente ou inconscientemente em quase todas as classes cultas do Império, e contaminara o próprio clero, — que se levantaram os dois Bispos intemoratos. A história da Questão Religiosa, foi a história dessa luta. E o resultado dessa luta foi, como se sabe, a vitória da Igreja através da derrota. E' o que sempre sucede com as vitórias verdadeiramente evangélicas. "Nisi granum frumenti, cadens in terram, mortuum fuerit,

ipsum solum manet; si autem mortuum fuerit multum fructum affert" (Joan. XII, 24-25).

Se o grão de trigo, caído em terra, não morrer, ficará só; se morrer, porém, muito fruto produzirá. O exemplo de Dom Vital, como o de toda santidade é a própria ilustração viva dessa imensa verdade central da Revelação Cristã. Se Dom Vital e se Dom Antonio não tivessem sido condenados, se o seu martírio moral e físico não tivesse sido consumado, a Igreja teria vencido segundo as leis do mundo. Teria havido luminárias e demonstrações de regozijo. Teria havido orgulho no coração dos fiéis e talvez fatuidade no próprio coração dos Bispos. Teria havido uma vitória da Igreja visível sem dúvida. Mas o grão teria ficado solitário. Nenhum fruto dele teria nascido, senão os frutos habituais das vitórias do mundo, que são o orgulho, a dissipação e o egoísmo. E com êles, o fácil esquecimento. Pois nada passa tão rapidamente como as vitórias dêste mundo. Nada, ao contrário, fica para a eternidade, senão as vitórias de Deus pela Cruz, alcançadas com os sofrimentos, as humilhações e as derrotas dêste mundo.

Sendo vencidos pela Maçonaria, segundo as contingências das coisas humanas, os dois Bispos obtiveram a maior das vitórias que foi, como dissemos, a purificação da consciência católica nacional. O próprio Dom Vital já o observara, em vida, embora de modo efêmero e temporário, logo alterado pelos funestos resultados da Missão Penedo, em Roma, que fez vacilar, por algum tempo, a Secretaria de Estado da Santa Sé, trazendo com isso uma nova apatia ao ambiente católico nacional. O fruto remoto, porém, ia ser o mesmo que Dom Vital descrevia como a benéfica consequência imediata da luta.

"Nos dias plácidos da paz, sim, digamo-lo com toda a franqueza, e liberdade apostólica, grassava entre nós o indiferentismo religioso, reinava certo esquecimento de Deus, a fé ia declinando a olhos vistos... Em uma palavra, o lume da fé verdadeira, da fé viva, da fé *prática e frutífera*, salvas honrosas mas pequenas exceções, estava estinta nos palácios dos grandes, dos opulentos, dos *ilustrados*; não mais luzia nas suntuosas moradas dos chamados ditosos do mundo ou então era lá no

cantinho mais recôndito, só brilhava, despedindo chispas animadas, na escura choupana do pobre, na humilde tenda do operário, na singela habitação do homem do campo. Longe ainda não vai essa época deplorável de apatia religiosa. Hoje, porém, que diferença! Acordamos do sono letárgico em que nos entorpecíamos; já se não temem os risos sarcásticos do século; já se não temem os nescios conselhos da timidez; regeneraram-se os caracteres abastardados; retemperam-se as almas tibias; em uma palavra, sobe o nível moral: — é a fé que se avivou, inflamada pelo atrito das perseguições. Fazem-se romarias públicas; fazem-se procissões solenes; fazem-se comunhões gerais; fazem-se confissões frequentes; ouve-se mais a miúdo a palavra de Deus; fundam-se associações católicas; estabelecem-se conferências de S. Vicente de Paulo; surgem folhas religiosas; levantam-se vozes eloquentes na imprensa e na tribuna, a favor da Igreja; operam-se conversões estupendas; é a fé que se tornou ativa! E' a fé que está frutificando. Salutares efeitos da luta que ora se degladia no mundo inteiro". (*Carta Pastoral* do Bispo de Olinda, anunciando aos seus diocesanos o término de sua reclusão e sua próxima viagem. pg. 22/24, Recife, 1875).

Esse o resultado imediato da luta. Veio, em seguida a anistia, um novo período de apatia e abatimento, que Julio Maria assim descreve: "A reação, como a imaginara e iniciara o grande e apostólico espírito de Vital nunca mais reviveu... O episcopado transigiu, o clero cedeu, os fiéis acomodaram-se, a religião do Estado continuou para este a ser apenas um rótulo e a educação literária, social e política de meio século, paganiizando as gerações brasileiras, não fez senão entorpecer a ação do catolicismo, obliterar mesmo o senso religioso das classes altas" (*Julio Maria. A Religião*, in "Livro do Centenário" op. cit. pg. 103).

Foi preciso o choque da queda do Império e o fim da falsa simbiose entre os dois poderes, para que o próprio Julio Maria em 1900, o Cardial Leme, então, como D. Vital, Arcebispo de Olinda, em 1916 e, na sua esfera mais modesta, Jackson de Figueiredo, em 1922, colhessem o fruto da semente apodrecida de Dom Vital e de Dom Antônio.

Tudo voltou de novo a florescer, no meio sempre de novas lutas indispensáveis. Um fruto definitivo, ao menos, proveio do sacrifício dos dois grandes antístites: a *desmaçonização da Igreja brasileira* e com isso a purificação de muitas consciências católicas, nas chamadas “classes altas”, as mais afetadas pela corrupção. A firme atitude dos dois Bispos, a coragem com que enfrentaram as maiores potências do momento e a campanha de elucidação, tanto do que era a Igreja como do que era o Império e sobretudo do que era a Maçonaria, tudo isso veio arrancar o ambiente católico brasileiro de um estado de confusionismo mental que sempre ocorre quando nos habituamos a viver no domínio da indistinção e da desordem mental e social. Os regimes religiosos e políticos como o que vigorava aqui no Império e como vigora sempre que os católicos perdem a noção clara da independência da Igreja, da relatividade do Estado e da sua própria condição de homens livres e racionais, cuja Fé deve ser um ato da inteligência e não do hábito, do privilégio ou da tradição — os regimes como êsse produzem nas consciências individuais um estado de *entorpecimento*, que foi admiravelmente descrito, há um século, pelo Cardial Newman, em termos que parecem refletir muitos de nossos males religiosos. Eis como Newman descreve as consequências dos fiéis não “colocar(em) a sua religião sôbre uma base intelectual”:

“Quando os homens (nesse estado) olham pela primeira vez para o mundo da política ou da religião, tudo o que aí encontram se apresenta a seus olhos, como uma paisagem aos olhos daquele que acaba de receber o dom da visão. Cada coisa se mostra à mesma distância das outras: não existe perspectiva. A conexão de um fato com outro fato, de uma verdade com outra verdade, o reflexo de um fato sôbre uma verdade e de uma verdade sôbre um fato, que é o que leva disto àquilo, quais são os pontos principais e os secundários — nada disso puderam ainda aprender. Tudo é para êles uma nova ciência e nem sequer percebem a sua própria ignorância. Mais ainda. Em seu espírito, nenhuma afinidade subsiste entre o mundo de hoje e o de ontem. O tempo deixa de ser uma corrente para

se apresentar, em face deles, bem cheio e bem redondo, como a lua. Se ignoram o que succedeu há dez anos, quanto mais o que se passou nos annos de um século. Para elles o passado não vive no presente. Não comprehendem o valor dos pontos contestados. Não existem, a seu ver, associações entre nomes e as pessoas não lhes despertam quaisquer evocações. Ouvem falar de homens, de coisas, de projetos, de lutas e de princípios; outras coisas, porém, chegam e vão como o vento, nada provoca uma impressão, nada penetra, nada possui um lugar próprio em seus espiritos. Não localizam nada. Falta-lhes qualquer sistema. Ouvem e esquecem; ou então vagamente se recordam de ter ouvido alguma vez falar naquilo, sem saber ao certo aonde. Sendo assim, falta-lhes qualquer consistência nos argumentos. Quer dizer, um dia sustentam isto, no dia seguinte, porém, já o fazem de modo diverso, mas voltam depois ao que antes haviam dito, de modo indirecto, tudo mais ou menos arbitrariamente. Divergem suas linhas de argumentação. Nada se define com precisão. Não há um centro sobre o qual assenta o seu espirito, de onde proceda o seu julgamento sobre os homens e as coisas. Esse é o estado de espirito de muitos homens durante toda a sua vida. Tornam-se assim péssimos políticos ou homens da Igreja, a menos que por sorte caíam em boas mãos e sejam governados por outros ou moldados para uma tarefa determinada. De outra forma vagueiam à mercê dos ventos e das vagas e sem serem nem radicais, nem liberais, nem conservadores, sem serem da Igreja Official (High Church) ou das Igrejas Livres (Low-Church), praticam atos liberais ou conservadores, católicos ou heréticos, conforme lhes dá na veneta ou na onda de acontecimentos ou dos partidos. E por vezes, quando a sua respeitabilidade se sente ofendida, refugiam-se na idéia de que tudo isso é uma prova de que são emancipados, moderados, imparciais, observadores do meio termo, e nada “homens de partido”, quando são, na verdade, os mais desamparados dos escravos, pois a nossa força, neste mundo, é sermos súditos da razão e nossa liberdade, a de sermos cativos da verdade” (*Cardinal Newman. Loss and Gain. 1848. cap. III*).

Esse maravilhoso retrato psicológico do homem sem con-

vicções seguras se aplica, de modo perfeito, ao nosso temperamento brasileiro. Mas de modo todo particular ao que vigorava, nos meios católicos, infiltrados pela filosofia maçônica da vida, e pelo liberalismo ambiente, antes que Dom Vital e Dom Antônio marcassem uma data na história do nosso pensamento religioso. Antes da Questão Religiosa e depois da Questão Religiosa. Eis a maior e mais inequívoca das divisões capitais na história do catolicismo brasileiro. A luta dos Bispos contra a Maçonaria veio trazer êsse elemento de distinção, de discernimento, de depuração à consciência católica brasileira, que até então lhe faltava. Ou que, pelo menos, tinha sido lentamente obscurecido pelo fermento do regalismo e da maçonização, como hoje estão de novo ameaçados de corrupção pelos fermentos do totalitarismo, da laicisação, ou das novas falsas uniões entre a Igreja e os pseudo-Estados-Cristãos. Essa purificação da consciência católica tem de ser uma criação contínua. Mas, não há dúvida, foram os dois grandes Bispos que deram, mais que todos entre nós, o exemplo. A sua luta contra a Maçonaria foi menos um embate contra uma instituição inimiga da Igreja, do que, ainda uma vez, uma libertação da Igreja contra as *raízes ocultas* que essa instituição lançara no sub-solo das próprias forças fiéis à Igreja e que lhe iam, subrepticiamente, consumindo a seiva e solapando a resistência. A rutura violenta, operada porem, tão mansamente por Dom Vital e por seu ilustre companheiro de pugnas, foi o sinal, por conseguinte, de uma purificação da consciência católica brasileira.

Em face das Ordens Religiosas

Resta-nos tocar no último problema a que fizemos alusão: o das Ordens Religiosas. Dois motivos, um interior e outro externo, tinham trazido em 1870, o problema das Ordens Religiosas, no Brasil, a um estado de verdadeira catástrofe. O movimento íntimo era o da própria decadência dessas Ordens e Congregações, trabalhadas no fundo de si mesmas por venenos que lhes vinham de muito antes, particularmente da errada concepção monástica que o individualismo religioso trouxera, com o Renascimento e a Reforma e vinha traduzir-se, no século XIX, nessa concepção *penitenciária* do claustro, que degenerou em tragédias como a de Junqueira Freire.

Essa decadência interna das Ordens, sobre a qual tanto se apoiaram os seus perseguidores, tinha causas externas, porém, que provocavam o círculo vicioso e impediam a cura espontânea do mal. O fato é que a falsa filosofia do século, baseada num individualismo desatinado, criara na opinião pública um ambiente de tal ordem, contra as Ordens Religiosas, que José de Alencar, em 1855, no início ainda da sua vitoriosa carreira literária, mas já com o enorme prestígio da mocidade e do talento, conseguiu ao menos *apressar*, com uma só crônica satírica, a expedição do mais nocivo dos atos governamentais jamais feito no Brasil contra a sua formação religiosa: o Aviso do Ministro Nabuco de Araujo, de 19 de maio de 1855, contra os noviciados nas Ordens Religiosas.

Eis como José de Alencar, em 25 de Março de 1855 traduzia, não apenas o seu sentimento pessoal, mas o da opinião pública do tempo e até dos próprios meios católicos, que geralmente não escapam às flutuações dos tempos e seu sentimento dominante.

— “Lemos (no *Jornal do Comércio* de ontem) a notícia de ter professado um frade no convento do Carmo desta Corte. Não sabemos quem autorizou semelhante ato, sobre o qual nosso governo (sic) desde muito tempo guarda uma prudente reserva. Pretende-se acaso reabilitar as ordens monásticas, o claustro e fazê-lo concorrer para o bem público auxiliando a instrução pública, os estabelecimentos de caridade, a catequese ou mesmo a vigilância das prisões, como se usa em Leão? E’ tarde; os últimos restos de algumas ordens religiosas que tivemos, não têm regra nem disciplina, nem a instrução que outrora adquiriam e apenas vegetam entre quatro paredes, esperando o dia de sua completa extinção, que não há-de estar muito remoto. A regeneração do claustro em nosso país é uma obra impossível (sic)... Para mim, o frade é um tipo da história, que passou como o antigo sacerdote, como os filósofos (?), os escolásticos, os eremitas, os cavaleiros, os maçons(...) e que, tendo feito o seu tempo, pertencem às lendas e às crônicas (sic)... se o sr. Ministro da Justiça quer fazer uma obra meritória é dar a estes estabelecimentos um fim caritativo e de

beneficência pública" (*José de Alencar. Ao correr da pena. 1874. pgs. 186/88*).

Esses conceitos, que lemos hoje sorrindo, representavam entretanto na época o pensamento dominante no país. Não sei, naturalmente, até que ponto influenciou no ânimo do Ministro da Justiça, de então, o apêlo nele expressamente contido, para que transformasse os inúteis conventos, ainda existentes no Brasil, de franciscanos, jesuitas, carmelitas ou beneditinos, em hospitais e orfanatos. O que sei é que dois meses depois em 19 de Maio de 1855, saia o Aviso do Ministro Nabuco de Araujo, dirigido aos Provinciais das várias Ordens Religiosas, e redigido nos seguintes termos: "S. M. o Imperador há por bem cassar as licenças concedidas para a entrada de Noviços nessa Ordem Religiosa, até que seja resolvida a Concordata que à Santa Sé vai o Governo Imperial propôr" (in *Joaquim Nabuco. Um Estadista do Império. vol. 1.º pg. 307*).

Mesmo que êsse ato fosse ditado, como o pretende Joaquim Nabuco, não por uma hostilidade às Ordens Religiosas, mas pela preocupação de "ver restaurada a grandeza moral da concepção, a severidade das regras" (p. 307), o fato incontestável é que a supressão do noviciado não corrigia nada e vinha apenas impedir a regeneração das Ordens pela eliminação do único meio possível de renovar os quadros monásticos, incontestavelmente decaídos e corruptos, que seria a *entrada de noviços fervorosos e conscientes*. Isso, porém, era função da própria Igreja e das próprias Ordens e não do Estado, como o entendia o espírito regalista dominante. O fato é que, só com o Republica e com a liberdade da Igreja, é que as Ordens Religiosas começaram a reflorir no Brasil, uma por uma, a começar pela dos Franciscanos que em 1891 chegaram aqui a não ser representados senão por *um só* frade, remanescente dêsse longo período, desde 1855, de privação do noviciado renovador.

Pois bem, ainda aí foi Dom Vital o Renovador. Monge aos 20 anos, Bispo aos 26, sua mocidade ardente de fervor cristão e de santidade ia unir, indissolivelmente, em sua vida e em seu apostolado, o espírito monástico e o espírito episcopal, trazendo à prudência e à firmeza de ação, exigidos por êste, a plena de-

cação ao espírito do Cristo e da Igreja, pela *vida perfeita*, exigidos por aquêle. Bem se compreende o escândalo e o temor que a sua indicação para Bispo ia causar. Em 1853, o Bispo de S. Paulo, D. Antônio, resumia o seu pessimismo sôbre a situação religiosa do Brasil, nesta frase lancinante: “o espírito do catolicismo está quase extinto no Brasil” (cf. “Um Estadista do Império”, vol. 1.º, pg. 308).

Ora, como escreve o grande historiador social da Igreja, Monsenhor Benigni, — “desde as primeiras crises internas da cristandade medieval... emerge uma lei histórica que os séculos seguintes deviam amplamente confirmar: não há uma luta eficaz, vitoriosa, contra tais crises, que não se funde sôbre o monacato; e toda nova crise exige uma renovação do monacato combatente e domador da própria crise” (Mons. *Umberto Benigni* — *Storia Sociale della Chiesa*, 1922, vol. IV, pg. 149).

Foi isso mesmo que Dom Vital veio confirmar, entre nós, pela palavra e pelo exemplo. Pela palavra ao escrever em sua famosa Pastoral de 28 de Março de 1875 que “as Ordens Religiosas são as tropas mais aguerridas e mais bem disciplinadas da Igreja, imensos e relevantes serviços prestam na propagação e conservação da fé; sumamente auxiliam o Papado no desempenho de sua missão divina. Pois sim!, por essa mesma razão, vemo-las dissolverem-se por toda a parte, sob a ação deletéria dos poderes maçônicos, que juraram exterminá-las” (*A Maçonaria e os Jesuitas* — Instrução Pastoral do Bispo de Olinda. 2.ª ed. pg. 70).

Pelo exemplo, também, pois êle próprio se fez membro de uma dessas Ordens Religiosas e foi na prática do espírito monástico, renovador perene da Igreja em todas as suas crises históricas e reflexo do mais puro espírito da perfeição cristã, que conseguiu realizar a missão de que a Providência o encarregou em terras do Brasil. Assim como foi a visão da obra de Lacordaire em França, ao restaurar a ação dominicana depois do vendaval revolucionário, que inflamou em Paris a alma sacerdotal do futuro Bispo do Pará, D. Antônio de Macedo Costa, — foi também nos arredores de Paris, dêsse Paris onde muitos só vêm a moderna Babilônia, que Dom Vital foi temperar nos

frios corredores e na austera formação de um convento de capuchinhos, a sua alma de apóstolo. E, mais tarde, foi no exemplo e na lição dos Jesuitas, formadores morais do Brasil, barreira sempre firme em torno do Papado, que o grande Bispo foi buscar a dialética irrespondível para a sua campanha.

Precursor do Contratotalitarismo

Independência da Igreja em face do Estado, pela luta contra o Regalismo; purificação do espírito católico e depuração dos fermentos maçônicos nele infiltrados, pela luta contra a Maçonaria; exaltação do espírito monástico e da sua ação insubstituível na sobrenaturalização da Cristandade, pela luta contra os preconceitos espalhados, no Brasil, contra as Ordens Religiosas, — eis o que foi, a meu ver, a tríplice e gloriosa tiara que coroa a vida e os feitos dêsse grande varão apostólico, cujo centenário estamos comemorando.

Seu exemplo não pode morrer. Sua lição não pode ser esquecida. Exemplo de uma vida que nunca vacilou no cumprimento da missão que desde menino sentiu revelada claramente a seus olhos de predestinado. Exemplo de abnegação levada às raias do heroísmo no serviço à Igreja de Jesus Cristo. Lição de fidelidade e de coragem, comprovadas por toda a vida nos mais duros combates que jamais se travaram na América pela Liberdade e pela Pureza da Tradição Católica e comparáveis aos maiores que já foram travados em todo o mundo.

Pois o fato é que, por suas lutas memoráveis contra o Totalitarismo do seu tempo, contra a Anti-Igreja maçônica e contra os inimigos das Ordens Religiosas e simultaneamente em favor da Liberdade da Igreja, da Pureza da consciência católica e da exaltação do espírito monástico, — Dom Vital não é apenas um grande Bispo brasileiro, é uma figura que transcende as fronteiras de nossa pátria e do nosso próprio continente, para figurar no plano das figuras mais *universais* e portanto mais realmente *católicas* da Cristandade do século XIX e do século XX.

Pois é hoje em dia que o seu exemplo e a sua lição precisam ser invocados e seguidos pelas gerações que enfrentam,

— nesta hora decisiva em que tomba uma civilização para se levantar uma Nova Ordem ainda misteriosa e hipotética, — uma situação ainda mais grave, para a Igreja, do que aquela que Dom Vital enfrentou.

Se o espírito *libertário* é que ameaçou, no século passado, a vida do Corpo Místico do Cristo na sociedade, — hoje é o espírito *totalitário* que, oculta ou patentemente, contra êle se joga, na eterna luta que o espírito das Trevas tenta travar contra o espírito da luz. Se contra o espírito libertário do século XIX, representado pela tirania regalista, pela tirania maçônica e pela tirania anti-monástica, é que Dom Vital levantou a bandeira da guerra santa, — ainda é no seu exemplo e na sua lição espiritual, moral e cívica, que hoje podemos nos abeberar para a nova guerra santa contra o espírito totalitário do século XX.

Contra ambos a bandeira que temos de empunhar é a da verdadeira Liberdade da Palavra de Deus, acima dos séculos, acima dos regimes, acima dos continentes, acima das civilizações, não se deixando enfeudar por nenhum mas a todos trazendo a luz que orienta e a norma que conduz. Contra a liberdade desvairada ou falsificada dos *Liberalismos*, assim como contra a liberdade esmagada ou também hipòcritamente invocada pelos *Totalitarismos*, não é a bandeira da Escravidão ou da Tirania que temos de empunhar e sim o lábaro daquela verdadeira e única *Liberdade no Cristo*, de que nos falava Dom Vital nas palavras candentes que até hoje soam aos nossos ouvidos, como um verdadeiro grito de convocação e de esperanças, pronunciadas por êle no dia 27 de Novembro de 1872, em Recife, ao completar 28 anos de idade e que trazem até nossos ouvidos o frescor de uma sabedoria milenar:

— “Liberdade!, palavra celeste descida do seio do Padre Eterno sôbre a nossa terra, na pessoa do Verbo feito homem. Liberdade!, palavra sublime pela idéia grandiosa que exprime; palavra de uma inefável doçura, à qual nenhum coração resiste, palavra também misteriosa, que faz tremerem, nos seus tronos, os soberanos mais poderosos e restitui a esperança ao pobre, em sua choupana; palavra poderosa que transporta de

alegria o cidadão civilizado das grandes metrópoles e o índio selvagem em sua imensa floresta. E' uma palavra universal, que pertence a todas as línguas e paira em todos os lábios. Não há têrmo, também, que tenha sofrido tantas alterações e tantos ultrages; nenhum também mais perigoso, porque de nenhum se tem abusado tanto quanto dêste. Só o catolicismo garante a verdadeira liberdade. Só êle lhe dá sua verdadeira significação e dela tira os frutos mais saborosos. O cristianismo é a fonte límpida de onde a liberdade tira a sua origem e onde ela consegue viver sem alteração. Por ela é que o cristianismo dá a felicidade aos homens. Pela liberdade é que o cristianismo faz os homens atingirem o seu fim supremo, o próprio Deus" (cit. por *Fr. Louis Gonzague*. op. cit. pg. 71).

Dois anos mais tarde essas palavras inesquecíveis se converteriam na mais cruciante das realidades e o jovem Bispo de 30 anos ia tornar-se de um momento para outro, o mártir da Liberdade da Igreja no Brasil e em todo o mundo contemporâneo. Sua lição e seu exemplo, por conseguinte, longe de serem para nós, como querem os seus adversários ou mesmo alguns de seus falsos discípulos, um convite à violência, ao fanatismo e à retrogradação, é um toque de reunir para a luta contra o Fanatismo, contra a Violência, contra a Retrogradação, com que o espírito totalitário, cínico ou farisáico, pretende destruir o Espírito Cristão.

Há, de todos os grandes homens, uma verdadeira e várias falsas efígies. Justamente por não caberem dentro dos moldes habituais, justamente por terem participado de lutas impiedosas e sofrido o louvor e o apôdo de partidários e adversários, é que sua figura não pode nunca apresentar-se à história senão focalizada de modo antagônico e apresentando traços que se contradizem. Enquanto vivos essa contradição é radical. Não é possível acomodação alguma. Levam consigo, até a morte, a tríplice visagem que a vida lhes empresta: a que os amigos vêem, a que os inimigos traçam e a que julgam ter. E das três só é verdadeira... uma quarta. Pois só Deus sabe o que realmente somos. So Ele dirá um dia, pela voz da posteridade e assim mesmo de modo aproximado, — pois o nosso Retrato ver-

dadeiro só a Visão Beatífica revelará — o que há de verdadeiro nos fragmentos de verdade de que é feita a imagem do homem neste mundo. O tempo é a voz de Deus. Dele vão lentamente emergindo os traços relativamente autênticos do que somos.

Há, portanto, dos grandes homens, ao menos uma verdadeira e várias falsas efigies. Dom Vital não podia escapar a êsse fado universal. Sua vida foi uma luta contínua. E aqueles que assim vivem redobram as razões da equivocidade das imagens que deles tem o mundo.

Assim é que o grande Bispo, cujo centenário natalício agora se comemora, foi apresentado, por muitos, e nem sempre os de fora, como sendo a própria expressão da truculência episcopal. Na farta messe literária e jornalística que a Questão Religiosa despertou, por todo o Império, a paixão extravasou de modo alucinante. A imagem que ficou, no público em geral, do Bispo de Olinda, foi a do homem intolerante e intratável, acastelado atrás dos seus privilégios, brandindo o báculo como um gládio, lançando anátemas como raios, querendo derrubar a Coroa para a substituir por uma tiara, trocando a Constituição pelo Syllabus e pretendendo varrer o liberalismo ambiente por uma onda de ultramontanismo inquisitorial, que faria o Brasil retrogradar às fases mais sombrias do cáos medieval.

Esse é o falso Dom Vital. O verdadeiro não é a sua antítese. O Bispo de Olinda não era apenas a figura da mansidão. Ou antes, praticou a verdadeira *mansuetude* cristã, que não é apenas a *negação* da cólera, mas a sua *temperança*. João de S. Tomás nos diz que à mansuetude se opõem dois vícios, frutos, como todos os erros, dos *extremismos* contraditórios, do excesso ou da deficiência. — “À mansuetude se opõem: por excesso a *iracundia* e por deficiência um vício sem nome especial (sic), o das pessoas que são incapazes de cólera, embora tivessem para isso motivo razoavel” (*J de S. Tomás — Isagoge ad Theologiam D. Thomae*, II, IIae, q. 158). No passo da Suma em que S. Tomás analisa êsse “vício sem nome”, baseia-se êle numa sentença de S. João Crisóstomo que diz: “Aquêle que não se encolerisa quando tem razões para fazê-lo, peca. Pois a paciência desarrazoada é o bêrço de muitos vícios, promove a ne-

gligência e provoca os maus e até os bons a procederem mal” (Hom. XI, in Math.).

E Santo Tomás raciocina: “A cólera deve ser entendida de dois modos. De um, como simples movimento da vontade, pelo qual alguém impõe uma punição, não por paixão, mas em virtude de um julgamento da razão. E assim, sem dúvida, a falta de cólera é um pecado. Quando um homem se zanga com razão, sua cólera já não provem da paixão e por isso se diz que ele julga, não se enraivece. Em outro sentido, a cólera é tirada de um movimento do apetite sensível, que acompanha uma paixão resultante de uma transmutação do corpo. Esse movimento é uma sequência necessária, ao homem, do movimento de sua vontade, desde que o apetite mais baixo acompanha necessariamente o movimento do apetite mais alto, a menos que haja um obstáculo. Assim é que o movimento de cólera, no apetite sensível, não pode faltar de todo, a menos que o movimento da vontade também falte ou seja fraco. Daí ser também um vício a falta da paixão da cólera, mesmo como falta de movimento na vontade dirigida à punição pelo julgamento da razão” (*Sum. Theol.* II, IIae, q. 158, art. 8).

Essa fina análise tomista da cólera, corrigida pela mansuetude, nos dá uma perfeita idéia do temperamento de um homem como D. Vital, em sua verdadeira fisionomia. Não foi um fraco, um apático, um oportunista, que se acomodasse a qualquer situação, e confundisse a doçura e a mansidão do Cristo com a conivência com o mal. Por isso mesmo soube erguer-se varonilmente contra o erro, contra os poderosos, contra a iniquidade, sem temor do escândalo causado e particularmente das ameaças recebidas *e postas em prática*. Mas, ao mesmo tempo, jamais se deixou empolgar pela paixão, pela cólera apaixonada que é um vício tão grande quanto aquele “vício sem nome” de que nos falam S. João Crisóstomo, Santo Tomás e João de Santo Tomás, e que é a ausência da cólera quando há motivos de nos encolerisarmos. A mansuetude cristã não é um efeminamento. Não é um desfibramento do caráter. É apenas a educação da cólera, a afirmação de que o homem deve ser sempre senhor e não escravo de suas paixões.

O *verdadeiro* Dom Vital não foi, portanto, o homem truculento como o pintam os seus adversários e como, por vezes, deixam entender alguns dos seus próprios partidários. Foi, ao contrário, o perfeito filho de S. Francisco. Ao mesmo tempo cheio de humildade, de pobreza, de renúncia, mas também inflexível na reação contra o erro, contra a injustiça, contra a iniquidade. Foi, por isso mesmo, um verdadeiro exemplo de cristão. Nele se conjugam, harmoniosamente, virtudes que o espírito do mundo apresenta como contraditórias: a energia e a mansidão, a firmeza e a renúncia, a inflexibilidade e a prudência, o espírito de ação e o espírito monástico, de silêncio e de oração. Conta-se que passava horas esquecidas rezando, alheio a tudo e a todos, a tal ponto que os coroinhas se divertiam em atirar, no bom frade, bolinhas de papel que iam ficando pregadas em seu hábito, sem que ele nem desse pela coisa, enquanto mergulhava em oração, deante do Santíssimo.

Foi Bispo contra a vontade. Defendeu-se, quanto pôde, contra a indicação da Santa Sé. Mas quando não houve outro remédio, foi Bispo de verdade, inteiramente devotado ao seu munus pastoral, sem olhar a quaisquer interesses e conselhos de ordem subalterna ou utilitária. Sempre, porem, extremamente cuidadoso e sereno. Nunca partiu dele uma só provocação. Aguardou quanto pôde. Tolerou quanto pôde. Adiou qualquer solução mais forte enquanto foi possível e procurou trazer as Irmandades rebeldes à obediência por meios suasórios. Só quando exgotou todos os meios pacíficos, como mandam as Escrituras, é que se dispoz a empregar as punições de ordem canônica.

Durante o processo, seu comportamento nunca foi o de um impulsivo. Exatamente o oposto. Sempre sereno, sempre superior, sempre conservando uma calma inalterável no meio dos acontecimentos catastróficos que abalavam todo o Império e toda a Igreja no Brasil, como só era possível a quem realmente vive uma vida de absoluto domínio de toda impulsividade inferior.

O retrato de Dom Vital, portanto, como um impulsivo, um apaixonado, um reacionário ultramontano, é tudo quanto há de

mais contraditório com a verdade histórica e psicológica. *Bravura e mansuetude* foram as duas grandes virtudes dêsse varão realmente apostólico, exemplo perfeito da alma cristã que pode compor, em perfeita harmonia, virtudes que o mundo geralmente dissocia, fazendo da bravura uma expressão da violência arbitrária e da mansuetude uma ataraxia impotente.

Não é pois o Dom Vital truculento, dos falsos retratos, que devemos colocar numa das culminâncias da nossa história espiritual e temporal mas o verdadeiro Dom Vital, síntese incomparavel de virtudes do coração manso, do carater firme e da inteligência lúcida, reunidas num equilíbrio humano realmente sobrenatural.

Mentem, pois, seus adversários, quando nos apresentam Dom Vital como um Bispo truculento, que relê com delícias o "*Syllabus*" mas sente no Sermão da Montanha um relento suspeito. E brande o báculo como um chicote. A história nos mostra, ao contrário, o grande Bispo, como a expressão mais pura do autêntico espírito franciscano. Não de um franciscanismo de legenda, para uso de uma literatura moralista e convencional, ou de um estetismo dessorado e pedante. Mas do verdadeiro espírito de S. Francisco de Assis. Dom Vital estava impregnado muito mais do ânimo de sacrifício que da sede de condenação. Foi arrastado à luta que jamais provocou, mas de que também jamais desertou, por adversários realmente impiedosos e sedentos de destruição. E deixou-nos acima de tudo o exemplo de quem não vacilou um momento entre a servidão confortável e a liberdade àsperamente conquistada e por esta fez alegremente a imolação da sua própria liberdade pessoal.

Por todos êsses motivos e por tudo mais que só a Sabedoria Divina pode saber é que de toda parte sobem as orações dos fiéis para que o escasso hagiolégio americano venha a enriquecer-se, em breve, como mais essa palma de martírio e possamos ainda um dia pedir, pela liberdade da Igreja, neste trágico mundo de fanatismos contraditórios em que vivemos, não apenas a Dom Vital de Olinda mas efetivamente a São Vital do Brasil.

27 de Novembro de 1944.

Dom Vital - "Homem de espanto" (*)

LUIS SUCUPIRA

"Homem de espanto" foram as palavras que a presciência materna, instintivamente natural, encontrou para explicar as atitudes, já desde a infância assombrosas, do pequeno Antônio Gonçalves, nascido em 27 de novembro de 1844, na povoação de Pedras de Fogo, naquele tempo encravada em Pernambuco e hoje fazendo parte do território da Paraíba.

O menino já era homem de espanto, para os seus mais íntimos, o homem haveria de espantar não só a sua gente, o seu país, mas o mundo inteiro.

Na verdade, Antônio Gonçalves de Oliveira começou a mostrar desde os primeiros anos as suas qualidades mestras, o seu caráter inteiriço, o seu apego à verdade e o seu amor à justiça. Se, para coibir o erro, tornar o bem respeitado, fosse preciso ir contra o seu próprio sangue, contra os seus próprios superiores, nada o faria recuar nem tomar caminhos tortuosos. Retilíneo como as palmeiras imperiais, como a palmeira resistiu ao vendaval das paixões e às tempestades do ódio ou da inveja. E a prova temo-la desde a sua meninice, ao vê-lo enfrentar, de cacete na mão, o tio rabujento, que maltratava sem dó uma escravinha, por motivo insignificante. Em plena era escravista, quando a servidão humana estava amparada pelo Estado e aceita como instituição legal inatacável, o menino Antônio Gonçalves repelia assim um falso direito de propriedade, elevando, num protesto inesperado para a sua idade, mas significativo dos seus sentimentos, ao seu justo lugar a personalidade humana e prestando à liberdade de consciência esse culto de que, mais

(*) Palestra lida na Casa Juvenal Galeno de Fortaleza, Ceará.

tarde, haveria de ser o supremo defensor, a ponto de merecer o título de Atanásio Brasileiro.

Quando teve de escolher a direção a seguir na vida, Antônio Gonçalves ainda se mostra o homem de espanto. Rico, vivendo num meio em que a facilidade material lhe propiciava uma existência desafogada e licitamente confortável, tendo a prestigiar-lhe o nome ancestrais de posição elevadíssima e nobreza a mais pura, descendente, em linha reta, de Duarte Coelho Albuquerque, marquês de Basta e Conde de Pernambuco, o adolescente pensou no burel de um capuchinho e para mostrar a decisão em que se mantinha, abandona tudo e vai recolher-se anônimo e só a úmido e sombrio convento da rua de La Santé, em Paris, onde tem que enfrentar não só a natureza ingrata e o clima impiedoso, mas a má vontade, os caprichos de seus superiores.

Parece que Nosso Senhor, afim de provar em definitivo os que desejam segui-lo com a sua Cruz, semeia pelo caminho as pedras e os urzedos de certos superiores de congregações religiosas. Isso acontece, quasi normalmente, com os grandes santos. Aí vemos uma Teresa de Lisieux, perseguida pelas imperitências da mestra de noviças, o que justamente a fez subir mais na graça de Deus e na gratidão dos homens. Aí temos, igualmente, o nosso Antônio Gonçalves, obrigado até a afastar-se do calor da lareira e a limpar imaginárias teias de aranha, para demonstrar o seu amor à vocação abraçada e o seu respeito à santa Obediência. Disso resultou a laringite que o perseguiu em toda a sua curta existência, mas isso o elevou perante mestres e condiscípulos, a ponto de vencer todas as hostilidades e dominar mesmo o sentimento de repulsa que existia para com ele, por causa da sua fragilidade física. Diante dessa fragilidade física, dizia o padre mestre de noviços que ele não daria para nada, não chegaria ao sacerdócio e não passaria de um sofredor.

Numa só dessas expressões profetizou o padre mestre. Aquele jovem alto, magro, doentio, seria um dos luminares da Igreja, seria não só sacerdote mas bispo, porém haveria de chegar a esse fastígio, a essa nomeada, a essa admiração de pósteres e

coévos no meio do sofrimento moral e perseguido sempre pelas dores físicas.

Desde 15 de agosto de 1863 Antônio Gonçalves passou a ser conhecido pelo nome que o imortalizou: frei Vital Maria de Oliveira. Em 19 de outubro de 1864 fazia ele a sua profissão religiosa. Mas Nosso Senhor continuava a prová-lo, para mostrar ao mundo a tèmpera daquele seu filho dileto. A saúde de frei Vital dia a dia piorava. O clima de Paris não deixava de perseguir o jovem religioso. Houveram de mandá-lo a Perpignan, no sul da França, onde o ar é mais doce e mais seco. Ainda assim, a doença não o deixava. Foi quando novamente se manifestou perante o mundo o “homem de espanto”. Apresentaram-lhe o dilema: ou deixar a Ordem ou arriscar-se a morrer. Ele respondeu prontamente que desejava apenas viver e morrer na Ordem. Era essa, talvez, a palavra decisiva que Jesus reclamava de seu eleito, pois, apesar de todos os prognósticos em contrário, frei Vital não morreu e não saiu da Ordem, vindo a ser, depois, na expressão de um seu biógrafo, uma das mais puras glórias dos Frades Menores Capuchinhos no século XIX.

Aos dezenove anos, aquele jovem de aspecto franzino se fazia notado pela sua piedade e o seu confessor, frei Apolinário, aponta-o como superior a todos os homens que o cercavam e a todos os acontecimentos que o atingiam. Aos 24 anos, em 2 de agosto de 1868, recebia o Sacramento da Ordem, que o estabelecia *sacerdus in aeternum* e em 24 de outubro embarcava para o Brasil. O Apóstolo era mandado ao campo das suas atividades e iria encontrar o ambiente em que deveria justificar plenamente o epíteto recebido de sua mãe — homem de espanto.

No dia 3 de abril de 1869 chegava à cidade de São Paulo e apresentava-se ao reitor do Seminário, de que ia ser professor, um jovem frade, de alto porte, bela presença e rosto pálido, aparentando um estado de saúde pouco lisongeiro, a tal ponto que os padres que o receberam se perguntavam se deviam considerar o recémchegado como um professor ou como um moribundo. Era sempre o homem de espanto, porque, dentro em pouco, graças ao clima e aos remédios, admiravam os paulistas

não apenas o competente professor de filosofia, mas o pregador elegante, de voz clara e linguagem primorosa, imaginoso e emotivo.

Segundo o testemunho de um seu contemporâneo, frei Vital era um homem de grande elevação de pensamento e um apaixonado intransigente da verdade. Podia alguém julgá-lo enganado, mas ninguém podia acusá-lo de transigir com seus princípios, que, pelo contrário, seguia com inflexibilidade. Quando pregava, sua estatura imponente, sua voz simpática e doce, atraíam desde o primeiro instante; depois, conquistava com as suas outras qualidades: a apresentação literária dos assuntos e a consideração pelo seu auditório.

Apesar de sua pouca idade, era um emérito conhecedor da alma humana. Como que tinha o dom de ler nas consciências. Por isso dificilmente o ludibriavam. A doença tornou-o sensível aos sofrimentos alheios, daí uma afabilidade por ventura excessiva se não fosse controlada constantemente. Algumas vezes essa delicadeza chegou a ser mal interpretada, especialmente pelas mulheres, o que o levava a infringir as regras da polidez mundana. Tinha uma dignidade toda natural, uma espontânea majestade na apresentação que o tornavam respeitado e respeitável à primeira vista. Filho de São Francisco não prezava o fausto mas sabia manter-se na elevada posição a que depois ascendeu. Sem deixar de ser simples, jamais caiu na vulgaridade.

Apesar de ter atingido a plenitude do sacerdócio, nunca deixou de cumprir os rígidos preceitos de sua Ordem. Meditava longas horas com a face no chão, dormia sobre uma esteira, usava do cilício e três vezes por semana flagelava-se com disciplinas de pontas de ferro.

Dois anos após seu magistério e seu ministério em São Paulo, recebia frei Vital a seguinte carta, com data de 29 de maio de 1871, assinada pelo ministro do Interior, João Correia de Oliveira: "Sua Majestade o Imperador, tendo em vista os méritos e as virtudes reunidos na pessoa de Vossa Senhoria, decidimos, por decreto de 21 do mês corrente, nomear-vos bispo de Olinda, que acaba de vagar-se com o falecimento de D. Francisco Cardoso Aires. Fazendo-vos esta comunicação, esperamos

uma pronta resposta, afim de poder expedir em tempo oportuno, pelo ministério do Interior, a carta de apresentação. Deus guarde Vossa Senhoria”.

Era de espantar, realmente. Que motivos haviam levado o Governo a escolher para a grande diocese de Olinda, que então compreendia as províncias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe, aquele moço capuchinho, que ainda não tinha completado os 27 anos e que não passava de humilde frade sem história e sem renome. O espanto não foi só do agraciado, mas dos brasileiros e mesmo do papa gloriosamente reinante, o grande Pio Nono.

Frei Vital julgou-se indigno do cargo e pediu conselhos ao seu Superior e a frei Caetano de Messina, grande pregador franciscano. Ambos foram de parecer que devia aceitar, achando que se tratava de fato providencial. Mas o Papa relutava em aceder à indicação governamental. Naquele tempo as relações entre o Brasil e a Santa Sé eram regidas por uma Concordata assinada em 1781 pela rainha Maria I e Pio VI. Os bispos eram indicados pelo Governo, mas nomeados pelo Santo Padre. Já uma vez, quando regente o padre Feijó, chegou este a romper as relações diplomáticas com o Vaticano, porque o Papa não aceitou a indicação, para bispo do Rio de Janeiro, de um sacerdote que se manifestara a favor do casamento dos clérigos, idéia por que muito se bateu o referido padre Feijó.

No caso de frei Vital, receiava Pio IX a juventude excessiva do candidato. Depois, havia certos murmúrios em torno da escolha do Governo, cujo presidente, o Visconde do Rio Branco, era grão-mestre da Maçonaria. O último bispo de Olinda, D. Francisco Cardoso Aires, falecera misteriosamente. Dizia-se que nessa morte se achavam implicados os maçons do Recife, ao quais se tentara opôr o falecido Antístite. Assim, a nomeação de frei Vital era um meio de evitar complicações, confiada que estava a Maçonaria na pouca experiência do jovem prelado e nas suas ligações de parentesco, embora afastado, com alguns dos administradores locais.

O povo também se deixava levar por esses boatos e via no

bispo indicado, pelo fato de não lhe conhecer outros títulos, um mero candidato da maçonaria.

As informações de que necessitava o Papa consumiram tempo a ser obtidas e, por isso, foi somente em 21 de dezembro de 1871 que Pio IX preconizou frei Vital (Maria de Oliveira) bispo de Olinda. Satisfizeram tanto as informações colhidas, que o Santo Padre, a 22 de janeiro de 1872 mandava ao novo Pastor um Breve no qual dizia que Deus, apesar da sua pouca idade, o chamara ao alto cargo do Episcopado. E, continuava textualmente o Sucessor de Pedro: “Os acentos da vossa fé para com a Igreja e a Santa Sé, vossa dôr à vista da guerra abominável feita a ambos, vossa vontade de lhe permanecer sempre fiel e lutar por elas, tudo vos mostra disposto a trabalhar com ardor pela causa de Deus, graças à força com que ele vos cobre”.

No dia 24 de maio de 1872 tomava D. Vital posse da sua Diocese, que o recebeu engalanada e feliz. Nessa mesma data cruzava seu caminho, no porto do Recife, o bispo do Pará, d. Antônio de Macedo Costa. Não só os caminhos se cruzaram, mas os corações também e os dois grandes bispos, que iriam encher de grandeza e fulgor a história da Igreja no Brasil, selavam para sempre uma amizade que mais aumentou nas horas de martírio e nos dias de heroísmo.

Não decorreu muito e as baterias maçônicas se descobriram contra o jovem prelado. Sua primeira Carta Pastoral fôra uma decepção para os tripingados. O menino era-o apenas aparentemente. Naquele jovem de aspecto manso vibrava uma energia e uma força disposta a todos os sacrifícios. Era o “homem de espanto” a afirmar-se como sempre. E os jornais da Maçonaria, “A Família Universal” e o “Labarum” passaram a “defender” os católicos da diocese de Olinda contra *o jesuíta, o ultramontano, o homem perigoso, monge ainda apegado à inquisição, ameaça visível para o poder civil*.

A luta iria passar das palavras aos atos. Um mês apenas estava D. Vital na direção da Diocese, quando começaram as escaramuças. Os maçons anunciaram a celebração de uma missa para festejar o aniversário da fundação de uma loja.

D. Vital, em circular ao seu clero, proibiu-o de funcionar em tais cerimônias. Os maçons tiveram a sua primeira derrota. Não houve um só padre que celebrasse o Sagrado Ofício. Em 3 de julho, tentaram novo golpe. Morrera um tripingado. A maçonaria anunciou missa de sétimo dia, com a nota de que os maçons compareceriam com as suas insígnias. Nova derrota. Nem mesmo fóra do Recife acharam padre a atendê-los. O jovem Bispo mostrava-se à altura do que prometera certa vez em Toulouse, quando afirmara que, se algum dia lhe impusesse Deus o munus episcopal “arrancaria a máscara a essa sociedade malfetora”.

Começam daí por diante a aparecer na sua verdadeira posição a maçonaria e D. Vital. Aquela, como inimiga da Igreja, do Papa, dos Bispos e dos padres. Este como o homem de espanto, e “Atanásio Brasileiro”, que sozinho, enfrentou um clero medroso, um governo sectário, um imperador maquiavélico, uma justiça vesga, um inimigo implacável, as tortuosidades de uma diplomacia desleal e até Pio IX prevenido contra ele.

À primeira vista é de admirar que o simples gesto de um bispo, reclamando de alguns membros de confrarias ou irmandades decidir-se entre a disciplina da Igreja ou a submissão à Maçonaria, tenha arrastado o Brasil inteiro a um dos mais lúcidos e expressivos movimentos de consciência, conhecido pelo nome de “Questão Religiosa”. Na verdade, para quem está acostumado a raciocinar e a ver do alto, ninguém é obrigado a pertencer a uma confraria religiosa. Mas, desde que dela queira fazer parte é indiscutível a obediência à autoridade máxima dessa associação, que é o Bispo. Deixar de reconhecer isso, é ou indesculpável ignorância ou criminosa má-fé. Os maçons não ignoravam que existia indisfarçável incompatibilidade entre a Igreja e a seita. Desde Clemente XII, em 1728, foram excomungados os chamados “filhos da viuva”. Excomunhão, quer dizer fora da comunhão religiosa, incapacidade de pertencer ao rebanho de que Pedro é o Vigário. Pio IX chamou a Maçonaria de “velha peste que a Igreja condenou”. Assim, não se compreende que um maçom pretenda a um só tempo ser fiel à sua loja e fiel à Igreja de Cristo. Para eles foram as palavras de

Jesus: não se pode servir a dois senhores. Mas acontece que as irmandades, no Brasil, desde as eras coloniais, e especialmente após o famigerado marquês de Pombal, tinham açambarcado e dirigiam ostensivamente as atividades materiais do culto. As igrejas lhes pertenciam, e, assim, estavam padres e bispos sujeitos às mesas administrativas dessas irmandades.

Quem privou de perto com essas organizações que funcionam como verdadeiros quistos na disciplina eclesiástica é que pode avaliar como são elas perniciosas à atuação espiritual da Igreja. No Rio de Janeiro ainda hoje elas exercem sua ação deletéria nas famosas irmandades da Candelaria, São Francisco de Paula, São Francisco da Penitência, São Jorge, etc..

Nelas a diretoria é composta de homens sem convicções religiosas, que transformam o templo em balcão e vendem os atos do culto a bom preço. Os que ignoram tais manobras, escandalizam-se, porque na Candelaria ou em São Francisco de Paula cobram contos de réis por uma missa solene, e saem a condenar a ganância dos padres, que fazem do altar um negócio. Pobres padres que de tantos milhares de cruzeiros vêem apenas a magra esportula regularmente estabelecida.

Quando da Constituinte de 1934, os católicos apresentaram uma emenda em que mandavam fossem tais irmandades regidas pela disciplina religiosa a que pertencessem. Seria o meio de submeter as eleições à aprovação canônica. Mas o trabalho contra a medida foi dos mais tenazes, e, triste é dizê-lo, caiu a mesma apenas por um voto, graças à ausência injustificada de um membro da bancada católica do Ceará.

Mas, voltando à "Questão Religiosa", é de ver que estando as atividades materiais do culto nas mãos das irmandades e estando as irmandades nas mãos da Maçonaria, ferir as irmandades era ferir a Maçonaria. E, daí, a grande repercussão de um mero incidente de disciplina religiosa interna.

Ferir a maçonaria, no Brasil, era ferir o próprio governo. Era atingir mesmo o imperador. Era desencadear a tempestade que de há muito se vinha formando. Segundo o "Correio Paulistano", o "homem de São Cristovam" trazia de sua última viagem à Europa a encomenda de acabar com o ultra-

monianismo no Brasil. O ministério era composto de muitos maçons. O Conselho de Estado igualmente. E ninguém ignora que a Maçonaria obriga, sob juramento, ao cumprimento de suas decisões. No caso, a decisão era atacar a Igreja, fazendo-se eco principal dessa prancha o famoso Ganganelli, que não era outro senão o conselheiro de Estado Joaquim Saldanha Maranhão. Para esse grão mestre da seita, a Igreja de Roma era "um oceano de Turpitudes", o Papa, cardiais, bispos e padres não passavam de hienas, panteras, lobos, ursos, porcos, crápulas, assassinos, leprosos, incendiários, corruptores, seres imundos e imorais, diabos negros, etc.. O sisudo "Jornal do Comércio" sob controle maçônico não se pejava de estampar as seguintes palavras: "Foi ao apóstolo Pedro que o mundo deveu essa calamidade que se chama o Papa".

D. Vital não se impressionou com toda essa algaravia e com todas as ameaças que lhe faziam inclusive o ministro do interior, Conselheiro João Alfredo, igualmente maçom, em carta de 15 de fevereiro de 1873, quando lhe escrevia textualmente: "Não sei até que ponto poderei abster-me da intervenção que me pedem e que os fatos podem tornar indispensável e urgente".

Quem pedia essa intervenção? Que fatos levariam o governo a uma ação contra um Bispo? Segredos da Maçonaria.

Mas D. Vital respondeu imediatamente, e com que altivez respeitosa, com que segurança de princípios, com que energia de redação! Nessa carta, diz o Atanásio Brasileiro: "Tivesse eu oitenta anos e alguns dias mais de vida, não trairia os deveres de minha augusta missão, tanto mais quanto esta obrigação é muito mais premente pois tenho ainda um grande caminho, talvez, a percorrer. Que terrível perspectiva, Excelência, não seria a de um longo episcopado, vergonhoso e criminoso, porque fraco e covarde!

"Custa-me acreditar que a mão que há alguns meses assinou minha indicação se decida a assinar hoje decisões de guerra contra mim. Se tal eventualidade tiver de ocorrer, rogaria a V. Excia., na qualidade de amigo, preparar desde já um decreto de exílio ou de prisão, porque o apoio prestado à

Maçonaria pelo governo imperial não me fará, absolutamente, recuar um passo”.

Eis aí bem traçado o carater do “homem de espanto”. Nem as considerações dos poderosos, nem a amizade, nem as ameaças quebravam sua linha de conduta.

João Alfredo foi da ameaça aos fatos. Prendeu o Bispo. Entregou-o aos seus fidalgais inimigos. O Tribunal que o julgou estava às ordens da Maçonaria. — Por isso um Bispo foi condenado à pena máxima de insubordinação.

Mas a opinião pública não se deixava iludir. Era preciso obter uma fórmula de apaziguar os ânimos, pois os olhos do povo começavam, a abrir-se. Não se compreendia que se lançasse a ferros um Bispo só porque havia mandado afastar do seio da Igreja homens que faziam questão de ser excomungados.

Foi então que surgiu a idéia de mandar a Roma o Barão de Penedo, que passava por ótimo diplomata. Penedo, porem, não era senão um instrumento apaixonado por uma causa ingrata. Por isso não se pejou de mentir ao Papa e mentir ao Brasil. Sua missão é a mais deploravel manifestação de diplomacia fracassada. Apresentou a pessoa de D. Vital ao Papa e à chancelaria da Santa Sé como um desassisado, um homenzinho brigador, um teimoso de força maior, que, para se fazer notado seria capaz de excomungar o Imperador. E, daí as expressões de Pio IX, se não for invenção de Penedo: “Che volete. E’ una testa calda!” D. Vital um cabeça quente. E foi daí que principiou Pio IX a não olhar com bons olhos o grande bispo. Cabeça quente. Menino turbulento. Jovem inexperiente.

Mas D. Vital não se deixava dominar pelo desânimo. Mesmo diante da carta do cardinal Antonelli, em que dizia que “Sua Santidade não podia aprovar absolutamente os meios por ele empregados para chegar ao fim proposto”, isto é, afastar do rebanho “a peste perigosa da Maçonaria”, não trepidou em manter a mesma atitude. Não publicou a carta, apesar de todas as exigências do Internúncio, do Governo e até do Arcebispo do Rio de Janeiro.

Preferiu voltar ao Papa, esclarecer inteiramente o Sumo

Pontífice, e, depois de alguns anos, em 29 de abril de 1876, recebeu das mãos de Pio IX, que o abraçou comovidamente, a encíclica *Exortae*, em que aprovava todos os atos de D. Vital e D. Macedo Costa.

No entanto, quando poderia regressar triunfante ao Brasil, e receber todas as homenagens que lhe estavam preparadas, D. Vital novamente enche a todos de espanto, renunciando à sua Diocese. Pio IX recusa-se a deferir-lhe a pretensão. Succede-o Leão XIII, que também não lhe quer tirar o governo episcopal. Nesse interim, as consequências de uma atroz molestia, que apresentava todos os sinais de um envenenamento prolongado, levaram prematuramente ao túmulo o grande Bispo, que falecia aos 34 anos de idade, longe da terra que tanto amou e do rebanho que defendeu com toda a força do seu espírito privilegiado.

Festejando o centenário de D. Vital, os católicos brasileiros teem aproveitado a oportunidade para uma submissão reiteradamente decidida à doutrina da Igreja, no tocante à disciplina hierárquica. E a Ação Católica, fruto das mais felizes inspirações do Papado, quer apresentar aos seus membros esse grande modelo de resistência ao mal organizado e de devotamento, até o sacrifício da liberdade e da vida, pela salvação das almas que lhe foram confiadas.

D. Vital é o marco mais elevado da história religiosa no Brasil. Ele foi, na verdade, o fim e o princípio de uma era. Sofreu pela causa que defendia, mas o sofrimento é o melhor meio de fazer triunfar a Cruz de Cristo. Já dizia Tertuliano que o sangue dos mártires é sementeira de cristãos. O martírio desse jovem Bispo, levado à irrisão dos homens pela glória de Cristo, despertou nos católicos brasileiros o sentido das suas responsabilidades perante Deus e perante Cesar. E porque Cesar teimou em colocar-se acima de Deus, a catástrofe levou-o no roldão dos acontecimentos.

Aquela mão que pediu a Justiça de Deus na voz da História viu cair sobre si e sobre os seus o peso do castigo destinado aos que tocam nos Cristos do mesmo Deus.

O 15 de novembro de 1889, inexplicavel aos próprios que

o precipitaram, foi uma consequência lógica e fatal das iníquas pretensões do trono sobre o altar. O trono passou. Ruiu como uma coisa pôdre. O altar ficou. Permanece cada vez mais elevado, na majestade dos seus bispos, na dignidade dos seus padres, na obediência esclarecida dos seus fiéis.

O martírio de D. Vital foi a chama que levou os corações dos católicos brasileiros à fé viva que hoje tanto nos enobrece e que está produzindo essa unidade na fé, que é o mais belo paradigma de um povo santo.

EDITORIA VOZES LTDA.

Matriz: Rua Nunes Machado, 205 — Petrópolis, R. J.

Filiais: Rio — Rua da Quitanda, 26-2.º

S. Paulo — Rua Senador Feijó, 168

NOVIDADES SAÍDAS DO PRELO :

D. José Gaspar. Biografia-Depoimento, por Tavares Pinhão. 292 pgs. 40 gravuras sôbre papel "couché"	Cr\$ 30,00
Sei Tocar. Método para aprender harmônio e órgão e tocar nos atos litúrgicos da Igreja, por Fr. Pedro Sinzig O. F. M. 88 pgs.	Cr\$ 60,00
Palavras de Vida Eterna. Pequenas Práticas para os domingos e dias de festa, por Mons. José Quindere. 296 pgs.	Cr\$ 17,00
Chispas e Faíscas. Coletânea de artigos de atualidade, por Fr. Benvindo Destéfani O. F. M. 208 pgs.	Cr\$ 10,00
Lectura Castellana. Trozos selectos, en prosa y verso, sacados de los mejores escritores españoles e hispano-americanos para los colegios brasileiros. Noções de História da Literatura Espanhola. Tudo de acôrdo com o programa oficial. Por Fr. Sebastião Neiva O. F. M.	Cr\$ 8,00
Maestros Célebres. Coleção de peças para órgão ou harmônio para uso litúrgico e estudo, escolhidas e anotadas, por Mário Lucena. 100 pgs.	Cr\$ 60,00
Sombras e Luz. Casos e narrativas, por Maria de Marim Marques. 88 pgs.	Cr\$ 4,50
O Livro do Estevão, por Walda Paixão. Com ilustrações (para os petizes).	Cr\$ 4,50

PELO CORREIO MAIS O PORTE

Paraibano? Sim, paraibano

CÔNEGO M. TOBIAS

(Especial para *A Ordem*)

De que se trata? Alguma questão de gramática ou filologia? Quer-se, acaso, saber-se a gênese, a estrutura gráfica ou prosódica de uma palavra?

Não. Nada disso. O assunto é muito sério e de sentido muito mais amplo. E' uma questão de história e história pátria. Trata-se de saber se D. Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, bispo de Olinda, é paraibano ou pernambucano. Porque há quem diga pernambucano o valente capuchinho que tanto honrou o nosso zeloso e heróico episcopado brasileiro.

Agora, que o Brasil se movimenta para comemorar o primeiro centenário do nascimento do invicto defensor da fé, parece-me oportuno trazer minha obscura colaboração às homenagens que lhe estão sendo tributadas desde já. Creio que não é coisa de pouca monta determinar, com argumentos e provas insofismáveis, o lugar exato onde nasceu D. Frei Vital.

Sei que muito se tem escrito, ultimamente, a respeito. Não tenho, porém, acompanhado os debates travados em torno desse fato. E' que, tendo certeza da verdade sobre tal assunto, não me interessa qualquer discussão que o focalize; nem os adversários abalariam a minha crença nem me a aumentariam os com quem estou de acôrdo.

Desculpem-me, se pareço presumido. E' feitiço. E não se suponha — Deus me livre! — que há nisso menos consideração pela opinião alheia. Pelo contrário, tenho profundo respeito por toda opinião sincera, a começar pela minha, apesar de modesta e desvaliosa.

Mas, voltemos a D. Frei Vital. Onde nasceu o jovem bispo mártir da chamada 'questão religiosa? Em Pernambuco ou na Paraíba?

Devo esclarecer que não é a primeira vez que me ocupo dessa questão. No *Jornal do Brasil*, edição de 27 de novembro de 1921 (77.º aniversário natalício do grande bispo de Olinda), e a 5 de março de 1923, no apreciado e popular vespertino *A Noite*, escrevi algumas linhas, em que documentei a paraibanidade do santo e ilustre filho e homônimo do Sr. Antônio Gonçalves de Oliveira, de Pedras de Fogo. Há mais de 20 anos, pois, o autor destas linhas trouxe à baila o curioso assunto que assume, agora, caráter da mais viva oportunidade. E, como creio que nada mais há a acrescentar sobre fato tão positivo, tão material e palpável, não será necessário mais do que trasladar para esta importante Revista a argumentação, documentos e provas registados nos aludidos diários cariocas.

Pernambuco, irmão de glória da sua pequenina e intimorata vizinha — a Paraíba, tem já uma rica e formosa galeria de filhos ilustres; não precisa — nem o quereria, decerto — não precisa de subtrair a outrem figuras que não trouxessem do berço a marca indelével de filho autêntico de suas terras, cujos ares saturados de encantos e beleza homérica não tivessem respirado pela primeira vez.

D. Frei Vital nasceu, ninguém hoje, de boa fé, o porá em dúvida, a 27 de novembro de 1844, em Pedras de Fogo, da então Província da Paraíba do Norte, a alguns quilômetros de Itambé, Província de Pernambuco.

Mas, das cartas pastorais de D. Vital, de escritos do seu tempo e posteriores, da opinião de contemporâneos, e de outras fontes, se deduz claramente que o santo capuchinho é pernambucano...

Deduzir póde-se, não há dúvida; a dedução, porém, é falsa. Há razões contrárias muito mais fortes e concludentes.

Vejamos. Paraibano é quem nasceu em território que, ao menos ao tempo em que aquele nasceu, era território, cidade, vila, aldeia, fazenda, sítio, paraibano. Ora, D. Frei Vital nasceu

em localidade, engenho, sítio, casa, que sempre e só pertenceram à Paraíba. A conclusão impõe-se.

Entretanto, vamos às provas. O lugar, os fatos, as pessoas ligadas ao bravo pastor da legendária Olinda não estão muito distanciados de nós. Tudo que a ele se refere continua fresco na memória da minha geração, crescida naquelas terras históricas da Paraíba e Pernambuco. Eu mesmo conheci um irmão do ilustre frade, o guarda-livros Belarmino Gonçalves, sua irmã e um seu cunhado, residentes na capital do Estado da Paraíba. Mais de uma vez me falaram na paraibanidade do glorioso parente, respondendo com vigor à invencionice da sua pernambucanidade.

O Padre Dr. Manuel Gonçalves Soares de Amorim, homem culto, orador sacro de renome em todo o Nordeste, quando D. Frei Vital, já meio afastado dos lamentáveis acontecimentos de que foi inconfundível personagem central, começava a aparecer na história religiosa e política do Brasil com a sua estatura máscula de autêntico herói, naquela ocasião o Padre Amorim deu o golpe mortal na espúria naturalização pernambucana com que alguns eminentistas apressados pretenderam crismar o egrégio paraibano. O ilustre sacerdote nordestino, que não é paraibano nem pernambucano, estudou o caso "in loco", pois morou, ali nas imediações de Pedras de Fogo, mais de 40 anos e conversou com os próprios pais do prelado e outras pessoas, todos unânimes em dá-lo como filho da Paraíba. Tal testemunho não pode ser acoimado de suspeito, tão límpida é a fonte donde procede e tal o cunho de autoridade que o caracteriza.

Não havia, há alguns anos, e não haverá certamente hoje, ninguém em Itambé e Pedras de Fogo que não saiba do lugar onde nasceu D. Vital, isto é, o sítio da Jaqueira, do engenho Aurora, parte do engenho Gramame, que sempre foi e é ainda terra paraibana.

Dir-se-á, talvez, que estamos armando tempestade num copo d'água. Perguntar-se-á se acaso é desdouro para o bispo de Olinda ser pernambucano. Oh! Isso não. Seria glória para ele ser pernambucano como ser fluminense, carioca ou paulista, cearense ou baiano. Tudo vinha a ser brasileiro. El Pernambuco,

ademais, é um grande Estado, rico, com uma história que é vasta epopéia, imortal e luminosa de inteligência e bravura.

Mas, é que D. Frei Vital nasceu na Paraíba... O filho eminente de uma formosa mãe, digna e honesta, nunca há de querer que atribuam a outra dama igualmente digna e honesta as honras de lhe ser mãe, só por ser esta mais rica e contar na sua árvore genealógica um número maior de parentes insígnies.

Para concluir, enfim, esta perlenga, para muitos insulsa e estéril, passo a transcrever precioso documento que publiquei na *A Noite* de 5 de março de 1923. É uma carta que o pai de D. Frei Vital escreveu ao Sr. Francisco Freire de Andrade, devidamente autenticada e guardada pela Exma. família do Capitão Manuel Dutra de Vasconcelos, em Pernambuco. A referida carta respondia aos seguintes quesitos que lhe dirigira o honrado e prestante cavalheiro, que eu conheci na capital paraibana, digno pai do meu amigo Cônego Francisco Freire: 1.º) em que dia, mês e ano nasceu D. Frei Vital?; 2.º) em que localidade dêste Estado (Paraíba) ou de Pernambuco se deu êsse acontecimento?; 3.º) se se deu neste Estado da Paraíba, qual a razão, uma vez que V. S., como empregado do Município de Itambé, era ali domiciliado?; 4.º) finalmente, qual a distância do lugar onde nasceu D. Frei Vital para os limites deste Estado com o de Pernambuco, entre a vila de Pedras de Fogo e a cidade de Itambé? (A carta do Sr. Francisco Freire ao pai do bispo foi escrita de Pedras de Fogo (Paraíba) e traz a data de 27 de novembro de 1897).

É do seguinte teor a resposta do Capitão Antônio Gonçalves, venturoso progenitor do jovem bispo olindense.

"Itabaiana, 30 de novembro de 1897. Sr. Francisco Freire de Andrade. Satisfazendo ao pedido de V. S., a quem permito fazer de minha resposta o uso que julgar mais conveniente, tenho a dizer o seguinte: ao 1.º quesito, que meu filho D. Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira nasceu a 27 de novembro de 1844; ao 2.º quesito, êsse fato deu-se em terras do engenho Aurora, no sítio denominado Jaqueira, pertencente à vila de Pedras de Fogo, da Província da Paraíba, hoje Estado; ao 3.º quesito, nesse tempo em que nasceu meu filho, D. Frei Vital,

eu não era empregado público do Município de Itambé e morava, de fato e de direito, no sítio denominado Jaqueira, como lavrador do mesmo engenho Aurora, pertencente à vila de Pedras de Fogo, da Província da Paraíba, hoje Estado, e no referido sítio, denominado Jaqueira, ali residi pelo espaço de 9 anos; ao 4.º quesito, finalmente, que, entre o sítio Jaqueira, do Estado da Paraíba, e a cidade de Itambé, em Pernambuco, existe a distância de meia légua. Creio ter desempenhado, de acôrdo com a verdade, o pedido de V. S., de quem sou, com estima, amigo e criado — Antônio Golçalves d'Oliveira”.

Resistir a tais provas ou é pirronice indigna de inteligências lúcidas e espíritos desapaixonados ou feio pecado contra o Espírito Santo...

Os vizinhos, os conhecidos, os irmãos, o próprio pai do preclaro brasileiro o proclamam paraibano e apontam, com paciências pormenores, e lugar onde veio ao mundo D. Frei Vital; mostra-se que êste recanto histórico sempre foi pedaço de terra paraibana; pessoas sensatas e criteriosas, insuspeitas, vão ali colher “de visu” dados e informações; de tudo se dão públicos documentos. Que mais se exige?

O frade paraibano, com ser paraibano, não deixa de ser glória do sólio episcopal pernambucano de Olinda, nem vulto preclaríssimo do episcopado nacional. Brasileiro ilustre pelo talento e pela ação, D. Frei Vital é um edificante exemplo de dignidade e firmeza de caráter para as gerações do Brasil de ontem, como de hoje e de amanhã.

5-X-1944.

Écos da Questão Religiosa no Parlamento Imperial

AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

Meus senhores (*)

Há uma observação muito corrente em relação à questão religiosa: a de que foi inútil. Terminada a refrega, dizem alguns observadores, ficou tudo como dantes: — Os maçons nas irmandades, o império com a interferência na administração eclesiástica, a Igreja humilhada, a maçonaria exaltada e a religião em declínio perante o povo.

Uma consulta aos personagens, porém, da tragédia trará uma resposta em sentido bem diverso. Vejamos como se referia às conseqüências da anistia o Grão Mestre adjunto Joaquim Saldanha Marinho, o incrível e inqualificável Ganganelli, nos seus comentários autorizadíssimos como revelação do pensamento maçônico: Segundo o impetuoso panfletário a questão resultou num retumbante desastre para a corôa: “O governo do imperador”, dizia êle em 9 de outubro de 1875, (*A Igreja e o Estado*, IV-série, Rio, 1876 — p. 286) “o governo do imperador prometeu no parlamento que tudo envidaria para manter ileso a soberania nacional.

(*) Conferência no Centro Dom Vital, a 10 de novembro.

O presente estudo não representa senão um fragmento de uma pesquisa mais completa, em vias de realização, abrangendo os debates parlamentares sobre a questão religiosa até o fim do regime. Na presente palestra estuda-se apenas o período que vai de 1879 a 1881, o qual teve a particularidade notável de contar com a presença de Joaquim Saldanha Marinho, que teve papel tão saliente no conflito com os bispos, focalizando-se especialmente a situação d'êste personagem.

“Abandonou, porém, a sua posição honrosa, traiu a sua promessa solene, e foi mendigar a Roma um aviltante perdão! Anistiou os bispos rebeldes contra o Estado, para fazer jús também a uma anistia degradante! E Pio IX, vendo satisfeitas as suas arbitrárias e caprichosas exigências, *correspondeu* à anistia e mandou levantar os interditos, isto é, dignou-se conceder” (por sua vez) “o seu *placet* ao que havia já sido decretado pelos poderes do Estado! Mais uma mistificação! Miséria! Passou portanto o Imperador do Brasil pelas fôrças caudinas do pontificado romano!”

Não é evidentemente um hino de vitória contra a chamada *conspiração ultramontana*!

E adiante, confirmando mais uma vez a impossibilidade de se reduzirem as cousas à pristina condição, segundo a fórmula jurídica, declara abertamente: “Se simplesmente procuram estabelecer as cousas no antigo estado, ainda se enganam. O povo, nestes três anos de luta, entre o romanismo e a liberdade, foi obrigado a estudar a sua situação e a conhecer melhor os seus direitos. A paz aparente da Igreja romana com o Estado já não é possível!”

E não se trata de um desabafo porque a 22 de Outubro (*Op. cit.* p. 314) ainda voltava ao assunto em têrmos ainda mais claros: “Mas a questão da qual resultaram os interditos às irmandades, consistiu em terem ou não execução no Brasil as bulas do pontificado, independente de beneplácito.

“Sendo assim, e apreciado o negócio em sua origem, chegaremos à conclusão de que — o governo do Imperador dispensa, em obediência ao chefe da Igreja de Roma, essa fórmula, aliás, essencial e garantidora, estabelecida na Constituição Política do Império.

“Subordinar assim o poder executivo, na sua explícita atribuição, consagrada no § 14 do art. 102 da mesma constituição, ao poder do pontificado, é atentar contra o livre exercício dos poderes políticos; e, conforme o qualifica a lei de 15 de outubro de 1827, no art. 1.º § 2.º, é isso uma *traição*!

“O certo, entretanto, é que o direito político do beneplácito

acha-se profundamente abalado pelo ato inqualificável do governo do Imperador.

“O pontificado tem negado permanentemente o direito soberano dos Estados, de examinarem, autorizarem, ou rejeitarem os decretos do Vaticano”...

“O Ministério Rio Branco não quiz reconhecer esta estulta pretensão do pontificado...” “O Ministério Caxias reputou o seu antecessor em êrro, anistiou os condenados, e esperou que Roma *sancionasse* os decretos dos poderes civis! Aceitou o levantamento dos interditos decretado julgando-o competente para isso! A última palavra do governo do Imperador é, portanto, em detrimento do grave preceito político da constituição do Estado, isto é — o governo do Imperador, subserviente às exigências de Roma, desvirtuou o direito do beneplácito”.

E' impossível deixar de concluir, pois, que a ala mais violenta e extremada da maçonaria, considerou o conflito, substancialmente resolvido em favor dos direitos de independência da Igreja, com grave abalo da autoridade civil.

Não se póde, pois, considerar inútil o sacrifício dos bispos, quando uma das partes do conflito considera a outra vencedora no ponto *substancial* da questão.

Restaria ainda outro aspeto a ser estudado, que é o do lado prático da questão: a situação *de fato* dos maçons perante as irmandades. Êste grave e delicadíssimo aspeto só poderia ser solucionado, dentro do regime monárquico, resolvendo-se a discordância chocante entre a legislação civil e a canônica. Era o que exigia a carta do Sumo Pontífice a D. Pedro II, divulgada pelo Dr. Vilhena de Moraes. A concordata, porém, que resolveria de maneira definitiva o conflito de leis, nunca veio — e provavelmente, dada a mentalidade reinante nos meios políticos do império, nunca viria.

Coube aos bispos, portanto, resolver, caso por caso, as dificuldades que surgiam a cada passo, em cada sodalício.

E ainda assim, não se poderá perder de vista o fato de que, pelo menos em relação a algumas das entidades que maior responsabilidade tiveram na provocação da crise, o trabalho individual dos prelados foi plenamente bem sucedido. Em relação

às duas ordens terceiras de S. Francisco e do Carmo, do Pará, que haviam tomado parte tão ativa na luta com o bispo D. Antônio de Macedo Costa, cinco anos após a anistia teve a satisfação de expedir as portarias seguintes que revelam uma execução perfeita dos intuitos da Santa Sé ao levantar os interditos.

Quanto à primeira, eis os termos do ato do diocesano:

“Pelas presentes letras fazemos saber a todos os nossos diocesanos que, visto as excelentes disposições manifestadas pela Ordem 3.^a de Nossa Senhora do Monte Carmelo em sua súplica datada de hoje, usando dos poderes que temos como Prelado diocesano, e salvo o juízo da Santa Sé Apostólica, temos resolvido reintegrar, como com efeito reintegramos a mesma Ordem 3.^a no exercício de suas funções religiosas, esperando que o bom espírito que a anima se desenvolverá cada vez mais e produzirá copiosos frutos de boas obras, conforme a regra de seu Santo Instituto. Dado em Belém do Pará, aos 30 de novembro de 1880.

† Antônio, Bispo do Pará”.

Quanto à segunda são os termos ainda mais expressivos:

“Atendendo nós às boas disposições que manifesta a Ordem 3.^a de S. Francisco da Penitência desta Capital, em sua proposta de data de ontem, 21 do corrente, assinada pelos membros da sua atual Mesa Regedora, declaramos, salvo o juízo da Santa Sé Apostólica, que se acham sanadas no fóro externo da Igreja as principais dificuldades que impediam seu regular exercício, como confraria religiosa, e, na esperança que essas boas disposições se confirmem mais a mais, e que o laço da fé e de obediência cristã que a liga à autoridade diocesana e à Igreja Romana, mãe e mestra de todas as Igrejas, cada vez mais se fortaleça, para que possa sustentar-se, desenvolver-se e florescer em boas obras de religião e de caridade, segundo o espírito do cristianismo, e as prescrições de sua santa regra, pelas presentes nossas letras fazemos saber a todos nossos caros diocesanos que a Ordem 3.^a de S. Francisco da Penitência desta Diocese se acha no gozo de suas funções religiosas, pelo que esta-

mos dispostos a dar tôdas as faculdades a um Sacerdote para dirigi-la espiritualmente, como requer. Dada em Belém, do Pará sob o sinal e o sêlo de nossas armas, aos 22 de novembro de 1880.

† Antônio, bispo do Pará”.

Sabendo-se que estas duas ordens terceiras foram das mais ativas e mais combativas no processo perante a corôa, não é possível declarar nulos os efeitos do sacrifício do prelado.

E' bem verdade que entre o que se obteve no terreno prático e o que se poderia ter obtido, vai uma distância realmente contristadora.

Mas não é possível perder de vista que as conseqüências de uma questão que agitou de modo tão intenso a alma nacional, cabais, como vimos, do ponto de vista dos princípios; incompletas, mas não nulas, do ponto de vista prático; foram abundantíssimas nas suas repercussões.

As conseqüências indiretas da questão foram notáveis e, em geral, altamente vantajosas ao espírito religioso. E' o que exprime o próprio D. Vital nas seguintes palavras que tomamos ao seu *Resumo Histórico* (“O Bispo de Olinda perante a História” — p. 756):

“A questão tem sido providencial: ela há despertado o sentimento católico no Brasil; há reacendido aí o fogo da fé que se extinguia todos os dias pouco a pouco; e, se houve algum aio de fraqueza, houve também exemplos mui numerosos de devotamento e fidelidade que fazem honra aos sacerdotes e fiéis de meu país, sobretudo quando se pensa que é somente agora que se começa ali a ter um verdadeiro conhecimento da Religião”.

E' precisamente êste, o ponto para o qual queremos dirigir as nossas observações, nesse aspeto importante e fundamental da questão: o das suas repercussões. Pode-se dizer que data dela a formação da consciência católica no império, a sensação de que havia qualquer coisa a resolver em matéria religiosa, a inquietação, a insatisfação pelo estado de coisas existente e, portanto, — a busca de uma solução.

E' neste sentido que uma pesquisa nos *Anais Parlamentares* é de uma grande utilidade. Os debates, durante vários anos após o conflito judiciário, ainda guardavam os ecos das discussões nascidas. O conflito não estava encerrado, proclamavam vários oradores, a questão estava de pé — exclamavam outros. E a verdade é que tudo isso era exato.

E' certo que, no primeiro reinado, por ocasião do debate em torno das bulas do padroado, as discussões tinham provocado declarações bem azedas em relação à Igreja Romana — que durante a crise com a Santa Sé ao tempo da regência, as relações entre o Sumo Pontífice e o Império haviam sido encarradas de um modo que hoje mesmo nos scandaliza. Mas creio que em poucas sessões parlamentares houve um debate tão extenso, tão prolongado e tão vivo precisamente em torno da situação religiosa do Brasil como na 17.^a legislatura — de 1878 a 1881.

Uma circunstância de grande valia dava a essa legislatura uma significação especial e tornava-a do maior interêsse para o estudo do estado de espírito do mundo político em relação aos problemas religiosos: — era a presença de um dos personagens mais brilhantes da questão no cenário do parlamento: precisamente do grão-mestre Joaquim Saldanha Marinho — o *Ganganelli* das crônicas do *Jornal do Comércio* e o *quebra-louças* que dava dores de cabeça ao seu próprio colega de maçonaria e de grão mestrado, o Visconde do Rio Branco, segundo êste declarava na intimidade. Porque Paranhos, por mais convicto e implacável que fôsse no comando de suas hostes, jamais perdia a sua feição de homem de salão, de antigo diplomata; as boas maneiras e o senso da compostura. Saldanha não; as páginas da *Igreja e o Estado* acabam por se tornar enfandonhas tal é a repetição monótona de interjeições, de impropérios, de explosões de ódio, de ameaças e finalmente de sacrilégios que explodem ao fim de cada capítulo. Tudo isso aliado a uma auréola de administrador impoluto e de uma honestidade por todos proclamada (e de que realmente deu provas), fazia de sua personalidade, uma das mais curiosas da vida parlamentar. Era evidente que *Ganganelli* iria transformar a sua tribuna numa ba-

teria contra a religião católica; que não iria perder uma oportunidade tão favorável para pôr sobre o tapete do Parlamento os temas que desenvolvera por tanto tempo nas colunas da imprensa.

E realmente, o deputado pelo Amazonas, eleito pelos jurisdicionados de D. Antônio de Macedo Costa — e com que gosto alegava êle esta qualidade — não decepcionou os seus espectadores.

Todo o seu mandato decorreu numa série de interpelações em torno das relações entre a Igreja e o Estado; nas discussões delas manteve-se a Câmara num ambiente de incrível excitação anti-clerical. Raros são, como veremos, os que ousam enfrentar o fogo vivo dos correligionários do ousado comandante. Pelo brilho dos discursos, como pelo ânimo combativo merecem sem dúvida, entre êstes, as palmas do prêmio oratório dois estrepantes que se chamavam simplesmente Joaquim Nabuco e Rui Barbosa.

Dos dois, Joaquim Nabuco abjurou explicitamente suas idéias anti-romanas. Rui Barbosa também passou mais tarde a sustentar princípios opostos aos seus excessos iniciais e declarou mesmo claramente que em nenhum terreno mudara tanto quanto no religioso: “Onde, porém, creio se perceberá diferença mais sensível, é nos sentimentos religiosos”, dizia êle. “Profundos e inalteravelmente cristãos foram êles sempre. Mas quem ler o *Diário de Noticias*, como quem leia *O Papa e o Concílio*, ou o *Discurso da Maçonaria*, verá quanto vai do homem de 1876 e 1889 ao de 1903, 1919 e 1921: o da oração do paraninfo no Colégio Anchiêta, o da oração do jubileu na Missa Campal e o discurso paraníptico em S. Paulo”. “Mas em todos êsses pontos, é sempre do menos para o mais, suponho eu, do mal para o bem, ou do bem para o melhor que tenho mudado, ou feito por mudar, com especialidade nos trinta e três anos que vêm da agonia do outro regime a isto, que não sei como se chame, do atual”.

O mais curioso é que à luz de seus novos princípios Rui Barbosa via sua atitude na Questão Religiosa um tanto diversa do que realmente fôra. No mesmo documento em que se lêem

as declarações que acabamos de citar, e que é o prefácio da *Queda do Império*, refere-se Rui à sua ação em relação ao conflito como “o espírito liberal e cristão que em 1874 e 1876 havia pleiteado, na imprensa e na tribuna, a causa dos príncipes da igreja contra a perseguição imperial”.

Mas nesta campanha parlamentar de 1878-80, dirigida por Saldanha Marinho, a causa dos príncipes da igreja não tem nêle um defensor à altura de sua capacidade e tal como êle gostaria de haver sido. E’ bem verdade que o regalismo é reconhecido como contrário ao regime ideal de autonomia dos poderes temporal e espiritual. Mas na situação em que se encontrava o Brasil, em luta com a invasão do *ultramontanismo* e do *jesuitismo*, o regalismo seria uma arma salutar de que o govêrno não deveria abrir mão, pela sua eficiência no esmagamento e aniquilamento do inimigo. De modo que aquilo que os velhos conselheiros sustentam ser a tradição jurídica e religiosa nacional, nada tendo de contrário aos princípios da fé, recebe para êle e os seus a qualificação precisa e certa de arma de combate, — injusta mas eficiente, para esmagar o inimigo. O inimigo declarado é sempre não a Igreja, mas o *ultramontanismo* e o *jesuitismo*. Os atacantes, fazem sempre questão de distinguir, porque, em regra, declaram-se muito bons católicos. Só Rui Barbosa se proclama abertamente fóra do grêmio da Igreja.

A convicção geral é de que há, no seio da igreja, uma seita secreta — a *dos jesuitas* aos quais se subordinam ocultamente várias ordens religiosas — e ainda muitos leigos: os famosos “jesuitas de casaca”. E’ ainda a mesma crença que tinha Bernardo Pereira de Vasconcelos — quando, em 1826, interpelava o govêrno sôbre se os capuchinhos, que haviam desembarcado em Sta. Catarina, — “eram jesuitas”.

Os membros de uma sociedade secreta não concebiam que pudessem ser atacados senão com armas semelhantes.

Logo a 12 de fevereiro de 1879, (a sessão de 1878 abriu-se a 15 de dezembro e prolongou-se até 3 de maio de 1879) apresenta Saldanha uma interpelação ao ministro do Império relativamente à situação religiosa. A interpelação desenvolveu-se em cinco itens: o primeiro indaga, de modo geral, o pensamento

do governo relativamente à liberdade plena de cultos e igualdade jurídica de brasileiros, sem embargo de suas profissões religiosas.

O 2.º refere-se à execução do Registro civil de casamento, nascimento e óbitos.

O 3.º pergunta qual a intenção do governo sobre a lei do casamento civil.

O 4.º — mais grave — indaga se o governo pretende manter em vigor o ato que permitiu aos bispos a suspensão *ex-informata conscientia*.

O 5.º item refere-se ao provimento das paróquias por padres estrangeiros encomendados em vez de párocos brasileiros colados mediante concurso.

A 17 de fevereiro de 1879 é discutida, em conjunto, a interpelação. O que aflige a Ganganelli é o silêncio do governo em relação a uma questão que de modo algum está morta. “O silêncio do governo nos impressiona tristemente”. declara êle. “As questões de liberdade de cultos e de liberdade de consciência estão agitadas no país, não podem morrer, nem o país consentirá, queira ou não queira o governo”. A questão está em aberto desde o discurso do Pe. Almeida Martins, declara Saldanha Marinho — que foi suspenso de ordens porque fez um panegírico da idéia da libertação.

— “Em que lugar foi feito êste discurso?” indaga Francisco Sodré — Eis a resposta incrível de Ganganelli: “Foi feito numa casa onde têm tido assento papas, bispos, padres, vigários, frades, etc. (*apoiados*) sem escrúpulo nenhum, porque nenhum dêles achou alí o que ofendesse à religião que professava; (*apoiados*); porque nessa sociedade, devo dizê-lo, embora todos o saibam, as crenças religiosas não servem de obstáculo a ninguém (*apoiados*); respeita-se a tôdas: alí há liberdade de consciência plena (*apoiados*) e começa por não consentir que dentro em seu seio se trate nem desta matéria, nem de matéria política, (*apoiados*)”. Logo após reuniram-se-lhe os bispos do Pará, de Pernambuco e do Rio Grande do Sul e estabeleceram aliança ofensiva contra o governo e contra o povo, e daí vieram todos estes acontecimentos!

Intervem Zama: "Que tão desgraçadamente foram resolvidos pelo governo passado". — "Não foram tal resolvidos" protesta Freitas Coutinho. — "Ou que se pretende que o foram", emenda Zama. "Continuaram as cousas neste pé", conclui Saldanha, "achamo-nos nestas tristes circunstâncias e entretanto nos dizem ainda: *adiemos esta questão!*"

Como vemos, há aqui várias declarações curiosas. Primeiro a versão de que o Pe. Almeida Martins foi punido por pronunciar um discurso exaltando a emancipação — e não pelo local em que o pronunciou — o de uma sociedade que não se nomeia. Segundo, que os bispos do Rio, do Pará, de Olinda e do Rio Grande se uniram para a luta, o que demonstraria um entendimento prévio para a ação destruindo a acusação tão frequentemente usada, do isolamento das duas vítimas do Gabinete Rio Branco.

As acusações chegam a tal ponto que Felício dos Santos, ainda não ortodoxo, mas defensor dos bispos, não se contém e explode: "Para que estar entre a trolha e o balandrau — sigam o seu caminho!".

O climax da interpelação é atingido quando se pede a revogação do decreto que impede o recurso à corôa quando se trata de suspensão em virtude do *ex-informata conscientia*. Isto, diz Saldanha, transforma a igreja num partido organizado à moda do Conde de Lippe. Seguem-se as infalíveis homenagens às vítimas dos decretos de suspensão, considerados os padres mais ilustrados e mais dignos do império.

— "Essa é a disciplina católica" — interfere Felício dos Santos. "Deus me livre dela", exclama entre risos o orador.

— "E' não ser católico" — retruca Felício — "Ninguém é obrigado a sê-lo".

E' curioso ainda a análise do processo dos bispos, que Saldanha condena formalmente. Segundo êle, a questão deveria ser resolvida com a cessação do beneplácito aos breves que concediam as faculdades.

O processo, pela desobediência, diz êle textualmente "é uma vergonha, é uma miséria, é um borrão na nossa *história administrativa*". Quer dizer — um êrro e não um crime.

Consequentemente diz êle não é possível reverter ao *statu-quo*.

“A missão Penedo, continua êle, não passou de uma farça, na qual a soberania do Brasil foi arrastada”. “Tudo isso foi ridículo, foi desmoralizador. Voltaram os bispos para suas dioceses, e, se é possível, mais arrogantes ainda. Continuaram, como antes, a usar sem justiça, mas por vingança do *ex-informata conscientia*, e os provimentos contra os interditos postos às irmandades sem execução”.

Como são curiosas estas declarações de um grão-mestre em relação à luta em que a tal sociedade (que êle nem nomeia) foi *magna pars*! Como se vê, não se poderá dizer que a maçonaria se considerasse vitoriosa! Uma ala considerável — como a que chefiava Saldanha — se confessava totalmente ludibriada. A vitória fôra dos bispos — proclamava o próprio Grão-Mestre do Vale dos Beneditinos — e a luta estava longe de cessar!

Não podemos contrapôr a estas acusações a palavra do governo pela voz do Ministro do Império — Conselheiro Carlos Leôncio de Carvalho porque o seu discurso não figura nos anais. O leitor é remetido para os *Anexos* e lá está a declaração que o discurso foi prudentemente conservado pelo orador que não o devolveu revisto para publicação.

A 19 de fevereiro Saldanha apresenta à Câmara três projetos de lei — o primeiro instituiu o Casamento civil — (trata-se de um projeto organizado pelo Instituto dos Advogados — como êle próprio esclarece) — 2.º aprova o regulamento para o registro civil dos nascimentos, casamentos e óbitos. O 3.º declara da alçada municipal a polícia, direção e administração dos cemitérios, excluída a intervenção de qualquer autoridade religiosa.

A propósito destes projetos intervem no debate diretamente Joaquim Nabuco que não quer, de modo algum, solidarizar-se com Saldanha. Para êle o conflito provou as más consequências do recurso à corôa — “Vão e contraproducente” — exclama em aparte Rui Barbosa. Mas não póde concordar com as acusações à missão Penedo que, em sua opinião, foi plenamente vitoriosa. “Não há página mais honrosa em nossa di-

plomacia" exclama entre apartes. Sem dúvida Nabuco não se conformava em ver o chefe, sob cujas ordens acabava de servir, — e com tanto garbo, — vítima de tão violentas acusações. "Que é do *gesta tua*" pergunta Jerônimo Sodré? "Não era um documento público" responde Nabuco. Então "era para inglês ver?" indaga Galdino das Neves. "Para que? Não serviu de nada".

Nabuco esclarece então o seu pensamento num parágrafo realmente inatacável: "Não quero defender a política do Sr. Rio Branco a qual condeno com tôdas as fôrças; mas o que penso é que não se podia seguir duas políticas ao mesmo tempo. prender os bispos e conciliar o papa. (*Apoiados*). Era desconhecer a unidade da Igreja católica, era desconhecer o pensamento unânime que une todos aquêles que militam sob a bandeira da Igreja Católica".

Nabuco defende então o princípio da separação entre a Igreja e o Estado. Não o sustentou antes, diz êle, porque temia um perigo muito maior que o do definhamento da Igreja: o da Igreja tornar-se onipotente. "No Brasil, diz êle, onde a associação quase não existe, onde as fôrças individuais acham-se como que dispersas, qual seria o poder, a fôrça de uma associação tão ligada, tão unida, tão rica e tão poderosa como a Igreja Católica?"

Como se vê, é sempre o mesmo pensamento que se revela nas mentalidades mais livres. O regalismo representa não um meio de proporcionar prestígio à Igreja; mas, pelo contrário, um meio de enfraquecê-la, de impedir que, no regime da liberdade, ela atinja um poder maior que o que lhe confere o sêlo da união com o poder civil.

Nabuco não aprova assim a condenação dos bispos pelo S.T.J. Êle preferiria antes a conciliação, tentada por Penêdo, e que foi obstada pela pronúncia de D. Vital, e a que se voltou com o decreto de anistia.

E', contudo, contraditório quando se declara favorável à revogação da concessão de suspensões *ex-informata conscientia* porque os bispos se haviam servido delas "como um meio de guerra e luta contra o estado". E' que dois grandes laços o con-

tinham neste debate — a amizade por Penêdo — que enterreitava uma polêmica com D. Antônio de Macedo Costa precisamente sobre a sua missão a Roma; — e o respeito pela memória do pai — autor da principal lei regalista, o dec. 1911, de 28 de março de 1857, ainda assim acoimado de traco, porque excluiu do recurso à corôa os casos de suspensão *ex-informata conscientia*.

A 28 de Fevereiro Saldanha aparece com um projeto de lei que é realmente a síntese de toda sua atuação tanto na Imprensa como no Parlamento: — a extinção da Igreja Oficial e todas as cláusulas religiosas da Constituição Imperial. O seu artigo primeiro assim estabelecia:

“Nenhuma religião, culto ou profissão religiosa será considerada do Estado, e como tal privilegiada ou preferida. Serão todas permitidas e em plena igualdade, contanto que não perturbem a paz, socêgo e segurança pública, e ficando todas sob a inspeção da polícia civil”.

In cauda venenum. A Igreja passaria, de um poder associado ao estado, à condição de entidade subordinada à polícia civil; — no fundo, sempre o temor da força da Igreja livre — sempre o medo da liberdade de que se arrogavam ser os mais ardentes campeões.

Na justificação desse projeto é de imaginar-se o que teria ocorrido como argumento ao célebre *Ganganelli*; mas ao lado de tantos excessos, quanta afirmação impressionante, diante de uma câmara oficialmente toda de católicos! — Sim, porque ainda vigorava plenamente o artigo constitucional que excluía da representação política os que não professassem a religião de estado. Fazendo sentir sempre que a questão dos bispos transformou por completo um ambiente outrora pacífico afirma: — “Vivemos, Sr. Presidente, sempre sem questões com a Igreja; quase que ninguém se lembrava dela, e, quando digo que quase ninguém se lembrava dela, tenho no pensamento uma verdade prática, e é que, falando-se tanto neste país em religião, o país não tem religião alguma, e assim sucede porque tem uma religião do estado”. (*Apoiados*).

— “O sentimento religioso não existe”, aparteia Rui Bar-

losa. E o Sr. A. de Siqueira: — “As camadas ilustradas são indiferentes, completamente indiferentes”.

— “E as ínfimas”, emenda Rui Barbosa, são supersticiosas e ignorantes e, simplesmente, paganizadas”.

Do que fôsse a liberdade, para tão incrível defensor dela, temos um exemplo quando, entrando na questão da liberdade de ensino, entende que, em face da Constituição Imperial é de atribuição civil a instrução pública. Consequentemente era por “um abuso inqualificável” que o govêrno tinha permitido o ensino “a jesuitas, lazaristas e irmãs de caridade, que pervertem a mocidade, ensinando-lhe doutrinas anti-liberais”.

A Igreja Católica, continúa êle, tal como foi adotada e reconhecida pela Constituição de 1824, nada tinha de comum com a Igreja de Pio IX, do Concílio do Vaticano e dos bispos rebeldes. Esta era incompatível com o Estado Liberal. Não se tratava, pois como se vê, de uma separação, mas de uma expulsão em regra. E para terminar, a clássica declaração de ser bom católico: “Não se diga” que sou hostil à religião em que fui criado. Nunca tive necessidade de afastar-me de qualquer de seus preceitos”.

A 10 de março continúa a interpelação do ministro do Império em relação à política religiosa do govêrno. “A luta do episcopado contra o direito político do beneplácito”, exclama Saldanha, “continúa, e mais escandecente. E’ esta a verdade, digam entretanto os comodistas políticos que está serenada”. — “A questão não tinha adormecido, *dera-se apenas a vitória da Igreja*”, conclui Rui Barbosa.

A 3 de setembro é ainda Saldanha que traz ao conhecimento da Câmara que não há paz religiosa no país.

Em Mariana há agora sérios distúrbios porque o novo prelado obstava casamentos e batizados quando os padrinhos eram maçons. “Reapparecem pois, as bulas não placitadas” — exclama indignado! Também do Maranhão chegavam más notícias — o novo bispo, D. Antônio Cândido de Alvarenga, empossado no ano anterior, entendera-se com o que êle chamava de “general em chefe da cruzada ultramontana” (D. Antônio de Macedo Costa) — e já andava perturbando a paz das famílias, per-

seguindo maçons. E até em S. Paulo lhe diziam ter o bispo tomado atitudes suspeitas.

Como se vê — estava-se muito longe de considerar os casos dos bispos de Olinda e do Pará como o de dois excêntricos em meio a um episcopado contemporizador. Quase não há bispo que escape das suspeitas de *papista e infalibilista*. Porque seria preciso ser tudo isso para ser católico. E por isso proclama: — ‘Não há um católico apostólico romano nesta casa!’ E’ espantoso que só um deputado (Inocência Seráfico de Assis Carvalho) protestasse: “Eu sou católico apostólico romano. Posso ser mau católico, mas sou católico”.

De todos os projetos apresentados, porém, pelo líder da maçonaria, só um foi objeto de debate — e de um longo debate — que se prolongou arrastando-se por todo o ano de 1880: — o da secularização dos cemitérios. E’ em torno dêste projeto que se vão proferir as maiores blasfêmias talvez proferidas em nosso parlamento.

Nabuco, que fala a 30 de setembro, é, como seria de esperar, favorável à secularização dos cemitérios — e termina com uma peroração patética: “Senhores, vós ides legislar sobre cemitérios — ... não deixeis que na hora solene, quando está reunida a família em prantos, possa entrar o portador da excomunhão e impedir a sepultura do morto no lugar do jazigo escolhido, edificado pela família, ao lado dos restos daquêles que lhe foram caros”. (*Muito bem*)

“A Igreja póde ter interêsse em manter essa prática de instituir o seu tribunal à porta do Campo Santo — mas o interêsse do Estado é exatamente o oposto”.

Em outubro ouve-se enfim uma voz católica. E’ a do Sr. Bezerra de Menezes, de quem o Sr. Villhena de Moraes nos traça um perfil tão comovente no seu admirável livro sobre o Gabinete Caxias e a anistia aos bispos na “questão religiosa”. Só o exórdio já causa espanto à assembléia.

Freitas Coutinho não se contém: “E’ preciso ter-se muita

coragem para defender-se os direitos do catolicismo” — (*Cruzam-se muitos apartes*) — “Diz muito bem o nobre deputado”, continúa Bezerra de Menezes. “Há pouco vimos todos esta Câmara romper em uma tremenda gargalhada por motivo de ter o Sr. Martin Francisco falado na religião. Portanto, precisa-se mesmo de muita coragem para se confessar aqui a fé religiosa, mas antes de querer os aplausos dos sectários... eu quero os da minha consciência”.

Fala ainda Antônio Carlos. O discurso não vem na integra — mas pelo resumo percebe-se que defendeu o direito dos solidários católicos a terem os seus cemitérios reservados. Responde-lhe Espiridião de Barros Pimentel, estranhando que um Andrada se ponha a serviço de uma causa do ultramontanismo, pois assim era considerado o ser a favor da garantia de enterrar em sagrado os irmãos de uma entidade religiosa.

A 27 de outubro Teodoreto Souto defendendo o direito dos católicos a terem cemitérios próprios alega de maneira irresponsável: “Os cemitérios particulares foram construídos — como? Com os dinheiros das fábricas, das confrarias, com as oblações piedosas dos fiéis; respeitemos êsses objetos em nome da civilização que apregoais, porque a civilização é a justiça, e a justiça é o respeito ao direito alheio”.

A isso responde Barros Pimentel com esta declaração espantosa: “A autoridade pública está acima de tudo isso”.

Isso — no caso seriam — a civilização, a justiça e a propriedade. O estado está acima de tudo! Mais um grande liberal, realmente!

Teodoreto Souto denuncia então a ala radical como responsável pela entrega do país ao cesarismo:

“Essa teoria do Estado absoluto que nivela tudo; essa teoria do Estado absoluto que acaba com tôdas as instituições livres, centros de resistência, altos relevos humanos, forças eminentes, criadas pela ação secular na marcha da sociedade, é a mais perigosa de tôdas as teorias porque é nada menos que a soberania cega do número, o absolutismo da força material”.

Em 4 de novembro de 1879 ainda não se terminara a discussão do projeto de secularização dos cemitérios. Segundo

Antônio de Siqueira — era ainda a questão religiosa que impedia a decisão de um caso tão simples. “Durante a questão religiosa que tem agitado o país”, (diz textualmente) — e note-se que já estamos a cinco anos da anistia — e a questão é dada como atual — “a questão religiosa que tem agitado o país, combateu sempre pela liberdade religiosa e congratula-se com o país, pelo espírito de tolerância que mostrou, tornando impotente o furor do clericalismo”.

A 12 de julho de 1880 o debate sobre religião recrudesce. E’ que Saldanha Marinho lança nova interpelação ao governo:

Quer saber:

1) Qual a disposição do governo relativamente à execução *que continuam* a ter no Império as bulas, breves ou decretos não placitados competentemente;

2) Se o governo está disposto a permitir a entrada no Brasil de jesuítas e padres de ordens semelhantes presentemente expulsos direta ou indiretamente de diversos países da Europa;

3) Se o governo adota a instituição de casamentos civis;

4) Se está o governo resolvido a manter a negação de recurso ao clero brasileiro, relativamente às suspensões *ex-informata conscientia*.

5) Qual o pensamento do governo no que concerne à grave questão da separação da Igreja do Estado;

6) Se tem o governo promovido no Senado o andamento e aprovação de disposições desta Câmara sobre o registro civil;

7) Se a Instituição das Irmãs do Coração de Jesus, autorizada por decreto n.º 7727 de 14.VI. publicado em 7.VII. corrente é filiada à de irmãs de caridade, está influenciada por estas, ou é por elas regida?

8) Se o governo está disposto a manter, proteger ou tolerar o ensino público dirigido por jesuítas, lazaristas ou irmãs de caridade?

9) Qual a razão pela qual o governo tem deixado de tomar conhecimento e aprovar estatutos de associações católicas, quando com tanta facilidade aprovou o dessas irmãs do Coração de Jesus.

Na justificação dessas perguntas há os excessos do costume. Frequentemente aparteado por Jerônimo Sodré, por Monte e por Felício dos Santos — o que Saldanha Marinho revela indignadamente é que o beneplácito vai-se tornando cada vez mais inútil. Os bispos, em toda parte vem cumprindo escandalosamente os atos pontifícios sem audiência do governo. Para esse apela ele, afim de que faça sentir a autoridade civil!

O violento liberal protesta até mesmo contra o fato de algumas bulas de caráter puramente dogmático terem sido publicadas sem o *beneplácito imperial*, tal como o da Imaculada Conceição.

Entretanto a constituição não abre exceções. “Entretanto” esta exigência é imprescindível garantia da liberdade do país”. — “Enquanto o regime fôr o do regalismo” — intervem Rui Barbosa — “Que não é liberal” — obtempera Lourenço de Albuquerque. — “Mas é constitucional” — replica Rui. E Felício dos Santos responde altivamente: “Levantem antes a bandeira, mas deixem-se desta guerra de alfinetadas a bispos”.

E’ excusado dizer que na justificação de sua paradoxal defesa do regalismo — o lider maçônico não deixou de falar na inquisição, nos maus papas, nos Bórgia, e no Suplício de Galileu, para chegar finalmente às ameaças:

“Acreditem que, se os negócios públicos continuarem a ser tratados no Brasil, como até aqui, não é de admirar que cheguemos à nova época do *Terror* e ela há de vir”.

— Ao que protesta Jerônimo Sodré:

“Pregam doutrinas destas e dizem que nós é que perseguimos”.

Contra o jesuitismo as acusações chegam ao ridículo — “Combato o jesuitismo, proclama o grão-mestre — venha ele com o burel do capuchinho, com a batina do lazarista ou com a touca branca da irmã de caridade”. Os jesuitas são então acusados de terem se apropriado dos “poucos honestos e dignos que se sentaram na cadeira de S. Pedro” (Textual). E’ impossível acompanhar o desenvolvimento da catilinária de Saldanha. O que nos importa porém, para a nossa tése, é sempre o ponto de vista de que a questão está de pé: — todos os bispos prosse-

guem no caminho dos bispos rebeldes; — a instituição do beneplácito está em crise, ameaça cair em desuso; o breve *Quanquam Dolores* está sendo cumprido escandalosamente. Tudo isto é um depoimento gravíssimo, contrário aos que pretendem circunscrever a questão dos bispos ao processo propriamente das irmandades de Pernambuco e do Pará e ao processo dos dois bispos. O que se verifica pelos anais do Parlamento — é o deflagrar de um movimento generalizado, pela libertação da Igreja — movimento que apavora os inimigos da verdadeira liberdade religiosa, atirando-os na posição odiosa de defensores do regalismo — que são obrigados a confessar — não ser a posição liberal — mas estritamente legal. Esta posição é tanto mais falsa — quanto a campanha de Saldanha, signatário e relator do manifesto de 70, não visa somente o altar mas também o irono que êle fustiga violentamente. De modo que seria entregar a inspeção da Igreja a um poder que êle mesmo proclama incapaz.

A tal ponto ataca as instituições que Jerônimo Sodré, ao responder a Saldanha a 24 de julho, começa o seu discurso com estas palavras sintomáticas:

“Senhores, eu vejo atualmente em minha terra e mesmo no recinto desta Câmara uma singular anomalia, uma inversão da liberdade com relação às instituições: de um lado é a *monarquia* de outro a *religião*, sempre e constantemente agredidas nesta tribuna: — religião e monarquia que estão entretanto prescritas na Constituição do Império.

E digamo-lo, com franqueza, senhores, é preciso certa energia, e mais do que isso, é preciso ousadia para que alguém se levante aqui com o fim de defender nem só a monarquia como ainda a religião”.

Mais difícil era ainda a posição do governo em face da interpelação. Não era possível respondê-la sem criar precipícios para um lado ou para outro.

Destacado para essa missão é o ministro dos estrangeiros — o poeta Pedro Luís Pereira de Sousa que produz uma peça de rara habilidade, fugindo dos problemas e abrigando-se detrás de uma retórica fulgurante e dispersiva: Assim, depois de

protestar um liberalismo ainda mais vivo que o de todos os oposicionistas, termina com esse repto de eloquência inteiramente inesperado para a defesa de um governo do Império Católico:

“Senhores, respeitemos a grande perseguida”... (a fé)... “mesmo nas suas crendices. O que não respeito é a beatice, a hipocrisia, o tartufismo, o manejo das armas espirituais para dominar os espíritos.

“Quantas vezes não terá cada um de nós respeitado e acaiciado uma crendice inofensiva, ingênua, piedosa, que originou-se de um sentimento cristão e que brotou na maior pureza do coração de uma filha ou de uma irmã?

“Porque rechassar a candura, ferrete-á-la com a severidade, só porque na sua expansão nos faz sorrir?”

Ou como quem diz: transformemos o sentimento religioso num ritual feminino, que adoce os nossos lares, e deixemos que a fé se torne inofensiva na política. Enquanto isso não atacemos a igreja moribunda — é um ato de delicadeza...

O ambiente parlamentar, agravado agora, com a nova interpelação de Saldanha, continúa aquecido na discussão da secularização dos cemitérios.

A 20 de julho é Rodolfo Dantas que se manifesta contra o projeto Saldanha, não sem contudo se manifestar solidário com o ideal do estado leigo: “Sou partidário convencido e ardente de tôdas quantas medidas tendam à secularização do Estado, e mirem a imprimir a forma ou o caráter leigo nas instituições nacionais”.

Quer porém o respeito à propriedade e o direito ao culto por parte de todos — inclusive os da igreja oficial.

E’ ainda a propósito dêste projeto que, a 27 de julho, Rui Barbosa pronuncia o mais violento de todos os discursos a respeito de sua atitude religiosa, no qual declara expressamente ter abandonado o grêmio da igreja católica.

Esta peça oratória, que constitui ponto tão debatido nos recentes estudos sobre Rui, é uma demonstração da alta capacidade dialética do jovem deputado, mas representa o apogeu da sua agressividade contra a Igreja e os homens da Igreja. Não

há termo de comparação entre o azedume e a ousadia destes ataques e o famoso prefácio do *Papa e o Concílio*, que contém, entre terríveis injustiças aos intuitos da Igreja, páginas sobre o estado religioso do Brasil que coincidem impressionantemente com alguns documentos mais respeitáveis, provenientes de autoridades religiosas. Neste discurso, não. É a suma do liberalismo anti-clerical, revestida de uma forma admirável, mas com todas as fraquezas e todos os vícios dos modelos europeus, todo o material utilizado é tomado ao arsenal do anti-clericalismo francês então em plena efervescência: as estatísticas são as veiculadas pelos republicanos franceses na campanha de difamação preparatória da expulsão das congregações religiosas; ainda se está a sentir os excessos da propaganda partidária quando atribui a infalibilidade à Congregação do Index, ao órgão oficial do Papado, ou ainda a um simples consultor de um órgão administrativo para poder levar ao ridículo algumas de suas afirmações; — ou, mais grave ainda, quando quer aquilatar o valor pedagógico e religioso da confissão e da direção espiritual pelos sentimentos mórbidos colhidos na correspondência de um diretor de consciência de apagado nome.

Também, o ambiente se transformou por completo com o novo tom dado ao debate — a Câmara que assistira ora aplaudindo, ora indiferente, ou às gargalhadas, como já mencionamos, as mais violentas declarações sobre religião, imediatamente agitou-se. Por duas vezes o presidente ameaçou suspender a sessão porque não podia conter os apartes do recinto e das galerias. Sem dúvida que desse discurso escandaloso derivou a fama de inimigo da igreja de que por tal fama ficou marcado o orador que, numa nova eleição, viu contra si o clero em peso de sua província. Um sacerdote fez imprimir um folheto, hoje raríssimo, em que, após um extrato de vários trechos tomados deste discurso, chega à conclusão de que votar em Rui Barbosa ou *votar no diabo* era a mesma coisa.

Ainda em 30 de julho fala Afonso Pena, autor de um substitutivo, também assinado pelo deputado Rodolfo Dantas. O seu projeto diz o deputado mineiro “quer apenas manter, em um país católico, as práticas da igreja católica; — como legislador

não atende a crenças nem a cultos — estabelece condições gerais que estão de acôrdo com princípios e com as práticas dos países mais adiantados: o Brasil não é composto de livres pensadores, é país católico”.

Não creio que tenha havido anos parlamentares tão ricos de depoimentos em torno da situação religiosa do Império.

De tôda essa nossa excursão pelo cipoal dos anais parlamentares restar-nos-á uma convicção indiscutível.

A questão religiosa não pôde ser reduzida ao processo judiciário a que alguns a querem confinar retirando-lhe até o título de *questão religiosa* para, qualificando-a simplesmente como *questão dos bispos*, transformá-la num simples incidente administrativo, quando não omitindo-a por completo, como chegam a fazer alguns levianíssimos autores.

Tal como a questão servil ou a questão militar — e mais do que estas — ela é *acima de tudo* — uma crise que se estabelece na política imperial que tem o seu *climax* na prisão dos bispos — mas que longe de cessar com a anistia — prossegue em seu processo, dentro e fóra das instituições políticas, caminhando para uma solução que teria sido completa — mesmo dentro do antigo regime — se não se tivesse cumprido aquela triste profecia do professor Braz Florentino Henriques de Sousa — ao encerrar o seu luminoso opúsculo sôbre o recurso à corôa:

“Os golpes que ferem a Igreja, prostam o poder que ôs dirige.

“Ambos cairão — mas a Igreja levantar-se-á viva e radiante como Cristo que saiu do sepúlcro, ao passo que seus inimigos ficarão sepultados na cova que lhe haviam preparado”.

Bibliografia da questão vitalista^(*)

HELIO VIANNA

Poucos acontecimentos da história brasileira terão provocado maior número de publicações de todo gênero que a Questão Religiosa. Desde que D. Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, Bispo de Olinda, decidiu romper com o conformismo que assinalava a situação do catolicismo no Brasil, até hoje — surgiu, cresceu e se manteve um capítulo novo em nossa bibliografia. Poderemos denominá-lo “da questão vitalista”, pois se a Questão Religiosa, propriamente, antecedeu a atitude do jovem antístite, a êle se ficou devendo seu renovado aspecto, intransigente — embora impolítico, glorioso — porque perseguido.

Acompanhemos, rapidamente, através de algumas centenas de fichas bibliográficas e de referências, a repercussão escrita do importante episódio da história de nossa evolução espiritual.

Antes de fazê-lo, cumpre-nos porém esclarecer que o trabalho inicial de pesquisa foi por nós confiado à aluna da Faculdade Nacional de Filosofia, Srta. Léa Quintiere, que a êle se dedicou com louvável zelo. Simultaneamente, tendo o Rev. Padre Leonel Franca, S.J., Magnífico Reitor das Faculdades Católicas, deliberado incluir na próxima edição da revista *Verbum* uma “Bibliografia da Questão Religiosa” — foi aquele primeiro levantamento consideravelmente aumentado com as informações gentilmente fornecidas pelo antigo sócio desta casa, o ilustre historiador Sr. Cláudio Ganns. Em obediência à anterior determinação de nosso querido Presidente Perpétuo Sr. Alceu Amoroso Lima, aquí nos encontramos, arrojadamente dispostos a comentar tão variado material, resultante, todo

(*) Conferência no Centro Dom Vital a 22 de novembro.

êle, da ação intemerata do Confessor da Fé que é o nosso patrono.

Começaremos, naturalmente, pelas obras do próprio D. Vital.

Depois de sua primeira *Carta Pastoral*, impressa ainda em São Paulo, em 1872, *saudando os seus diocesanos, depois da sua sagração*, vem a *Oração que no dia 24 de Maio* (do mesmo ano) *pronunciou no sólio, ... por ocasião de sua entrada na Cidade Episcopal de Olinda*. Iniciando a campanha que o imortalizou, no ano seguinte apareceram a *Circular ... ao Clero da Diocese, exortando-o a que profligue os erros da imprensa ímpia* e a *Carta ... premunindo os seus diocesanos contra as ciladas e maquinações da Maçonaria*. Já em plena luta, nova *Pastoral* teve de lançar, *sôbre os desacatos do dia 14 Maio*, além de publicar o *Breve de S. S. o Papa Pio IX, de 29 de Maio de 1873*, o célebre *Quanquam dolores*, pelo qual foi aprovada a sua atitude e condenada a Maçonaria do Brasil. Iniciadas, pouco depois, as providências oficiais relativas ao recurso interposto pela Irmandade por êle interditada, foram sucessivamente impressas a *Resposta ... ao Aviso de 12 de Junho de 1873 e Reflexões sôbre a resolução do Conselho de Estado* e a extraordinária peça polemistica que é o volume *O Bispo de Olinda e os seus acusadores no Tribunal do Bom Senso*.

Preso e processado, já tendo dito e escrito quanto em defesa da Igreja julgara necessário, nada quiz dizer ou escrever em defesa própria. Que *os homens condenassem o homem*, já que as suas idéias permaneciam intangíveis. Nessa mudança de atitude, está toda a personalidade de D. Vital. Tudo pela Igreja, nada por sua pessoa. Pronto ao combate, mas disposto também ao sacrifício, no momento oportuno soube distinguir um e outro, como aos santos convém.

Julgado e condenado, de sua prisão retomou poderosamente a palavra, para prosseguir a luta. Do cárcere da Fortaleza de São João, foi dirigida mais uma *Carta Pastoral ... aos seus diocesanos*. Outra *Carta ... a D. Frederico Aneiros, Arcebispo de Buenos Aires*, ofereceu oportunidade para fiel relato da questão. O mesmo aconteceu ao Memorial com idêntico objetivo enviado a Roma, e aí publicado em francês, o *Resumo His-*

tórico da Questão Religiosa do Brasil. O simples caso da punição dos membros maçons de uma Irmandade do Recife transformara-se em sensacional episódio da História da Igreja Universal.

Ainda na prisão, pôde D. Vital escrever a mais extensa e reeditada de suas obras, *A Maçonaria e os Jesuítas*, originada na necessidade de demonstrar a injustiça das acusações aqui habitualmente feitas aos inacianos e ao inexistente jesuitismo.

Aproveitada, assim, em benefício da verdade, a permanência na fortaleza carioca, compensou-o Deus com o consolo de mais duas vezes se dirigir, por escrito, a seus diocesanos. Outra *Carta Pastoral* anunciou-lhes o termo da sua reclusão; o *Discurso pronunciado na Igreja de São Pedro, a 6 de Outubro de 1876, dia de seu desembarque* — marcou o fim da mais gloriosa das campanhas que em qualquer tempo realizou um bispo brasileiro.

Durante o seu desenvolvimento, não faltou, porém, a D. Vital, o apoio de seus colegas de mitra e báculo.

Primeiro de todos, na quantidade como na qualidade dos escritos e atos, foi, sem dúvida, o Bispo do Pará, D. Antônio de Macedo Costa. Desde 1873 entrou na liça, eficazmente contribuindo para que não ficasse isolado em seu corajoso expurgo o prelado de Pernambuco. Publicou, no mesmo ano, a *Instrução Pastoral sôbre a Maçonaria, considerada sob o aspecto moral, religioso e social*. Procurando esclarecer o poder público sôbre a natureza do conflito então suscitado, dirigiu ao Imperador uma *Memória ... acerca do recurso interposto para o Governo Civil por parte de algumas Irmandades suspensas das funções religiosas*. No mesmo sentido, redigiu e publicou uma *Carta ... ao Senador Ambrosio Leitão da Cunha*, e, no ano seguinte, uma *Pastoral ... explicando a seus diocesanos a razão do atual conflito*.

Indo a processo e julgamento, ao contrário de D. Vital julgou oportuna a ocasião para precisar pontos de vista que não eram apenas seus, mas da própria Igreja de que era um dos mais ilustres representantes. O livro *Direito contra o Direito — ou — O Estado sôbre tudo. Refutação da teoria dos políticos*

na Questão Religiosa. Seguida da Resposta ao Supremo Tribunal de Justiça — foi o poderoso depoimento prestado pelo Bispo do Pará em tão grave contingência.

Nessa atitude, desassombrada e digna, são de fácil percepção os traços distintivos que o separam do companheiro de provações. Aos psicólogos da História não será difícil marcar as diferenças vigentes entre os dois Confessores da Fé, embora mais de forma que de fundo, mais temperamentais que fundamentais, unidos, ambos, pela grandeza da missão sacerdotal, que superiormente desempenharam.

Voltando ao sólio episcopal, e continuando, depois da morte de D. Vital, a defender a doutrina da integridade da Igreja a que este se sacrificara, coube a D. Antônio de Macedo Costa redijir, em 1879, uma *Resposta ... a seus acusadores na Câmara dos Deputados*, e, nove anos depois, uma *Representação à Assemblêia Geral Legislativa, sobre A Liberdade de Cultos*.

Entre uma e outra, travou o Bispo do Pará a mais apaixonante e também a mais elegante polêmica de toda a Questão Religiosa. Tendo o Barão do Penedo publicado em Londres, em 1881, um livro contendo o relato de sua *Missão Especial a Roma em 1873*, respondeu-lhe com *A Questão Religiosa perante a Santa Sé*, volume publicado no Maranhão, em 1886. Replicando-lhe o diplomata, de Lisboa, no ano seguinte, com *O Bispo do Pará e a Missão a Roma*, treplicou D. Antônio com novo livro, aqui aparecido em 1888 — *O Barão de Penedo e a sua Missão a Roma*.

Não foi apenas nesse incidente que lhe coube dizer a última palavra. A separação da Igreja do Estado, realizada com a República, pondo fim aos motivos que podiam produzir conflitos do gênero da Questão Religiosa, encontrou na *Pastoral* coletiva, de 1890, por ele escrita, a sua natural e lógica explicação.

Além de D. Antônio de Macedo Costa, também outros bispos brasileiros cooperaram com D. Vital na luta por ele empreendida contra o abandono das prescrições do Vaticano.

Começando pelo Arcebispo da Bahia, Primaz do Brasil, D. Manuel Joaquim da Silveira, Conde de São Salvador, fale-

cido em plena campanha, em junho de 1874, devem ser mencionadas, no setor bibliográfico, a sua *Carta Pastoral ... publicando o Breve de S. S. o Papa Pio IX, de 29 de Maio de 1873*, as *Pastorais*, sua e do Bispo do Pará, condenando os erros da Maçonaria, e a *Carta Circular ... aos Bispos do Império*, animando-os na luta então travada com a Maçonaria.

Passando ao Bispo de São Sebastião do Rio de Janeiro, D. Pedro Maria de Lacerda, depois Conde de Santa Fé, primeiro prelado brasileiro atingido pelos golpes maçônicos ainda em 1872, dignas de registro são a *Reclamação* contra as referências que lhe foram feitas em *consulta da Secção dos Negócios do Império do Conselho de Estado*, e a *Representação* que a S. M. o Imperador dirijiu, sobre a prisão e o processo do Exmo. e Revmo. Sr. Bispo de Olinda e aderindo à *Representação do Arcebispo da Bahia*. Consumadas as prisões dos mitrados, por ele dedicadamente assistidos no Rio de Janeiro, novos folhetos publicou D. Pedro Maria de Lacerda, sobre a situação em que se encontravam *A Sé de Olinda fundada em direito e horrores e perigos de um cisma* e *A Sé do Pará*.

Logo depois do rompimento das hostilidades entre os maçons do Rio de Janeiro e aquele Bispo-Capelão-mor, publicou D. Antônio Ferreira Viçoso, Bispo de Mariana e Conde da Conceição, uma *Pastoral ... premunindo os diocesanos contra os folhetos ímpios e a sociedade maçônica*. Coube, porém, a seu biógrafo e futuro sucessor, o então Padre Silvério Gomes Pimenta, a autoria de uma *Resposta ao Discurso do Sr. Conselheiro Saldanha Marinho, proferido na Assembléia Maçônica*, ainda em maio de 1872, e da obra *O Papa e as Revoluções*, do ano seguinte.

Outro Bispo mineiro, o da Diamantina, D. João Antônio dos Santos, publicou, em 1874 e 1875, *Cartas Pastorais* relativas à Questão Religiosa.

O mesmo fizeram, divulgando as Letras apostólicas sobre a absolvição dos maçons, os Bispos do Rio Grande do Sul, D. Sebastião Dias Larangeira, e de Goiás, D. Domingos Quirino de Sousa.

Além dos Bispos citados, outros sacerdotes se desvelaram

no combate escrito à campanha anti-religiosa. Um deles, o Padre João Esberard, depois 1.^o Arcebispo do Rio de Janeiro, prestou serviços redigindo o opúsculo *A Igreja, o Sr. Bispo Diocesano e o Maçonismo* e traduzindo o *Estudo sôbre a Maçonaria*, de Monsenhor Dupanloup, Bispo de Orléans.

Do clero passando aos beneméritos defensores espontâneos dos Bispos, merecem registro os folhetos em que foram recolhidas suas memóráveis orações: *Discursos proferidos no Supremo Tribunal de Justiça na sessão de 21 de Fevereiro pelos Exmos. Srs. Conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos e Senador Cândido Mendes de Almeida, por ocasião do julgamento do Exmo. e Revmo. Sr. D. Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, Bispo de Olinda* — e — *Discursos proferidos no Supremo Tribunal de Justiça na sessão de 1.^o de Julho de 1874 pelos Exmos. Srs. Conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos e Dr. Antônio Ferreira Viana por ocasião do julgamento do Exmo. e Revmo. Sr. D. Antônio de Macedo Costa, Bispo do Pará.*

Fora do Tribunal, no Senado e na Câmara dos Deputados, aquele Senador e diversos outros representantes do povo corajosamente enfrentaram a maioria governamental adversa, defendendo os direitos da Igreja no Brasil. Extraídos dos jornais do tempo, encontram-se em folhetos os discursos nesse sentido pronunciados pelo Senador Cândido Mendes de Almeida, *sôbre a política religiosa do Ministério*, e pelos deputados Tarquínio Bráulio de Sousa Amaranto, do Rio Grande do Norte, Diogo de Vasconcelos, de Minas Gerais, e Leandro Bezerra Monteiro, de Sergipe.

A êste último, coube uma atribuição especialmente difícil, a de oferecer denúncia contra os Ministros do Império, dos Negócios Estrangeiros e da Fazenda, êste o próprio Presidente do Conselho, Visconde do Rio Branco — *por maquinarem contra a Religião do Império*. Assediado de apartes, em seu discurso, pelos amigos do Govêrno, entre os quais se contavam o inteligente Gusmão Lobo, Carneiro da Cunha e Paranhos Junior — o futuro Barão do Rio Branco — foi respondido, afinal, por Tristão de Alencar Araripe.

Chegando, assim, aos inimigos dos Bispos, forçoso será pôr

em evidência o maior deles, não o Chefe do Governo e Grão-Mestre efetivo da Maçonaria, não o Ministro do Império, Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, por força do cargo tão ligado à Questão, mas o simples deputado, jornalista e advogado Joaquim Saldanha Marinho, ex-Presidente de Províncias e futuro patrono dos republicanos, o sinistro panfletário Ganganelli, Grão-Mestre honorário da Maçonaria, alma danada e diabólica de toda a campanha.

E' enorme o seu contingente bibliográfico, sem falar no puramente jornalístico e tribunício, sem dúvida dos maiores atingidos por um publicista brasileiro. As quatro séries e tomos de *A Igreja e o Estado* ultrapassam 2.100 páginas, publicadas apenas entre 1873 e 1876. Sòmente durante o ano de 1874, de 31 de janeiro a 18 de abril, e de 9 de setembro a 31 de outubro, lançou o incansável inimigo da Igreja cinco séries de folhetos e oito panfletos isolados, somando 485 páginas. Acrescentem-se os discursos pronunciados na Maçonaria, de que se imprimiram em brochuras pelos menos dois, de 1872 e 1876, e ainda os proferidos na Câmara, que, com os projetos por êle apresentados em 1879, formaram, sòmente para êsse ano, um volume de 406 páginas.

Para que se tenha idéia do respectivo conteúdo, basta citar os títulos dos folhetos de 1874: *Missão Penedo* — cinco folhetos; *Julgamento do Bispo de Pernambuco* — seis folhetos; *O Arcebispo da Bahia*; *O Confessionário*, dois folhetos; *A execução da sentença do Bispo de Olinda*, quatro folhetos; *Rejeição da denúncia contra o Governo na Câmara dos Deputados*; *A declaração do Senador Conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos*; *O Assalto de Macapá e o ultramontanismo*, três folhetos; *A propaganda episcopal*; *O Governo e os Bispos*; *O Papa e os Bispos*; *Os atos do Papado*; *Decadência do Papado*.

Redigidos em linguagem simples, preferentemente em períodos curtos, explorando todos os pontos que pudessem agra-
diar às massas a que se dirijiam, insistindo nas acusações mais absurdas e em pretensas reivindicações nacionalistas, de que se fizera campeão o seu autor — oblinham êsses escritos extraordinária repercussão, a pesar da má fé que a muitos caracteri-

zava, embora fossem sistematicamente apaixonados e injustos, quase sempre caluniadores e odientos.

Abaixo de Saldanha Marinho, seguindo-lhe os processos e imitando-lhe as manhas, vinha todo um cortejo de maçons, deputados governistas ou panfletários amantes do anonimato, jornalistas e incensadores dos poderosos do momento. Poucos foram, entretanto, os que se destacaram da súcia do Dr. Cãmhamo e de M. Cajoev, do Fábio Rústico e do Graco Americano, do Guatimozim e de Philochresto, do Pedra Bruta e do Origenes, de Petrus Doctor e do Verdadeiro Crente. Este último, por exemplo, foi o citado Conselheiro Tristão de Alencar Araripe. Os outros, merecem o anonimato que prudentemente preferiram. Exceitua-se, ainda, pela pujança de seu mau combate, o Cônego Dr. Joaquim do Monte Carmelo, X., Canonista, ou anônimo, que, apesar de sacerdote, deixou-se levar pelo aspecto nativista da campanha, alcançando, com isto, a inclusão no *Index* de seu panfleto *O Brasil mistificado na Questão Religiosa*, ao lado de *A Igreja e o Estado*, do famigerado Ganganelli.

Maior atenção que os amigos dos pseudônimos e o clérigo transviado, merecerão, certamente, três jovens escritores de então, que por diversos motivos na Questão Religiosa tomaram atitudes de que mais tarde se arrependeram.

José Maria da Silva Paranhos Junior, filho do Presidente do Conselho de ministros, como redator do órgão ministerialista *A Nação*, nele e na Câmara fortemente combateu os Bispos e seus defensores. Trinta anos depois, transformado no grande *chancellor* que é uma das maiores figuras da História do Brasil, muito se empenhou o Barão do Rio Branco para que tivesse o país o primeiro cardinal sulamericano.

Joaquim Nabuco, também por imperativos do amor filial, por respeito às idéias e atos do pai, o Senador e Conselheiro José Tomás Nabuco de Araújo, foi eventual adversário da Igreja. Um discurso que pronunciou no Grande Oriente do Brasil, publicou-se intitulado — *A invasão ultramontana*. Artigos de sua autoria, aparecidos no jornal *A Reforma*, reuniram-se no folheto *O Partido Ultramontano: suas invasões, seus órgãos e seu futuro*. Apesar dos prognósticos aí contidos, tornou-se o

eminente abolicionista fervoroso católico, honrando hoje o seu nome um dos mais cultos sacerdotes desta arquidocese e o próprio embaixador brasileiro junto a Santa Sé.

Também por intermédio de uma conferência na Maçonaria, transitòriamente inscreveu-se entre os servidores do mal o terceiro dos jovens escritores de então — Rui Barbosa. Publicada no *Boletim do Grande Oriente do Brasil*, serviu de preparativo à célebre Introdução à tradução de *O Papa e o Concílio*, de Janus, tarefa também incentivada pela Maçonaria. Encampando, com brilho e exagêro, as mais extremadas opiniões anti-clericais, forneceu essa obra, mais tarde, numerosos motivos de ataque a seu autor, já totalmente estranho às idéias ditadas pela ardorosa mocidade e pelas paixões do momento. Delas tendo se penitenciado muitas vezes, catòlicamente assistido por um franciscano morreu Rui Barbosa.

Deixando de lado a participação da imprensa e do teatro na Questão Religiosa, aquela pró e contra os Bispos, êste sempre contra a Igreja — resta-nos apenas tratar dos memorialistas e historiadores que posteriormente se ocuparam da grande crise provocada pelo zelo de D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira.

Entre os primeiros, deixaram pequenos depoimentos Félix Cavalcanti de Albuquerque Melo, assistente do desacato de 14 de maio de 1873, nas *Memórias de um Cavalcanti*, recentemente publicadas; o Conselheiro Albino José Barbosa de Oliveira, que no Supremo Tribunal de Justiça votou contra a condenação de D. Antônio de Macedo Costa e assistiu às exéquias de D. Vital, cujas *Memórias de um Magistrado do Império* foram há pouco anotadas por seu bisneto Sr. Américo Jacobina Lacombe; e o Conselheiro João Manuel Pereira da Silva, que nas *Memórias do meu tempo* igualmente aludiu à Questão Religiosa.

Passando aos historiadores, cronològicamente cabe o primeiro lugar a Antônio Manuel dos Reis, criterioso e dedicado redator do jornal católico *O Apóstolo*, que menos de dois meses depois da morte de D. Vital publicou, em 1878, *O Bispo de Olinda perante a História*, pequena biografia acompanhada de grande e preciosa cole!ânea de documentos relativos à questão

vitalista. A ampla bibliografia aí contida, foi acompanhada, pouco depois, pelos copiosos dados registrados no *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, de 1881, constituindo o vol. IX dos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*.

Iniciando longa série de biografias de D. Vital escritas por pernambucanos, já em 1882 incluiu uma Francisco Augusto Pereira da Costa, no *Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres*.

Antes de terminar o século, notável capítulo sobre a Questão Religiosa inseriu Joaquim Nabuco em *Um Estadista do Império*, embora se mostrasse mais preocupado em explicar e exaltar as atitudes do pai que defender as próprias, consequências da mocidade anti-clerical, tempos depois perfeitamente redimida.

Encerrando-se a centúria, apareceu para a história da Igreja no Brasil seu primeiro e autorizado coordenador, o Padre Júlio Maria, no *Livro do Centenário*, de 1900, onde excelentemente sintetizou os episódios de 1872-1875.

Outras pequenas biografias de vultos da Questão Religiosa foram incluídas no *Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco*, de Sebastião de Vasconcelos Galvão, como mais tarde em *O Episcopado Brasileiro*, de Manuel de Alvarenga, na *História Eclesiástica de Pernambuco*, do Cônego José do Carmo Barata, e em *Brasileiros Heróis da Fé*, de Manuel A. Altenfeder Silva. Atraindo o assunto não só a católicos, mas também a conhecidos agnósticos, a um destes, Alexandre José Barbosa Lima, coube retratar "Um grande brasileiro — Frei Vital, Bispo de Olinda", nas páginas da revista *Século XX*, de fevereiro de 1906, dois anos depois reproduzidas na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

Diversas comemorações proporcionaram o aparecimento de novos estudos referentes à grande questão da história eclesiástica do Brasil. Por ocasião do Centenário da Independência, abordou-a Jônatas Serrano na coletânea *À margem da História da República*, e o Sr. Manuel Tavares Cavalcanti na tese sobre as "Relações entre a Igreja e o Estado", apresentada ao I Congresso Internacional de História da América — assunto aliás

dois anos depois examinado no erudito livro de Lacerda de Almeida — *A Igreja e o Estado*. Na edição do *Jornal do Comércio* referente ao Jubileu do Ano Santo de 1925, tratou o Sr. E. Vilhena de Moraes de “O Patriotismo e o Clero no Brasil”. Nas *Contribuições para a Bibliografia de D. Pedro II*, comemorativas do respectivo Centenário, encarregou-se da Questão Religiosa o ministro Augusto Olímpio Viveiros de Castro. No volume que festejou os cem anos do *Diário de Pernambuco* ocupou-se de D. Vital o Sr. Luís Cedro. No centenário dos Cursos Jurídicos, discursou na Faculdade de Direito do Recife, sobre “O Direito e a Religião”, o professor Metódio Maranhão, autor, ainda, de outros trabalhos sobre D. Vital. Evocando o cinquentenário da morte do Bispo de Olinda, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro realizou João Pandiá Calógeras importante conferência, recolhida hoje no volume *Estudos Históricos e Políticos*. “A prisão de D. Vital” foi o título do artigo do Sr. José Mariz incluído no número especial de *O Jornal*, dedicado ao Estado de Pernambuco.

Excelentes livros de História examinaram com maior segurança, nos anos seguintes, a Questão Religiosa. São os casos de *O Império Brasileiro*, de Oliveira Lima; de *O Gabinete Caxias e a anistia aos Bispos na Questão Religiosa*, do Sr. E. Vilhena de Moraes; da *Formação Histórica do Brasil*, de João Pandiá Calógeras.

Incidentemente, também apareceu nas *Cartas do Imperador D. Pedro II ao Barão de Cotegipe*, do Sr. Wandelely Pinho; em *Gastão de Orléans — o último Conde d’Eu*, do Sr. Alberto Rangel; no 2.º tomo da *História Social do Brasil*, do Sr. Pedro Calmon; na correspondência de *D. Pedro II e o Conde de Gobineau*, do Sr. Georges Raeders; na *História Secreta do Brasil*, do Sr. Gustavo Barroso; em *O Padroado e a Igreja no Brasil*, compilação do Sr. João Dornas Filho; na biografia de *D. Macedo Costa, Bispo do Pará*, por D. Antônio de Almeida Lustosa, Arcebispo do Pará; na apaixonada vida de *Tobias Barreto*, do Sr. Hermes Lima; na *História de D. Pedro II*, do Sr. Heitor Lyra; em *Um diplomata na Corte da Inglaterra — O Barão do Penedo e sua Época*, do Sr. Renato de Mendonça.

Na série de conferências sobre “Os nossos grandes mortos”, organizada em 1940 pelo Ministério da Educação, falou sobre D. Vital o Sr. Jorge de Lima.

Não poderiam faltar a esta lista, inevitavelmente incompleta, os escritores estrangeiros que têm dedicado valiosos trabalhos à Questão Religiosa e sua maior figura.

Vindo em primeiro lugar seus companheiros de roupeta, merece a primeira referência Frei Salvador M. de Nápolis, autor, ainda em 1879, de uma *Carta Pastoral* aos Missionários Apostólicos Capuchinhos do Império do Brasil e da República do Uruguai. Segue-se-lhe Frei Celestino Pedavoli, que pronunciou e publicou, em 1882, uma *Oração fúnebre sobre D. Vital*, Coube, porém, ao capuchinho Louis de Gonzague, O.M.C., a redação da mais completa biografia do Bispo de Olinda que até agora possuímos, *Monseigneur Vital*, publicada em 1912, em Paris e Couvin, Bélgica. Novo servidor de sua glória, biógrafo e reeditor dedicadíssimo, é Frei Félix de Olivola, autor, em 1935, de mais uma obra intitulada *Um Grande Brasileiro*.

Fora do quadro dos capuchinhos, Monsenhor Pietro Balan acrescentou longo trecho sobre a Questão Religiosa no Brasil à *Storia Universale della Chiesa Cattolica*, do abade Rohrbacher. E o jesuíta Padre Yves de la Brière, comentando a história de *Le Regne de Dieu sous la Croix de Sud*, não deixou de mencionar o grande episódio de que foram principais autores os Bispos de Olinda e do Pará.

Abstraindo-nos dos impressos de todo o gênero, esta casa é, porém, a maior prova da manutenção dos ideais vitalistas. Nas páginas de suas publicações o patrono está sempre presente, como guia e estímulo. Desde 1922 foi incluído na Série Jackson de Figueiredo o volume *D. Vital*, do Sr. Perilo Gomes. Nas obras de Sr. Alceu Amoroso Lima, mórmente em *Política e A Igreja e o Novo Mundo*, numerosas são as referências ao grande lutador e à grande batalha por ele travada. Ramificado pelos Estados, o Centro D. Vital de Juiz de Fora, por exemplo, já editou uma *Breve apreciação sobre a vida do Bispo de Olinda*, de autoria do Sr. Raul Moreira do Nascimento. Nas coleções de *A Ordem*, são frequentes as citações redatoriais relativas à

Questão Religiosa, além de artigos sobre D. Vital, assinados por Carlos Pôrto Carrero, pelo Sr. Lúcio José dos Santos e outros.

Encerrando esta pálida resenha, quero mencionar a inclusão de D. Vital e do fundador deste Centro, Jackson de Figueiredo, na obra *Grandes Católicos*, do Rev. Padre Claude Williamson, recentemente traduzida entre nós. A dois eminentes vitalistas aqui presentes, o Sr. Hildebrando Leal, e o nosso caro Presidente Perpétuo, Sr. Alceu Amoroso Lima, ficamos devendo tão justas homenagens, oportunamente ocorridas às vésperas do centenário de D. Vital, que agora comemoramos.

Recordação e Morte de um Amigo

DIMAS ANTUNHA

(tradução de Tristão de ATHAYDE)

Por nossa vida passou um homem limpo,
brindou-nos, com sua amizade, um coração inteligente.
Tão fino era que parecia debil,
tão nobre, que foi desdenhado,
tão discreto, que passou inadvertido.

Calado, simples, amável,
atento só a Deus, descuidado de si.
Doce amigo ditoso que alargou nossas almas!
Era um descanso o seu convívio.

Para êle, saíamos todos do batismo.
Nesse drama
do que sou e do que quero ser,
no dédalo das pistas que não existem
porque só há um caminho, todos os mais são espelhos,
enquanto uns se esbofam e outros
por não saber que estão buscando a Deus
se buscam a si mesmos,
consequia perceber onde estava o autêntico.

Via a estátua pura em uma pedra tósca
e suas palavras poucas eram voz afinada
com o que teria de ser, curioso amigo,
porque já vivia na luz.

Senhor, que é o Amor?
Que representa essa caridade do Pai

que difunde o teu Espírito?

Por que tropeça um homem em outro homem
e acha em seu coração para sempre uma certeza
e diz de alguém sem êrro algum possível:

— Tenho um irmão?

Com aquele homem limpo era possível uma amizade divina.

Com aquele silencioso se podia falar de Deus

Com aquele grande singelo folgavam as palavras.

Criatura sutil, sabia que Deus chama

e sabia como é tênue, como insegura,

como cheia de suspeitas para todos essa voz sem defêsa.

Como é diferente da luta aberta

a luta da alma,

e que agonia, que luta a padecer,

existe no segrêdo da luta do anjo

que não diz o seu nome.

E se estamos fazendo uma obra ingente,

se aquela filha dos céus, a Pobreza,

que foi outrora uma graça,

hoje em dia esgrime com um código, ameaça,

desconsagra-se

e todo um mundo trabalha

para pôr as almas no nível dos corpos

dentro dessas enormes organizações

que negam o Espírito...

Se neste mistério construtivo da apostasia

com a Fé amordaçada e quase assassinada a Esperança,

até as pedras do santuário

deixam o fundamento e se reúnem,

fora da estrutura,

onde não há confissão,

onde não pesa o peso,

com todas as lascas e impurezas do cascalho,

não terá Deus um homem, um escolhido,
para que ampare ao homem que guarda o seu batismo?

Ninguém fará nada, então,
pelo preço depreciado do Sangue,
para que o pobre seja pobre,
e o poeta, poeta; e o casado, casado;
para que guarde a virgem o seu véu
e seja o monge, monge consagrado?

Para que não seja maculada a vida que Deus fez.
Para que não seja fechado o flanco aberto de Cristo.
Para que possa o homem viver sem dissimulações,
nem enganos, nem artifícios
em presença do Pai,
com a consciência de filho,
em comum e não sózinho,
segundo o seu sigilo e o seu sacramento?

Um homem limpo viveu para apagar-se,
um coração inteligente negou o que não existe
e negou-se a si mesmo,
para dar e esquecer,
para que outros fossem;
para que, em seu socêgo, tivessem outros o cimento
firme, abnegado, justo, de seu esforço.

Foi uma longa paciência sua caridade.
Non recuso laborem:
este Martinho para viver de Cristo
partilhava sua alma com o pobre.
Sem ser dono de nada,
deu muito, a muitos,
mas tudo o que dava lhe parecia pouco.

Quem viu seu rosto e ponde ver seus dons?
Sua mão era sua dádiva. Sempre
por mais que desse

— Martinho que dava a Cristo —
dava apenas sua paz.

Branca era sua alma.

Pois as almas teem côr.

Negras já vi

e existem, muito belas, côr de prata ou côr de cinza,
e também, ah Senhor! amarelas...

Mas aquela alma pura

refletida em sua casa

foi um jardim escondido.

Vivia ao amparo de um monte

Vivia em uma luz de espaçosa alvura.

Outra alma, nessa luz, respondia a sua alma.

O Senhor passou, porem.

Não façamos um grande túmulo,

não tem importância nosso pobre morrer,

só é morrer do corpo.

Consagra para o Pai todas as outras mortes,
as grandes, as divinas:

a do Filho, na cruz (que não se passou sem nós)

e a que conspulta com Ele, no batismo,

e essa de cada dia

o *Suscipe* dos que oferecem,

morte secreta, casta, simples, interior, total.

Nenhuma existe mais árdua.

Só no altar

— gota de água no cálice

e ferida que não tem fim —

podemos ir tão longe.

Quem teve neste mundo vida eterna

de vida eterna ferido morreu mais de uma vez.

Aquelas sim são mortes.

Esta um ofício menor, apenas, e passageiro.

O resgate de uma dívida — devida.

A passagem de uma páscoa — desejada.

Apresta-te, irmã morte,
não perdoes, amiga,
vê que não estou só.

Seja até o fim cumprida, também, esta obediência.

Acalma-te, pois não chegas
até a divisão da nossa alma.

Abandonei já outros trajes
que me estavam mais inexplicavelmente aderidos.
para poder dar graças.

Pouco morre o cristão com esta morte.

Para quem nasceu de Deus e viveu "inter convivas"
é breve a tua hora. Fiat.

Já dorme o nosso amigo,
descança do seu dia.

Um vale de montanhas indiziáveis
um sonho de luz,
vela o seu sonho.

A voz severa de S. João Batista,
a voz amante que deu nome ao Esposo
precederá seu despertar.

Podem muitos orar sôbre seu nome
— Wagner Antunes Dutra —
eu posso apenas recordá-lo
defunto, livre, desligado, isento,
ausente destas coisas,

puro destes retorcidos, tristes afãs
para sempre.

Presente apenas à sua alma
e a estas lágrimas que a dor,
amigo! amigo!
ou acaso a desesperada virtude da Esperança,
lentas, não amargas, e sem pranto e caladas,
do coração, só do coração, me arrancam.

Montevideu — Setembro de 1944.

A 17 de junho último transcorria o terceiro centenário da morte de João de Santo Tomás e não quizemos deixar passar o ano de 1944 sem assinalar de algum modo essa data. O artigo que Jacques Maritain nos remeteu e que publicamos no presente número será a expressão de nossa homenagem à figura do ilustre dominicano português no qual o tomismo contemporâneo vê um de seus mestres mais seguros e mais fiéis à tradição do Doutor Comum da Igreja.

João de Santo Tomás

JACQUES MARITAIN (*)

E' a Portugal que devemos João de Santo Tomás, um dos maiores metafísicos do Ocidente moderno. O seu nome está muito longe de ser conhecido e honrado como o merece, e como só o é por parte dos especialistas nos estudos tomistas, o que acontece em virtude de circunstâncias históricas particulares, a respeito das quais direi algumas palavras e também porque ele ficou como um grande testemunho solitário à margem do movimento do pensamento profano, em sua época. Eu me sinto feliz por ter ocasião para lhe consagrar um breve estudo, como testemunho de gratidão pessoal a seu respeito, porque no meu caso, como no de tantas pessoas, ele foi o guia por excelência na exploração das grandes profundezas da *philosophia perennis*. E aqueles que frequentaram este sublime espírito, não só o admiram de maneira singular, mas sentem por ele uma verdadeira afeição e o amam com profundo amor intelectual, por causa da magnífica generosidade com que nos comunica seus bens.

João de Santo Tomás é quasi contemporâneo de Descartes. E comparando esses dois pensadores geniais, pode o espírito se abandonar a imaginações históricas intermináveis e com razão pensar que o mundo de hoje seria menos infeliz se o pensamento moderno houvesse seguido as veredas do primeiro em vez de se lançar nos caminhos do segundo. Essa hipótese, contudo, torna de todo quiméricas as condições gerais da civilização no século XVII.

Nasceu em Lisbôa, a 9 de julho de 1589. E foi ao entrar na Ordem de São Domingos que recebeu o nome de João de Santo

(*) Tradução de Luis Santa Cruz.

Tomás, dando a conhecer deste modo a humilde vontade e magnânima fidelidade no servir ao mestre que se havia escolhido. O seu nome no século era Jean Poinsoy; denota claramente a origem francesa da família paterna, que havia se estabelecido na Austria, desde algumas gerações. O pai, Pierre Poinsoy, era secretário de Alberto, Arquiduque da Austria. E a mãe, Maria Garcez, pertencia a uma família da nobresa lusitana. Tendo concluído os estudos filosóficos na Universidade de Coimbra, aos 18 anos, recebeu o título de doutor. Em 1608, ia ter com o pai, então nos Países Baixos, dos quais o Arquiduque Alberto se tornara o governador, após o casamento com a Infanta Isabel da Espanha. Foi, portanto, em Lovaina que João fez os estudos teológicos, sob a orientação de Tomás de Torres, dominicano espanhol. E, como houvesse se decidido a entrar para a Ordem dos Frades Pregadores, voltou à península e tomou hábito no convento de Nossa Senhora de Atocha, em Madrid, fazendo profissão religiosa em 1613 ou em 1614. Logo após a profissão, foi enviado a Alcala de Henares, onde permaneceu por todo o tempo de sua vida, excluindo os treze últimos meses.

Durante dezessete anos, ensinou no convento primeiramente filosofia e a seguir, teologia. Em 1630, foi chamado à Universidade para a cadeira das Vésperas. Em 1641, foi promovido à cadeira de Prima. Dois anos depois, com muita tristeza para ele, pois era contemplativo e lhe desgostava a vida da corte, o rei da Espanha o escolhia para seu confessor. Devendo seguir o rei, Felipe IV, em virtude de seu cargo, com a expedição de 1644 contra a Catalunha, se viu acometido de febre maligna, durante o cerco de Lérida. E a 15 de junho de 1644, morria em Fraga, fronteira aragoneza, para onde fora conduzido. Devia ter cerca de cinquenta e cinco anos de idade. E'-nos agradável notar que se tenha conjugado em sua pessoa as influências do sangue português e do sangue francês, bem como da cultura teológica hispano-portuguesa, afim de produzirem uma obra humana de raro esplendor.

Os seus biógrafos nos contam que foi um grande religioso, amigo da pobreza e do silêncio. Como o seu mestre Tomás de Aquino, caminhou para a perfeição do amor num completo de-

sintereesse de tudo o que não fosse a verdade, absorvendo suas forças no trabalho do espírito e se escondendo na luminosidade das altitudes da sabedoria. E basta-nos a sua obra para mostrar que além de um grande gênio filosófico e teológico, ele teve também a experiência dos caminhos da mística, pois falando das coisas divinas falava de realidades cujo contáto inexprimível havia experimentado.

A obra filosófica de João de Santo Tomás, constituindo em seu conjunto o *Cursus philosophicus*, compreende os seguintes livros, publicados à medida em que redigia os tratados ensinados aos seus estudantes: *Artis Logicae Prima Pars* (Alcalá, 1631, 1634; Madrid, 1632; Roma, 1636); *Artis Logicae Secunda Pars* (Alcalá, 1632; Roma, 1637; Madrid, 1640); *Naturalis Philosophiae Prima et Secunda Pars* (Madrid, 1633; Roma, 1637; Saragoça, 1644); *Naturalis Philosophiae Tertia Pars* (Alcalá, 1634); *Naturalis Philosophiae Quarta Pars* (tratado da alma, Alcalá, 1635).

O *Cursus Philosophicus* foi reimpresso diversas vezes, após a morte do autor. A edição de Lyon (1663 e 1678), cuja autoridade é bem grande, hoje não se encontra mais. A reedição de Vivès (Paris, 1883) se ressentia de muitos defeitos e de negligências tipográficas, além de ser muito rara. Felizmente, uma ótima edição moderna, a do R:P.D. Reiser, O.S.B., professor do Colégio de Santo Anselmo em Roma, foi publicada recentemente por Marietti.

Devemos lamentar, com Monsenhor Grabmann, que não se encontre um conjunto dos tratados especialmente consagrados à metafísica no *Cursus Philosophicus*. Mas como tão bem observou o R.Fr. Lavaud, O.P., a doutrina metafísica de João de Santo Tomás atravessa e vivifica toda a sua obra, aparecendo a cada momento nas abundantes explicações e digressões que esclarecem os demais tratados; é o caso de suas perspectivas tão profundas sobre a analogia e que são expostas em lógica ao tratar dos “antepredicamentos”, — sobre a subsistência e a existência, sobre a subordinação das causas e sobre a causalidade instrumental em filosofia natural, ao tratar da composição hilemórfica dos corpos e ao tratar da causalidade física; so-

bre o conhecimento, no tomo IV da *Naturalis philosophia*, a propósito da psicologia dos sentidos e do intelecto. Mas é sobretudo, no *Cursus theologicus* que as mais profundas perspectivas são reveladas ao leitor, ao considerar ele as grandes questões teológicas. E foi o privilégio de João de Santo Tomás mostrar como as mais precisas e as mais sutis doutrinas da metafísica peripatética, fornecem ao espírito frutos de sabedoria que Aristoteles não havia imaginado, e de incomparável sabor intelectual, quando postas em contáto com os dados da revelação, pela teologia.

A obra teológica de João de Santo Tomás é constituída por oito tomos do *Cursus theologicus*. Os três primeiros foram publicados por ele mesmo (o primeiro tomo em Alcalá, em 1637, e reeditado em Gênova, em 1654; o segundo e o terceiro, em Lyon, em 1643); os demais foram editados após a sua morte (os tomos IV e V, em Madrid, em 1645, os tomos VI e VII em Madrid, em 1649 e em 1656, o tomo VIII em Paris, em 1667, e em Lyon, em 1674). As edições completas são de Lyon, 1663 (com exclusão do oitavo tomo); de Colonia, 1711; de Paris, Vivès, 1883-1886. Os Beneditinos de Solesmes iniciaram a publicação de uma nova edição, que se revela obra magistral, tanto no que diz respeito à segurança da revisão do texto, como quanto à apresentação tipográfica.

Convém adicionar ao *Cursus theologicus* um catecismo redigido em espanhol: *Explicacion de la Doctrina cristiana*, que foi composto antes de 1640; bem como os dois opúsculos: *Practica y consideracion para ayudar a bien morir* (de Saragoça, 1645) e *Breve tratado para saber hacer una confession general* (de Madrid, 1644 e mais tarde editado em Veneza, 1693).

Algumas considerações podem nos ajudar a ter uma idéia do papel de João de Santo Tomás na história do pensamento. Foi um homem de Escola, um comentador, empenhado no magnífico renascimento do ensino tradicional, que constituia a glória das Universidades espanholas desde Francisco de Vitória. Digamos que pertence a essa grande época que se denominou a idade barrôca da escolástica, ou a uma escolástica que se libertou das formas medievais do comentário propriamente dito,

organizando os seus tratados segundo um plano independente do de Aristóteles, com uma liberdade e uma abundância arquiteturas extremamente ricas e engenhosas, mas sobrecarregado com um aparelhamento dialético singularmente massiço por causa das discussões e controvérsias profissionais. Mas teve João de Santo Tomás um poderoso élan poético, uma força de intuição soberana, uma penetração de vistas com uma transcendente simplicidade (graças a qual ele se parece de maneira a mais profunda com o seu Mestre Santo Tomás de Aquino) e tudo isso atravessando, dominando e vivificando o seu imenso aparelhamento. Em torno dele, o mundo com Descartes se afasta da sabedoria teológica e da sabedoria metafísica para seguir as seduições das ciências experimentais e físico-matemáticas, na esperança de graças a elas se tornar dono e senhor da natureza. E ele, afastando-se ao mesmo tempo do mundo e desse advento moderno das ciências da natureza, perscruta, aprofunda, precisa, expõe, explica e defende, como o último e o maior representante da tradição das escolas, a herança metafísica e teológica adquirida pela sabedoria grega e pela sabedoria cristã.

E', por isso, muito instrutivo considerar a situação paradoxal em que ele se encontra. Rico em tesouros inteligíveis de uma vitalidade supratemporal, e situado à margem do movimento de pensamento que mais caracteriza o seu século, vê a civilização temporal, em cujo seio trabalha, se recusar os bens em que transborda, pois ele mesmo os cerca com uma crosta protetora que contribui para torná-las inassimiláveis ao espírito desta civilização.

E' uma condição que me parece típica da época da Contra-Reforma. A bem dizer, nem o filósofo nem o teólogo escapam à cultura temporal em que estão empenhados; quanto maiores são, mais a transcende e mais lhe ficam ligados. Nietzsche está unido à cultura do século XIX, ainda que a ela se tenha oposto com violência desesperada. Embora tenha se elevado como ao infinito sobre a civilização medieval Santo Tomás de Aquino permanece preso a ela no apogeu do seu movimento ascensional; mais tarde, a idade média moribunda ia prescindir dele.

Por sua vez, herdeiro da cultura dos séculos cristãos, num tempo que se afastava, cada vez mais, das mais altas regiões dessa cultura — pois era uma civilização inteiramente diversa que começava a reinar no mundo — João de Santo Tomás se fecha e se isola, como num sector cerrado, no ar tradicional da Escola e do ensino eclesiástico. Mas aceitando esse isolamento, ele ficava em acordo com a lei de “separação” característica do seu tempo. Separa a metafísica do século acantonando-a no céu da teologia; na mesma época, Descartes separa a filosofia da teologia, acantonando-a no século e nas esperanças terrestres de um conhecimento demiúrgico da natureza.

Essa posição paradoxal, de que acabo de falar, explica as imperfeições que prejudicam a obra de João de Santo Tomás. Ela não se ressentia apenas de complicações técnicas habituais à escolástica barrôca e se compraz em intermináveis discussões com autores secundários que só tinham uma aparência de existência intelectual na atmosfera confinada da Escola; mas sofreu, em certo momento, por causa de adversários como Suarez, a influência a que se expõe aquele que combate sem descanso adversários que se é obrigado a perseguir até o ínfimo detalhe e usando de métodos escolares, terreno este em que se corre o risco de empenho demasiado. Na verdade, trata-se apenas de traços fortuitos, que não conseguem afetar nenhum ponto de doutrina essencial. Por outro lado, João de Santo Tomás, ao conceber e edificar a sua obra, tão magnificamente poderosa como defesa do tomismo contra os inimigos deste, encerrava nos limites de um “gênero literário” bastante estreito — o da polêmica de escola — um pensamento cuja abundância e generosidade transbordam a todo momento desses limites. E o que se tem a lamentar, é que haja permanecido pura e simplesmente desinteressado da imensa renovação das ciências físicas que se processava em sua época e que iria revolucionar a cultura ocidental.

Mas os defeitos que acabamos de assinalar são o resgate de benefícios intelectuais que lhe devemos, bem como da perfeita elaboração dos segredos de sabedoria que nos revelou. Nesses defeitos há uma parte de sacrifício graças a qual poudeser atingido o efeito próprio à sua vocação intelectual,

da maneira mais excelente. “La beauté boite”, dizia um poeta meu amigo. Também se pode dizer que as mais fecundas obras da inteligência humana são obras feridas. Chagas felizes quando estimulam o gênio, tal no caso de João de Santo Tomás. Em última análise, os inconvenientes que lhe causaram o seu tempo deram em resultado o *ter entesourado* os mais elevados bens da tradição filosófica e teológica para um tempo vindouro, que saberia extraí-lo da ganga escolar. Pois finalmente esperamos que ele haja trabalhado para nós, para uma nova idade da cultura. E cabe a nós aproveitarmos sua caridade intelectual com ação à distância, para a qual tanto se prestou nele, e de modo definitivo, o aparelhamento da escolástica barrôca.

Não há margem aqui para enumerar os progressos que a síntese tomista deve a João de Santo Tomaz. Mas sem entrar em minúcias técnicas, anotarei alguns pontos a respeito dos quais ele soube extrair do tesouro antigo novas riquezas, graças à profundidade do seu olhar. Como ninguém, soube avaliar a espiritualidade própria da lógica, desconhecida pelo nominalismo dos “terministas” do século XIV e pelos modernos, que reduzem à gramática de sinais uma ciência de relações orgânicas que as coisas conhecidas mantêm entre si, no exercício vivo do pensamento. Quer se trate do universal, quer do ente de razão lógica, quer do signo, quer da teoria da ciência, ou da subordinação das ciências, a todo momento, as grandes teses clássicas são tratadas por ele à luz decisiva das fontes inteligíveis. Mas é sobretudo, no aprofundamento da vida própria da inteligência e de suas operações imanentes que ele aparece como um guia incomparável. Aqueles que creem simploriamente na “ingenuidade” do realismo tomista mais lucrariam se meditassem sobre as admiráveis “disputas” consagradas por ele à intelecção, ao conceito como signo formal, ao mistério do *fieri aliud in quantum aliud*, ao conhecimento da alma por si mesma, ao conhecimento angélico, à processão do Verbo *in divinis* e à visão da essência increada. Quer como filósofo, quer como teólogo, é ele o mestre das explorações em profundidade no universo do espírito. E os idealistas modernos, que se reivindicam esse universo, se

compreendessem João de Santo Tomás, deveriam confessar diante dele o caráter ainda primitivo das suas concepções.

No domínio da filosofia prática, não é fácil discernir seu verdadeiro pensamento sobre a natureza do saber moral, pois se pode prestar a malentendidos; mas sua doutrina sobre os hábitos, sobre as virtudes intelectuais e sobre as virtudes éticas, abre perspectivas de uma fecundidade indefinida para uma multidão de problemas modernos. E como seu mestre Santo Tomás ele é, antes de tudo, um teólogo. Sobre todas as grandes questões teológicas, ou se trate da Trindade, ou da ciência divina, ou da vontade divina e de sua relação de livre amor com as criaturas, ou da graça e da Incarnação, aparece ele como o comentador, por excelência, do Doutor Angélico e aos nossos olhos, maior ainda neste ofício do que o célebre Caetano (1). Ter-se-ia dito que a sua missão própria seria, à força de triturar sua doutrina, por em evidência as intuições centrais, primeiras e soberanas, que constituem a riqueza inexgotável da insondável limpidês de Santo Tomás.

Enfim, em seu tratado sobre os Dons do Espírito Santo (2), do ponto de vista da especulação doutrinária, ele nos fornece tão elevadas luzes sobre a vida mística e sobre a união contemplativa, que se pode com razão comparar seu ensinamento neste domínio com aquele que nos dá São João da Cruz, o Doutor Místico por excelência, sob um ponto de vista bem diferente e, antes de tudo, prático e experimental.

Rude, escolar, sobrecarregado de tecnicidade, incorreto às vezes, abundante em repetições, apesar de tudo isso, o estilo de João de Santo Tomás é magnificamente vivo, maravilhosamente

(1) As razões de semelhante predileção foram expostas, de maneira excelente e em termos que subscrevo sem reserva, pelo R.Fr. Gardell, O.P., em *La Structure de l'âme et l'expérience mystique* e pelo R.Fr. Lavaud, O.P., em seus estudos sobre João de Santo Tomás (artigos para *La Vie Spirituelle*, julho-agosto de 1926 e Apêndice VI à tradução aos *Isagogae ad theologiam D. Thomae*, Paris, Blot, 1928).

(2) Tratado traduzido para o francês por Raissa Maritain, Paris, Éditions du Cerf, 1930.

adequado a seguir e exprimir as curvas e sutilezas de seu pensamento em crescimento orgânico e germinação. A bem dizer, e para quem sabe entendê-lo, é um estilo transbordante de poesia. João de Santo Tomás se explica a si mesmo quanto às imperfeições de sua linguagem, “vestimento de guerra de tecido grosseiro”, “tenda com pele de cabra”, mas que convêm ao lutador empenhado num combate a que se lançou com toda a alma.

Diego Ramirez conta que à hora da morte ele testemunhou nada haver jamais sustentado, durante trinta anos de magistério, que não tivesse julgado conforme à verdade e ao Doutor Angélico; à verdade, antes de tudo, e ao Doutor Angélico por amor a ela! Ao mesmo tempo, brilha em sua obra a poderosa originalidade de seu gênio. Como no tratado sobre os Dons, quase sempre ele prolonga em sínteses totalmente novas o pensamento de Santo Tomás, alargando as fronteiras do tomismo graças a uma ousadia tanto maior quanto mais se funda na mais vigorosa e veemente adesão ao espírito e aos princípios orgânicos do tomismo. Precioso exemplo, que nos faz ver até que ponto devem e podem andar juntos a fidelidade e a originalidade, o respeito vivo pela herança da sabedoria transmitida pelos mestres e a força de renovação e de progresso, quando tudo se dá, a capa, a túnica, e o resto, a um amor soberano pela verdade.

A eucaristia, causa de nossa glorificação

P. LÁZARO NEVES, C. M.

Gloria et honore coronasti eum, Domine! (Ps. 8,6)

“Crescei, multiplicai-vos e dominai a terra!” (*Gen.*, 1,22).

Dominamini: dominai! eis a palavra que, encantando os ouvidos do homem, lhe penetrou no coração, onde achou a mais franca acolhida. Crescer, subir, dominar! a glória! Foi Deus mesmo quem nos deu esta ambição, e o instinto do homem é correr na expansão dêste sentimento. A terra lhe parece pequena demais; o seu paraíso está fechado por quatro rios; tôdas as árvores não estão ao alcance de seus dedos. Por que? Por que?... E a tentação infernal lhe sopra: “Se comerdes da árvore que está no meio do paraíso, sereis como deuses!”

Ser como Deus! E Deus permitiu que mais êste desejo entrasse no coração de sua criatura. Oh! Não! O demônio não disse tudo; querendo enganar, êle mesmo ficou enganado. Deus nos destinou a muito mais ainda. Estou escutando a palavra do Profeta, palavra que Nosso Senhor se dignou confirmar: *Dii estis et filii Excelsi omnes*: Sois deuses e filhos do Altíssimo! (*Ps.* 81,6). Mas o homem errou, pensando que poderia atingir essa glória pelo seu próprio esforço, pelo poder próprio, com suas próprias fôrças, e, infeliz! tomou o caminho da desobediência. E tudo perdeu! *Cecidit corona capitis nostri* (*Thren.*, 5, 16): caiu-lhe da cabeça a coroa de rei!

O caminho é outro, e nós acabamos de o ouvir do Santo Evangelho: *Si quis diligit me... ad eum veniemus et mansionem apud eum faciemus* (*Joan.*, 14, 23): “Se alguém me ama, viremos a êle e nele colocaremos nossa morada”. Esta habitação de Deus em nós, obra que atribuímos ao Divino Espírito Santo, se faz pela graça santificante, que, ao mesmo

tempo, nos torna participantes da natureza divina, na expressão de S. Pedro: *divinae consortes naturae* (2 Petr., 1, 4).

Agora sim, o homem encontrou o verdadeiro caminho da glória: sua coroa é a união íntima com Deus, a qual o eleva efetivamente acima de todas as outras criaturas: *Gloria et honore coronasti eum, Domine, et constituisti eum super opera manuum tuarum* (Ps., 8, 6).

Nós atingiremos essa glória sobretudo por meio da Eucaristia, que é um Deus no meio de nós, um Deus transformando-nos nele, um Deus fazendo nossa felicidade eterna. É o que vamos contemplar com as luzes do Divino Espírito Santo e sob a proteção materna da Santíssima Virgem, a quem invocamos humildemente.

I

Deus não se arrepende de seus dons, ensina-nos S. Paulo (Rom., 11,29); muito menos, falha nos seus decretos. Mas, se, para nos criar a sua imagem e semelhança, lhe bastou apenas, depois de breve conselho, soprar sobre nós o seu sopro divino, quanto não lhe custou restituir-nos o que perdêramos, tornar a pôr sobre nossa cabeça a coroa caída! O homem ficou tão fraco, tão inclinado a terra! Sobretudo, entre ele e seu Criador se cavara um abismo infinito; ao cair da tarde, sentia na brisa mansa a voz do seu Deus, que com ele vinha conversar familiarmente; agora, se vê obrigado a se esconder... e por medo... ainda no Paraíso: *Vocem tuam audivi in Paradiso et timui* (Genes. 3, 10).

Novo conselho no seio da SSma. Trindade, e o Filho, o Verbo Eterno, se apresenta: "Eis-me aqui, Pai, para fazer a vossa vontade!" E Ele se fez homem: *et homo factus est* (Symb. Nic.-Const.). Deus se fez homem e habitou entre nós. Que aproximação! que bondade! Já que o homem não pode chegar até Deus, é Deus quem desce até o homem, feito homem como ele. Em Listres, S. Paulo e S. Barnabé curam um pobre aleijado, coxo de nascença; o povo admirado exclama: "Os deuses sob a forma humana descenderam até nós!" *Dii similes facti hominibus descenderunt ad nos* (Act. 14, 10). Eles não erravam de

todo, pois os Apóstolos pregavam justamente um Deus feito homem por amor de nós. Escutemos S. Ambrósio: "Jesus se fez homem, é criança, para nos fazer homens perfeitos; é envolvido em panos para destruir em nós os laços da morte; fica num presépio, para que possamos ficar sobre altares; está sobre a terra, para que estejamos no céu; não tem um lugar na hospedaria, para que tenhamos muitos lugares no céu." (*De Incarnat*).

Esse Jesus faz suas delicias em habitar entre os homens. Durante trinta e três anos, viram-no as crianças e os velhos, os pobres e os ricos; os humildes, os doentes, os pecadores sentem os efeitos benéficos de sua passagem, pois êle passou fazendo o bem: *Pertransiit benefaciendo* (Act., 10, 38). Passou... e por que não ficou? Não deveria êle ser o Emanuel, o Deus conosco? Oh! Sim! Ele ficou; o grito dos discípulos de Emaus é o grito de toda a humanidade: *Mane nobiscum, Domine* (Luc., 24, 29): ficai conosco, Senhor!

E êle ficou! Numa pequenina hóstia consagrada, lá está Jesus todo: seu corpo, seu sangue, sua alma, sua divindade. E diante dessa pequenina hóstia, dessa agora "migalha infinita", os Anjos e os homens se prostram em adoração. E quem é êsse que é adorado? E' um dos nossos, é um de nós! E' Deus que se fez homem para morar conosco: *Et cum hominibus conversatus est* (Bar., 3, 38).

As cidades sentem-se honradas com serem as sedes do governo: são as capitais, as cabeças, como sendo o que haja de mais nobre no país. E eis que, não somente as cidades mas os simples lugarejos são honrados com a casa de seu rei que é Deus; em toda parte, um edifício se destaca, levantando para o alto sua flexa esguia, e a dizer a todos os que passam: Alto! Aqui está o Deus que se fez homem e veio habitar entre nós!

II

Meus senhores, poder contar um Deus em nossa raça, em nossa família (êle é nosso irmão), que grandeza para nós! Mais ainda. Ouvi S. Teresa: "A graça da Eucaristia é maior que a da

Incarnação, pois, incarnando-se, o Filho de Deus deificou apenas a sua própria humanidade; na Eucaristia, deifica todos os homens". E' um comentário da palavra de S. João no Evangelho: "A todos os que o receberam deu o poder de se tornarem filhos de Deus". (*Joan.*, 1, 12). E S. Paulo acrescenta: "E somos transformados na própria Imagem divina": *in eandem imaginem transformamur* (2 Cor., 3,18). E' verdade, não nos tornamos Deus por essência, mas a união da carne de Jesus com a nossa carne faz que nossa carne seja a carne dêle, e a carne de Jesus é a carne de um Deus. Daí essa expressão forte de Tertuliano: *Caro corpore et sanguine Christi vescitur, ut anima de Deo saginetur* (*De Resurrect. carn.*, c. 8): "Nossa carne se alimenta do corpo e do sangue de Cristo, para que nossa alma se sacie, se engorde de Deus".

"A propriedade deste sacramento, diz S. Tomás de Aquino, no Ofício da Santíssima Eucaristia, é transformar o homem em Deus e torná-lo semelhante a êle. Pois, se o fogo tem o poder de transformar nele todas as coisas a que se une, e de lhes comunicar sua fôrça e perfeição, depois de nelas ter destruído o que pudesse ser contrário a sua natureza; quanto mais esse fogo abrasador da divindade não há de consumir tudo o que achar de impuro em nossas almas, e de as tornar semelhantes a êle?"

Um dia, foi depois da queda, verificou Deus com pesar, se não com decepção: *Ecce Adam quasi unus ex nobis factus est* (*Gen.*, 3,22): "Eis que o homem se tornou como um de nós". Agora, já não é mais com pesar e tristeza que Deus o verifica; bem ao contrário, é com deliciosa complacência. O homem-Jesus é Deus, e nós comemos de sua carne e bebemos de seu sangue, e — ó glória! — somos feitos o seu corpo e membros de membros, afirmou S. Paulo, na primeira Epístola aos Coríntios; voltando-se para cada um de nós que comuniquemos, Deus poderá dizer, como disse de Jesus: "Eis o meu filho muito amado, em quem pús as minhas complacências". (*Math.*, 3, 17). S. Cirilo nos chama de concorpóreos, consanguíneos de Cristo, um só corpo de Cristo (*Catech.* 4). Ah! Senhores, já não somos nós quem vivemos, é o próprio Cristo

que vive em nós; somos o templo de Deus. Deus coroou de honra e glória a sua criatura, fazendo-se homem para que o homem se tornasse Deus. Por isto, escutemos com atenção humilde a recomendação do Papa S. Leão: “Reconhece, ó Cristão, a tua dignidade, a tua elevação; e, feito participante da natureza divina, não voltes mais à tua antiga baixeza: lembra-te de de que cabeça e de que corpo tu és membro”. (*Serm. 1 de Nativ.*)

III

Deus se fez um de nós, para tornar sensível sua presença entre nós, e para nos transformar nele. Terei dito tudo? Nós ambicionamos mais. As irmãs de Lázaro estavam desoladas com a morte do irmão, e com fé profunda exclamam: “Senhor, se estivésseis aqui, o nosso irmão, o vosso amigo não teria morrido”. (*Joan. 11, 22*). E dos lábios de Jesus caem as mais consoladoras palavras: “Eu sou a ressurreição e a vida”. Jesus é a vida: e como pode morrer aquele que come a vida? pergunta S. João Crisóstomo. (*Hom. 60 ad pop.*). A vida eterna, a vida que não morre, eis o que nos dá a Eucaristia: “Quem come minha carne e bebe meu sangue tem a vida eterna”, (*Joan., 6, 55*).

Este corpo que temos sustenta uma vida; ah! mesmo que tivéssemos comido um maná caído do céu, dessa vida um dia se há de dizer: “*Manducaverunt manna et mortui sunt*” (*Joan. 6, 59*). E nós queremos viver! Viveremos, se comermos o alimento da imortalidade e da vida eterna, diz S. Cirilo (*In Joan. 1. 4, c. 16*); se comermos aquele que disse: “Eu sou o pão descido do céu, e aquele que come dêsse pão, não morrerá, viverá eternamente; e o pão que vou dar é minha carne, para a vida do mundo”. (*Joan., 6, 55 e 52*). Nós o comungamos, e a maravilha se opera: uma alma divina vem sobrepor-se à nossa pobre alma humana; uma energia sobrenatural vem enxertar-se sobre nossa fraqueza, e os frutos desse enxerto são frutos de vida eterna.

Não é só a alma que viverá; o corpo também: “Eu o resuscitarei no último dia”, fala Nosso Senhor. A Carne de

Jesus depositará em nossa carne um germe de vida que não perecerá; um dia esse germe divino será o “semen gloriae”, o princípio de uma ressurreição gloriosa.

E' o fruto da oração de Jesus. Depois de instituir o sacramento da vida, Nosso Senhor reza: “Pai justo, eu peço, guardai-os do mal... Santificai-os em verdade”. (*Joan.*, 17, 17 e 11). Depois, já não é mais uma oração, é a expressão de sua vontade divina: “Pai, eu quero que, onde eu estiver, também estejam aqueles que me destes, para que vejam a glória que me destes também”. (*Joan.* 17, 24). Volo, eu quero! “Parece, diz Bossuet, que faltaria alguma coisa à glória e felicidade de Jesus no céu, se os seus amigos, os simplesmente seus, delas não fossem testemunhas. E ser testemunha da glória e felicidade de Jesus, é partilhá-las, é gozar delas. Quem vê a glória de Jesus no seio do Pai, é feliz, primeiramente com a glória de Jesus; e, depois, é feliz por essa gloriosa visão que atinge a Trindade Santa, nos transforma, nos deifica, nos beatifica por toda a eternidade”. (*Médit. sur l'Evang.*, 62.º).

Um corpo que não mais morrerá, um corpo que não mais será pasto da corrupção e da dor, um corpo que não mais sentirá as distâncias do espaço nem o peso da matéria, será o receptáculo de uma alma que se extasiará na contemplação do Deus uno e trino, dessa alma que viverá — agora sim! — a verdadeira vida, viverá vendo e amando a Deus, num gozo sem fim. E' a glória do homem, fruto da promessa de Jesus, na Eucaristia: “Quem come minha carne e bebe meu sangue tem a vida eterna”; tem, desde já, desde agora, desde este mundo, a vida eterna. O demônio bem o sabe, por isso inventa essas doutrinas malvadas que afastam da comunhão, êle, o nosso inimigo desde o princípio. Mas os santos melhor ainda o compreendem, e são os campeões da comunhão freqüente. Assim, num tempo em que os jansenistas exigiam nos adultos, para a comunhão, disposições difficilimas ou mesmo impossíveis, S. Vicente de Paulo ordenava aos seus missionários que promovessem as comunhões sobretudo de crianças, de modo que seria suspensa a missão em que fôsse impedida a comunhão dos meninos; desde então, a comunhão das crianças passou como um

bem de família dos Padres da Missão. E' que a Eucaristia preserve esses corações jovens, leva-os pela mão através dos escolhos da idade madura, e, viático divino, abre-lhes a porta da glória eterna. *Gloria et honore coronasti eum!*

Senhores, lembremo-nos do aviso de S. Paulo: "Este mundo passa; não temos aquí morada permanente, estamos a procura de outra cidade, a pátria celeste." (*Heb.*, 13,14). Que outros ponham sua glória nas riquezas, nos prazeres, nas dominações, onde bem lhes aprouver: essa glória passa, como êles também passaram: *Manducaverunt.... et mortui sunt*. A nossa glória, a que nos vem pela Eucaristia, a que dá a verdadeira immortalidade, a glória que não murcha, no dizer de S. Paulo, é a glória do céu: Jesus é o caminho, Jesus é a porta de entrada, Jesus será a coroa; então estará plenamente cumprida a palavra da Escritura: Coroastes, Senhor, de honra e glória a vossa criatura: *Gloria et honore coronasti eum, Domine!*

Observações sôbre o "caso Maritain"

FÁBIO ALVES RIBEIRO

Os artigos contra Jacques Maritain que há cerca de um ano se vêm sucedendo na imprensa do país, o zelo com que adversários gratuitos do filósofo divulgam trabalhos aparecidos em revistas estrangeiras e nos quais a sua doutrina é mal compreendida ou desfigurada, a semelhança de processos e de "estilo", digamos assim, entre a atual campanha e as que a precederam — tudo isso é de molde a inspirar algumas observações em torno dos motivos dos ataques ao mestre francês bem como de certos problemas por eles suscitados. Queríamos examiná-los aqui com isenção e objetividade, esforçando-nos por colocar as questões no plano dos princípios e das idéias afim de evitar na medida do possível a incidência no plano do concreto e do pessoal e a inútil exacerbação dos ânimos, já suficientemente irritados. Não julgamos que isso possa ser uma insistência menos caridosa ou deselegante, no momento em que, ao aproximar-se o ano novo, tudo parece caminhar para uma serenidade relativa. Justamente porque agora as lutas vão, quem sabe, dar lugar à oração e ao trabalho silencioso, é que nos pareceu oportuno esboçar algumas observações que talvez sejam úteis para o futuro. Os amigos de Maritain estão convencidos da verdade das idéias e atitudes do filósofo e o que pode parecer insistência não é senão o desejo de que essa convicção ilumine a todos os irmãos. Que o amor da verdade e da justiça não nos leve a desviar-nos da caridade, eis o que importa antes de tudo e eis o que temos de pedir sempre a Deus. Não são outras as disposições que queremos manter aqui. E é evidente que elas pouco aproveitariam se não lhes correspondessem, no campo oposto, a boa fé, a nobreza de processos de polêmica, o firme propósito

de não deturpar consciente ou semi-conscientemente o pensamento alheio.

Comecemos pelos *motivos* da campanha contra Maritain. A nosso vêr eles são de três ordens. Há os motivos de ordem *espiritual*. Para muitas pessoas certas passagens do “Humanismo integral” encerram uma acusação à espiritualidade inaciana, espiritualidade aprovada pela Igreja e louvada pela Santa Sé. Antes de mais nada lembremos que o fato de considerar o molinismo como uma teologia humanista mitigada, apresentando um sentido antropocêntrico e constituindo ainda que dentro dos limites da ortodoxia, um passo na direção do humanismo *separado* do século dezoito — é para um filósofo *tomista* da história e da cultura, uma posição perfeitamente legítima. O aspecto *formal* sob o qual Maritain aborda a questão é o da filosofia da cultura. (O da teologia é o do P. Garrigou-Lagrange em “Dieu, son éxistence et sa nature” por exemplo, onde o molinismo é criticado com uma veemência que deixa longe as frases incriminadas do “Humanismo integral”). Defendendo-se recentemente de acusações dessa ordem, feitas numa revista de New York, Maritain escrevia: “Afiml, sou tomista e o tomismo também não foi condenado pela Igreja, e certamente tenho liberdade de preferir Caetano e João de Santo Tomás e mesmo Bañez ou Del Prado, ao autor de “Concordia”. Criticar o molinismo não significa enfim acusar a espiritualidade inaciana pois, dizia Maritain no mesmo lugar, “seria absolutamente injusto identificar (a escola molinista) com a tradição de vida e inspiração da Companhia de Jesus”.

Existe ainda um motivo de ordem *filosófica*. Maritain é tomista e é natural que os admiradores de outras escolas filosóficas, como a de Duns Scot por exemplo, ou os que se filiam a sistemas mais ou menos ecléticos, não tenham grande interesse ou recebam com desconfiança e mesmo hostilidade as idéias de quem é hoje, sem dúvida alguma, um dos maiores discípulos, um seguidor fidelíssimo do Doutor Comum da Igreja, sem prejuízo daquela largueza de espírito que todos lhe reconhecem.

Temos por fim o motivo *político*, talvez o mais importante de todos. Maritain sempre combateu o totalitarismo, sob quais-

quer de suas formas ou disfarces. Não apenas o racismo nazista, condenado pela Igreja, mas ainda os movimentos de índole totalitária mais ou menos mitigada, como o falangismo espanhol. Ora, por ocasião da guerra de Espanha muitos católicos deixaram-se levar pelo aspecto mais chocante do conflito, a horrosa perseguição movida contra o cristianismo pelos comunistas (coisa que Maritain e seus amigos nunca negaram; veja-se "Aux origines d'une tragédie", de Alfred Mendizabal, prefácio de Maritain) — esquecendo-se por completo do outro lado do problema, isto é, dos compromissos mais do que evidentes do falangismo e do governo do general Franco com a Alemanha nazi e a Itália fascista. No prefácio acima referido o filósofo citou alguns artigos do programa da Falange pelos quais se manifestava o seu caráter totalitário e imperialista. E recusou-se a admitir que a guerra espanhola fosse uma guerra santa, pois "para combater um campo ajudado pela Rússia soviética e aberto à sua ideologia" o lado nacionalista não apenas "é ajudado pela Alemanha nacional-socialista, perseguidora também do catolicismo, como pela Itália fascista", mas ainda entrega-se a "correntes históricas que se propoem coisa muito diferente do que servir a expansão do reino de Deus, e cuja inspiração é totalmente política e imperialista". (Pref. cit.) Os admiradores das direitas de todos os matizes nunca perdoaram a Maritain essa atitude ditada pelo amor à independência do cristão num mundo corroido pelas paixões e pelos compromissos partidários. (1) E é

(1) O caráter direitista da campanha movida por muitos dos adversários do filósofo é posto em evidência por uma série de circunstâncias de que podemos dar vários exemplos. Em 1937 a imprensa integralista moveu uma campanha indigna contra Maritain, campanha que, diga-se de passagem, encontrou eco entre os católicos iludidos pelo verniz cristão do movimento do sr. Plinio Salgado, e recebeu telegramas de apoio até mesmo de associações religiosas. "A Ofensiva" estampou um artigo em que se lia o seguinte: "A pessoa humana justifica, contemporaneamente, as mais criminosas atitudes". E o articulista continua em tom sarcástico: "O comunismo ameaça a Itália que parece sua presa inevitável. Vem o Fascismo, orientado pelo mais sadio espírito de religiosidade cristã (sic), abate a hidra moscovita e funda o seu regime. E' contudo ele, o Fascismo, uma instituição hu-

justamente esse direitismo e esse totalitarismo mais ou menos bem caracterizado que explicam em grande parte a hostilidade com que é recebida em muitos ambientes a doutrina de Maritain.

Queríamos passar agora ao exame de dois problemas correlatos, o primeiro dos quais nos parece ser o da *união dos*

mana, e tem os seus erros. — Maritain condenou o Fascismo porque é **totalitário** e ofende “a dignidade da pessoa humana”... E continua no mesmo tom: “Na Espanha é a vitória da Frente Popular. Incendiam-se as igrejas. Anatematiza-se a religião. Assassina-se padres e desrespeitam-se religiosas. Moscou prepara o seu bote, que seria infalível, não fosse em tempo rebatido por Franco. Trava-se a luta armada, • em meio dos seus horrores uma pequena cidade — Guernica — é bombardeada. — Maritain não perdoa o salvador da Espanha; pois o bombardeio de uma cidade aberta, com a morte de populações civis, constitui um atentado aos direitos inconspicíveis e à dignidade da pessoa humana...” (“A Ofensiva”, 3/10/1937). O vespertino integralista “O Povo”, fazendo eco a alguns artigos aparecidos no “Jornal do Comércio”, acusa Maritain de **trair a civilização cristã** e ajuda a divulgar a falsa notícia da sua vinda ao Brasil para pleitear a libertação de Luis Carlos Prestes. Um jornal católico, sem ir a tais extremos, lamenta a atitude de Maritain no caso espanhol e diz: “O filósofo abstraiu do fato de que na Espanha se joga uma partida decisiva entre comunistas e fascistas e que entre os dois a escolha está feita: fascismo (sic)”. (Maritain pensava justamente o contrário, que nada havia a esperar nem do comunismo nem do fascismo — e o desenrolar dos acontecimentos veio dar-lhe inteira razão, **hoje** sabemos disso — e que era preciso trabalhar por uma terceira solução, por essa democracia na base da pessoa humana e do “humanismo da Encarnação”, tão bem estudada pelo filósofo em tantos volumes de filosofia política).

Vejamos mais alguns exemplos. Em 1937 apareceram diversos artigos foram reunidos em volume, acrescido de cartas de aplauso recebidas de Espanha. Publicaram-nos um órgão monarquista e direitista e um diário integralista do norte, este em edição especial. Mais tarde tais artigos foram reunidos em volume, acrescido de cartas de aplauso recebidas pelo autor. Entre elas abundam as de direitistas, de totalitários, de patrianovistas, de integralistas, encontrando-se até testemunhos ferozes de anti-semitas. Numa delas, por exemplo, o missivista, referindo-se às reações provocadas na capital do país pelos artigos, escreve que “as direitas (...) gostaram imensamente” da ofensiva contra Maritain. Poderíamos multiplicar os indícios.

católicos. Muitos irmãos na fé e mesmo amigos sinceros de Maritain perguntam-se por vezes se as lutas em torno do filósofo tomista não serão contraproducentes e até prejudiciais, num momento em que a união é mais necessária do que nunca. Se mesmo entre os católicos o espetáculo da desunião já é tão triste, que pensar do escândalo para os que estão fora da Igreja?

As preocupações dessas pessoas têm sua razão de ser pois a desunião, os entre-choques de opiniões em que a caridade sai ferida, constituem sempre um triste espetáculo. Daí não se pode concluir porém que a atitude ideal é o silêncio diante dos ataques injustos ou mesmo caluniosos com que muitos procuram atingir o filósofo francês, que o melhor a fazer é limitarmo-nos à exposição positiva da sua doutrina sem a preocupação de defendê-lo quando necessário.

Com efeito, não se deve entender de maneira unívoca aquela união dos católicos, sendo necessário distinguir cuidadosamente os seus modos de realização. Existe uma unidade absoluta entre os católicos, no plano do dogma, da moral e do culto. A sua expressão é a submissão às definições e às diversas manifestações do magistério eclesiástico em matéria de fé e de costumes e a sua realização concreta é a santa missa, na qual os católicos estão unidos na mesma comunhão sobrenatural. Esse modo supremo de união não desaparece necessariamente pelo fato da Igreja permitir o livre debate em torno de determinadas questões. Nada há pois de chocante em que muitos católicos diverjam de Maritain, como não há escândalo no fato de divergirem tomistas e molinistas na questão da graça e do livre arbítrio, ou tomistas e scotistas no problema "de fine Incarnationis".

Quando a justiça e a caridade são ofendidas, temos um defeito de ordem *accidental*. A legitimidade da disputa permanece. O que compete tanto aos amigos como aos adversários do filósofo é pedir a Deus um amor muito grande e muito humilde pela verdade e pela sua glória. A discussão não é por si mesma algo de destruidor e de negador. Quando se toma a sinceridade como base, os debates constituem também trabalho construtivo, pelo esclarecimento das questões e por um fortalecimento cada vez maior das posições que assumimos, desde que elas sejam

realmente justas e fundadas na verdade. E erraria quem julgasse que toda discussão é necessariamente puro jogo de palavras sem razão de ser, devendo portanto ser abandonada em benefício de atividades mais “práticas” e de resultado mais imediato. Tal atitude seria não apenas tristemente pragmática mas constituiria um desrespeito ao ser das coisas e aos princípios fundamentais que dele emanam. É um erro buscar a união à custa do sacrifício desses princípios, erro lamentável que traduz simplesmente uma desconfiança ou um ressentimento em face da inteligência. (1)

O outro problema de que queremos falar é o da *significação* de Maritain para nós. Se é legítimo discutir Maritain (nunca se afirmou o contrário, não obstante a lenda da sua “infalibilidade”, inventada por alguns dos adversários do filósofo) — defendê-lo quando o atacam naquilo que lhe é “mais caro que a pupila dos olhos — a fidelidade e a integridade de (seu) apego à doutrina da Igreja”, como ele próprio dizia em carta a “O Diário” de Belo Horizonte, não é apenas legítimo, mas constitui um dever, uma obrigação indeclinável de justiça.

(1) A propósito de certo ecletismo cristão que deseja sobrepujar o tomismo autêntico dos discípulos mais fiéis do Doutor Comum, o Cardial Villeneuve, encerrando as “journées thomistes” de Ottawa, em 1936, referiu-se a um dos argumentos às vezes invocado para justificá-lo: “A caridade está acima de tudo (...) Ora, a diversidade de opiniões divide e semeia a discordia. É necessário pois sacrificar a ciência à caridade e apegar-se menos à profundidade exata da doutrina do que à unidade dos espíritos a manter”.

O Cardial Villeneuve respondeu da seguinte maneira a essa objeção: “Por certo que sim, a caridade está acima de tudo e importa mais para a salvação e a santificação que a ciência, e esta deveria ser sacrificada se assim o exigisse a manutenção da caridade. Mais exige-o ela? **Que é que fere a caridade? Não é a verdade**, nem o amor sincero e integral que lhe devotamos; o que fere a caridade e gera a discordia é o **amor-próprio**, é o orgulho, seja individual, seja corporativo, é a vã glória. Eis o que é necessário combater, e não o amor da verdade. De outro modo não se incorreria na censura do apóstolo: “*Spiritum nolite extinguere*” (I Thess., V, 19)?” (Cit. pelo Fr. Reg. Garrigou-Lagrange, O.P., “Thomisme et électisme chrétien”, “Revue Thomiste”, T. LXII, n.º 1, janeiro-fevereiro de 1937, p. 15).

Não se deve pois pensar que o "caso Maritain" é algo de secundário, ao lado da Ação Católica, da ação social ou do movimento de volta à liturgia, por exemplo. Maritain exprime para nós a restauração tomista contemporânea da qual ele é hoje a figura mais significativa, pela importância da sua obra em face dos problemas contemporâneos. E a restauração tomista, enquanto restauração da inteligência, constitui precisamente a base dessa moderna *renovação da vida cristã* em que se incluem a Ação Católica, a ação social e a volta à vida litúrgica. O estudo e a difusão do tomismo, sobretudo da *obra de Maritain*, o apostolado da Ação Católica e o esforço pela instauração de uma *piiedade litúrgica*, nutrida pelo culto oficial da Igreja, pelas sagradas escrituras, pela tradição patrística e escolástica, pelo espírito do monaquismo e dos doutores e místicos antigos e modernos — eis, para nós, os três principais aspectos dessa renovação da vida cristã, aos quais poderíamos acrescentar um quarto igualmente importante, o da *questão social* e da instauração de uma ordem social cristã autêntica no mundo em que vivemos.

Peçamos forças a Deus para continuar trabalhando na exposição — e defesa, se necessário — dos princípios que nos são caros, nesses quatro setores. Há outros, sem dúvida, no catolicismo de hoje. Em nossa opinião porém os mais importantes são a instauração de uma piedade litúrgica, a Ação Católica, o tomismo genuíno e o estabelecimento de uma democracia personalista e de uma ordem social vitalmente cristã, e não decorativamente cristã. Peçamos forças para resistir aos que pretendem abafar e atemorizar as consciências acenando com os erros do liberalismo ou com o fantasma do "liturgismo". Peçamos enfim coragem para repelir esse espírito "colaboracionista" que, invocando a união dos católicos, pede-nos o esquecimento dos princípios e o silêncio em torno dos nomes que os encarnam. A pacificação das mentes e dos corações é sem dúvida um bem inestimável pelo qual todos devemos trabalhar. A caridade está acima de tudo e a ela devemos sacrificar sem hesitação não só as nossas opiniões, o nosso amor-próprio, a nossa vaidade, mas até mesmo o zelo honesto pela ciência, se

necessário. Mas a verdadeira caridade e a verdadeira união não podem ser conseguidas pelo sacrificio dos princípios ou pelo expurgo dos que detestam a mentira, as combinações inconfessaveis e o farisaismo da “concordia” burguesa. A verdadeira união dos católicos tem por base não a tranquillidade dos burgueses mas a caridade de Deus e esta não é ferida se, nos debates em que nos empenhamos, somos movidos pela sede de justiça nos “fazimos da sinceridade e da verdade” e não pelo amor-próprio ou por algum compromisso sutil com a mentira. Trabalhemos pelo esquecimento das injúrias, formemos sem ressentimentos em torno de nossos pastores e guias espirituais, saibamos estender a mão ao irmão que nos ofendeu e a quem talvez tenhamos ofendido. Mas não nos esqueçamos que uma união na base da injustiça e do repudio aos princípios, seria, mesmo quando em beneficio de atividades mais “práticas” e imediatas, escarnecer da Inteligência e ferir de morte a Caridade que Cristo veio trazer ao mundo.

Santo Agostinho, "Tractatus" XXVI sôbre o Evangelho de São João

(CONCLUSÃO)

7. *Pois está escrito nos Profetas: E serão todos ensinados por Deus.* Porque disse isso, ó judeus? O Pai não vos ensinou, como podeis reconhecer-me? Todos naquele reino serão ensinados por Deus, não aprenderão com homens. E se ouvem de homens, contudo, o que entendem é dado interiormente, interiormente refulge, interiormente é revelado. Que fazem os homens que anunciam exteriormente? Que faço eu agora, falando? Levo um ruído de palavras aos vossos ouvidos. Portanto, a não ser que aquele que está no vosso íntimo vô-lo revele, que é que digo? Que é que falo? Fora está o cultivador da árvore, dentro, o Criador. Quem planta e quem rega, trabalha exteriormente: isso fazemos nós. Mas *nem quem planta é alguma coisa, nem quem rega, mas sim Deus, que dá o crescimento* (I Cor., III, 7): eis o sentido das palavras: *Serão todos ensinados por Deus* (Isa., LIV, 13). Todos, quem? *Todo aquele que ouviu do Pai e recebeu o seu ensinamento, vem a mim; Vêde como o Pai atrai: deleita ensinando, não impondo uma fatalidade. Eis como ele atrai. Serão todos ensinados por Deus: atrair é o próprio de Deus. Todo aquele que ouviu do Pai e recebeu o seu ensinamento, vem a mim: atrair é próprio de Deus.*

8. Como assim, irmãos? Se todo aquele que ouviu do Pai e recebeu o seu ensinamento vem ao Cristo, então o Cristo nada ensinou aqui? Como, porém, se os homens não viram o Pai como mestre, e sim o Filho?

O Filho falava, mas o Pai ensinava. Eu, que sou homem, a quem ensino? A quem, irmãos, senão àquele que ouve a minha palavra (verbo)? Se eu, que sou homem, ensino àquele que ouve o meu verbo, também o Pai ensina àquele que ouve o seu Verbo. Se o Pai ensina àquele que ouve o seu verbo, pro-

cura saber o que é o Cristo, e acharás o Verbo do Pai: *No principio ero o Verbo*. E não, “no princípio Deus fez o Verbo”, assim como *no principio Deus fez o céu e a terra* (Gen., I, 1), pois o Verbo não é uma criatura. Aprende a seres atraído ao Filho pelo Pai; ensine-te o Pai, ouve o seu Verbo.

Mas, dirás, que Verbo seu ouvirei? *No principio era o Verbo*; não: “foi feito”, mas: “era”; *e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus*. Como podem os homens, na condição carnal, ouvir tal Verbo? *O Verbo se fez carne, e habitou entre nós* (Jo., I, 1, 14).

9. Ele mesmo explica essas coisas e mostra-nos o sentido do que dissera (*Quem ouviu do Pai e recebeu o seu ensinamento, vem a mim*). Imediatamente acrescentou o que possamos pensar: *Não que alguém tenha visto o Pai, a não ser aquele que (veio) de junto de Deus: este viu o Pai*. Que diz ele? — Eu vi o Pai, vós não vistes o Pai; e contudo, não vindeis a mim, a não ser que sejais atraídos pelo Pai. Que é porem, para vós, serdes atraídos pelo Pai, senão aprender com o Pai? Que é aprender com o Pai, senão ouvir o Pai? Que é ouvir do Pai, senão ouvir o Verbo do Pai, isto é, a mim? Portanto, para que, quando vos digo, *Todo aquele que ouviu do Pai e recebeu o seu ensinamento*, não digais entre vós: “Mas nunca vimos o Pai; como é que pudemos aprender com o Pai?”, ouvi-me dizer: *Não que alguém tenha visto o Pai, mas aquele que (veio) de junto de Deus, este viu o Pai*. Eu conheço o Pai, dele tenho o ser; mas ao modo de uma palavra, em relação àquele de quem ela é a palavra; e não uma palavra que soa e passa, mas que fica com o que pronuncia, e atrae o que ouve.

10. Seja uma advertência o que se segue: *Em verdade, em verdade vos digo, quem crê (em mim) tem a vida eterna*. Ele quis assim revelar o que era; poderia com efeito dizer resumidamente: “Quem crê em mim, a mim possui”. Pois o próprio Cristo, verdadeiro Deus, é também a vida eterna. Portanto, (por outras palavras) ele diz: quem crê em mim, vive em mim; e quem vive em mim, a mim possui. Que é porem “a mim possuir”? E’ possuir a vida eterna. A vida eterna assumiu (tomou consigo) a morte; a vida eterna quis morrer; mas com o

que é teu, não com o que é seu. Recebeu de ti com que morrer por ti. (1) Dos homens assumiu a carne, mas não à maneira dos homens. Pois, tendo um Pai no céu, escolheu na terra uma mãe, e lá é gerado sem mãe, aqui sem pai.

A vida assumiu a morte, para que pela vida matasse a morte. Pois *quem crê em mim, tem a vida eterna*; não manifesta, mas oculta. Com efeito, a vida eterna é o Verbo: *No princípio estava com Deus, e o Verbo era Deus, e a vida era a luz dos homens* (Jo., I, 2, 4). Ele próprio, vida eterna, à carne assumida também deu a vida eterna. Veio morrer, mas o terceiro dia ressuscitou. Colocada entre o Verbo que assume e a carne que ressuscita, a morte foi consumida (2).

11. *Eu sou o pão da vida*, diz ele. E de onde lhes vinha a soberba? *Vossos pais*, diz ele, *comeram o maná no deserto, e morreram*. Que é que vos enche de soberba? *Comeram o maná, e morreram*. Porque comeram e morreram? Porque, no que viam, criam, e o que não viam, não compreendiam. Portanto eram bem vossos pais, pois a eles vos assemelhai. Com efeito, no que pertence, irmãos meus, a esta morte visível e corporal, acaso não morremos nós que comemos o pão descido do céu? Eles também morreram, assim como nós morreremos, em tudo o que se refere, como disse, à morte visível e carnal deste corpo. No que diz respeito porém àquela morte de que morreram os pais deles e com a qual o Senhor os atemoriza, também Moisés comeu o maná, também Aarão o comeu, e também Finéias; comeram-no muitos que agradaram a Deus, e não morreram. Porque? Porque entenderam espiritualmente o alimento visível; apeteram-no espiritualmente, espiritualmente o apreciaram para serem saciados espiritualmente.

Também nós hoje recebemos um alimento visível; mas uma coisa é o Sacramento e outra a virtude do Sacramento. Quantos do altar o recebem e morrem, e por recebê-lo morrem? Por isso diz o Apóstolo: (um tal) *“come e bebe o seu próprio jugamento”* (I Cor., XI, 29). Pois o pão do Senhor não era

(1) A natureza humana.

(2) “Inter Verbum suscipiens, et carnem resurgentem, mors media consumpta est”.

veneno para Judas, e no entanto, este o recebeu, e tendo-o tomado, nele entrou o inimigo; não porque assim recebesse uma coisa má, mas porque, sendo mau, recebeu mal o que era bom (1).

Atendei pois, irmãos; comei espiritualmente o pão celestial, trazei para o altar a inocência. Os pecados, mesmo se cotidianos, que pelo menos não sejam mortais (mortífera). Antes de aproximar-vos do altar, atentai o que dizeis: *Perdoai-nos as nossas dividas assim como nós perdoamos aos nossos devedores* (Mt., VI, 12). Perdoas? Ser-te-à perdoado; aproxima-te com segurança, é pão e não veneno. Vê porem se perdoas, pois se não perdoas, mentes, e mentes a quem não enganas. Mentir a Deus, podes; engená-lo, não podes. Ele sabe o que faça. Vê-te por dentro, interiormente examina-te, escruta, julga; interiormente condena, ou coroa.

Aqueles porem eram bem os pais destes, isto é, máus pais de máus filhos, pais infiéis de infiéis, pais murmuradores de murmuradores. Pois não se diz ter aquele povo ofendido a Deus por qualquer ato mais que pela murmuração contra Ele. Por isso, querendo o Senhor designá-los como filhos de tais pais, começou a dizer-lhes: *Porque murmurais entre vós, murmuradores, filhos de murmuradores? Vossos pais comeram o maná e morreram*; não que o maná fosse mau, mas porque o comeram mal.

12. *Eis aquí o pão que desce do céu.* Este pão foi significado pelo maná, foi significado também pelo altar de Deus. Estas coisas foram sacramentos (sinais sagrados); sinais diferentes de uma mesma coisa significada. Ouve o Apóstolo: *Não quero que ignoreis, irmãos, que os nossos pais estiveram todos sob uma nuvem e atravessaram todos o mar, e todos em Moisés (2) foram batizados na nuvem e no mar e todos comeram o mesmo alimento espiritual* (I Cor., X, 1-3). O mesmo alimento espiritual, por certo, mas outro alimento corporal,

(1) "Non quia malum accepit, sed quia bonum male malus accepit"; literalmente: Não que o mal recebesse, mas porque o mau mal o bem recebeu.

(2) "Em Moisés", isto é, confiando em Moisés, seguindo Moisés.

porque eles comeram o maná, e nós outra coisa. Os *nossos* pais, porem, não os deles; aqueles a quem nós nos assemelhamos, não aqueles a quem eles se assemelhavam.

(S. Paulo) acrescenta: *E todos beberam a mesma bebida espiritual* (Ib.). Eles beberam uma coisa, nós outra; e no entanto, sob diferentes aparências visíveis, ambas significam a mesma coisa, pela virtude espiritual. Como, com efeito, *a mesma bebida*? *Bebiam da pedra espiritual que os acompanhava; e esta pedra era o Cristo* (Ib.). Daí o pão, daí a bebida (1). A pedra era Cristo em sinal, o Cristo verdadeiro está no Verbo e na carne. E de que modo beberam? A pedra foi batida duas vezes com um cajado (Num., XX, 11); a dupla pancada significa as duas traves da Cruz.

Eis aqui o pão que desce do céu: quem o comer não morrerá. Mas isso vale na medida em que se trata da virtude do Sacramento, não do seu aspecto visível; vale de quem o come interiormente, não exteriormente; de quem o come com o coração, não de quem o morde com os dentes.

13. *Eu é que sou o pão vivo descido do céu.* Pão vivo, Porque desci do céu. Também o maná desceu do céu; mas o maná era uma sombra, este é uma realidade. *Se alguém comer esse pão, viverá eternamente; e o pão que eu darei é a minha carne, para a vida do mundo.* Quando entenderá a carne ter ele dito que o pão é carne? Chamou-lhe carne, e a carne não o entende, e menos entende a carne, porque chamou-lhe carne. De fato, isso os encheu de horror; isso eles disseram ser de mais para si; isso eles julgaram impossível de fazer-se.

E' a minha carne, disse ele, para a vida do mundo. Os fiéis conhecem o corpo de Cristo, se não negligenciam de ser o corpo de Cristo. Tornem-se corpo de Cristo, se querem viver do Espírito de Cristo. Do Espírito de Cristo não vive senão o corpo de Cristo. Compreendei-me, irmãos. És um homem, e tens um espírito, e tens um corpo (chamo espírito o que também se chama alma, pela qual se sabe que és um homem: pois constas de uma alma e de um corpo). Tens pois um espírito invi-

(1) Isto é, do Cristo.

sível e um corpo visível. Dize-me que coisa vive da outra, o teu espírito vive do teu corpo, ou o teu corpo, do teu espírito? Responde todo aquele que vive (quem porem não pode responder a esta pergunta, não sei se vive); e que responde todo aquele que vive? Certamente o meu corpo vive do meu espírito. Queres pois tu também viver do Espírito de Cristo? Sê parte do corpo de Cristo. Acaso o meu corpo vive do teu espírito? Meu corpo vive do meu espírito, e o teu, do teu. Não pode viver o corpo de Cristo senão do Espírito de Cristo. Daí a palavra do Apóstolo Paulo, ao explicar-nos este pão: *Um só é o pão, e nós somos um só corpo, embora sejamos muitos* (I Cor., X, 17).

Ó sacramento da piedade! Ó sinal da unidade! Ó vínculo da caridade! Quem quer viver tem onde viver, tem de que viver. Aproxime-se, creia, incorpore-se para ser vivificado. Não se se aborreça da conjunção dos membros, não seja um membro apodrecido, que mereça ser cortado, nem torto, de que se tenha vergonha; seja belo, seja apto, seja são; adira ao corpo, viva de Deus, para Deus; trabalhe agora na terra, para reinar depois no céu.

14. *Então os judeus disputavam entre si, dizendo: "Como pode ele nos dar de comer a sua carne?"* Sim, disputavam entre si, porque não compreendiam o pão da concórdia, nem queriam comê-lo; pois os que comem tal pão não disputam entre si: *um só é o pão, e nós somos um só corpo, embora sejamos muitos. E por meio dele faz Deus habitarem na mesma casa os que têm o mesmo pensar* (Salmo LXVII, 7).

15. Eles não ouvem logo aquilo que procuravam discutindo entre si, isto é, de que modo poderia o Senhor dar a sua carne de comer. Ainda lhes é dito: *Em verdade, em verdade vos digo, se não comerdes a carne do Filho do homem, e não beberdes o seu sangue, não tereis a vida em vós.* De que modo se coma, qual seja a maneira de alimentar-se com este pão, ignorais; e contudo, *se não comerdes a carne do Filho do homem e não beberdes o seu sangue, não tereis a vida em vós.*

Ora, não era a cadáveres, mas a vivos que falava. E para que não entendessem desta vida o que dizia e sobre isso não discutissem, prosseguindo, acrescentou: *Quem come a minha*

carne e bebe o meu sangue tem a vida eterna. E' pois esta vida que não tem quem não come este pão nem bebe este sangue; a vida temporal, podem os homens tê-la sem ele, mas a eterna, de todo que não podem.

Quem pois não come a sua carne, nem bebe o seu sangue, não tem em si a vida; e quem come a sua carne, e bebe o seu sangue, tem a vida. Em ambos os casos porem, trata-se da vida eterna. Não se dá isso com os alimentos que tomamos para sustentar esta vida temporal. Quem não os comer, não viverá, mas nem por isso, quem os comer, viverá. Pode com efeito acontecer que por velhice, doença ou qualquer acidente, muitos, mesmo comendo-os, morram. Mas com esta comida e bebida, isto é, com o corpo e o sangue do Senhor, assim não acontece. Pois quem não a toma, não tem a vida, e quem a toma, tem a vida, e vida eterna.

Portanto, por esta comida e esta bebida, quer (Jesus) que se entenda a sociedade do seu corpo e dos seus membros, que é a santa Igreja nos seus santos e fiéis, predestinados, chamados, justificados, e glorificados. (Destas coisas, a primeira, que é a predestinação, já se realizou; a segunda e a terceira, isto é, a vocação e a justificação, já foram feitas, fazem-se agora, e far-se-ão ainda de futuro; a quarta porem, ou seja, a glorificação, existe agora em esperança; em realidade porem, está para vir).

O Sacramento desta realidade, isto é, da unidade do corpo e do sangue de Cristo, em certos logares cotidianamente e em outros a intervalos fixos de dias é preparado na mesa do Senhor e na mesa do Senhor é recebido, para a vida de alguns, para a ruina de outros; a própria realidade porem de que (a eucaristia) é o Sacramento, a todo aquele que dela participar traz a vida e a ninguém a ruina.

16. Mas para que não pensassem que neste alimento e nesta bebida prometia-se a vida eterna de modo que quem os tomasse já não morreria nem corporalmente, dignou-se de atender a esta opinião. Pois tendo dito: *Quem come a minha carne e bebe o meu sangue tem a vida eterna*, logo acrescentou: *e eu o ressuscitarei no último dia.* De modo que haverá provi-

soriamente a vida eterna segundo o espírito, no repouso que recebe as almas dos santos; quanto ao corpo, porém, também não será defraudado da sua vida eterna, mas tê-la-á na ressurreição dos mortos, no dia novíssimo.

17. *Pois minha carne, diz ele, é verdadeiramente um alimento, e meu sangue verdadeiramente uma bebida.* De fato, os homens desejam, pela comida e pela bebida, não mais sentir fome, nem sede; e isso não é verdadeiramente conseguido senão por aquela comida e aquela bebida que tornam imortais e incorruptíveis os que as tomam: a própria sociedade dos santos, onde serão plenas e consumadas a paz e a unidade.

Eis a razão pela qual (como bem compreenderam antes de nós os homens de Deus) (1) nosso Senhor Jesus Cristo confiou o seu corpo e sangue a coisas que resultam da redução de muitos elementos a uma unidade. Com efeito, uma se faz de muitos grãos, outra de muitos bagos.

18. Por fim expõe agora (Jesus) de que modo se faz aquilo que disse, e o que é comer o seu corpo e beber o seu sangue: *Quem come a minha carne e bebe o meu sangue permanece em mim, e eu nele.* Portanto, comer aquele alimento e beber aquela bebida é permanecer no Cristo e tê-lo em si. E por isso, quem não permanece no Cristo, e aquele em quem não permanece o Cristo, sem sombra de dúvida, nem come (espiritualmente) a sua carne, nem bebe o seu sangue (embora carnalmente e de modo visível mastigue o Sacramento do corpo e sangue do Cristo); antes come e bebe para a sua própria condenação o Sacramento de tão grande realidade. Pois que ousa aproximar-se impuro dos Sacramentos do Cristo, que só quem é puro recebe dignamente. Destes foi dito: *Bem-aventurados os puros de coração, porque verão a Deus* (2).

19. *Assim como o Pai que é vivo me enviou e eu vivo*

(1) Assim a didaquê (v. A ORDEM, jan. 1942, p. 63); S. Ireneu (ib. jun. 1942, p. 538); S. Cipriano, Epístola a Cecílio, etc.

(2) As passagens entre parênteses neste parágrafo não constam dos manuscritos; aparecerem nas edições impressas, e provêm dos comentários de S. Beda e Alcuino a esta mesma passagem. (Da nota da edição beneditina).

pelo Pai, também aquele que me comer viverá por mim. Ele não diz: “assim como eu como o Pai, e vivo pelo Pai, também aquele que me comer viverá por mim”. Pois o Filho, que nasceu igual ao Pai, não se torna melhor por participação do Pai; ao passo que nós nos tornamos melhores pela participação do Filho na unidade do seu corpo e sangue significada por aquela manducação e bebida. Nós vivemos portanto por ele, comendo-o, isto é, recebendo a vida eterna que é ele mesmo, e que não possuímos por nós mesmos; ele porem vive pelo Pai enquanto é enviado por ele, porque aniquilou-se a si mesmo, feito obediente até à morte na cruz (cf. Fil., II, 8).

Se com efeito entendemos as palavras: “eu vivo pelo Pai” à luz daquilo que ele diz em outro lugar: “o Pai é maior do que eu” (assim como também nós vivemos por ele, que é maior do que nós), é o fato de ele ter sido enviado (pelo Pai) que torna isso possível. (1) Pois a sua missão é realmente a sua própria exinanição e aceitação da forma servil, o que se entende perfeitamente, mesmo afirmando a permanência da igualdade essencial do Filho e do Pai. O Pai é realmente maior que o Filho (enquanto este é homem), mas tem um Filho igual a si como Deus, visto que o único e o mesmo Jesus Cristo é ao mesmo tempo Deus e homem, Filho de Deus e Filho do homem.

Nesse sentido, se entendermos bem as palavras, ele disse: *Assim como o Pai que é vivo me enviou e eu vivo pelo Pai, também aquele que me comer viverá por mim*, como se dissesse: “Que eu viva pelo Pai, isto é, que a ele dedique a minha vida como a alguém maior do que eu, fê-lo a minha exinanição, na qual ele me colocou; que porem alguém viva por mim, fá-lo a

(1) Passagem bastante embaraçosa de traduzir literalmente, sem perda da clareza. S. Agostinho quer dizer que, a queremos entender as palavras de Jesus: “eu vivo pelo Pai” no sentido de uma subordinação, isso compete a Jesus enquanto é homem, enviado pelo Pai, pois neste sentido é verdadeira aquela outra frase: “O Pai é maior do que eu”, que se encontra no mesmo Evangelho (XIV, 28). “Si enim secundum id accipimus, **Vivo propter Patrem**, quod alibi ait, **Pater major me est**; sicut et nos vivimus propter ipsum, qui major est nobis: hoc ex eo quod missus est, factum est”.

participação, pela qual me come. Eu portanto, humilhado, vivo pelo Pai; aquele (que me come), exaltado, vive por mim”.

Se porém foi dito: “Vivo pelo Pai” porque (Jesus) vem do Pai e não este de Jesus, isso se dá sem detrimento da igualdade. Todavia, dizendo... *também aquele que me comer viverá por mim*, não significou a sua igualdade conosco, mas indicou a sua graça de mediador. (1)

20. *Eis o pão descido do céu*, para que, comendo-o, vivamos, pois não podemos ter por nós mesmos a vida eterna. *Não como o (maná) que comeram os (vossos) pais, que morreram; quem comer este pão viverá eternamente.* Que eles tenham morrido, (Jesus) quer que o entendamos no sentido de que não têm a vida eterna. Pois é certo que também os que comem o Cristo perdem a vida temporal; mas possuem a vida eterna, porque o Cristo é a vida eterna.

§ Sirva-nos isto, diletísimos, para que não recebamos a carne e o sangue de Cristo somente no Sacramento, coisa que muitos maus também fazem; mas comamos e bebamos até à participação do Espírito, afim de permanecermos como membros no corpo do Senhor, afim de sermos alimentados pelo seu Espírito e de não nos escandalizarmos, mesmo se agora conosco comem e bebem temporalmente os Sacramentos muitos que no fim terão eternos tormentos. (2)

(1) Neste parágrafo (19) S. Agostinho examina dois sentidos literais possíveis de uma afirmação de Jesus. De fato só o segundo é autorizado pelo texto original de S. João, onde a partícula “diá” não contém a ambiguidade do “propter” latino (e do “por” da nossa língua). “Vivo pelo Pai”, “vive por mim” deve entender-se pois no sentido do francês “Je vis par le Père”, “il vit par moi” (e não “je vis pour le Père”, “il vit pour moi”). Pode notar-se aliás que o primeiro sentido supõe o segundo, no caso em questão: não podemos viver por Jesus (isto é, para Jesus), se não vivermos por Jesus (isto é, graças a Jesus); e isto se dá, nas palavras de Agostinho, por aquela “participação” (comunhão) pela qual recebemos a vida eterna que não tínhamos por nós mesmos.

(2) Acrescentamos este parágrafo, que é do Sermão seguinte, por servir de conclusão a tudo que acabamos de ler sobre a sagrada eucaristia.

Bernanos^(*)

TRISTÃO DE ATHAYDE

I

Não sei o que sucede aos outros. Quanto a mim, não consigo, durante estes dias, desviar o pensamento da França e dos acontecimentos militares e políticos transcendentais que ali se estão passando. Repete-se o fenómeno de 1940, apenas em sentido inverso. A entrada vertiginosa das "Panzer" — naquela época já hoje tão remota, tanto é exato que os anos se pesam, não se contam — pelas estradas magníficas do noroeste francês e da Bélgica, renovando o que oito meses antes sucedera na Polónia, parecia indicar ao mundo boquiaberto a invencibilidade do exército germânico. Vivíamos então revoltados e desolados. O totalitarismo direitista se apresentava como a grande força política dominadora do século XX. Hitler e Mussolini se apregoavam como os dois "guias" dos novos tempos! Hoje tudo mudou. As fontes da Esperança voltaram a jorrar! Há de novo um grande sentido universal na expulsão não menos vertiginosa dos invasores. Estamos assistindo ao último ato do Crepúsculo dos Deuses fascistas e nazistas. Aquele totalitarismo que provocou a guerra com a esperança de vencer pela "Blitzkrieg" as democracias desarmadas, divididas e utilitárias, está sendo esmagado, não só por uma guerra relâmpago em proporções infinitamente maiores do que as de 1939 e 40, mas ainda pela mística da resistência popular e do sentimento de liberdade e de vergonha que conseguiu despertar nas democracias aburguesadas. O grande problema que já hoje se delineia no horizonte social e político do Ocidente é o choque entre essa Democracia Renovada e o totalitarismo esquerdista que vem participando de modo tão intenso das vitórias sobre a Alemanha e a Itália, desde Stalingrad e El-Alamein. Na euforia da vitória não devemos esquecer essa circunstância, que irá tornar-se aguda na Paz que já agora se desenha no horizonte. Devemos, aliás, advertir desde logo, embora não seja esse o tema principal destas considerações, que o jogo de todas as forças totalitárias direitistas, que se vão infiltrar nos dois campos, será acirrar a luta e a incompreensão

(*) Transcrito d' "O Jornal" de 10 e 17 de setembro último, secção "Vida Literária".

entre eles. De modo que desde já podemos traçar a nossa política como sendo a da **aproximação** e da **reconciliação** entre os vitoriosos, sob pena de se reformarem amanhã as mesmas catástrofes de que apenas começamos a sair. Sou aliás otimista, embora sem ilusões quanto ao Pecado Original... Acredito piamente na possibilidade de nos entendermos, sem renunciarmos a nada do que nos parece essencial nos princípios e nos fundamentos de nossa posição. E' justamente da figura genial de um desses espíritos que mais têm feito para aproximar os extremos sociais de nossos dias, que hoje quero ocupar-me. Parece, à primeira vista, estranho que apresente Georges Bernanos como um homem de conciliação, quando justamente é conhecido em geral como um extremista, como um exagerado e até como um escritor que passou da extrema direita, antes da Revolução Espanhola, à extrema esquerda; da bandeira branca do Conde de Chambord às bandeiras vermelhas de Barcelona ou Madrid. Pois bem, estou convencido de que a maior importância de Bernanos, na hora presente, — tanto como a de Maritain, de que me ocuparei em seguida, se Deus permitir, — é precisamente a de ser um elemento capaz de eliminar ou de atenuar grandemente o abismo que se cavou, em nossa civilização, pela desastrosa ruptura Direita-Esquerda. Não pretendo fazer nenhum confronto entre Bernanos e Maritain, e apenas destacar essas duas grandes figuras como sendo as mais capazes de reconciliar as "duas Franças" e com elas os dois **espíritos**, e os dois hemisférios sociais a que elas correspondem, em todo o mundo. Com a vitória de 1944 e depois dos quatro anos de uma agonia, volta a França a ocupar o seu lugar central na encruzilhada intelectual das nações. Temos, portanto, de procurar no pensamento francês, que é por natureza **universal**, quais os mestres que nos devem guiar. Não hesito em indicar a esses dois como sendo os guias supremos que devemos seguir na ordem das idéias. E' preciso ler, estudar e sobretudo amar a obra de ambos para poder compreendê-los e dela tirar as lições indispensáveis ao nosso comportamento nos mares encapelados em que estamos navegando. Não nos devemos aliás perturbar pela campanha que se faz contra eles. E que se faz, sobretudo, nos meios em que mais deviam e onde mais **terão** de ser seguidos. Não é a hora das retaliações ou dos ressentimentos. Não é a hora de vaidades, de arrogancias e muito menos de oportunismos e adesões insinceras. E a hora, ao contrário da pesquisa humilde e tenaz, da disponibilidade a todos os caminhos que contiverem a verdade. O mundo se encontra hoje em estado de disponibilidade. Nós também precisamos nos recolocar nesse mesmo estado. Quem assim o diz, do modo mais consciente, é quem há dezesseis anos procurou renovar a sua vida por um "adeus à disponibilidade". Tratava-se então da disponibilidade do ceticismo, da ironia, do oportunismo ideológico que os mestres da geração anterior nos haviam inculcado. Hoje, a disponibilidade em que nos devemos de novo colocar é outra. E' a disponibilidade à experiência, ao

ensinamento dos fatos, às lições dos acontecimentos dêsses últimos vinte anos, desde que as duas revoluções fascista e comunista tentaram dividir o mundo em dois blocos irreduzíveis. Devemos voltar à disponibilidade, para saber aproveitar o trágico depoimento da agonia. Vivemos há muito em um mundo agonizante e o nosso dever é procurar sair dessa agonia, não pela morte, mas pela vida, não pelo apêgo a posições insustentáveis e anacrônicas, mas por uma sadia participação na construção de um mundo novo. Foi essa há vinte anos a entrada de Bernanos no campo de batalha das letras. Pois para esse descendente de flibusteiros espanhóis a vida é uma luta continua e as letras uma aventura de ar livre, de largos horizontes e novas conquistas. A literatura, para Bernanos, está como em ninguém na própria linha da vida. E está no traçado dos mais altos destinos que a Providência reservou para o coração humano. Sua entrada para as letras em 1925, foi verdadeiramente sensacional. Guardo a recordação dêsse acontecimento como daqueles que mais me forçaram, justamente a abandonar aquela disponibilidade desdenhosa, embora já então francamente inquieta e angustiada, com que os mestres do sorriso tinham corrompido a mocidade de nossa geração. Guardo por Bernanos a gratidão dos meus 30 anos. E a impressão profunda que o seu inesquecível "Sous le Soleil de Satan" provocou então, não só no seu remoto leitor brasileiro mas em centenas de outros em França e fora dela, ficou até hoje intacta e espero levá-la assim até o túmulo. Foi o homem que em plena euforia do outro após-guerra, — quando esse mesmo palhaço literário que até há dias servia os traidores de Vichy na legação de Berna, Paul Morand dava o tom às letras francesas, comunicando-lhes um sabor de pitoresco cosmopolitismo e de méra pirotécnica estilística, — foi o homem que entrou pela literatura a dentro, como um pé de vento, batendo as portas, e colocando o nível do romance numa altura que há muito deixara de alcançar. Desde então passou Bernanos a ser o "enfant-terrible" das letras francesas modernas. Pelo seu estilo, totalmente alheio às preocupações de originalidade superficial em que se perdia geralmente o modernismo, estilo de uma força impressionante, incisiva de expressão e ao mesmo tempo, pelos seus temas tão afastados do mundanismo em voga, o autor de "L'Imposture" conquistava nas letras francesas um posto que desde então seria de comando e não deixaria mais até hoje. Uma das características, justamente, de sua obra de romancista era, como acentuei, a sua continuidade com a vida. Em Bernanos não podemos fazer distinções entre gêneros. Conversando ou escrevendo, fazendo romances ou publicando artigos candentes, na tribuna ou nos cafés onde gosta de escrever, no meio do tumulto do entra-e-sai, sempre é o mesmo. Sua pena e sua palavra formam um todo inseparável. Sua conversa é um romance, como seus romances uma longa conversa. Seus livros de idéias são artigos mais extensos. Falando ou escrevendo não muda. Não há nele

um homem e um escritor. Há o mesmo homem monologando alto ou escrevendo, conversando até altas horas da noite ou meditando no dorso do seu cavalo, que imagina magro como Rocinante, entre Cruz das Almas e Barbacena, numa agitação mental inexgotável e numa originalidade, numa aquidade, numa energia de expressão, ao mesmo tempo caudalosa e precisa, que dele fazem uma grande força para figurar um dia na linhagem dos Rabelais, dos Pascal, dos Cornelle, dos Hugo, dos Baudelaire, dos Peguy, dos Claudel, dos Gide, como um dos grandes marcos do pensamento francês de todos os tempos. Não ficou, portanto, no puro romance. Não podia ficar no domínio da ficção. Sua sede de vida, sua paixão pelos homens e pelas coisas, sua participação dramática nos acontecimentos, seu temperamento de poeta e de cruzado, seu cristianismo profundo, acima de tudo não podiam contentar-se como o domínio da imaginação ou pelo menos das realidades indiretas, como é o do romance. A revolução espanhola foi o sinal dos novos rumos. Acreditou, como muitos de nós, por um momento, que fosse ela a cruzada contra o burguesismo, contra o espírito de comodismo liberal e contra a tirania do dinheiro que o século XIX nos legara. Quando veio a desilusão — e nele veio muito rapidamente por ter visto de perto e ter assistido a cenas que cedo lhe abriram os olhos — escreveu os seus primeiros livros de idéias como "La Grande Peur des Bien Pensants" e "Les grandes cimetières sous la lune", que representavam um verdadeiro ato de bravura moral, social e intelectual. Eram a ruptura fatal com a maioria daqueles que até então o tinham como vanguardeiro do seu partido. Nesses livros magníficos e abridores de rumos é que Bernanos ia empreender essa campanha de discernimento que representa, neste momento, a sua maior contribuição à mudança do pensamento contemporâneo particularmente nos meios sociais, culturais e religiosos da chamada **Direita**, que até então o tinham como seu. Bernanos vinha justamente denunciar a falsa equiparação entre catolicismo e direitismo de um lado e, por outro, entre esquerdismo e justiça social. Vinha denunciar corajosamente os sofismas desastrosos que pretendiam ligar o totalitarismo e as suas formas de Estado maquiavélico e neo-pagão a grande tradição política e social da cristandade baseada justamente na **liberdade** e na justiça. Foi a hora, justamente, em que essas forças direitistas, de boa ou má fé, começaram a apedrejar o grande escritor que até a véspera veneravam como sendo um gênio da língua e do romance. Na hora em que ele começou a dizer, pelos seus nomes, as verdades que até então proclamara apenas de modo encoberto, saiu a campo a campanha enfurecida que até hoje não cessa de persegui-lo e contra a qual tem conservado uma serenidade, que é realmente um sinal de superioridade e de confiança tranquila nos fundamentos inabaláveis de sua campanha. Esses fundamentos são vários: uma Fé Católica extremamente pura; um sentimento de Dignidade humana extremamente vivo; um amor à

França extremamente alto e uma expressão literária genial. Acentuei repetidamente a modalidade adverbial de **extremo**, para mostrar que a obra de aproximação que êle vem empreendendo entre atitudes que parecem contraditórias — em virtude das falsas dicotomias como Direita-Esquerda, Liberdade-Autoridade, Nacionalismo-Internacionalismo etc. — não impede que seu temperamento e sua facúndia o levem a atitudes extremadas que não tornam fácil a sua convivência. E' exatamente o caso da luta de Tobias com o Anjo a que me referia há uma quinzena. Não é cômodo tratar com os "puros". E Bernanos é da família dos que rejeitam todo conformismo, todo oportunismo, toda conciliação meramente utilitária, toda prudência. Nessa linha nem sempre guarda a medida, ou sabe ser objetivo. E' a negação do filósofo. E' homem de contrastes que ama as posições nítidas e definidas e entretanto é também a negação do pensador "cartesiano", do estilista "claro" no sentido convencional, com que Anatole France interpreta e representa o "génie latin" e de espírito sectário. No Brasil, a figura literária que dele mais se aproxima é a de Jackson de Figueiredo. Estou certo de que, se vivo fosse e pudesse ter assistido ao que nós assistimos desde 1928, Jackson estaria hoje, como nós, integralmente ao lado de Bernanos e de Maritain, como os dois representantes mais puros e os dois guias mais seguros, do que o pensamento católico tem de mais tradicional e ao mesmo tempo de atual e de indispensável para figurar com roteiro nos mares encapela-dos em que a Paz vai suceder à Guerra sem que a tempestade cesse tão cedo. Pois não será a **Paz** como cessação das hostilidades que vai trazer o apaziguamento ao mundo agitado em que vivemos e sim o **espírito de paz cristã baseado** na Liberdade, na Justiça, na Honra, na Fraternidade autêntica entre os homens e as nações. E essa mensagem de **paz autêntica**, de paz no Cristo, é que Bernanos vai encontrar nas raízes do seu catolicismo substancial, que nele domina tudo o mais.

Acentúo, de propósito, êsse traço por ser aquele em que uma vulpina campanha costuma bater para deixar justamente a dúvida em muitas consciências. Tenho encontrado muitos sacerdotes excelentes do interior, particularmente os jovens, — ansiosos pela renovação da Cristandade que as falsas alianças com o Dinheiro ou com o Poder vêm tornando tão difícil — que me perguntam com inquietude o que devem pensar do catolicismo de Bernanos. Respondo-lhes invariavelmente. "Só peço a Deus que torne o meu, algum dia, semelhante ao dele e peçam-lhe que conservem o seu na mesma altura". A nota suprema em Bernanos me parece ser justamente a sua Fé Católica muito pura e muito ardente. Basta ver a verdadeira obseção que tem do problema sacerdotal. Acusam-n'o de anti-clerical. Não é exato. E' certo que lhe escapam por vezes expressões que parecem desdenhosas em relação à hierarquia eclesiástica. E' apenas a prova de duas coisas. De um lado, do seu temperamento explosivo de juventude ainda não de todo aplacado pelos

anos. Mas de outro, e é isso que mais importa, é a prova de que sua preocupação pelo sacerdócio não nasce de um respeito meramente convencional, pelo “prestígio” ou pelas “posições”, baseado na obediência apática a uma superioridade meramente mundana e social, mas realmente de uma veneração pelo Sacerdócio único do Cristo sobrenaturalmente comunicado a alguns eleitos da graça. Sendo, como é, um temperamento insatisfeito com todos os “compromissos” e todas as mediocridades, sempre que se encontra em face de um sacerdote, que não represente realmente a sua missão sublime, cresce-lhe a fúria cristã a cólera contra a deturpação mundana do que há de mais sublime no homem: a oblação total à vontade de Deus, pela entrega de sua vida ao serviço divino na terra. Basta ver nos seus romances, o contraste entre o bom padre e o mau padre. E’ a espinha dorsal de toda a sua obra. Está latente, em toda ela, por mais remota que seja a ligação do tema com o problema. E’ que realmente o que nele domina é o cruzado, o cavaleiro de Cristo que veio ao mundo e à **literatura** — como aqueles que estão hoje de novo na ordem do dia entre nós e no mundo inteiro aliás “em demanda do Graal”. Bernanos também vive em demanda do Graal. Não é possível compreender a sua literatura e a sua política — nele tão intimamente unidas do modo mais natural — sem partir dêsse ponto inicial. E’ um cavaleiro da Távola Redonda perdido neste mundo de escudeiros beberrões e cínicos em que vivemos que não se conforma com essa terrível revolução. Quem não compreender a Idade Média não poderá compreender Bernanos. Ainda há dias um comentarista telegráfico, conhecido pela abundância de suas informações, o sr. Jack Oesterreicher, escrevia que Hitler o que queria era implantar no mundo moderno “o sistema social da Idade Média”... Eu imagino o sorriso desdenhoso de Bernanos (pois êle reserva as suas fúrias para insanidades menos ridículas) se acaso êsse trecho lhe passou pelos olhos. E a sua alegria, também, se encontrasse, no mais autorizdo tratadista do materialismo jurídico moderno, Hans Kelsen, a afirmação de que a **Liberdade** é o fundamento da **teologia** (sic) na sua explicação da vida social e de que, ao contrário, o naturalismo jurídico se funda na supressão da liberdade como fundamento da sociedade equiparando-a pura e simplesmente ao determinismo da natureza.

— “Para explicar a existência do mal a teologia lança a idéia da liberdade de vontade. Só o homem vivendo em sociedade tem uma vontade livre; tal coisa não existe na natureza. Logo só as leis divinas que se referem à sociedade teem o carater de normas estabelecendo a punição e a recompensa. O princípio da retribuição permanece sendo a sua base enquanto não desempenha papel algum nas leis divinas relativas à natureza... (Ora) o dualismo entre natureza e sociedade não é, de modo algum, o último passo na evolução da ciência. O dualismo natureza-sociedade é substituído pelo de realidade e ideologia. Para a socio-

logia moderna (sempre, comento eu a impostura de atribuir ao **moderno** um valor de **científico**...) um acontecimento social aparece como uma parte da realidade, determinada pelas mesmas leis que um acontecimento natural. Depois da emancipação completa da causalidade em relação à retribuição na moderna (...) noção de lei, a sociedade e, do ponto de vista da ciência (sempre a mesma impostura...) uma parte da natureza (sic) (**Hans Kelsen** — *Society and Nature. A sociological inquiry.* The Univ. of Chicago Press. 1943 pag. 265/6).

* Isto é, para o naturalismo jurídico moderno (sic) e científico (sic) — que Hitler também procurou colocar na base do seu totalitarismo que se funda, ideologicamente na **Geo-política** naturalista da escola de Haus-hoffer — e de que Kelsen é um luminar, a **Liberdade** não existe como fundamento da sociedade. A Idade Média, ao contrário **como nos ensina o próprio Kelsen**, fundou no “livre arbítrio” a sua concepção teológica da sociedade (sic). Logo, foi a Idade Média que exaltou a Liberdade e o “mundo moderno” que a desdenha... Eis o motivo porque sem compreender a Idade Média não podemos compreender, no mundo moderno um campeão da Liberdade, como se tem ultimamente revelado Georges Bernanos.

E' tão atraente, tão discutida e importante, porém sua personalidade que não me furto ao prazer, esgotado o espaço disponível de prosseguir na próxima crônica sobre o mesmo assunto.

II

Considero, portanto, que longe de termos dúvidas sobre o sentimento religioso de Bernanos, é sobre a pureza de sua Fé Católica que devemos assentar uma exegese exata de sua complexa personalidade. As arestas do seu temperamento, a violência de suas explosões verbais, o traço corrosivo mas dirigido de alguns de seus epítetos escritos, (pois escrevendo Bernanos sabe governar magistralmente o seu pensamento e nesse ponto atingiu ultimamente a uma maestria que outrora lhe faltava), o caráter de sua obra literária, penetrada de vida sobrenatural, embora no polo oposto a toda literatura “edificante” de moralismo pedagógico — tudo isso nos mostra a cada passo, que nele o homem de Deus, do Cristo e da Igreja superam tudo mais. Acentuou bem da Igreja, porque a mesma preocupação obcecante que tem da vida mística e da presença divina do Cristo e do Sacerdócio, na vida de cada homem — revela ter do papel da Igreja e da Cristandade, não só no passado mas no presente. Vivendo de preferência entre ateus ou indiferentes, tendo palavras de uma dureza nem sempre medida para os seus irmãos em Fé, e, de modo particular, para os responsáveis pelos destinos da Igreja, — o que há nele é a Fé de um cristão das Catacumbas. E' a revolta contra todo compromisso com o espírito do mundo. Não se conforma

com a política do mal menor, das distinções sutis entre conselhos e preceitos, dos "ralliements" maquiavélicos, dos "favores" obtidos em troca da inação ou do silêncio. Quer a Igreja no centro do mundo moderno, como esteve no centro do mundo medieval. Isso, porém, sem o mínimo recurso a legislações de privilégio ou a troca de favores com o Estado ou com os Potentados da Finança ou da Cultura. Se tivesse a santidade ou a liberdade de um Max Jacob, teria acaso renunciado à literatura pelo claustro? Não o creio. O certo, entretanto, é que, não as tendo, vai levando penosamente a sua espada de cavaleiro, que é uma pena, uma pena luminosa e uma língua solta... Ainda é este traço, junto aos que em seguida examinaremos, que transparece em cada linha destes seus dois livros recentemente publicados:

Georges Bernanos — *Monsieur Ouine* (roman) — Atlantica, ed. 314 pags. Rio, 1944.

— *Le Chemin de la Croix-des-Ames* (articles de Guerre, 1940-1941). Atlantica, ed. 152 pags. Rio, 1944.

O segundo traço que destaquei, em sua fisionomia literária e humana, indissolivelmente unidas, foi o sentimento da Dignidade humana extremamente vivo. Se o seu catolicismo é essencial para a compreensão de sua natureza, não o é menos esse **humanismo**, que reage justamente contra certa interpretação mais ou menos frequente do catolicismo como sendo um privilégio ou uma espécie de diploma que confere certos direitos e insenções. A Graça, para Bernanos, como aliás para todos aqueles que a compreendem como deve ser entendida, cria antes de tudo um **onus**. Confere **deveres** antes de conferir direitos. E o primeiro onus, o primeiro dever, é o de ser **homem**, com tudo o que implica essa condição, tantas vezes escamoteada. Há, por isso mesmo, em Bernanos, como bem viu Mauriac, um "olhar puro" que passeia implacavelmente entre "a lei da selva" de nossa pobre humanidade e nela vai aos valores puros, aos que refletem a imagem de Deus, mesmo quando sob máscaras deformantes. E, ao contrário não se deixa iludir nem seduzir por qualquer situação exterior ou por qualquer **rótulo** que não corresponda à realidade. Esse **olhar puro**, como lembra Mauriac, pode aproximar homens de convicções totalmente estranhas entre si e é uma das grandes esperanças de superação das terríveis **rupturas**, com que o mundo moderno tem assinalado a destruição terrena da túnica inconsutil do Cristo. "Le regard d'André Gide en U. R. S. S. vaut celui de Georges Bernanos à Majorque. Ces deux écrivains si différents ont en commun ceci; un oeil clair qui trahit la loi de la jungle humaine" (*Journal* — vol. 3.^o p. 10).

Ainda nesse último dos seus romances, agora aparecido, embora escrito há cerca de dez anos, esse sentimento da dignidade humana a despeito das condições exteriores, da situação social, do apreço ao mundo,

é o que mais reponta e melhor explica esse livro misterioso. Confesso que tive de recomençar a sua leitura, depois de já lido um bom pedaço, para poder orientar-me nas sombras dessa floresta sombria. É um livro misterioso e obscuro, cujo sentido exato o próprio autor possivelmente não tenha penetrado. Raul Valéry diz que a função da crítica é justamente explicar aos autores o que eles não entendem em suas próprias obras. Entre nós, é o que costuma dizer o poeta Carlos Drummond de Andrade. A criação é quase sempre um **estado segundo**. Alguns, como Bernanos, vivem normalmente em estado segundo, na conversa, nas cartas ou na vida quotidiana. Quando voltam ao estado primeiro — que é a condição natural ou funcional de cada homem — não sabem muitas vezes interpretar o que escreveram. E deixam sempre, em torno de sua obra, uma aura de mistério ou uma zona de exegese livre, que desnorteia os espíritos didáticos ou pouco iniciados nos imprevistos da selva humana. “Monsieur Ouine” é o tipo do romance desnorteante para quem compreende o espírito francês como puramente cartesiano ou voltaireano e para quem vê toda arte através dos compendios elementares de retórica, das artes poéticas do século XVIII ou do espírito primário de tantos professores e críticos bem intencionados.

A meu ver, esse romance é uma grande sátira à Cultura Moderna. À Cultura, quando pretende substituir-se ao Homem. Ao humanismo inumano, ou antes ao anti-humanismo de tantos pedantes dos nossos dias. A Cultura que mata o Homem é como vejo essa figura obesa de Monsieur Ouine, que exerce sobre os jovens uma sedução verdadeiramente felina e escapa às mãos dos que tentam lidar com ela. É uma Força imensa. A maior das forças modernas. A mais irresistível. Como Monsieur Ouine é poderoso, irresistível, sedutor. Mas esmaga, asfixia, desumaniza e se aproxima, como todos os requintes, da sua própria negação. O peso da hipercritica de Monsieur Ouine o liga à massa amorfa e apática da população de Fenouille. São os extremos que se tocam e terminam no mesmo “líquido seroso” que corre, ou antes, se arrasta nas veias do “professor”, como nas dos habitantes sombrios do burgo podre do Norte de França, onde decorre a ação misteriosa deste romance e por onde acabam de passar as hostes libertadoras da França. O “olhar claro” de Bernanos procura distinguir — nas almas confusas das suas personagens e nos acontecimentos que se dão e em cujo veracidade ou sequência ninguém consegue penetrar diretamente — procura distinguir onde está o Homem, onde a sua dignidade, onde a sua pureza, onde os valores autênticos. E vai encontrá-los, diluídos, dispersos, escondidos por trás de paraventos um tanto ridículos ou desajeitados, como o jovem viário de Fenouille, ou até suspeitos moralmente, como Ginette. Nessa inversão ou nesse contraste, entre a pureza dos valores e a rudeza ou a miséria dos seus **portadores**, está esse humanismo ardente de Bernanos, que visa salvar o homem moderno da ilusão dos “moyens riches”,

da Técnica, da Cultura, da Força ou do Dinheiro, como substitutos àquelas qualidades **pobres** do sêr humano — a Honra, a Bondade, a Dignidade, o Espírito, a Liberdade — de que tantos escarnecem ou empregam apenas como **rotulos** em vidros vãos. Os rotulos e os vidros vãos não faltam em "Monsieur Ouine". Não faltam também os valores autênticos do coração humano. E o drama confuso da morte de uma criança, cujo autor nem mesmo o autor do livro possivelmente sabe quem foi, é o drama da nossa quase cega condição humana. Esse romance não pode agradar ao grande público, pois, longe de elucidar os mistérios, como o público gosta de ver nos romances policiais, leva-nos ainda mais ao coração das trevas que envolvem a vida humana. Mas é uma pequena epopéia do mundo moderno, que se passa num recanto perdido da França, tanto é certo que as verdades mais universais podem conter-se nas realidades mais particulares.

O terceiro traço que anotei na figura de Bernanos é o seu amor extremamente elevado pela França. E' o que se reflete no outro destes dois volumes. Quando a França caiu, ou antes, escorregou, em 1940, houve quem chamasse Bernanos de mau francês; porque "recusou a piedade" pela França e não tolerou o intolerável sofisma de Pétain, de que a França estava resgatando os seus erros e por isso devia entregar-se, como Santa Maria Egípcia, da Legenda, ao seu violador! Bernanos reagiu, furiosamente. E viu, muito bem, que a tropilha dos Laval e Cia., era infinitamente menos perniciosa para a França do que o imenso prestígio de um Marechal de França, vencedor de Verdun. Bernanos, que é um intuitivo genial, não se deixou vencer um minuto pela hesitação. Viu que o grande inimigo da França não era Hitler, era Pétain. Como o grande inimigo do cordeiro não é o lobo, mas quem veste a pele de cordeiro. O grande mal da França era a traição das elites, a desumanização da sua fibra cristã pela ingestão do tóxico totalitário. Bernanos não teve piedade nem panos quentes. Não procurou atenuar os males. Nem foi buscar falsos remédios na submissão ao espírito do invasor ou a um isolacionismo maurassiano tão desfigurador da França universal como o próprio colaboracionismo. Foi acusado de mau francês. Foi considerado como um desertor. Certa alta personalidade francesa, em 1940, me dizia: "Bernanos? Il n'a pas dix français avec lui".

Nós sentíamos, naqueles dias terríveis, sem vislumbre de hesitação, que ele tinha consigo, não apenas dez franceses, mas toda a França verdadeira, mesmo que os rótulos fossem opostos aos da sua própria posição de católico e de monarquista. E' o que quatro anos de resistência incomparável hoje o estão demonstrando aos olhos dos mais céticos. Na hora da reconstrução moral e física da França, através de dificuldades verdadeiramente alucinantes, a presença de Bernanos é uma tal garantia de pureza, de lucidez e de coragem, que só temos um temor: o de

que a sua saúde precária, por tantos labores e tanta penúria (pois Bernanos é pobre e vive sempre preocupado com as "contas" de amanhã...) não lhe permitam dispensar, na hora difícil da Liberdade a mesma energia indomável que demonstrou na hora sombria da Servidão.

Há finalmente, em Bernanos, um estilista admirável. É um grande poeta em prosa. Sua palavra tem a substância dos grandes estilos poéticos, que a sonoridade, a imagem, o subentendido se fundem para ultrapassar a lógica e tocar as fontes mesmas da sensibilidade, as matrizes misteriosas do senso comum. De vez em quando o termo **mistério** me cai do lápis, nesta exegese do grande francês que há um lustro escolheu o Brasil para dignificá-lo com sua presença e permitir que nos orgulhe-mos de ter aberto os braços, na hora da agonia, a um dos grandes recons-trutores da França, mãe intelectual no mundo, na hora da Justiça de Deus. Se o termo **mistério** volta, de vez em quando, quase sem querer, a propósito de Bernanos, é que realmente há um enigma nesse homem estranho, de olhos de criança e palavras de aço, capaz de todas as do-çuras e de todos os enfurecimentos, que sabe pensar com a lucidez de um sábio e lutar com o furor de um cruzado, que tem no seu es-tílo a delicadeza suavíssima das plumagens mais áreas e, ao mesmo tempo, o ácido corrosivo da química literária mais des-truidora. É um grande mistério esse homem grande em todos os sentidos. **Poeta e Cruzado** ao mesmo tempo, trovador e senhor feudal, que realiza esse amálgama estranhíssimo de influências profundas, que vão de Rabelais a Péguy, junto a uma personalidade singularíssima, que só pôde ser comparada ao próprio Bernanos. É um enigma, e, por isso mesmo, um convite constante à decifração.

Como estilista, o seu vigor é realmente singular. Nada tem das qua-lidades convencionais da estilística da justa medida e da elegância ondu-lante que é apresentada frequentemente como única forma representa-tiva do gênio literário francês. Ora, quando penso na qualidade poética da obra de Bernanos me vem à mente a primeira aula de um curso ma-gistral que aqui deu, antes da guerra, o filósofo Etienne Gilson. Nele mostrava como há duas e não apenas uma França do pensamento e do estilo. Devemos aliás acrescentar, também duas Franças **políticas**, de que Maritain e Bernanos são hoje os maiores, senão os únicos, laços de união entre si, ao menos no plano elevado em que pairam. Uma delas deriva de Abelardo, através de Descartes e Voltaire, até Anatole France, Giraudoux, Proust, Gide ou Valéry. A outra deriva de São Bernardo, através de Rabelais ou de Pascal até Hugo, Baudelaire, Péguy, Léon Bloy ou Claudel.

É a esta e não àquela linhagem que pertence este grande patricio das letras francesas, e já hoje universais, que é Georges Bernanos. Nada tem da medida, da clareza, da elegância daquele gênio francês que atinge nas letras a culminância genial de um Racine ou a mediocridade per-

ceptiva de um Albalat. Tem a frondosidade, o mistério, a abundância inventiva e a capitosa fecundidade dos outros, dos torrenciais, dos inesgotáveis, dos dionisiacos ou dos místicos. Sua prosa é densa e sombria como uma floresta, salpicada de clareiras luminosas. Passamos do sol à sombra, como nessas florestas passamos das claridades típicas das encruzilhadas à úmida penumbra dos ramos entrelaçados.

E' um verdadeiro gênio verbal em que a riqueza e a abundância dos substantivos jamais prejudicam a elasticidade dos advérbios e a precisão dos qualificativos. Improvisador, escrevendo no meio do tumulto dos cafés, como que a deixar o fluxo vital penetrar a sua prosa enxarcada de poesia, não emenda o que lhe cáí da pena ou pelo menos, sai-lhe da pena, sem necessidade de emendar, uma expressão sempre tão carregada de pólen e tão impressionante de beleza, que uma página de album de Bernanos vale o mesmo que a mais elaborada de suas páginas de livro.

Qual será sua atividade de ora em diante? A do homem de letras? A do homem de ação? Qual poderá ser sua atuação nessa arena de lutas implacáveis que vai ser a Europa, e particularmente a França, depois da vitória? Não sou profeta, nem mesmo falso. Não sei o que poderá fazer de fato Georges Bernanos nos dias turvos de amanhã. Só sei que já é, e continuará a ser, como Maritain, e outros, um testemunho vivo da Verdade, nestes tempos de Erros contraditórios ou verdades mutiladas que se cruzam enfurecidos neste nosso mundo agitado por paixões incoercíveis e por muitos irreconciliáveis. Não creio que sua voz venha a perder-se no clamor da tormenta da Paz, como não se perdeu na tormenta da Guerra. Pois, digam o que disserem, a força irreprimível que a alma provem de uma Fonte acima de todas as fontes e de uma Certeza que transcende a todas as nossas angústias.

P. S. (*)

TRISTÃO DE ATHAYDE

“Não se inquiete”, dizia-me, há tempos, em encontro fortuito, um esclarecido sacerdote; “não se inquiete com a reação produzida por alguns de seus recentes artigos. Lia esta manhã, no meu Breviário, uma palavra que tudo explica: **Veritas parit odium**”.

Seria ainda mais perfeita a sentença se acrescentasse: “et amorem”. Pois o certo é que a Verdade gera a contradição e obriga as atitudes a se definirem. E por isso, Aquele que incarnou a Verdade, foi chamado ãe — “**signum cui contradicetur**” (Luc. II, 34). Recebi a propósito dessa “flitagem” do ambiente, cartas de ódio, sem dúvida, mas também mensagens tão tocantes de autêntica amizade, que de longe compensam aquelas. Quantas vezes me disse D. Leme: “As provações que nos veem de dentro de Casa são as que mais doem, sem dúvida, e por isso mesmo as que mais devemos agradecer à Providência Divina”. Para recebê-las não fiz mais do que **defender três católicos** eminentes, três testemunhos da Verdade, e um deles a ela consagrado na totalidade de sua existência terrena e perene. Dir-se-á que é êsse justamente o motivo de escândalo. Como podem estar desunidos os católicos? Mas justamente porque a religião verdadeira não é um fanatismo vulgar. E’ mesmo o oposto. O fanatismo, que é uma das fórmulas específicas da falsa religiosidade dos sucedâneos do cristianismo imperantes em nossa época, o fanatismo é que exige dos seus sectários uma cega obediência, uma uniformidade passiva, em que todos perdem a sua personalidade para formarem um Monstro comum. Um dos sinais de autenticidade de nossa Fé, ao lado de sua Unidade imutável, é permitir o justo exercício de nossa liberdade, dessa liberdade que junto à racionalidade, é o próprio sinal característico de nossa espécie e que tantos procuram diminuir e mesmo incompatibilizar com a Fé autêntica. E’ êsse justamente um dos pontos que me fazem escrever êste Post-Scriptum. Não é para repisar no mesmo assunto ou mesmo para explorar novos veios nessa mina inesgotável que é a obra de Maritain. E’ para esclarecer alguns pontos que me parecem ter ficado obscuros. E’ para atender, também, a certas consultas, algumas angustiadadas, dessas missivas de afeto e solidariedade que tanto me con-

(*) Transcrito d’“O Jornal” de 12-11-1944, secção “Vida Literária”.

fortaram por sentir como já é grande, em nosso meio, o número daqueles que compreendem o sentido profundo da obra de um Maritain ou de um Bernanos, para lá dos acidentes sem importância.

Um dos pontos que me fazem voltar ao tema, ainda por esta vez, é justamente a solicitação de uma resposta aos ataques recebidos. Mais uma vez repito o que já mais de uma vez escrevi: só contesto as afirmações **de fato**, contrárias à verdade. Ainda agora, uma biografia do sr. Gilberto Freyre, editada pela Casa do Estudante, e de autoria do sr. Diogo de Melo Menezes, reimprime a velha calúnia de que, em tempo, teria eu tido "a fraqueza de recomendar à atenção da Polícia" aquele escritor como "esquerdista". **E' falso.** Divergi e divirjo de muitas de suas idéias, e disse-o de público, classificando-o de escritor de esquerda, segundo um critério corrente e aceito pelo próprio autor da biografia, que escreve, linhas antes: "Gilberto Freyre considera-se e é da esquerda, francamente da esquerda, e cada vez mais da esquerda" (pág. 255). Foi tudo quanto escrevi, num rodapé como este, e de modo muito menos enfático, **sem a mais vaga sugestão alheia ou segunda intenção própria.** Se é a isso que se chama "**recomendar à Polícia**" um escritor, nesse caso se torna impossível toda crítica literária. Contesto falsidades como essa, sempre que chegam ao meu conhecimento. Mas não vou além. Considero a polêmica jornalista um gênero anacrônico e contraproducente. Quando essa polêmica se trava entre homens que confessam a mesma Fé, considero-a então francamente inadmissível. Recordo, a esse respeito, um texto de Fulton Sheen, no seu livro sobre a Igreja que me parece exprimir perfeitamente o que o bom senso nos manda fazer: "**A Igreja já não está na defensiva já não está tampouco na ofensiva; está na descritiva,** — revelando-se aos corações famintos e aos espíritos como o Pão da Vida... Chegou o tempo de entrar a Igreja em si, compreender o espírito que liga os seus membros em um todo vivo e recomeçar de onde partiu: como um fermento espiritual na massa do paganismo" (Fulton Sheen — *The Mystical Body of Christ*, 1935, pág. 4).

Em suma, não é o espírito mesquinho de polêmica e sim o espírito largo de **exemplo e de afirmação espiritual**, que deve representar, na hora atual, a atitude da Igreja e dos católicos individualmente em face do mundo recaído em paganismo.

Realmente, o que devemos fazer é apresentar a Verdade, como julgamos que ela é. A nós, católicos, que sabemos onde está a Verdade, não nos cabe inventá-la ou negá-la. Cabe-nos descobri-la e interpretá-la. E' o que devemos fazer dentro da liberdade ampla que nos concede a Igreja. Agora, o que sucede conosco, e é este um dos privilégios de que gozamos, é saber que temos uma Autoridade autêntica e sem apelação, que é, por natureza, a **única e última** interprete autorizada da Verdade e dessas pequenas verdades que pululam em torno da Grande e Central! Nossa honra, nossa alegria, está em dizer o que pensamos, com toda a since-

ridade e com todo o calor, mas aceitar, sem discutir e com a maior satisfação, a sentença inapelável que nos venha da **Cátedra Suprema**. Ainda há dias me repetia Américo Lacombe uma sentença ouvida de Bernanos e que nos mostra como os católicos mais aparentemente “revoltosos” como êsse grande revoltado contra a mediocridade do nosso catolicismo moderno, renuncia fundamentalmente a todo o **senso próprio**, quando está em jogo a Verdade. “O trágico êrro de Lammenais”, dizia o autor dos “Grands cimetières sous la lune”, — “foi de não ter tido a humildade suficiente de se submeter à Santa Sé”. Eis uma palavra que nunca devemos esquecer, mormente por vir da boca de quem vem. O orgulho de Lammenais, do genial autor do “Essai sur l’indifférence”, que tão justas esperanças despertara, — não se curvando ao único Poder que tem o direito de exigir a nossa absoluta submissão sem indignidade nossa e, antes, como condição da nossa elevação moral — êsse gesto de orgulho de Lammenais é que veio a criar, no século XIX, êsse trágico malentendido entre os católicos e a Liberdade, de que até hoje a cristandade está sofrendo. Se não foi apenas êsse malentendido, foi ele, sobretudo, que dividiu o Ocidente em dois partidos, tomando os inimigos da Igreja a Liberdade como lábaro e vendo-se a própria Igreja forçada a cercar a Liberdade de todas as garantias para preservá-la dos seus falsos defensores. E com isso se criou, sem querer, entre os católicos, um verdadeiro pavor da liberdade e uma mobilização constante de adversativas sempre que se fala na própria característica da nossa supra-animalidade. Pois, se o homem não é um bruto, é por ser **racional e livre**, por dispor da inteligência para penetrar até certo ponto os mistérios da criação e do próprio Criador e por dispôr de uma vontade não escravizada aos determinismos inflexíveis da natureza e da sociedade. Devo aliás lembrar como Maritain estudou a fundo o problema da liberdade, à luz de uma filosofia católica da vida, em seus dois últimos volumes. Pio IX, no “Syllabus”, e Leão XIII, na “Libertas” e outras, não negaram a Liberdade. Mostraram apenas os seus limites de acôrdo com a sua natureza, de valor subsidiário da Verdade. E’ aliás o que afirmam, tanto o Bom Senso mais vulgar como a Ciência mais rigorosa. E foi exatamente o que fez Maritain. A verdadeira Democracia terá de vir da verdadeira Liberdade. “Une fausse philosophie de la vie, qui faisait de la liberté humaine la règle souveraine de tout l’ordre moral et social... a si bien altéré le principe vital des démocraties modernes qu’on a pu la confondre parfois avec la Démocratie elle-même changée en Démocratisme... Le mot démocratie a ainsi donné lieu à tant de confusions et de malentendus qu’il semblerait parfois souhaitable de trouver un mot nouveau pour désigner l’idéal d’une communauté d’hommes libres” (**Les Droits de l’Homme et la Loi Naturelle**, 1942, pags. 69-71).

A necessidade de desfazer tais equívocos em torno de temas como êsse é que nos leva a insistir no assunto. Se hoje temos de colocar em

primeira plana o conceito de Liberdade, — como Jackson de Figueiredo, de que há dias comemoravamos o 16.º aniversário de uma morte tão terrivelmente prematura, teve de colocar em destaque o conceito de Autoridade, — não é que um se oponha ao outro, **Liberalismo e Autoritarismo**, sim, é que se opõem, porque representam falsos conceitos de liberdade e de autoridade. Se, no século XIX **liberalisante**, foi necessário à Igreja mostrar os **limites** da Liberdade, em face dos erros do Liberalismo, — no século XX **totalitário**, o que é preciso é mostrar a grandeza e os direitos da Liberdade, em face dos desastres ocasionados por sua negação autoritária ou totalitária. Mas na realidade, Autoridade e Liberdade são conceitos **complementares**. Quando colocamos uma e outra dentro do conceito supremo de Verdade, que a ambos sobreleva, teremos restaurado a harmonia entre valores que só se dissociam quando os arrancamos ao laço supremo que os articula. Não há Liberdade fóra da Verdade e do Bem, como não há Autoridade fóra do Bem e da Verdade. Eis porque autoridade sem liberdade é tirania, como lembrava há tempos o padre Ducattillon, e liberdade sem autoridade é anarquia caótica. A liberdade que invocamos, portanto, é antes de tudo **para que a Verdade possa viver**. E sem liberdade não vive o bem. E' porque vemos essa liberdade cada vez mais arriscada, que procuramos despertar nos homens de hoje, — tão seduzidos pelo Poder, pelo Êxito, pela Vitória das armas, pela Riqueza, pelo Prestígio, pelas Máquinas, pelo Partido, por tudo que indica o Domínio do Homem sobre o seu semelhante ou sobre a natureza bruta — por vermos isso é que procuramos despertar a inquietação pelo seu destino. Chesterton costumava dizer que o grande drama moderno não era tanto a perda da liberdade, como a perda do **amor** pela liberdade. Viamos, em uma de nossas últimas crônicas, como os riscos que a paz futura tem de enfrentar, provêem justamente de que o realismo dos interesses imperialistas em jogo ameçam tragar tudo o que de grande e de belo existe nesta Catástrofe, que há cinco anos desabou sobre a humanidade e dividiu ainda mais os campos, nesse trágico dilema entre Esquerdismo e Direitismo a que querem reduzir o mundo, e que permitiria a um humorista dividir hoje os homens em duas classes: — os "**ou-ous**" e os "**nem-nens**". Os totalitários clamam — ou comunismo ou fascismo. E como o fascismo está em vésperas de ser derrotado no Ocidente, subsistindo ainda por muito tempo provavelmente em pára-fascismos — o grande perigo voltaria a ser **apenas** para eles o comunismo, intacto em suas pretensões e imensamente reforçado em sua fibra combativa. Por seu lado os Democrático-Liberaes ou Sociais, herdeiros da filosofia burguesa da vida e avessos ou mesmo hostis à concepção cristã da existência, de que a Igreja Católica é a suprema definidora, — respondem: **nem** comunismo, **nem** fascismo. E sim a Democracia pela Democracia, como querem os herdeiros de Rousseau e os idólatras do Número, como definidor do Bem Comum. Sairíamos assim

do Fanatismo Totalitário, fascista ou comunista, para cair no Fanatismo Democrático, liberal ou social. E com isso, o que não veríamos jámais seria a verdadeira Liberdade, que Deus colocou como germe da dignidade humana e que o Cristo restituiu aos homens, escravizados a lei do pecado depois da Queda. E' por isso que pugnamos pela Democracia, que está mais próxima da Liberdade que os Extremismos, mas impregnada e informada pela Lei Natural e pela Lei Evangélica. Na sociedade **pluralista**, segundo as condições **históricas** do mundo contemporâneo, mas realmente cristã, segundo os princípios imutáveis da Lei de Deus e do Cristo — que Maritain apresenta na sua filosofia política, tão magistralmente estudada por Henrique Hargreaves na Faculdade de Filosofia de Belo Horizonte, — é que temos a única probabilidade de instaurar no mundo uma civilização mais justa do que a do capitalismo moribundo.

Foi essa trágica dicotomia Esquerda-Direita, viciando as próprias inteligências e instituições modernas e repercutindo em seus acontecimentos, que provocou a famosa Guerra Civil de Espanha, sobre a qual também pedem o meu juízo.

Nenhum documento oficial da Igreja me força, em consciência, a pensar a esse respeito, desta ou daquela maneira. Posso perfeitamente colocar-me, como me coloco, **ao lado dos católicos bascos**, contra católicos de outras regiões espanholas; ao lado da interpretação dada aos acontecimentos por muitos sacerdotes ou leigos católicos de toda a Espanha neste ou naquele sentido, sem que nenhuma decisão formal da Igreja tolha a minha liberdade de opinar a respeito, nem mesmo uma Pastoral coletiva. E' uma das muitas **questões** livres que a sábia maternidade da Igreja entrega à consciência dos seus filhos. Ela mesma manteve o seu Núncio junto ao governo republicano até a queda das instituições republicanas, sem por isso se solidarizar com essas instituições, como o faz sempre e invariavelmente com todos os poderes políticos do mundo, que aceita **como um fato**, desde que adquiram um mínimo de condições de estabilidade, segundo a doutrina que está contida nas palavras do próprio Cristo e na primeira Epístola da própria **Pedra** sobre a qual o Cristo ia fundar a sua Igreja. Pois o que esta pede dos Estados não é privilégios: é a liberdade de levar o mundo a Deus.

Minha atitude em face do problema é a mesma desse jovem carmelita espanhol Frei Romeu Perea, que assim se exprimiu um dia em minha presença. "Fui franquista durante a Revolução e deixei de sê-lo quando a Revolução venceu".

A Espanha, a meu ver, foi vítima daquela terrível dissociação do Ocidente político e mesmo cultural, entre Esquerda e Direita. Sobre as costas desse grande povo, tão admirável pelas suas virtudes heróicas, pela sua genialidade estética e pelo seu glorioso passado histórico, quase sempre na vanguarda da Cristandade, — sobre as costas desse povo cavalheiresco e desdenhoso da morte, se jogou o mais trágico dos destinos.

Fizeram-no de cobaia, os dois Extremismos vorazes da Europa contemporânea. Lenine dizia que a Espanha seria o primeiro país, depois da Rússia, a adotar o comunismo integral, contando com a velha tradição anarquista catalã e com a violência do temperamento espanhol. Hitler, por seu lado, fez da Espanha um campo de experiências militares e Guernica, a cidade sagrada e indefesa, foi o primeiro alvo em que se exercitaram os futuros bombardeadores de Varsovia, de Rotterdam e de Londres. A Revolução franquista venceu pela mão do totalitarismo hitlerista, em sua forma mais brutal, como a República de Azaña, anticlerical e comunizante, se defendia com os recursos recebidos da Rússia soviética. A pobre e grande nação ibérica foi o campo de experiência *in anima nobili*, dos dois imperialismos que pretendiam dominar a Europa e o Mundo. Foi o primeiro "round" de um "match" de vida e morte, que animou seu vencedor a desafiar o mundo em Munich e no ano seguinte a empreender a felonía da Polónia com que levantou contra si o mundo civilizado. Eis o que penso da guerra de Espanha. Eis o que penso dessa trágica luta civil que foi o prelúdio da catástrofe de 1939 e pelo século XX afóra provocará no mundo latino em peso, além das suas consequências universais, repercussões particulares que vão marcar gerações e explicar os dissídios, os ódios, os malentendidos trágicos que ora dividem, em nosso próprio Brasil, os que mais unidos deviam estar.

Não é impunemente que se transforma em cobaia um povo heróico e cavalheiresco como o povo espanhol. Não é impunemente que se exacerbam, até as fibras mais íntimas, as paixões mais indomitas desse grande povo — a paixão religiosa e a paixão política. Um século será pouco para apagar esse horrível incêndio. E por isso mesmo é que o drama espanhol está ainda em plena efervescência, e o Fanatismo Esquerdista está pronto para levantar a cabeça, que o Fanatismo Direitista não conseguiu extirpar, por mais cruel e impiedoso que fosse. Pois quem assume o Erro, mesmo que seja em nome da Verdade, às mãos lhe morre. A tragédia de Espanha só tem de semelhante a tragédia polonesa. Esta mais catastrófica ainda. Mas aquela com perspectivas que só a Misericórdia Divina poderá atenuar. Eis o que penso desse grande drama. E que vejo perfeitamente claro sobre o fundo sangrento dos sacrifícios solicitados, que aliás nunca serão inúteis. Pois a força de povos visceralmente católicos, como o polonês ou o espanhol, é que neles a Morte não é um aniquilamento mas uma transfiguração. E essa é a lição e será o fermento fecundo do seu martírio. Nada do que se tem passado ali está perdido para a regeneração da Cristandade. Nada do que poderá voltar a ocorrer se perderá porque um e outro povo sabem que o mundo moderno não tem outra saída senão o Martírio, de sangue ou de espírito, para que o peso dos seus erros "secularistas" seja resgatado. Só vejo duas perspectivas para o futuro: ou a Incarnação de

Cristo volta a ser o **centro** da história do mundo, como sempre o sustentou a Igreja Católica (e daí o sentido de documentos como o "Syllabus" de 1864, geralmente tão mal compreendido pelos não católicos e até por muitos católicos que nele apenas vêem a parte **condenatória** e esquecem o espírito **afirmativo**) e para isso o que temos é de pugnar pela independência da Fé Verdadeira, em face **de todo e qualquer Poder Político**, e pela **sobrenaturalização da sociedade moderna**, pela **Ação Católica** — ou então estamos em face da **discessio final** e a **secularização crescente** do mundo nos levará, mais cedo do que pensam, ao Juízo Final.

Esse é o sentido também da obra dos pensadores empenhados em compreender a época atormentada que estamos vivendo, como esses que aqui vimos analisando. Reduzir o sentido da sua mensagem ao âmbito de questiúnculas secundárias, ou mesmo ao plano mais grave da ortodoxia ou heterodoxia em face de determinadas e particularíssimas indicações de Encíclicas, é baixar o problema a um nível muito inferior ao daquele em que realmente se coloca. E' preciso elevar os corações. E' preciso silenciar os impulsos apaixonados ou as paixões insufladas pelos bastidores. E' preciso considerar os homens e as suas mensagens à luz da hora decisiva da verdadeira Páscoa, que estamos vivendo. Que essa Páscoa terrena, de uma fase a outra da civilização, em que estão até certo ponto empenhados os destinos da Cristandade moderna, seja vivida por todos nós no espírito da verdadeira Páscoa, que devemos passar não apenas em um dia do nosso ano litúrgico, mas em todos os atos de nossa vida, tanto espiritual e mística, como terrena e profana. E' por essa luz, ao mesmo tempo natural e sobrenatural — em que banham homens como Maritain, Bernanos, Ducatillon, Mauriac e outros que tanta celeuma levantaram através destes rápidos estudos, e em que se decidem também os destinos de nossa civilização — é por essa Luz e não pelo ódio, pela desconfiança e pelo sarcasmo, que poderão operar-se a reconciliação das consciências e a pacificação dos corações.

Cristo e a tradição^(*)

MURILO MENDES

Nunca se ouviu, como agora, falar tanto em defesa da civilização ocidental, defesa da tradição cristã, e outras fórmulas que já passaram a fazer parte do noticiário jornalístico quotidiano, sem que nem sempre sejam justificadas ou aprofundadas.

Confunde-se muitas vezes — consciente ou inconscientemente — a tradição cristã com uma tradição de sistemas políticos aos quais o cristianismo tenha sido ligado em outras épocas.

Para o católico, a verdadeira tradição é representada pelos elementos clássicos e permanentes da religião, isto é, seus elementos eternos, de que é guarda vigilante a liturgia, encarregada de transmitir de geração a geração a Palavra divina, e estes sinais sensíveis que são os sacramentos.

Um exame sereno da história da Igreja Católica mostrará que através dos séculos ela tem distinguido sempre o essencial do accidental, sacrificando este valor secundário em benefício daquele, pois só o essencial contém elementos de permanência. Daí o facto de as opiniões sempre se dividirem entre os que não penetraram a intimidade da estrutura da Igreja.

Dizem uns: “A Igreja é um museu de velharias. Ela não se adapta às circunstâncias atuais. É uma instituição anacrônica, que não poderá sobreviver à revolução industrial”.

Dizem outros: “A Igreja não passa de um partido político. Ela sobrevive porque se adapta admiravelmente às circunstâncias. Seus diplomatas garantem-lhe a sobrevivência”.

(*) Transcrito d’“A Manhã” de 10 de junho último.

Ambas as opiniões, se bem que encerrem algo de verdadeiro, estão longe de uma conclusão justa e autêntica.

*
* *

Um dos chefes da revolução artística e literária dêste século, Guillaume Apollinaire, o homem apaixonado pela modernidade, o poeta que escreveu e imprimiu um livro de versos em plena trincheira, na primeira grande guerra, não achou que a Igreja é um museu de velharias, quando escreveu, com notável intuição, no seu maravilhoso poema "Zone":

"Ici même les automobiles ont l'air d'être anciennes
La religion seule est restée toute neuve la religion
Est restée simple comme les hangars de Port-aviation
Seul en Europe tu n'es pas antique ó Christianisme
L'européen le plus moderne c'est vous Pape Pie X

... ..

C'est le Christ qui monte au ciel mieux que les aviateurs

... ..

Ces prêtres qui montent éternellement en élevant
[l'hostie...

... ..

Como se vê, o grande Apollinaire foi atraído somente pelo aspecto de modernidade da Igreja. Não reparou na sua antiguidade, pois que ela recolheu a herança da religião judaica, e, pela tradição contida nos livros inspirados, (segundo Pascal, autoridade de peso, a Bíblia é o livro mais antigo do mundo), remonta à própria origem do homem.

A outra corrente — a que verifica apenas o poder de plasticidade da Igreja — atribue sua continuidade aos seus sucessos políticos; esquecendo, entretanto, o número considerável de suas derrotas.

Não. A Igreja sobrevive pela força do Amor e da Graça, insuflados nelas pelo seu divino fundador. Continuará através

dos tempos sua gloriosa missão, garantida pela promessa de imortalidade que Jesus-Cristo lhe conferiu.

“O homem prudente tira do seu tesouro coisas novas e antigas” (S. Mateus, XIII, 52). Assim faz a Igreja. Para um católico não pode haver maior tesouro do que o Evangelho, que é o livro clássico por excelência, e o livro moderno por excelência. A Igreja, com uma frieza às vezes quase deshumana, tem enterrado doutrinas, regimes políticos e formas de civilização: porque ela está habituada a discriminar os elementos de permanência dos elementos caducos, se bem que muitas vezes forças reacionárias organizadas dentro da Igreja, ou à sombra dela, teimem em conservar os quadros anacrônicos cuja subsistência serve apenas aos interesses de certos partidos e de certos grupos privilegiados.

Diante da enorme experiência acumulada pelos séculos de luta da cristandade, especialmente diante das experiências que se acham mais próximas de nós, como a aventura napoleônica, a “Kulturkampf”, a separação da Igreja e do Estado na França, sob Pio X, a guerra civil espanhola, o nazismo, o fascismo com seus satélites e sucursais, já é tempo dos católicos organizarem sua linha de resistência do essencial, deixando de contribuir para a implantação dos regimes de tirania e de intolerância que, procurando seduzir o clero, instalam o que Jacques Maritain classificou magnificamente de “catolicismo decorativo”.

A Igreja não é prestigiada apenas pelo fato de se apresentarem armas à passagem do bispo ou do cardinal. A ver a Igreja honrada exteriormente, mas diminuída de sua vitalidade espiritual pelo “empiètement” das forças temporais opressivas, preferimo-la nas catacumbas.

Durante muito tempo julgou-se que a união entre o trono e o altar era uma coisa absoluta e definitiva; caída a monarquia, a Igreja não poderia subsistir. Na França, por exemplo, depois da queda de Napoleão III, a situação dos grupos católicos tornou-se dramática até que o Papa Leão XIII deu ordem aos seus fiéis de concorrerem às eleições republicanas, ficando mais uma vez claramente demonstrado que a sorte da Igreja não está

condicionada à persistência de determinados regimes políticos. E o esplêndido desenvolvimento, depois de 1919, do catolicismo francês — florescente, mais do que nunca, em pleno Governo da Frente Popular, — veio mais uma vez demonstrar que o trono e o altar não são xifópagos.

Sem dúvida alguma, os cristãos devem obedecer aos poderes constituídos; isto está escrito. Mas também está escrito que é melhor obedecer a Deus que aos homens. (Esta palavra é muito menos lembrada do que aquela). Quando os quadros sociais tornam-se anacrônicos, esvaziando seu conteúdo histórico, para que conservá-los em nome da tradição cristã? Será que Hitler, Mussolini, Hirohito, Franco, etc., etc. se interessam por transmitir às gerações futuras as nossas grandes tradições dos sacrifícios litúrgicos de Abraão e Moisés, a Lei evangélica, o Batismo, a Penitência e a Eucaristia, isto é, os elementos essenciais do catolicismo clássico? Quanto a mim, não há demônio que me meta isto na cabeça.

Quão fraca e lamentável seria a Igreja se tivesse de se apoiar na força material, nos compromissos partidários, nas doutrinas errôneas dos que não receberam a Revelação, nem a promessa da imortalidade!

*

*

*

Não nos assustemos demasiadamente quando virmos a Igreja ameaçada pelas forças do absolutismo. Se Roma fosse destruída, se o Papa fosse preso ou assassinado, o primeiro bispo substituto continuaria a missão apostólica do alto de uma cadeira, em Londres, ou em New York, ou em Argel, ou mesmo em Cascadura.

E abramos o olho diante dos boatos que correm sobre as tentativas de implantação de novos eixos na América Latina...

Não nos esqueçamos de que o Cristo — quem poderia ser tão moderno como Ele? — condenou as tradições caducas, ao declarar: "Nenhum que mete a sua mão no arado, e olha para trás, é apto para o Reino de Deus". (S. Lucas, IX, 62).

Registo

UM QUE FOI CHAMADO —

Uma das grandes virtudes de hoje, como de todos os tempos, mais de hoje que dos outros tempos, talvez por sua raridade, é aquela que faz com que cada um se considere e considere os outros em justo valor, na exata medida.

Influência mesmo do tempo, em que tudo está fóra de lugar, em que os homens não teem tempo de cuidar de cousas outras que não aquelas fora do único necessário, em que as cousas mais inesperadas sucedem segundo a lei única da história, apontada por Chesterton, e em que as mais esperadas não chegam. Tempo em que o mundo passa por uma transformação radical (se no sentido de purificação ou de animalização — os anos se encarregarão de mostrar) em todos os domínios, começando dos mais materiais aos mais elevados, medidos por aqueles.

Diante de tantas mudanças o homem, senhor na ordem natural, se sente diminuído, não as acompanhando. Se todas as cousas de seu domínio sofrem transformações, evoluem, progridem mesmo — na visão do homem moderno — porque ficaria êle o mesmo, firme, estável, sem mudar? Julgando-se diminuído diante da obra creada, tem necessidade de se movimentar,

de aparecer. O homem moderno perdeu a medida da estabilidade (Deus é estável e nele não há sombra de mudança) porque perdeu também outras noções, como por exemplo e de vida, movimento imanente. Já não se trata de movimento interno, de aprofundamento, de vida, mas de movimento em extensão, de expansão, que quer conquistar, impressionar, fazer sucesso por um momento, sem pensar que a êste sucesso poderá suceder uma impressão contrária, de decepção, proporcional ao primeiro sentimento. Se o mundo passa por uma catástrofe, se se prepara uma renovação, mais do que isto mesmo, uma revolução, e se tudo se faz com rapidez maior do que a esperada, quem não sente o desejo de, com a mesma velocidade, conquistar o prestígio, ainda que com ela também passe? Depois ficará o sabor (satisfação dos fracos) de ter detido o prestígio, um momento que seja e obtido por que meios, não importa, mas que desapareceu porque o mundo era pequeno demais para conter tantos prestígios, de tão grandes espíritos, êsses de quaisquer vitórias.

Diante de tudo isso, confirmamos o dito inicialmente, uma pessoa equilibrada, que procura com justeza a realização da vida, mais

que isso, que procura vê-la através da verdade e na verdade, é coisa rara, incômoda também, não direi extraordinária, mas de alto valor, bastante apreciada, por todos, apenas com a diferença que para os amigos de prestígio, num sentido de interrogação, de dúvida, pois tudo está centralizado neles mesmos: — Essa posição, não será um caminho de nossa derrota? O lugar deste, não será incompatível com o lugar que queremos? Daquí para surgirem os planos, um passo talvez seja muito.

Todo o mundo esqueceu de que tem um lugar. Não um lugar qualquer mas o lugar, seu lugar. Onde deve permanecer para se realizar o porque, digamos a palavra exata, foi chamado para ele;..." e ninguém se arroga esta dignidade..." Porque perder-se no desejo do lugar alheio, procurando usurpá-lo ou destruí-lo? Em geral isto se dá numa dessas hipóteses: ou quem assim age não tomou consciência de seu lugar (não teve tempo, observando o lugar desejado) ou não teve bastante coragem de apossar-se dele. Sim, porque do ponto de vista cristão, não se pode ver a honra sem ver a cruz que a acompanha. "Se o corpo todo fosse olho, onde estaria o ouvido? E se fosse todo ouvido, onde o olfato?" Porque nós, humanos, não vamos aceitar a primazia de quem a recebeu de Deus, se o próprio Deus só receberá a homenagem daquele enquanto viver sua primazia na humildade do serviço?

Mas o homem de hoje está evo-

luído e revolucionado. Pela revolução, coisa passageira (essa de que tratamos, pois é a do homem moderno) se esquece de realidades maiores, positivas e definitivas. De realidades eternas. De um plano, não traçado por mão de homem e não em vista apenas do homem. E que a grandeza deste está em realizá-lo. A Igreja, eterna e peregrina no tempo, em seus membros talvez sofra certa repercussão deste nosso tempo, com suas características próprias, umas das quais vimos de apontar. Podemos dizer isto diante de certas realidades que se nos deparam. Esquecemo-nos de que somos "um só corpo, como na nossa vocação fomos chamados a uma mesma esperança". Ficamos querendo agir na Igreja, como o homem moderno no mundo. Dizendo agir com liberdade, mas na verdade indo contra ela. Porque liberdade e a adesão nossa, individual, a vocação — à Voz. Ficamos querendo procurar uma posição que dê nome na Igreja e considerando como grandes membros seus aqueles cujos nomes já repercutem até fora...

Talvez seja o mito do prestígio em ação. Esquecemo-nos de que o único prestígio possível na Igreja é o da cruz, marcada em nós desde o primeiro instante da vida e que nunca será apagada. Prestígio da cruz custa o preço da morte. E que mais nos horroriza que o pensamento dela? Na Igreja quem é chamado para uma missão de aparecer (considerada posição de prestígio) é chamado, em última análise, para viver mais inten-

samente o sacrifício e a cruz. Chamado, lembramos, que vem de Deus "Quem conhece o pensamento de Deus ou quem jamais foi seu conselheiro?" E' Ele quem conhece o íntimo de cada um, "que sonda rins e coração" e chama pelo nome próprio cada qual para sua função. A uns cabe a direção — honra insigne quando bem vivida — e que muitos desejam "**conquistar**" por algum preço, ainda que procurando destruir aquele que por Deus foi constituído, esquecidos de que ser servido é muito mais fácil do que servir. Estas cousas, como todas as grandes cousas, foram reveladas aos pequenos, e ocultas aos grandes da terra.

Vocação nova para os tempos modernos, A. C. tem um papel a desempenhar neste mundo, não sendo dele.

Há quem veja nela uma situação de prestígio, um meio de aparecer. Estes nunca compreenderão a A. C., destinada aqueles cujos corações, como os dos apóstolos, o Senhor "julgou como receptáculos puros".

A. C. não é meio de adquirir popularidade, de aparecer. Porque não é popularidade o exercer a vocação de ser "espetáculo para o mundo, para os homens e para os anjos". Pelo contrário, é incômoda e impopular situação, de desprestígio humano. Servir é sempre servir.

Mas a A. C. veio reintegrar o cristianismo no seu devido lugar na **vida** e portanto veio recolocar cada um em sua função, fazendo

com que os católicos de boa vontade compreendam o motivo de sua peregrinação nesta terra: cumprir sua missão. Para isso a A. C. — ação da Igreja, vivendo de sua vida, tem ação transbordante desta, ação organizada, (portanto há uma hierarquia leiga constituída pela própria Igreja) representada pelo bispo e unificada pelo mesmo sangue do Cordeiro, derramado por todos, para uní-los no mesmo espírito. "Eu vos darei um coração único e um espírito novo". Será que vamos agir contra a unidade do espírito novo, que é o Espírito de Deus?

Organizada e hierarquica a A. C. tem seu chefe. E o preza acima de quanto chefes existam e que nossa fraca humanidade julgue melhores. Porque confia em quem o estabeleceu acima dos outros. Porque sabe que êste compreendeu a missão de servir e de viver mais o sacrifício, de se entregar numa entrega que abranja toda a família, de viver e de morrer por ela. Não apenas de morrer mas de viver sempre por ela. Chefe que não ensina por palavras (aliás são poucas as palavras de Alceu Amoroso Lima como presidente nacional da A.C.B.) mas que pode, com liberdade e verdade, dizer: "Sede meus imitadores como eu o tenho sido do Cristo". Palavras duras demais aos nossos ouvidos de hoje, "abertos às fábulas e fechados a verdade". Para nossos ouvidos acostumados à escravidão das bajulações e deseducados para a verdade. Porque nos desacostumamos da liberdade, procuramos apenas a in-

dependência, e não compreendemos o sentido da obediência. Vêmo-lo não como a suprema liberdade do cristão, a gloriosa liberdade dos filhos de Deus, mas apenas como servilismo (como o mundo todo a compreende e pratica). Mas não foi em vão, ou talvez não o tenha sido, que Pio XI recomendava:

"In necessariis, unitas; in dubiis, libertas; in omnia caritas". Porque não é chefe aquele que ordena se faça alguma coisa, mas aquele que a ela se entrega em primeiro lugar; no nosso caso, vivendo intensamente a Ação Sacrifical. E é esse chefe que se verá seguido. Muito bem lembrou Luiz S. Cruz que nunca ninguém viu A. A. Lima sair para qualquer trabalho sem primeiro ter ido ouvir o "Ite missa est" na igreja mais próxima.

Há quem o veja apenas como alguém que pode mandar, que já tem seu prestígio (ainda há quem não tenha capacidade de ver a realidade da Igreja, de corpo místico, de comunidade da parusia, de família de Deus).

Ora, a inveja, que esteve presente no paraíso, com nossos primeiros pais não desapareceu do planeta. Esquecidos de que conquistarão, realmente, sua posição no Reino vivendo o "testemunho do Espírito, confirmado em nós", vivendo neste Espírito cada circunstância e dele recebendo tudo, esquecendo-se de que assim terão seu valor pessoal e de membros de um corpo, esquecidos de tudo isto, ficam desejando ver fora de seus

lugares aqueles que procuram, neles, viver bem. Não é bonito isso de um homem e seria incompreensível num cristão se se perdesse de vista que ele, sendo homem, e sendo cristão, pode viver apenas enquanto homem. Porém isso em nada atinge a pessoa visada. Principalmente quando ela tem consciência de não estar ali por sua vontade própria, e compreende sua pouca probabilidade humana de correspondência à vocação, a missão sublime. Mas compreende também a força da fé "que nada invalida", como disse Jackson de Figueiredo". Seus irmãos da A. C. se fazem presentes em sua oferta e têm o dever de auxiliá-lo. Apesar de chefe é homem e arca com todo o peso da humanidade decaída, se bem que já passível de renovação no íntimo de cada um pela restauração mais maravilhosa. Todos que conhecem de perto Dr. Alceu ou o conhecem por seus livros, ou o conhecem como pessoa que recebeu uma missão da Igreja sabem de sua atitude com relação ao poder que lhe foi dado "incidente e passageiramente, como ele diz, pela mão de um bispo". Conhecem sua humildade no sentido verdadeiro da palavra — prontidão absoluta para a realização do serviço divino no lugar onde foi colocado — e sabem o quanto lhe pesa sua "exinanitio" (tão pequena em relação à de nós outros); o que é para ele a "angústia de não ser o que devia" e como sua atitude, apesar de pronta, é como a do salmista: "Conheço minha iniquidade", "meu

pecado está sempre diante de mim". O homem novo, porém, venceu plenamente o velho. Aquele cuja medida do dar e tudo dar e dar-se sem reserva, se vê sempre como quem ainda deixou de dar muito. Nossa missão, de irmãos na fé, de união na restauração do Reino, é a de colaborar com o chefe. De ver nele o Dominus, de respeitá-lo como alguém a quem a graça bastou e de fazê-lo respeitar e amar por todos. Porque procurar desvalorizar o irmão, quando principalmente tudo no mundo atual tende à revalorização, a reconstrução? Porque não vê-lo no devido lugar (*in loco pascuae*) ele é também o "esplendor da glória de Deus", a "maravilha de sua graça"? Porque pensar mal em nossos corações quando sua vida prega mais forte que qualquer palavra? Porque não estimar com justiça quem se entregou definitivamente com a máxima generosidade, com o desejo único de ir até o fim, quem sentiu até o âmago da alma o quanto "é terrível cair nas mãos do Deus vivo", do Deus que diz de si ser ciumento, que quer apenas ser servido? Uma pessoa de bons sentimentos humanos respeita os outros no plano humano. E nós, não compreendemos cousas mais elevadas?

Membros da A. C. não podemos conformar-nos com esta inversão que procura penetrar até na Igreja. E que é isso senão a prova de que o visado apenas serve a Deus e aos homens, nEle? O motivo principal de tudo é que cada qual quer ser primeiro servido e a seu modo.

Nosso presidente se identificou perfeitamente com a A. C.. Na caridade que nos une a todos, irmãos na A. C., irmãos na Igreja e mesmo aos que a ela ainda não pertencem, só desejaríamos, para a realização mais pronta do desejo de Cristo: "que eles sejam um", que todos conhecessem mais um pouco essa impressionante figura, esse homem extraordinário que consegue, francamente, viver segundo o Evangelho, sem pensar que isso lhe custa renúncias, esforços, cansaços, fadigas. Os que dele se aproximam compreendem sem grande dificuldade, que a palavra do Evangelho é vida e gera a vida. Que é possível viver buscando incessantemente a face do Senhor, mesmo nas atividades mais humanas. Que é possível angustiosamente dizer o Maranatha ansiando pelo estabelecimento do Reino e esperar o Dia da paciência, porque o Senhor, Juiz justo, não se irrita todos os dias. Que é no Sacrifício, força para a vida, irradiando nela, que se pode contemplar a excluir quase estarrecido: "Ó profundidade das riquezas, da sabedoria e do conhecimento de Deus! Como são imperscrutáveis os seus desígnios e incompreensíveis os seus caminhos.

Porém, "as verdades foram diminuídas pelos filhos dos homens". Os que seguem o Cristo onde quer que Ele vá não se abalam por estas cousas, apesar de se entristecerem por elas existirem na Igreja — família dos santos. Temos a certeza de que Dr. Alceu, apenas preocupado com o único necessá-

rio, passa acima de tudo isto, apenas diz, a quem se espante com os acontecimentos: "Peço-vos que não desanimeis com as tribulações que suporto por vossa causa, pois isto constitue vossa glória".

Com pessoa oficial na Igreja não se brinca. E a oficialização na A. C. é feita pelo mandato episcopal. Com quem foi constituído por ela para viver nas trevas "como delegado à luz" a única atitude possível é a de todo o respeito. Mesmo porque, ainda que sua pessoa nada merecesse, mereceria por aquele que o chamou.

Quando, porém, a identidade se estabelece entre o chamado e a realização na vida prática, só podemos ter a atitude do Apóstolo, que nos leva ao Silêncio, de que carecemos para ver o sentido objetivo das cousas: "Por este motivo, dobro os joelhos diante de N. S. J. C., ao qual deve o nome toda a grande família no céu e na terra, para que segundo as riquezas de sua glória, vos conceda sejais poderosamente fortalecidos por seu Espírito, segundo o homem interior".

E um dia, que será o Dia, quando tudo convergir em Cristo como sua cabeça, a verdade brilhará e definitivamente libertará. Maranatha. Então todos os confirmados na graça terão a virtude de que no início falávamos, de ver tudo e todos em seus lugares: em Deus.

A. M. (Membro da A. C.)

"DIGESTO CATÓLICO. SELECIONES" — Nos moldes do "Catholic Digest" surgiu na Argentina

uma publicação com o título de "Digesto Católico".

São artigos selecionados retirados de diversas publicações católicas, traduzidas para o espanhol e divulgados integralmente ou de modo resumido. Constitue, como anuncia a capa, "la hebra de oro del pensamiento catolico".

O espírito de seleção é algo que caracteriza o leitor moderno. Hoje procura-se na literatura não a palha retórica, mas o pensamento, a idéia, a substância, a seiva artística e literária. Gosta-se da literatura condensada. Detesta-se a literatura difusa. Prefere-se um círculo de estudo, uma conferência. Aborrece-se a vacuidade oratória. Eis porque achamos terá facil e crescente divulgação o "Digesto Católico". É uma publicação tipo século XX; para o leitor apressado e dinâmico. É o "Reader's Digest" confessional, católico, e por certo com melhor orientação que este último, realizando o espírito de síntese sem concessões ao ecletismo.

Promete o "Digesto Católico" vir em futuro breve publicado também em português. Será então mais acessível aos leitores brasileiros.

Entre muitos artigos interessantes que lemos neste primeiro número de "El Digesto Católico" queremos destacar dois: "Guerra y revolución" por Fulton J. Sheen (artigo de um teólogo, com visão "forte" da guerra); e "Artístico, pero bien sencillo" por Doran Hurley, sintetizado de "Liturgical Arts" (história humorística de um pároco,

que renovou liturgicamente a decoração de sua igreja). H. C. V.

PROFESSOR JONATHAS SERRANO — Faleceu a 17 de outubro último o Professor Jonathas Serrano, antigo colaborador desta revista. Nascido no Distrito Federal em 1885, Jonathas Serrano formou-se em 1907 pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais e ingressou no magistério secundário e superior no qual por quase quarenta anos exerceu a sua atividade. Era catedrático do Colégio Pedro II, membro do Conselho Nacional de Educação e da Comissão Nacional de Livro Didático, bem como sócio de várias entidades culturais. Entre seus escritos destacamos "Júlio Maria", "Farias Brito", "Deus o quer", "Filosofia do Direito", "Como se ensina História" e a recente "História da Filosofia" (Zelio Valverde Editor, 1944) — para não falar de vários volumes de poesia e literatura, crônicas, histórias, bem como de diversas obras didáticas justamente conceituadas.

D' "O Jornal" de 22 de outubro, secção Vida Literária, transcrevemos o seguinte artigo de Tristão de Athayde, intitulado "Serrano" e dedicado à memória daquela figura de cristão e de mestre que a cultura brasileira acaba de perder:

"Morrer na cátedra ou na tribuna, para um professor, é sem dúvida a mais bela das mortes. Foi a que Deus acaba de conceder a êsse Seu fiel servidor por toda a vida, ao nosso já hoje saudoso companheiro e amigo Jonathas Serrano.

Morreu falando, como viveu. Morreu ensinando, como viveu. Morreu fiel à sua fé na cultura e na inteligência humana, como viveu.

"Na hora em que a morte coloca o ponto final em nossa vida terrena, o homem aparece de repente como que resumido, como que sintetizado em si mesmo e dessa concentração de toda uma vida à beira do infinito que abre para a alma imortal, ressalta em nossa testa o sinal do que fomos, essa "marca" de que tanto falava Julio Maria o grande mestre e modelo do nosso Jonathas, por toda a vida. O sinal de Serrano foi, sem dúvida alguma, o do **Professor**. Eis o que domingo passado escreviamos, sem saber ainda do acidente fatal que na véspera havia colhido o nosso amigo em pleno prélio da inteligência, e que hoje nos limitamos a colocar no pretérito, já que só nos verbos é que se reflete gramaticalmente a trágica fronteira entre a vida e a morte: "O testemunho unânime das gerações que por trinta anos ouviram as suas lições é que houve raramente, entre nós, quem melhor resumisse as qualidades necessárias a um bom professor: sólida cultura geral e fundamental, conhecimento particular da matéria exposta, clareza de idéias, facilidade de expressão e amor ao ensino".

"A maioria dos homens não acerta com a sua vocação. Uns porque se enganam de caminho. Outros porque não chegam a descobrir o caminho. Outros ainda porque hesitam entre muitos caminhos ou não têm, por natureza,

vocação profissional. Não foi assim Jonathas Serrano. Foi, pelo contrário, aquele que encontrou a vocação de seu temperamento pessoal desde cedo. Nunca hesitou. Nunca se enganou. Nunca foi outra coisa senão Mestre e tudo o que disse e escreveu em toda a sua vida está radicalmente impregnado por êsse traço vocacional profundo e por essa contínua sintonização entre as suas tendências espontâneas e a sua atividade social. Se há hoje no Rio, e certamente por todo o Brasil, inúmeros lares, podemos afirmá-lo sem o mínimo exagero, sobre os quais desceu, a semana passada, uma sombra de profunda melancolia, que em muitos terá alcançado simultaneamente os pais e os filhos, — é que Jonathas Serrano deixou em consciências sem conta o sinal indelével de sua paternidade magisterial. Nasceu para ensinar. Viveu no ensino. Morreu ensinando. Nunca um dia se passou, sem que um aluno passasse por sua vida. Pois quem não era aluno em face dêsse Mestre, jamais em falta? Educava e ensinava ao mesmo tempo. Nas horas de aula e fora da cátedra, na rua, em casa, nas associações de que fazia parte, nas obras que dirigia com um zelo inexcedível. Pois nunca vi ninguém mais meticulosamente cumpridor dos seus deveres. Hesitava em aceitar os encargos, ao contrário do nosso costume tão brasileiro de tudo aceitar à primeira vista. Hesitava, digo mal. Se havia pessoa que jamais nos desse a impressão de tergiversar foi a do nosso

caro amigo morto. O que êle fazia era recusar francamente qualquer função ou qualquer encargo que não pudesse exercer com plena satisfação. Quando aceitava, porém, podíamos fechar os olhos com a absoluta certeza de que ninguém o faria melhor. Tinha uma noção do **rigor**, como nunca vi mais perfeita. Não era o mestre arbitrariamente rigoroso, que ama sâdicamente a reprovação. Longe disso. Era rigoroso em tudo que fazia. Pensava com rigor. Agia com rigor. Falava com rigor. Sabia guardar uma linha invariável de lucidez e de precisão, que tanto o tornava precioso como elemento de correção da nossa tendência tão brasileira às coisas **aproximadas**, ao **mais ou menos**, ao **dá-se um geitinho**. Quando lhe pediam que falasse dez minutos, podíamos ter a certeza de que não excederia um segundo, pois se preparava de relógio em puho. Quando falava, as palavras lhe saíam da boca tão precisas como se as escrevesse. E quando escrevia não era nunca instintivo e borboleteante ou então castigado e erudito — era claro, preciso, sempre rigoroso e correto, num estilo em que sacrificava sem hesitar o brilho, a côr ou a originalidade à precisão e à concisão.

“Falei acima de sua franqueza. No mais rápido retrato de sua fisionomia moral não podia essa qualidade deixar de figurar entre as primeiras. Perdoem-me recordar, — nesta hora de mágoa ainda tão forte, quando o nosso grande amigo ainda está tão vivo entre nós, pois a morte sem moléstia,

sem essa preparação crepuscular que nos vai habituando à separação, é um corte tão brusco que deixa, como nas amputações, a sensação viva e presente do membro perdido por muito tempo — perdoem-me recordar, a propósito da franqueza de Jonathas, um pequeno episódio que se passou entre nós na segunda-feira da semana passada. Se há fatuidade no que vou referir, desde já invoco a atenuante da intenção de louvar o amigo morto e não de beneficiar de suas palavras ainda quentes no meu coração saudoso e agradecido. Conversava no Conselho de Educação, com o P. Leonel Franca quando Jonathas chegou e dirigindo-se a nós foi logo dizendo: “De tudo o que você escreveu, em sua vida, só gostei francamente de umas cinco ou seis coisas, inclusive da “Casa Azul”, do “Latim” e do artigo de ontem sobre o Padre Ducattillon. O P. Franca está rindo do meu “sans gêne”, mas você sabe que sou assim mesmo e não leva a mal”. Falava assim arregaçando os lábios e naquela voz estridente que parecia pouco adequada ao ensino e que foi mais uma prova, junto aos traços sulcados de sua face prematuramente envelhecida, que em Serrano o que fazia o professor incomparável, o mestre que moldou de perto gerações e gerações de almas adolescentes, era única e exclusivamente o admirável teor da inteligência, lúcida e transparente, o caráter ilibado, a fé religiosa nunca hesitante ou dúbia, o desvelo ilimitado pela obra educativa, pela formação da mocidade.

“Serrano ensinava “de tudo”, como se diz. Era capaz de dar uma aula, e uma aula **excelente** como o podem testemunhar **milhares** de alunos que passaram por suas mãos de incomparável modelador de espíritos jovens e adultos, era capaz de dar uma aula tão magnífica de História do Brasil sua cadeira e sua especialidade, como de filosofia, de francês como de latim, de português como de sociologia. Acredito que chegasse a poder até ensinar matemática ou ciências naturais. Tinha-se a impressão, com o nosso Serrano, que nada do que ele tinha aprendido uma vez lhe saia jamais da memória. Suas citações latinas eram ilibadas. Suas datas sempre certas. Suas argumentações tão logicamente inabaláveis como suas recordações de fatos e episódios. Não era um espírito original ou criador, embora tivesse também tentado, na sua vasta obra literária, tanto a poesia como o romance. Era um espírito crítico e didático. O único ponto em que não concordávamos era justamente êsse, do problema estético. De modo que mais de uma vez me disse: “Publiquei uns versos, mas não mando a você”!

Aliás, na grande largueza de seu espírito de crente, mas que vai buscar os seus valores onde os encontra, tinha como mestre de estética ao impio Guyau. E isso nos leva a outro traço da fisionomia moral de Serrano. Era o oposto do sectário. Nele a Fé religiosa, — que nunca vacilou, que o acompanhou da infância até à

morte, que foi a grande luz que lhe dava aquela extraordinária **serenidade** que irradiava de sua presença pessoal como de todas as páginas por êle escritas ou de todas as lições por êle proferidas — nele a Fé religiosa não foi uma conquista laboriosa ou uma iluminação súbita. Foi uma luz interior nunca apagada, nunca atenuada, que jamais deixou de iluminar a sua alma e tudo nele dispunha num admirável equilíbrio de massas e sombras, sem qualquer exagero, sem qualquer desordem, sem qualquer sinal de angústia ou de aventura. Podíamos tomar como divisa de sua obra aquele pequeno sub-título que colocou à página 101 do seu livro "A Escola Nova", de 1932, que será talvez o mais significativo de todos os que escreveu: "nem extrema esquerda, nem extrema direita". Era por natureza anti-extremista. Nem reacionário. Nem revolucionário. Tudo procurava ver e tudo via, como que sem esforço nenhum ao menos aparente, à luz de um equilíbrio, de uma distribuição de valores que foi talvez o traço mais permanentes de sua figura e de sua ação. Dava, a êsse mesmo livro, um sub-título também muito significativo: "uma palavra serena em um debate apaixonado". Foi assim a vida inteira, jamais perdendo a calma e serenando sempre os debates mais apaixonados. Como sempre no que fazia Serrano, não havia melhor explicação para o que era realmente aquele livro e para o que era realmente êle próprio. Se admirava tão profundamente o

P. Franca é que nele via o modelo dessa virtude que tinha como **viscerais** em seu temperamento. E que o tornavam, simultaneamente, um amigo e extremo defensor tanto da tradição como do progresso. Amigo da tradição, mostrou que o era, — não só pela invariável fidelidade à Fé Católica, que é a própria tradição viva da Verdade, sem uma solução de continuidade desde a origem dos séculos até à Parusia final, — mas ainda pela escolha da História como sendo a matéria preferida de todo o seu carcaz de flechas didáticas. Seu compêndio de "História do Brasil", como aliás os seus dois outros compêndios de "Filosofia do Direito" e o mais recente de "História da Filosofia", é sem exagero algum — modelar. Professor nato como era, ainda escrevendo romance ou poesia, fazendo crítica literária, como por alguns anos fez na "Ordem" ou apostolado de cinema, como o vinha êsses últimos anos fazendo numa organização exemplar, de que era realmente **a alma**, como se diz, — professor nato, tudo o que escrevia vinha repassado por êsse espírito de clareza e de comunicação que se reflete nesses seus três admiráveis compêndios ou nessa outra Antologia de escritores brasileiros, que nos dava há dois anos, diferente das demais e excelente pela escolha criteriosa e pela sua atualidade. Pois se era um grande amigo da tradição, se cria segundo as normas da Fé mais imemorial, se pensava segundo a lógica mais rigorosa do silogismo aristotélico, se agia segundo as

normas mais seguras do bom senso e da experiência das gerações anteriores, — era simultaneamente, sem o mais leve vislumbre de oposição ou de contradição, um amigo de tudo que fosse progresso e renovação. Lembro-me de um concurso de literatura, na então Escola Normal, quando era subsecretário da educação municipal com Fernando Azevedo, como secretário geral e em que me forçou amigavelmente a examinar. Tendo havido entre mim e um dos candidatos um debate qualquer em torno do problema do progresso, em que eu sustentava uma teoria **pendular** do progresso, depois da prova me disse Serrano: “Pois eu acredito na teoria **espiral** do progresso. Não aceito, evidentemente, o progressismo indefinido dos evolucionistas, mas creio firmemente numa ascensão gradativa da humanidade para estádios cada vez mais altos de civilização, através de todos os regressos periódicos ou parciais, mas dentro de uma linha espiral coletiva, de ascensão crescente para a volta a Deus”.

“Assim se exprimia, há doze anos, o querido e saudoso amigo de tantos anos. Talvez por isso é que se referiu ao artigo sobre Ducattillon. Jonathas sempre foi, no seu invariável equilíbrio intelectual e moral, um defensor extremo do Progresso e da Liberdade. Em todos os seus livros e e em toda a longa **Lição** de sua vida — pois sua vida foi uma **Aula Permanente** — o que sempre ressalta como nota característica é justamen-

te esse equilíbrio entre Tradição e Progresso, entre o Passado e o Futuro, entre a Liberdade e a Autoridade, que caracteriza em nosso tempo a obra de um Maritain, de que Jonathas foi sempre um entusiasta, e que é a própria nota central, por assim dizer, do próprio catolicismo. E quem melhor do que Serrano foi entre nós o representante do que o espírito católico tem de mais característico, psicológica e historicamente, que é essa composição entre os extremos, sem cair em nenhum e sem se deixar vencer pela mediocridade ou pelo ecletismo? Esse equilíbrio essencialmente católico de sua vida e de sua obra, jamais desmentido, jamais inquieto, jamais oculto, nunca o levou a atitudes dúbias ou a composições mornas com o erro. Está mesmo nesse ponto mais um dos grandes e imperecíveis exemplos que nos legou esse inesquecível educador patricio. A muitos parece que só a violência marca, que só o exagero convence, que só a extravagância conquista. Está mesmo nisso a origem desse sinal distintivo da psicologia dos nossos tempos, que vai desgraçadamente marcando tantas consciências, em todos os setores e em todos os continentes — o **Fanatismo**. Se o século XIX, pecou por excesso de Moderação e Compromisso, essência de todo Liberalismo, — o século XX está chafurdado em pleno Fanatismo, que bem marca o veneno interior e exterior que extua do seu totalitarismo, sob todas as suas faces, por vezes tão imprevisíveis.

“Pois bem, êsse grande católico e êsse grande brasileiro — que há poucos dias desceu ao túmulo e subiu aos céus da imortalidade cristã e da saudade de tantas gerações de discípulos e amigos — êsse homem equilibrado e preciso, que nada fazia fora de hora ou de propósito, foi um modelo vivo de que o Fanatismo e a Fé verdadeira são duas coisas antitéticas. Foi um modelo de Moderação e de Temperança, em tudo, sem jamais perder a sua inquebrantável confiança da supremacia da Virtude e na vitória final do Bem. Basta recordar, a êsse respeito, as duas grandes admirações de sua vida, que se traduziram também em duas magníficas biografias — Julio Maria e Farias Brito. Lembro-me ainda do entusiasmo com que Gustavo Capanema saiu da conferência de Jonathas na série “Os grandes Mortos”. “Foi, dizia êle a mais bela e a mais calorosa de todas as nossas conferências”. E’ que Jonathas via, em Farias Brito, a alma generosa em marcha para a Verdade e embora apenas a vislumbrasse ao longe, no horizonte de suas incertezas, dirigia-se para ela com um fervor, que se traduzia nas mais insignificantes de suas páginas de filosofia, sempre impregnada de um amor ao Ideal, em que Jonathas via o sinal da lâmpada divina nunca apagada e em vésperas de se reacender mais viva ainda. Quanto a Julio Maria foi, por assim dizer, o herói da vida de Jonathas. Foi a sua grande paixão espiritual. Foi o seu modelo contínuo. Seu livro sobre êsse extra-

ordinário convertido, homem que se torna tanto mais **atual** quanto mais passam os anos, é uma das mais belas biografias que já se escreveram no Brasil, justamente pela afinidade profunda que Jonathas encontrava entre a alma de fogo do grande redentorista e a sua própria alma. O equilíbrio, a ponderação, a euritmia, o bom senso invariável na vida e na obra de Jonathas Serrano, nunca chegaram a tolher sequer o fogo de suas convicções profundas. Seu exemplo é, justamente por isso, dos mais dignos de ser imitado e seguido, pelas gerações vindouras. Na hora em que o espírito de **Sectarismo** invade o mundo e perturba as concinências mais bem formadas, em todos os setores, a morte de Jonathas Serrano vem pôr em relêvo, providencialmente, êsse exemplo admirável de conciliação natural e profunda, sem esforço, sem artifício, entre a fidelidade mais indubitável aos Dogmas da Tradição Católica e a entrega mais fervorosa à renovação da sociedade, pela Liberdade, pela Justiça e pela Virtude.

“Jonathas faleceu no mesmo dia em que há dois anos levamos ao túmulo o nosso grande D. Leme e no mesmo mês em que, há, um ano, também nos despedíamos do nosso grande Wagner Antunes Dutra. Entre a grandeza daquele por todos conhecida e a grandeza, por tão poucos conhecida, dêsse último, repousa agora êsse amigo que Deus nos levou no mesmo mês do Rosário, e que vai agora aguardar a Ressurreição dos mortos, no cemi-

tério de S. João Batista, como nos recorda um admirável poema do poeta uruguaio Dimas Antuña sobre a morte de Wagner Dutra, junto à **Voz do Deserto** que chamou a atenção dos homens para a Presença do Messias.

“Jonathas Serrano descansa das suas lides de professor. E agora são os corações agradecidos de inúmeros adolescentes, de ambos os sexos, e também de muitos adultos, nos quais lançou a boa semente do saber e da virtude, que vão florescer na messe magnífica que devem ao bom semeador. A morte do grão é que produz as grandes messes, nos ensinam as Sagradas Escrituras. A morte do semeador vai tornar ainda mais fecundos os terrenos em que êle semeou. Por tudo seja Deus louvado!”

CONGRESSO DE A. C. DE UBERABA — Realizou-se em Uberaba, Minas Gerais, de 4 a 8 de setembro último, o Primeiro Congresso Diocesano de Ação Católica daquela cidade. Diocese sufragânea de Belo Horizonte, vem desse modo Uberaba acompanhar aquela sede metropolitana cujo congresso provincial alcançava tão grande êxito há exatamente um ano.

Presentes Dom Antônio dos Santos Cabral, arcebispo de Belo Horizonte, Dom Hugo Bressane de Araujo, bispo de Guaxupé, Dom Luiz de Sant'Ana, bispo de Botucatu, sacerdotes, religiosos e leigos de várias cidades e estados, abriu-se o Congresso a 4 de setembro às

19 horas, na Catedral de Uberaba. Exposto o Santíssimo falou o P. Juvenal Arduini, vice-reitor do Seminário São José. Deu a benção Dom Alexandre Gonçalves do Amaral, bispo de Uberaba e assim teve início o Congresso.

No dia seguinte Dom Alexandre celebrou na Catedral missa do Espírito Santo, com a presença dos congressistas, das associações religiosas e dos fiéis em geral. Seguiram-se as preleções e círculos de estudo do programa, tendo falado entre outros Dom Martinho Michler, do Mosteiro de São Bento do Rio, P. Orlando Machado e Frei Sebastião Tauzin, O. P., de Belo Horizonte, Dr. Alceu Amoroso Lima, Presidente Nacional da A. C.. Às 19 horas do mesmo dia houve uma sessão solene no Cine Metrópole, com grande afluência. Falaram Dom Alexandre, Dr. Milton Grandinetti, saudando as autoridades, Dr. Amoroso Lima, conferência “Noção de Ação Católica” e novamente Dom Alexandre encerrando a sessão.

No dia 6, missa celebrada por Dom Hugo e dialogada pela Juventude Feminina e pela Liga Feminina da A. C., preleções e círculos de estudos, tendo falado entre outros Mons. Leovigildo Frânca, desta arquidiocese, e Frei Rosario Joffily, O. P., de S. Paulo. À noite, sessão solene. O Dr. Sebastião Fleury saudou o episcopado e o clero e Dom Hugo apresentou uma magnífica conferência sobre os salmos.

No dia 7, missa cantada pelo

P. Armênio Cruz, acompanhada em gregoriano pelas moças da J. F. C.. Durante o dia, aulas e círculos de estudos e à noite, sessão solene, tendo o Dr. Sebastião de Souza saudado o Santo Padre Pio XII. Dom Antônio fez uma conferência, tendo a sessão terminado com palavras de Dom Alexandre.

O Congresso encerrou-se com missa pontifical no dia 8, celebrada por Dom Antônio, tendo pregado ao evangelho Dom Frei Luiz de Sant'Ana, antigo bispo de Uberaba.

Tal foi o desenrolar do Congresso de A. C. de Uberaba. O discurso inaugural de Dom Alexandre e o "mistério" que publicamos em nosso último número são dois aspectos desse grande acontecimento que vem constituir mais um passo avante na recatolização do Brasil, na restauração entre nós de uma vida cristã autêntica. Que os seus frutos sejam abundantes e que muitos outros congressos como este se realizem por toda a terra de Santa Cruz para maior glória de Deus e da Santa Igreja.

WAGNER DUTRA — Há um ano adormecia no Senhor essa figura inesquecível de cristão, de irmão e de amigo a quem tanto devem a Coligação Católica, o Centro Dom Vital e a nossa revista. Wagner Dutra, que soube ser tanta coisa com tão pouco consumo de gestos e atitudes, como tão bem nô-lo evoca o poema de Dimas Antuña que o nosso diretor traduziu,

vive hoje entre nós de maneira muito forte pela comunhão dos santos. Os seus amigos reuniram-se na capela da Coligação para a missa de aniversário celebrada por Dom Clemente Gouveia Isnard, O.S.B., um dos muitos que ele conheceu ainda estudantes no século e cuja mão ele iria beijar mais tarde com reverência. E nada exprime melhor o espírito com que eles se reuniram em torno do altar para a celebração eucarística do que a oração coleta da missa de aniversário dos defuntos, em que se pede para "aqueles que nos precederam com o sinal da fé" o "lugar de refrigerio, a bemaventurança do repouso e o esplendor da luz".

"O QUE MARITAIN SIGNIFICA PARA NÓS" — D'"O Lampa-dário" de Juiz de Fora, número de 2 de dezembro último, transcrevemos o seguinte artigo do sr. Fábio Alves Ribeiro, aparecido sob o título "O que Maritain significa para nós":

"Querendo diminuir o esforço dos que trabalham pela difusão das idéias de Maritain e pela sua defesa contra as acusações de que às vezes é alvo, os adversários do filósofo afirmam que para seus amigos ele é um mestre **infalível** no seio da Igreja, mestre cuja palavra não pode admitir contradição.

"Outros, que em geral não figuram propriamente entre seus adversários, procuram inculcar a idéia de que Maritain, afinal, é um pensador como tantos outros, sem nada de particular que explique a

dedicação e o entusiasmo com que o defendem e propagam os seus admiradores do Brasil e do estrangeiro.

“Nunca se sustentou porém, como querem os primeiros, que Maritain não possa errar. O “dogma da infabilidade” de Maritain não passa de um triste expediente inventado pelos seus adversários para melhor impressionar os leitores e melhor lhes conquistar as simpatias ainda que à custa de uma inverdade dessa ordem, jamais comprovada por um texto sequer.

“Da mesma forma nunca se afirmou que Maritain é intangível, que suas idéias nem mesmo podem ser discutidas. Como afirma Helen Iswolsky em “Antes que a noite chegasse”, ninguém está mais longe de ser um Fuehrer ideológico, ninguém sabe melhor ouvir e compreender as idéias alheias do que Maritain. Isso de dizer que o chefe nunca erra, que ele nunca deve ser discutido, não se pode referir por certo aos amigos do filósofo francês, uma vez que estes passam por liberais, tolerantes, excessivamente compreensivos. E sim aos seus adversários, quase sempre recrutados entre os admiradores dos governos autoritários e farisaicamente cristão, como o de Franco ou o finado regime de Pétain, nos quais predomina a mentalidade totalitária e pro-nazi da confiança absoluta nos chefes nacionais.

“Contra os segundos, devemos afirmar porém que Maritain não é de modo algum um pensador **como os outros**, pois tem para nós uma significação especial, não só pela

pureza de sua doutrina especulativa e prática, na qual se revela discípulo fiel e profundo do Doutor Angélico, como pelo exemplo humano e cristão que ele representa no mundo contemporâneo. Maritain não é apenas um grande filósofo. E’ também um **cristão**, um testemunho incansável da doutrina e da vida que Cristo veio trazer à humanidade.

“É daí que vem a sua importância no moderno esforço pela renovação da vida cristã. Como tomista autêntico ele sintetiza para nós a obra dos discípulos do Doutor Comum da Igreja no esforço pela formulação intelectual do mistério revelado e pelo estabelecimento da “linguagem” típica do cristão. Como cristão ele constitui um exemplo muito caro, principalmente para nós, leigos, de testemunho da fé em todos os setores da existência, na vida privada, na cátedra, na vida pública e social do mundo. Em toda a parte Maritain tem sido sempre um **filósofo cristão** e em vão se tentaria nele separar a metafísica da filosofia moral, o pensamento puramente **especulativo** daquele que criticou Bergson, Lutero, Descartes, Rousseau e estabeleceu uma filosofia tomista da arte ou estudou os graus do saber, a filosofia da natureza e a filosofia do ser — do pensamento **prático** (“especulativamente prático”) do autor de “Du régime temporel et de la liberté”, “Humanisme intégral”, “Les droits de l’homme et la loi naturelle”, “Christianisme et démocratie”, e do recente “Principes d’une politique humaniste”.

"Muitos lamentam que Maritain houvesse deixado o "céu azul da metafísica" para se envolver nos debates em torno da ordem temporal da cristandade. Nós porém só nos podemos regozijar com isso pois ele o fez estritamente como filósofo cristão e testemunhando o Cristo no terreno prático, Maritain não traiu nem diminuiu os princípios a que sempre havia sido fiel, muito pelo contrário, esses princípios encontram a sua expressão mais cristalina na democracia personalista apresentada pelo filósofo.

"E' pela pureza humana e sobrenatural de sua obra que Maritain, em face do moderno esforço pela renovação da vida cristã, aparece como uma figura sob muitos aspectos singular. Para os que trabalham no movimento litúrgico ou na Ação Católica, Maritain não pode ser um mestre entre tantos outros, ou um mestre conhecido de longe. Justamente porque ele deu no plano da cultura e da civilização o testemunho muito puro de um cristão autêntico, é que a sua mensagem assume um caráter de importância excepcional não apenas para os que trabalham pela restauração tomista, mas ainda para os que exercem sua atividade apostólica na Ação Católica e no movimento litúrgico. E não se compreende que estes possam ignorar-lhe a obra ou permanecer indiferentes ou até certo ponto hostis em face dela. Não. Cabe-lhes assimilá-la com amor, pois nela encontrarão, no plano das incidências espirituais sobre a vida temporal e cultural, o guia seguro

que em vão buscariam nos "vitalismos", nos existencialismos e nos mestres do neo-platonismo, — por mais fascinante ou por mais digna de admiração que a obra deles possa ser, do ponto de vista da ciência positiva".

MAX JACOB APRISIONADO PELOS NAZISTAS — Max Jacob nasceu em Quimper, em 1876. Amigo de Guillaume Apollinaire, foi com este uma das figuras centrais do modernismo francês. Ao "Calligrammes" de Apollinaire, que é de 1918, corresponde "Le Laboratoire Central" de Max Jacob, aprecido em 1920. Tendo chegado ao Cristo e à Igreja em 1915, Max Jacob contou a história da sua conversão em "Le Christ à Montparnasse".

A influência literária e intelectual de Max Jacob foi pequena. Desde 1921 que ele vivia retirado da vida intensa das letras e das artes, à sombra da basílica de Saint Benoit sur Loire. Agora chegamos a notícia da sua morte durante a ocupação da França pelos nazis. Mas se ele pouco contou na vida artística e intelectual de seu país e do mundo nesses anos decisivos do "entre as duas guerras", grande e pura foi sem dúvida a influência, muitíssimo mais preciosa que ele exerceu no plano da vida espiritual, atravez a oração e o sacrifício. E' o que se evidencia na notícia, divulgada pela Revista d'"O Jornal" de 20 de agosto último sob o título "O assassinato de Max Jacob". O autor começa reportando-se à vida do poeta em Saint Benoit sur Loire:

“Era adorado pelos habitantes da pequena cidade aquele que, de início, parecera um excêntrico. Deveriam, depois, reconhecer nele uma criatura de exceção, de bondade e afabilidade sem igual. Seus olhos, sempre reluzentes do fogo da malícia, povoavam-se de imagens maravilhosas: — tudo quanto via renovava-se incessantemente. Nunca acreditou no tédio. Mas foi principalmente nos últimos anos que a verdadeira natureza de Max Jacob se revelou. Aquele espírito, ou melhor, aquela causticidade que o tornára às vezes temível, abrandaram muito: — as perseguições de que eram alvo os judeus, o luto, a prisão de vários membros de sua família, tinham-no atingido profundamente, e se dissimulava a dôr aos olhos dos mais chegados, nem por isso sofria menos. Mas aceitava seus sofrimentos com submissão cristã que provocava a admiração de todos. Submissão, certamente, e não resignação.

“Era Max Jacob um homem iluminado pela mais adorável e contagiosa fé.

“Numa estampa de primeira comunhão, que oferecera a uma menina, escrevera: — “ofereço meus sofrimentos, os sofrimentos da minha raça, pela conversão de minha irmã e dos meus”...

“Ante a Virgem de alabastro da Basílica era frequentemente visto, em oração; ou ante os passos do Caminho da Cruz. Ajudava à missa e comungava todas as manhãs, e sua fé motivou numerosas conversões à sua volta.

“Essa fé aliada à seu comporta-

mento e sua vida pousada e dedicada ao espírito fizeram mais que os melhores argumentos.

“Viera descobrir a Virgem de Fátima e apaixonára-se pela literatura, tão ingenua quanto confortadora, a que essa aparição dera lugar. Lia diariamente a “Introdução à vida devota” concluía suas meditações. Enquanto os bibliófilos disputavam suas obras, não tinha uma, sequer, em seu poder. Fora, pois, **em plena glória literária** que Max Jacob, poeta ilustre, pintor aquarelista e músico de grande talento, se retirára para Saint Benoit. Por espontânea vontade. Nada mais o interessa além do seu progresso espiritual, era o que ele próprio dizia. Essa renúncia deveria resultar na maior humildade.

“Max Jacob vivia numa pobreza quase total. O dinheiro que recebia quando levava alguém a visitar a Basílica (e com que maravilhosos comentários acompanhava essa visita) — entregava-o todo ao padre.

“Esse poeta, cuja reputação era precisamente a de ser um “espírito complicado”, tornara-se puro como uma criança. Mas não conseguira se desfazer da amizade. Essa continuara a ser sua grande, sua única paixão humana. Mantinha com seus antigos amigos e com grande número de jovens poetas considerável correspondência. Cada carta, escolhida dentre muitas, era uma obra prima de atenção afetuosa e humor. Mas o que essa amizade visava especialmente, não tardaria êle a revelar: — queria provocar conversões, dividir os tesouros espirituais de que se quei-

xava ter sido tão pesadamente dotado.

“Desde o princípio do ano que as desgraças começaram a se acumular em torno dele. Tornou-se mais preocupado, mais confiante também. “Se fosse detido, morreria”, dizia frequentemente aos que lhe manifestavam suas apreensões, e acrescentava: — “Quisera morrer antes daqueles a quem amo, para que me pudessem enterrar”. Esse voto não se consumou.

“Max Jacob morreu só, completamente só, sem um amigo sequer ao seu lado. Morreu após cruéis sofrimentos, do qual o mais penoso haveria de ser essa solidão que tanto temera. Na sinistra Cité de la Muette, em Drancy, a 5 de março de 1943, às 21 horas e 30, Max Jacob entregou a Deus a alma que de há muito lhe oferecera e que muitos sofrimentos, meditações e preces tinham pacificado.

“Quando se fizer toda a verdade sobre os últimos momentos do poeta e sobre as sevícias que provocaram, em oito dias, a morte desse ancião ainda tão robusto, nessa fria prisão tão propriamente chamada “de la Muette”, meditar-se-à ainda melhor sobre a infâmia desse novo crime alemão.

“Foi a 24 de fevereiro, às 11 horas, que o martírio começou: — um carro da Gestapo parou em frente à sua porta. Nessa mesma noite, estava em Orleans e três dias depois, no Drancy. Fez-se mistério em torno de sua pessoa. Max Jacob sofreu seguramente todas as provações com sublime aceitação.

“Alguns dias antes de sua prisão, dizia, em confidência a um amigo: — “Tenho em meu poder minha confissão geral. Se morrer sem assistência da religião, espeso que um padre a possa ler e serei, então, absolvido”.

“Essa morte, que assim lhe estava preparada, Max Jacob a presentiu. No registo da Basílica, assinara o seguinte, após visitá-la em companhia de um dos seus amigos poetas, cinco dias antes da prisão, quinze antes da morte: — “Max Jacob — (1921-1944)”.

“Era a simplicidade, a gentileza e a coragem em pessoa.

“Fôra eu visitá-lo com um infeliz rompanheiro, livréiro e poeta, desde então preso e deportado para a Alemanha, após seis meses de incomunicabilidade. Ao findar a refeição, no hotel onde aimoçávamos, vários indivíduos proclamavam conceitos anti-semitas. Ao sair, Max Jacob dirigiu-lhes a palavra:

“Poderiam permitir, senhores, “que eu lhes desse um aperto de “mão? E que Deus perdôe a todos os senhores!...”

“Garcia Lorca, Saint Pol-Roux, Max Jacob — a poesia, aquela contra a qual se encarniçam sempre os mesmos carrascos.

“O grande amigo, o maravilhoso amigo de Max, Guillaume Appollinaire, que morreu pela França, previra o assassinato do poeta. Os poetas são deportados, torturados, assassinados, porque representam o bem contra o mal, a vida e a virtude contra a tolice e contra a for-

ça a serviço da brutalidade. Poetas, senhores da linguagem, nossa esperança, apesar de tudo, há de nos ajudar a repudiar o sol de

chumbo que pesa sobre a França, enquanto sob a Alemanha submetida, vagueia um terrível céu de fogo!"

AÇÃO CATÓLICA

Órgão da Ação Católica Brasileira

Diretor:
Alceu Amoroso Lima

Censor Eclesiástico:
Pe. Leonel Franca S. J.

Número avulso Cr\$ 1,20

Assinatural anual Cr\$ 15,00

Redação e Administração

Praça 15 de Novembro, 101 - 2.º and

Caixa Postal 249

RIO DE JANEIRO

Livros

SALVADOR M. DANA MONTAÑA — Las ideas políticas de José Manuel Estrada — Santa Fé (R. Argentina) — Imprenta de la Universidad — 1944.

O livro de que agora damos notícia estuda o pensamento político do mestre argentino, disperso em escritos, aulas e conferências, exposto neste trabalho de modo metódico. A intenção do autor — um estudioso de questões políticas e sociais — foi facilitar a compreensão da obra de Estrada por aqueles que não lhe podem compulsar a obra original. O seu livro veio em boa hora e devemos concordar inteiramente com o sr. Dana Montaña quando escreve que “la necesidad actual de arraigar en la conciencia argentina una doctrina política sana, solida, verdadera y nacional, es decir, adecuada a nuestra tradición, necesidades e idiosincrasias nacionales, para precaver al pueblo argentino de los peligros fatales de los sofismas políticos de la época y de los sistemas de importación, halla en Estrada, más que un guia seguro, un maestro infalible de la Ciencia política”. (pag. 13)

Compreendendo a verdadeira liberdade, sua doutrina é anti-tota-

litária. Não obstante combate o liberalismo demagógico, esse liberalismo de consequências históricas lamentáveis, que promoveu o absolutismo das massas e foi impotente para garantir os direitos essenciais da pessoa humana: “He dicho hace pocos dias que Estrada debe contarse entre los amigos y defensores de la libertad, y no entre los amantes y explotadores de la misma, que son los demagogos (...)” (pág. 230)

O trabalho do sr. Dana Montaña será lido com agrado pelas pessoas que se não deixaram infestar pelo virus totalitário. Será proveitoso para todos os que de boa fé cultuaram o mito do estado-total, vendo nele talvez o reinado da Ordem, da Autoridade e da Religião. Será proveitoso para mostrar que amar a liberdade não é cair no liberalismo. E que a formula revolucionária “liberdade, igualdade, fraternidade” é de origem evangélica, ainda que tenha sido deturpada pelo naturalismo e utilizada pelos demagogos. A democracia de Estrada não conduz ao comunismo porque seu conceito de igualdade é cristão e enraizado em princípios filosóficos sadios, diferenciando essencialmente da pseudo-igualdade é cristão e enraizado em naturalista e materialista.

Oxalá tenha este livro a mais ampla divulgação.

H. C. V.

LIVROS RECEBIDOS

Salvador M. Dana Montaña — Las ideas políticas de José Manuel Estrada. Imprenta de la Universidad — Santa Fé, 1944.

D. José Becker, Arcebispo de Porto Alegre — A Sagrada Eucaristia. Trigésima segunda Carta Pastoral. Porto Alegre, 1944.

Aluizio Medeiros — Mundo Evanescente (Poemas) s/e. Fortaleza, 1944.

Vanina — Corse indomptable, école de liberté. Col. Images Françaises Rio, 1944.

Pe. Carlos Ortiz — Presença. ed. Flama. S. Paulo s/d.

D. F. de Aquino Corrêa — A Educação dos Filhos (Carta Pastoral) s. S. Paulo, 1944.

Enrique Benitez de Aldama — Varsovia en Llamas. ed. Bezeta, Buenos Aires, s/d.

Departamento Nacional do Café — O café segundo a produção exportável (Est. de Minas Gerais). Rio, 1943.

Pedro Pernambuco Filho — Venenos Sociais. ed. do Serviço de Educ. Sanitária, M.E.S. Rio, 1942.

Cunha Lopes — Tabagismo. ibid. M.E.S. Rio, 1942.

Jamesson Ferreira Lima — Unidade de Pensamento e de Ação. s/e. Recife, 1944.

Escola Nacional de Música — A Escola Nacional de Música e as pesquisas do folclore musical no

Brasil. ed. do Centro de Pesquisas Folclóricas. Rio, 1944.

REVISTAS

Abside. vol. VIII n.º 2 e n.º 3, México D. F. — **Arquivos do Instituto de Direito Social**. vol. IV, n.º 2, Agosto de 1944, S. Paulo — **Asociacion de Niños Católicos**. Setembro de 1944, Buenos Aires. — **Boletim Oficial de la Accion Catolica Argentina**, Maio a Agosto de 1944, Buenos Aires. — **Boletim Oficial de la Accion Católica Chilena**, Junho-Julho de 1944, Santiago. — **Boletim da A. E. C.**, Julho de 1944, Rio. — **Brotéria**, Abril a Julho de 1944, Lisboa. — **Critério**, 13 de Julho a 5 de Outubro de 1944, Buenos Aires. — **Digesto Católico**, Setembro de 1944, Buenos Aires. — **Dom Vital**, Outubro de 1944, Recife. — **Engenharia**, Setembro, Outubro e Novembro de 1944. São Paulo. — **Estudios**, Junho, Julho e Agosto de 1944, Santiago. — **Estudios**, Julho e Agosto de 1944, Buenos Aires. — **Estudos**, n.º 2, Porto-Alegre, 1944. — **J.U.C.**, Setembro de 1944, S. Paulo. — **Lumen**, Abril, Maio, Julho, Agosto de 1944, Lisboa. — **Nossa Vida**, Agosto e Setembro de 1944, Rio. — **Revista Bíblica**, Julho-Agosto e Setembro-Outubro de 1944, La Plata. — **Revista Javeriana**, Fevereiro-Março e Abril-Maio de 1944, Bogotá. — **Revista Pedagógica**, Agosto de 1944, Bogotá — **Revista Penal y Penitenciaria**, Outubro-Novembro-Dezembro de 1944, Buenos Aires. — **Revista de la Universidad Católica del Peru**, Maio-Junho 1944, Lima. — **Serviço Social**, Se-

tembro de 1944, S. Paulo. — **Solidariedad**, Julho, Agosto e Setembro de 1944, Buenos Aires. — **Sic**, Maio-Julho-Julho de 1944, Caracas. — **Sur**, Julho, Agosto e Setembro de 1944, Buenos-Aires. — **The New Scholasticism**, Julho de

1944, Washington, D. C. — **Traço de União**, Setembro de 1944, Rio. — **Verbum**, Setembro de 1944, Rio. — **Vida Nueva**, Julho de 1944, Santiago. — **Vozes de Petrópolis**, Julho-Agosto e Setembro-Outubro de 1944, Petrópolis.

Correspondência

UM LEITOR (Garanhuns, Pernambuco) — A carta abaixo transcrita foi dirigida ao Redator-Secretário desta revista:

“Embora lamentando o atraso com que “A Ordem” sempre aqui chega, não é sem alegria e consolação que leio artigo por artigo.

“Graças a um amigo em Belo Horizonte pude acompanhar os debates em torno desta figura universalmente valiosa, que é Maritain, de quem tive conhecimento mais profundo através de um **beneditino** europeu Dom Daniel Feuling e depois pelas traduções dos três livros “Vom Leben des Geistes” (tradução de Thomas Michels, **monge** da abadia de Maria Laach), “Die Zukunft des Christenheit” (Humanismo integral, tradução de Walter Imhof) e “Vonder Christlichen Philosophie” (traduzido e editado pelos **beneditinos** da Abadia de Seckau, Austria).

“Nunca ouvi falar na Europa nos tais erros de Maritain apontados pelos seus “não admiradores” do Brasil. Não foi pois, sem certa curiosidade que procurei adquirir “Os Direitos do homem” e lê-los vagorosa e severamente. Felizmente o ilustre Sr. Secretário, como o R. Pe. Tauzin souberam defender tão magistralmente e oportunamente o filósofo de Meudon.

“Como ainda há muitos espíritos que não conhecem Maritain, e influenciados por seus “não admiradores”, chegam mesmo a pregar em público as propaladas “heresias” do pensador francês, lembrei-me agora de lhe lançar a idéia da publicação dos seus artigos, do Pe. Tauzin, Tristão de Ataíde, etc., em um volume só, que serviria não só de maior difusão da doutrina do filósofo em questão como seria também uma homenagem que os católicos do Brasil prestariam àquele “cujo maior título de glória é ser discípulo fidelíssimo do Doutor Angélico e filho amoroso de nossa Santa Madre Igreja”.

“Aqui fica minha humilde sugestão.

“Cumprimenta-lhe na caridade de Xtº, etc.”.

Agradecemos as informações de V. S. pelas quais verificamos o interesse dos monges beneditinos na fusão da obra de Maritain nos países de língua alemã. Também agradecemos a idéia da publicação conjunta dos trabalhos em defesa do filósofo, sobretudo os mais significativos, como o do P. Tauzin ou o de Tristão de Athayde. A sugestão de V. S. será examinada com simpatia e acreditamos que a sua realização será do maior proveito para todos.

DR. ARTHUR DE VASCONCELLOS (De São Paulo) — Escreve-nos: "Ao agradecer a notícia dada à publicação do meu trabalho "Pro Juventude Brasileira", inserta no vol. n.º 45, correspondente ao ano XXIV, o que faço penhoradíssimo às demais referências a meus escritos anteriores, não posso deixar de me referir com o meu reparo à que, agradecendo com esta carta, o autor dela "F.A.R.", a páginas 417 tem, também o seu reparo impropriamente atribuído a uma falta minha.

"A tese, se propriedade de tese tem esse trabalho, como nele se diz e se escreve é primária, derivante da Escola Mixta Rural Primária, da Aldeia de Carapicuhya. Editei esse trabalho para dar às crianças da população rural, como assim o apresentei, e portanto não elevado no sentido dos seus assuntos como nada filosófico porque, os leitores — criança dos campos — não o entenderiam.

"Como entende o snr. crítico, eu deveria, entrar precisamente, em doutrina elevadamente religiosa, muito séria, muito delicada, que só, em retiros religiosos por doutos teólogos deve ser tratada.

"Ora, eu sou apenas médico, católico praticante, como terceiro carmelitano, e como não me pertencia o direito de ponderar nessa elevação doutrinária, como é que o snr. crítico considera a sua exigência exposta em sua crítica?

"Não me sinto ofendido porque tenho opiniões gerais do alto clero e da imprensa a respeito que me valem por uma apoteose. Apenas a V. Excia. escrevo esta afim de conversar com o subscritor da crítica, para seus escritos em matéria de apreço, afim de não exigir dos autores assuntos incompatíveis com a sua posição social. Que diriam de mim os sacerdotes, se eu houvesse de editar um trabalho a falar da "encarnação do verbo e da vida, paixão e morte, ressurreição e ascensão de Cristo" em um livro para a infância tão só primariamente educativo?

"Desculpe-me este reparo e queira àquele snr. crítico dizer-lhe que, isto que aqui escrevo é para relações amistosas e com cumprimento afetuoso, etc."

A ORDEM

Volume XXXII — Julho a Dezembro de 1944

ÍNDICE

A

AMARAL, Dom Alexandre Gonçalves — Discurso de abertura	267
AMOROSO LIMA, Alceu — De D. Vital a S. Vital?	380
ANTUÑA, Dimas — Recordação e Morte de um Amigo	464

B

BANDEIRA, Manuel — Velha Chácara	117
--	-----

C

CORRESPONDÊNCIA	171
---------------------------	-----

D

DOMINGUES, Aurelio — Tuas mãos	118
--------------------------------------	-----

E

ENOUT, Pedro — Saudação ac Santo Padre	1
--	---

L

LACOMBE, Américo Jacobina — Écos da Questão Religiosa no Parlamento Imperial	429
LIVROS	72, 159, 354

M

MACHADO, Pe. Orlando — Padres no único padre, hóstia na única hóstia	177
MARIA ISABEL, Poemas	293
MARITAIN, Jacques — João de Santo Tomás	471
MENDES, Murilo — Cristo e a tradição	524

N

NEVES, C.M., P. Lazaro — A eucaristia, causa de nossa glorificação	480
---	-----

O

OLIVEIRA, Joselia Marques de — Edípo e o destino	10
--	----

P

PALAZZOLO, O.F.M. Cap., P. Fr. Jancinto de — Dom Vital, o Capuchinho	360
---	-----

R

REDAÇÃO — Santo Ambrósio, Em Louvor da virgindade ...	25
— O mistério da veste	44
— Misterium Patientiae	119
— A Paula, sôbre a morte de Blesila	134
— Ut vitam habeant	276
— Santo Agostinho, "Tractatus" XXVI sôbre o Evangelho de São João	295 e 495
REGISTO	67, 263, 323 e 528
RIBERIO, Fábio Alves — Um retrato de Maritain	108
— Alguns dados sôbre a obra política de Maritain	198
— Observações sôbre o "caso Maritan"	487

S

SANTA CRUZ, Luis — São João da Cruz e a piedade litúrgica	89
SCHMITZ, Dom Philibert — Monte Cassino e sua história	59 e 250
SUCUPIRA, Luis — Dom Vital - "Homem de espanto"	412

T

TOBIAS, Cônego M. — Paraibano? Sim, paraibano	424
TRANSCRIÇÃO — A crítica literária. A moral e a arte	305
— A propósito do "Humanismo Integral"	317
— Uma carta de Dom Vital	358
— Bernanos	585
— P. S.	517

V

VIANNA, Helio — Bibliografia da questão vitalista	451
---	-----

SAN TIAGO DANTAS

JAIME BASTIAN PINTO

AUGUSTO LEIVAS OTERO

JOSÉ VIEIRA COELHO

ROMULO DE ALMEIDA

A d v o g a d o s



RUA DA QUITANDA, 185 — 4.º andar, sala 402

Telefones: 43-5739 — 43-0840 — 43-3919

Endereço Telegráfico: TIAGO